

CARLOS TADEU GRZYBOWSKI

**LINGUAGEM E GÊNERO NO *SETTING* TERAPÊUTICO: LEITURA
TRANSDISCIPLINAR DA TEORIA DA POLIDEZ – UM ESTUDO EMPÍRICO DE
TRÊS CASOS CLÍNICOS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação
em Estudos Lingüísticos - Linha de Pesquisa:
**Texto, discurso, pragmática: teorias e
interfaces**, como requisito parcial à obtenção do
título de Doutor em Letras

Orientadora: Prof^a. Dr^a Gertrud Friedrich Frahm

Co-orientadora: Prof^a. Dr^a Elena Godoi

Curitiba

2009

TERMO DE APROVAÇÃO

CARLOS TADEU GRZYBOWSKI

LINGUAGEM E GÊNERO NO *SETTING* TERAPÊUTICO: LEITURA TRANSDISCIPLINAR DA TEORIA DA POLIDEZ – UM ESTUDO EMPÍRICO DE TRÊS CASOS CLÍNICOS

Tese aprovada como requisito parcial à obtenção do grau de Doutor no Programa de Pós-Graduação em Letras - Estudos Lingüísticos - Linha de Pesquisa: **Texto, discurso, pragmática: teorias e interfaces**, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª Gertrud Friedrich Frahm
Departamento de Letras Estrangeiras Modernas - DELEM, UFPR

Co-orientadora: Prof^ª. Dr^ª Elena Godoi
Departamento de Letras Estrangeiras Modernas - DELEM, UFPR

Prof. Dr. Carlos José Hernández
Universidad de Cuyo – Facultad Montoya, Argentina

Prof. Dra. Miriam Aparecida Graciano de Souza Pan
Departamento de Psicologia, UFPR

Profa. Dra. Teresa Cristina Wachowicz
Departamento de Lingüística - DELIN, UFPR

Curitiba, 13 de outubro de 2009

DEDICATÓRIA

À minha neta Clarice vinda ao mundo durante a realização deste trabalho e que começa a fascinante descoberta do universo da linguagem humana.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar meus sinceros agradecimentos àqueles que tornaram possível a realização deste trabalho:

- ***à minha esposa Dagmar pelo constante incentivo, idéias e apoio durante todo o tempo dispensado a este trabalho.***
- ***à direção da Associação Brasileira de Assessoramento e Pastoral da Família – EIRENE do Brasil por sua prontidão em ceder as gravações utilizadas na coleta de dados da amostra;***
- ***aos psicólogos, que realizaram as entrevistas gravadas;***
- ***aos casais que autorizaram a utilização das entrevistas para fins de pesquisa;***
- ***à Prof. Dra. Gertrud F. Frahm por sua forma tranqüila e sempre animadora de conduzir todo o processo de orientação;***
- ***à Prof. Dra. Elena Godoi por oportunizar nossa entrada no grupo de pesquisas em Linguagem e Cultura e partilhar seu imenso conhecimento da Pragmática;***
- ***aos colegas do grupo de pesquisa em Linguagem e Cultura, que com seu incentivo, solidariedade e indicações oportunas, sempre ajudaram a manter alta a motivação para o desempenho deste trabalho;***

A todos a minha eterna gratidão e carinho!

SUMÁRIO

Lista de Figuras	vii
Lista de Quadros	vii
Resumo	viii
Abstract	ix
1.0 Introdução	01
1.1 Histórico das pesquisas em gênero e linguagem	02
1.2 Formulação da situação problema	06
1.2.1 Objetivo geral	08
1.2.2 Objetivos específicos	08
1.3 Organização geral do trabalho	08
PARTE I	
2.0 Estudos teóricos – pesquisas afins	10
2.1 Cap 1 – Homens, mulheres e diferenças	10
2.1.1 Sexo e gênero, o que é cada um: biologia; sociedade; cultura	14
2.1.2 Binarismo	21
2.2 Cap 2 – Gênero e linguagem – as diferentes abordagens	24
2.2.1 Abordagem do déficit	30
2.2.2 Abordagem da dominância	32
2.2.3 Abordagem da diferença ou das duas culturas	34
2.2.4 Outras Abordagens	36
2.3 Cap 3 – Teoria da Polidez	39
2.3.1 Aspectos principais da teoria da face de Goffman	46
2.3.2 Aspectos detalhados da teoria de Brown e Levinson	51
2.3.2.1 Revisão e análise das estratégias apresentadas na teoria de Brown e Levinson	53
2.3.2.2 Estratégias de Polidez e sua vinculação com o gênero	58
2.4 Cap 4 – <i>Setting</i> terapêutico	63
2.4.1 Importância do contexto para a compreensão do enunciado	64
2.5 Cap 5 – Por uma teoria integradora para o entendimento da realidade	72
2.5.1 Aspectos principais da Teoria dos Sistemas	75
2.5.2 Aspectos principais do Paradigma da Complexidade	82
PARTE II	
3.0 Metodologia	89
3.1 Fundamentação teórica	89
3.1.1 Pesquisa qualitativa	91
3.1.2 Transdisciplinaridade	94
3.2 Participantes	106
3.3 Características da amostra	107
3.4 Procedimentos	108

3.5 Tratamento dos dados	109
3.6 Limitações metodológicas	110
4.0 Apresentação, análise e discussão dos dados	111
4.1 Cena 1	112
4.2 Cena 2	117
4.3 Cena 3	124
4.4 Cena 4	131
4.5 Cena 5	138
4.6 Cena 6	150
4.7 Cena 7	158
5.0 Conclusões finais, Considerações e Recomendações	173
6.0 Referências	181
7.0 Apêndices	195
Apêndice 1 - Convenções utilizadas nas transcrições das entrevistas	196
Apêndice 2 - Modelo de autorização das filmagens	198

Figuras e Quadros:

FIGURAS:

Figura 1 – Escala bi-dimensional de masculinidade/feminilidade	17
Figura 2 – Representação esquemática da multidisciplinaridade	95
Figura 3 – Representação esquemática da pluridisciplinaridade	96
Figura 4 – Interdisciplinaridade auxiliar	96
Figura 5 – Metadisciplinaridade	96
Figura 6 – Representação esquemática da interdisciplinaridade	97
Figura 7 – Representação esquemática da transdisciplinaridade	98
Figura 8 – Esquema do terceiro incluído	103
Figura 9 – <i>Setting</i> terapêutico	109

QUADROS:

Quadro 1 – Circunstâncias determinantes da escolha de estratégias	55
Quadro 2 – Estratégias de polidez positiva	56
Quadro 3 – Estratégias de polidez negativa	57
Quadro 4 – Estratégias de polidez encoberta	57
Quadro 5 – Categorização dos FTAs de acordo com o tipo de face que podem ameaçar	58

RESUMO

A proposta da presente pesquisa é analisar a relação entre gênero e linguagem em um contexto específico de psicoterapia de casal, utilizando-se como referencial teórico a Teoria da Polidez de Brown e Levinson. Tal análise é importante tanto para o campo da Linguística, quanto para o campo da Psicologia, pois para esta enriquece a análise da dinâmica do diálogo entre um casal em um processo de psicoterapia e, para aquela levanta questões pertinentes à uma conversação realizada em uma tríade. Para se efetivar tal análise buscou-se inicialmente definir o que se entende por gênero, sua relação com a linguagem e quais as principais teorias que analisam esta relação. Procurou-se localizar temporalmente a Teoria da Polidez e detalhar suas estratégias, bem como levantar as críticas que a mesma vem sofrendo ao longo do tempo. De igual forma analisou-se o contexto específico em que ocorre a conversação, denominado de *setting terapêutico*, e levantou-se a necessidade de recorrer-se a uma teoria integradora da realidade. Como recurso metodológico foi utilizada a pesquisa qualitativa, a partir da qual foram analisados sete recortes de entrevistas terapêuticas (sessões de psicoterapia) com três distintos casais, efetuadas sempre por dois entrevistadores. O elemento de maior relevância levantado nesta análise foi a necessidade de uma pesquisa transdisciplinar, que integre os saberes da psicologia e da linguística e produza um novo conhecimento, ainda mais ampliado e refinado. Outra questão trazida à tona foi que a Teoria da Polidez deixa lacunas na análise dos elementos lingüísticos presentes numa situação de psicoterapia de casal, especialmente por se tratar de uma linguagem triangulada. Alguns elementos novos que surgem na tríade lingüística, tais como as intervenções '*ameaçadoramente polidas*' e as expressões não-verbais tais como o silêncio, não são suficientemente exploradas dentro das estratégias de polidez propostas pela referida teoria. Finalmente levanta-se a necessidade de uma proposta que inclua e ao mesmo tempo amplie a Teoria da Polidez quando se efetuarem análises de conversações trianguladas, a qual poderia ser desenvolvida a partir de um referencial epistemológico que ampliasse a visão binária/mecanicista da realidade, e estivesse balizada na Teoria dos Sistemas, no Paradigma da Complexidade e construída a partir do modelo de pesquisa transdisciplinar.

Palavras chaves: gênero, Teoria da Polidez, *setting terapêutico*, transdisciplinaridade, Teoria da Complexidade.

ABSTRACT

The present research study analyses gender and language within specific couple psychotherapy contexts. The main theoretical support used is Brown and Levinson's politeness theory. The relevance of this study for the linguistics field lies on issues related to triad conversation analysis, whilst for the psychology area its relevance is due to the enrichment of the dynamism of dialogues of couples in psychotherapy processes. Firstly, gender was defined in relation to language, and then the theories that explain this relationship were discussed. The politeness theory strategies were brought forward in details together with the critic this theory has been suffering lately. The therapy setting context was put to scrutiny, which demanded the use of an integrating theory. An interpretative analysis of seven distinct therapy setting interviews, film scripts, with two interviewers and three couples were performed. The study proved the need of a transdisciplinary approach between linguistics and psychology, which made possible the enhancement and refinement of the findings. Findings show that the politeness theory is limited in the explanation of linguistics elements in psychotherapy setting, mainly because it relates to a triangulated language production: threatening polite interventions, non verbal expressions such as silence and others. This allows to claim for a proposal that would include and amplify the politeness theory in cases of triangulated psychotherapy situations, which also calls for an epistemology that would surpass the binary/mechanicist approach to the real world in order to allow for a view in the light of the Theory of Systems within the Complexity Paradigm in a transdisciplinary approach.

Key Words: gender, Politeness Theory, psychotherapy setting, transdisciplinarity, Complexity Theory

1.0 INTRODUÇÃO

“para ter pensamentos novos ou para dizer coisas novas, temos de separar todas as idéias já prontas e misturar os pedaços outra vez”.
(Bateson, 1996, p.30)

Os efeitos da comunicação na conduta das pessoas têm sido amplamente estudados nos últimos 50 anos, não só por lingüistas, mas também por cientistas de vários outros campos das ciências humanas como psicólogos, sociólogos, biólogos e etologistas. Para os etologistas Araújo e Lima (2002, p. 225), por exemplo, “a comunicação ente dois animais pode ser definida como um comportamento de um indivíduo que tem efeito sobre o comportamento de outro”. As várias disciplinas da lingüística procuram, a partir de distintos enfoques, estudar os recursos da língua e as formas que possibilitam as pessoas se comunicarem entre si. Assim a semântica, a sintaxe, a fonologia, a morfologia e a fonética procuram entender as estruturas e expressões da linguagem. Entretanto o uso da linguagem pelas pessoas e o efeito que este uso causa no outro dentro de um contexto é campo daquilo que os estudiosos tem denominado de “*pragmática*”.

Atribui-se ao filósofo Charles Morris (Mautner, 1996), a utilização do termo “*pragmática*” no sentido que ele é entendido hoje, ainda que não haja um consenso entre os lingüistas sobre a delimitação do campo de estudo desta matéria (Rajagopalan, 1999). A pragmática clássica, representada pelos pensamentos de Grice (1957) e Searle (1969), procura explicar os tipos de significado implícito e como os mesmos são transmitidos através do ‘atos de fala’. Levinson (2000), em base dos pressupostos de Grice, estende o estudo da pragmática para o campo dos tipos de implicaturas conversacionais e dos significados presumíveis.

Dentro do amplo campo da pragmática, autores como Mills (2003), Bergvall (1999), Holmes (1995) e Coulthard (1991) têm se preocupado especificamente com a questão das diferenças de linguagem entre homens e mulheres e o impacto que as mesmas causam no relacionamento entre eles. Embora os postulados teóricos dos distintos autores não sejam convergentes sobre as causas de tais diferenças, todos reconhecem que homens e mulheres fazem uso diferente da linguagem, especialmente no que se refere aos elementos do que os teóricos denominam “*polidez*”.

Entretanto os estudos do emprego da linguagem de forma distinta por homens e mulheres não se iniciam dentro do campo específico da lingüística e tampouco se restringem a este campo. Pesquisar sobre as diferenças de linguagem entre homens e mulheres em um

contexto específico de conversação bastante pessoal – um ambiente de sala de psicoterapia de casal – a partir de uma abordagem transdisciplinar é o propósito do presente estudo.

1.1 Histórico das pesquisas em gênero e linguagem

“Pesquisas em linguagem e gênero são caracterizadas hoje em dia por sua natureza interdisciplinar”
(Acuña-Ferreira e Alvarez-López, 2003, p.i).

Não tem sido somente dentro do campo da ciência lingüística que os pesquisadores têm se preocupado com as relações existentes entre a questão do gênero e a linguagem. A preocupação de ciências como a psicologia, a antropologia, a psicanálise e outras mais, caracteriza esta área de pesquisa como sendo um campo essencialmente interdisciplinar.

A área de linguagem e gênero tem atraído a atenção de um vasto campo de disciplinas. Evidências da diversidade das perspectivas teóricas neste tópico podem ser encontradas nos recentes volumes editados, os quais incluem trabalhos dentro da antropologia, artes, história, estudos culturais, educação, estudos lingüísticos, filosofia, psicologia e psicanálise. (Weatherall, 1998, p.1).

Segundo Acuña-Ferreira e Alvarez-López (2003), o estudo das diferenças do uso da linguagem por homens e mulheres inicia-se com a antropologia na década de 1920-1930, quando os antropólogos estudavam as comunidades das ilhas da Polinésia e procuravam entender os papéis sociais dentro destas culturas. Dentre os pesquisadores desta época encontramos dois que merecem um pequeno destaque, a saber, Margaret Mead e Gregory Bateson. Bateson inicia seu trabalho em 1927 na Nova Guiné e encontra-se com Mead em 1932, em pleno campo de trabalho. No final de 1935 Bateson escreve *Naven*, um livro no qual ele desenvolve o conceito de “cismogênese” – a gênese de um cisma no interior de um sistema social, e distingue a cismogênese simétrica da complementar, sendo esta última entendida como a qual os parceiros se afundam cada vez mais em papéis do tipo dominação/submissão. (Winkin, 1998). Bateson retorna aos Estados Unidos e interessa-se pelo estudo dos padrões relacionais entre os indivíduos, tendo a linguagem e a comunicação como os fundamentos destes padrões. Em 1951 Bateson publica, com o psiquiatra Jurgen Ruesch, o livro *Communication: the social matrix of psychiatry* e agrega ao redor de si um grupo de pesquisadores interessados no tema da linguagem e da comunicação, dentre os quais se destacam Paul Watzlawick e o sócio-lingüista Erving Goffman. É a partir dos estudos de

Goffman (1999) sobre a sociologia do cotidiano, nos quais ele propõe o conceito de ‘face’, que Brown e Levinson (1987) irão desenvolver sua teoria da polidez.

Paralelamente, na década de 1950, na França, o estudo da linguagem e a sua influência no comportamento das pessoas tornaram-se matéria de pesquisa de um dos mais destacados discípulos de Sigmund Freud, o psicanalista Jaques Lacan. Lacan procura aproximar a lingüística da psicanálise e utiliza a primeira como conceito central na construção da identidade. Segundo Mitchell (1988, p.32): “O sujeito é criado a partir de uma lei que vem de fora dele e através do discurso de outras pessoas, embora esse discurso possa ter relação com a lei em geral”. A partir dos conceitos psicanalíticos, Lacan afirma que a identidade de gênero e as diferenças entre homens e mulheres são construídas lingüisticamente e que as mulheres estão em nítida desvantagem em virtude da linguagem disponível para o uso delas ser essencialmente sexista, forjando na identidade feminina um comportamento sexista.

Da obra de Lacan pode-se extrair, portanto, a idéia que não é a natureza ou qualquer realidade física que determina a posição inferior das mulheres, mas uma diferença de significado. Há uma linguagem e nela as mulheres estão em significativa desvantagem. (...) para Lacan, a linguagem disponível para o uso da mulher é, em si, sexista. É por esta razão que a mulher repete atitudes sexistas ou gagueja. As diferenças de gênero estão inscritas nos léxicos, não havendo, portanto, palavras neutras que indiquem uma relação de igualdade entre homens e mulheres (Petersen, 1999, p.31).

No campo específico da lingüística os escritos de Bakhtin já apontavam para a linguagem como elemento fundamental da interação humana através de seu conceito de dialogismo¹ (Barros, 2007). As investigações sobre a relação entre as diferenças de linguagem segundo o sexo iniciam-se por volta da década de 1970, sendo que antes disso as eventuais descrições que havia baseavam-se muito mais em observações intuitivas que em dados de pesquisa (Claes, 1999). São desta época os conhecidos estudos de Labov (1966) e o livro de Robin Lakoff (1975), os quais podem ser apontados como marcos nos estudos das relações entre gênero e linguagem. Labov (1966), estudando as variáveis lingüísticas dentro o uso do inglês entre grupos de nova-iorquinos, correlacionou estas variáveis com fatores de classe, idade, etnicidade e sexo. Segundo Acuña-Ferreira, e Álvarez-López (2003, p.ii) “as investigações de William Labov na cidade de Nova York mostraram que a variável sexo era essencial para qualquer abordagem de natureza sociolingüística”.

Já Lakoff (1975) procura estudar especificamente a linguagem das mulheres, identificando um agrupamento de características lingüísticas que ela identificou como

¹ Esse conceito será discutido mais adiante no presente trabalho.

simbolizando a linguagem das mulheres, porém esta ‘fala distintiva das mulheres’ é vista por Lakoff como deficitária e negativa ao demonstrar-se ‘hesitante, insinuante e fraca’ (Weatherall, 1998).

Lakoff propôs que existe uma “linguagem das mulheres” a qual é caracterizada mais frequentemente por nove formas: palavras relacionadas ao interesse feminino, adjetivos ‘empáticos’, apêndices, limites, intensificações, hiper-correta gramática, formas superpolidas, evitação do humor e fala em itálico (Reid, Keerie e Palomares, 2003, p.211)

Entretanto, mesmo com as revisões que os estudos de Lakoff vieram a sofrer posteriormente, no campo da lingüística o mesmo tem se apresentado como um divisor de águas na matéria específica dos estudos de linguagem e gênero. Juntamente com as pesquisas de Barrie Thorne e Nancy Henley, demarcaram o ano de 1975 como um ano de mudanças significativas para lingüistas interessados na relação entre gênero e linguagem.

O ano de 1975 foi crucial para o desenvolvimento de projetos focados especificamente na interação da linguagem e gênero. Ao longo deste ano, dois livros fundamentais foram publicados: Robin Lakoff: *Language and woman's place*, e o volume editado por Barrie Thorne e Nancy Henley: *Language and sex: Difference and dominance*. (...) Como resultado, a análise da então chamada *lingüística sexista* torna-se o objeto de muitas investigações que ocorrem naqueles anos, sendo, todavia hoje em dia, um dos principais dos assuntos de pesquisadores. (Acuña-Ferreira, e Álvarez-López, 2003, pii)

Os estudos iniciais envolvendo gênero e linguagem não se preocuparam com a definição do conceito de gênero e utilizaram-se da variável binária biológica homem/mulher como base conceitual das pesquisas, as quais hoje são consideradas essencialmente sexistas (Weatherall, 1998). Entende-se hoje que a construção de gênero não está necessariamente ligada ao binarismo biológico, mas ultrapassa o mesmo ao considerar em sua construção elementos culturais e sociais. Posteriormente, em especial após sofrerem várias críticas das feministas, as pesquisas se voltam para a análise da questão da dominância do homem sobre a mulher a partir da linguagem.

Em seu período inicial muitos dos estudos sobre diferenças sexuais na linguagem usava o gênero do interlocutor como uma variável binária não problemática (homem/mulher) contida dentro do indivíduo. Dada esta visão teórica sobre o gênero, e dentro da tradição positivista, os pesquisadores frequentemente buscavam correlações estatísticas entre o gênero do interlocutor (...) e determinadas características lingüísticas com a finalidade de isolar aquelas dimensões da fala que diferenciam a linguagem dos homens e das mulheres (Costa, 1994, p.144).

Desta forma podemos verificar que os estudos sobre gênero e linguagem iniciam no campo da antropologia, desenvolvem-se no campo da psiquiatria e são, hoje, especialmente foco de atenção da lingüística, tanto no campo da sócio-lingüística como nos campos da

análise do discurso e da pragmática lingüística. O presente estudo se concentrará principalmente neste último campo, não desprezando, todavia, as contribuições dos demais campos da ciência para a compreensão do fenômeno.

Uma das lacunas encontradas pelo autor do presente trabalho em sua revisão de literatura sobre o tema de linguagem e sua relação com o gênero foi a investigação dos fenômenos que ocorrem nas situações de comunicação mais íntima entre um casal heterossexual. As diferenças de uma linguagem mais masculina frente a uma linguagem mais feminina encontradas pelos pesquisadores em situações de trabalho, de discursos políticos e ambientes escolares podem ser encontradas também em uma conversação sobre assuntos pessoais e íntimos?

Tais questões, somadas a prática de mais de vinte e cinco anos de experiência como psicoterapeuta clínico do autor do presente trabalho principalmente no campo da terapia de casais, sob o enfoque da teoria sistêmica, foram os elementos motivadores da presente pesquisa. A observação empírica advinda da prática clínica despertou o interesse pelo comportamento comunicativo de homens e mulheres em situações de terapia de casal, fazendo emergir a demanda de entendimento mais aprofundado do uso de certas estratégias comunicacionais pelos casais, tais como: os mal-entendidos que o uso destas estratégias gera; os jogos de poder ancorados no uso da linguagem; a incompreensão do outro acerca dos conteúdos comunicados em virtude da forma como são comunicados e o efeito decorrente da reorganização do processo comunicacional.

Esse elemento motivador pode ser identificado com o que Morin (1996a) chama de ‘Princípio da re-introdução do sujeito cognoscente’, o qual afirma que o sujeito é construtor do conhecimento e todo conhecimento é, na verdade, uma reconstrução ou tradução por parte de um cérebro que vive em uma cultura e num tempo determinado. Compreende que todo narrador está, com maior ou menor intensidade, envolvido em sua narrativa e que o objeto pesquisado não é algo apartado da própria história do observador.

Esse princípio ratifica a compreensão de que todo pesquisador está enredado em suas meta-narrativas, o que de certa forma ratifica também a importância de se levarem em conta os processos de auto-referência, as histórias de vida colocadas a serviço do processo de construção do conhecimento nas pesquisas. Tais processos estão na gênese da pesquisa, no olhar do pesquisador, influenciando a escolha do problema a ser pesquisado e decisões importantes. Isto nos leva a observar que o problema de pesquisa, na maioria das vezes, tem muito a ver com algum acontecimento importante na história de vida do sujeito cognoscente. O que temos observado é que nem sempre o pesquisador está consciente da origem de seu problema de pesquisa, mas, ao se aprofundar um pouco mais sobre a historicidade do seu processo de construção de conhecimento, encontrará dentro dele a resposta. Ali, ele encontrará o início do fio da meada. E quando isso acontece sua motivação aumenta muito. (Moraes e Valente, 2008, p. 44)

Tornou-se, então imperioso buscar uma ou mais teorias, de diferentes áreas do conhecimento, que possibilitassem trazer conhecimento para a maioria destes fenômenos e é este o viés que se intenta aqui. Assim se justifica o empenho neste trabalho em conjugar um estudo que tenta transpor as fronteiras da lingüística aplicada e suas teorias sobre a linguagem em uso – campo da pragmática, e a teoria sistêmica aplicada ao campo da psicologia – campo da terapia familiar e de casais, complementado com um estudo empírico sobre a comunicação no *setting* terapêutico num viés transdisciplinar. Um pensamento de Paul (2005) parece oportuno para traduzir esta idéia:

Face à complexidade do sujeito em sua totalidade e o real humano, o reducionismo científico – tornando-se ontológico – interdita toda aspiração a uma unidade integrativa e, no entanto, desejada além das fragmentações. (...) Uma releitura epistemológica sobre os laços entre sofrimento humano e resposta da sociedade se impõe, visto que esse laço está também na base das doenças ditas “de civilização”. A valorização de uma abordagem, tanto teórica quanto prática, ligada a uma visão ao mesmo tempo integrativa e respeitosa das diferenças permitiria a melhora da qualidade da realização e eficácia das intervenções. (Paul, 2005, p. 73)

1.2 Formulação da situação problema

Dentro do campo da psicologia, o interesse pela ‘linguagem em uso’- pragmática – vem se desenvolvendo desde meados do século XX, quando um grupo de pesquisadores, liderados por Gregory Bateson, procura entender os transtornos psiquiátricos a partir dos modelos de comunicação estabelecidos entre os indivíduos. Tais pesquisadores chegam a questionar se os fenômenos psiquiátricos tradicionalmente enquadrados dentro do campo da psicopatologia, não seriam, em última análise, problemas de comunicação. “a maioria dos fenômenos incluídos na denominação tradicional de psicopatologia, são transtornos de comunicação” (Ruesch, 1984, p.10).

Além de Bateson e Ruesch, formavam parte deste grupo de pesquisa Donald Jackson, Paul Watzlawick, Albert Scheflen, Stuart Sigman, Edward Hall e Ray Birdwhistell, este último sendo professor de Erving Goffman e que lhe serve de referencial para o estudo da comunicação humana. Este grupo de pesquisadores, que viviam em distintas partes dos Estados Unidos e estavam vinculados a distintas instituições acadêmicas vão acabar se encontrando em congressos e encontros e em especial em duas cidades: Palo Alto e Filadélfia, e vão formar o que se conhece hoje com o nome de ‘colégio invisível’, tendo contato uns com os outros através das conferências da Fundação Macy. (Winkin, 1998)

Goffman, por influência de Birdwhistell vai à Universidade de Chicago e faz sua pesquisa de doutoramento com o tema: *'Communication conduct on an island community'* (Winkin, 1998) e segue pesquisando os elementos lingüísticos e comportamentais em vários grupos humanos como os deficientes (Estigma, 1975) os internados (Manicômios, prisões e conventos, 1974) e por fim a interação entre 'pessoas normais' (A representação do eu na vida cotidiana, 1999 e Interaction Ritual, 1967).

Nos estudos de Goffman (1999) sobre a sociologia do cotidiano, encontramos a descrição do conceito de 'face', que posteriormente Brown e Levinson (1987) irão retomar para desenvolver a Teoria da Polidez. Entretanto Brown e Levinson ao desenvolverem sua teoria, afastam-se dos fundamentos epistemológicos de Goffman e do 'colégio invisível' que se alicerçava na Teoria Geral dos Sistemas, e procuram interpretar a interação face a face a partir de uma série de estratégias interacionais fundamentadas em uma relação essencialmente de causa-efeito. Diante de tal intento os autores encontram uma série de oposições, especialmente na proposição de universalidade da Teoria da Polidez, pois entendemos que na proposta, tal como ela se apresenta, não elevado em conta a complexidade dos sistemas vivos. Atlan (1992) aponta para o fato de que a tal complexidade implica em uma auto-organização a partir do 'ruído' – termo considerado pelo autor como todo elemento que é estranho, que desordena a interpretação. Para Atlan (1992), a decodificação de tal ruído pode gerar novos padrões de leitura da realidade, sendo que esta decodificação se dá a partir de dois processos: o delírio e o transbordamento. O delírio é o responsável pela criação das hipóteses e o transbordamento é a exposição desta hipótese ao real, gerando uma adequação deste delírio pela realimentação recebida da realidade e evitando seu devaneio patológico.

Qualquer hipótese científica realmente nova é, na sua origem, "da ordem do delírio". O passo seguinte é, supondo sempre a auto-eco-organização do pensamento, a exposição dessa projeção ao real. É o *feedback*, ou seja, o resultado da digestão e adequação do delírio ao mundo real, que evitará sua potencial metamorfose patológica. (Almeida, 2006, p. 39).

Utilizando a idéia de Atlan, o presente trabalho propõe o 'delírio' de uma releitura da Teoria da Polidez a partir de um novo marco epistemológico: o da complexidade. A questão que se levanta no presente trabalho é a seguinte: o modelo epistemológico adotado por Brown e Levinson no desenvolvimento da Teoria da Polidez, sua proposta de universalidade e suas estratégias interacionais são suficientes para explicar os comportamentos comunicacionais, especialmente os ocorridos entre homens e mulheres num contexto de terapia de casal, a partir de uma perspectiva transdisciplinar?

1.2.1 Objetivo geral

O presente trabalho de pesquisa pretende averiguar de forma exploratória, numa perspectiva transdisciplinar², a interface entre gênero e o uso da linguagem. A base conceitual do trabalho também discute as aproximações e diferenças de usos lingüísticos em diálogos entre homens e mulheres, num contexto de terapia de casal, a partir de propostas trazidas por estudos sociológicos, psicológicos, psicobiológicos, sociolingüísticos e principalmente pragmáticos – tendo como referencial Teoria da Polidez.

1.2.2 Objetivos específicos:

- 1.2.2.1 Diferenciar sexo e gênero a partir de distintas abordagens: biológica, social e cultural;
- 1.2.2.2 Apresentar e discutir as principais teorias lingüísticas que abordam a questão de gênero e linguagem;
- 1.2.2.3 Estabelecer os elementos relevantes do processo lingüístico-interacional pelo viés da Teoria da Polidez e suas propostas de estratégias interacionais;
- 1.2.2.4 Avaliar a importância do contexto de *setting* terapêutico na interpretação da linguagem.
- 1.2.2.5 Elaborar uma análise crítica das estratégias da Teoria da Polidez aplicadas à situação específica de terapia de casais
- 1.2.2.6 Contrapor a análise crítica das estratégias da Teoria da Polidez com os conceitos da Teoria Sistêmica e da Teoria da Complexidade.
- 1.2.2.7 Aplicar as teorias discutidas em recortes de texto de *setting* terapêutico, por um viés transdisciplinar numa perspectiva de estudo qualitativo.

1.3 Organização geral do trabalho

A seqüência do trabalho está organizada em duas grandes partes. A primeira composta por cinco capítulos e contendo um estudo das principais teorias que abordam o tema de gênero e linguagem, partindo-se dos estudos de ciências afins e como as mesmas procuram

² “Tendo surgido, há três décadas, quase simultaneamente, nos trabalhos de pesquisadores diferentes como Jean Piaget, Edgar Morin, Eric Jantsch e muitos outros, este termo foi inventado na época para traduzir a necessidade de uma jubilosa transgressão das fronteiras entre as disciplinas, sobretudo no campo do ensino e de ir além da pluri e da interdisciplinaridade.” (NICOLESCU, Barsab, 1999 O manifesto da transdisciplinaridade, São Paulo: TRIOM)

diferenciar gênero de sexo e seguindo pelas abordagens mais ligadas à área da lingüística especificamente. Segue-se ainda nesta primeira parte uma descrição pormenorizada da Teoria da Polidez, especialmente na abordagem proposta por Brown e Levinson; uma análise do contexto do *'setting'* terapêutico, com suas variáveis intervenientes no uso diferenciado da linguagem entre homens e mulheres e uma descrição da Teoria dos Sistemas e da Teoria da Complexidade.

A segunda parte do estudo, dividida em três capítulos, traz primeiramente uma exposição teórica da metodologia aplicada, com a fundamentação do significado de uma pesquisa qualitativa e transdisciplinar; os participantes, as características da amostra, os procedimentos metodológicos empregados e o tratamento e a análise dos dados levantados. Apresenta-se uma análise e discussão dos resultados, seguidos das conclusões finais, considerações e recomendações.

PARTE I

2.0 ESTUDOS TEÓRICOS – PESQUISAS AFINS

2.1 Cap. 1 – Homens, mulheres e diferenças:

*“Cada época, segundo Heidegger, tem uma coisa a pensar.
Só uma. A do nosso tempo é a diferença sexual”*
(Irigaray, 1984, p.13).

Uma primeira questão que se pode levantar é a seguinte: a partir de qual campo da ciência ou de qual perspectiva teórica se pretende focar a questão do gênero. Este vasto conceito tem despertado o interesse de cientistas dos mais diversos campos do saber humano. Strey (1999, p.12) afirma que “quando se fala ou escreve sobre gênero, o foco tem que ser multidisciplinar, variado, holístico, intenso e persistente no desvelamento do que teima em se esconder ou disfarçar”. E Butler (2003, p.12) reforça esta idéia ao afirmar que “a complexidade do conceito de gênero exige um conjunto interdisciplinar e pós-disciplinar de discursos”. E é precisamente sob esta perspectiva que se pretende analisar este conceito no presente trabalho.

As diferenças entre homens e mulheres parecem surgir com a própria existência humana, pois alguns relatos da Antigüidade como os escritos babilônicos, egípcios e hebraicos colocam a mulher como propriedade do homem – primeiramente do pai e depois do marido. Todavia as mudanças mais marcantes nas relações de gênero na sociedade ocidental, em especial na civilização norte-ocidental, surgem a partir do Iluminismo. Com a supremacia do pensamento cartesiano em que a razão e a objetividade tornam-se os pilares da construção do saber e, por conseguinte, sinônimos de desenvolvimento, as mulheres são retiradas de posições significativas na sociedade por serem consideradas ‘demasiadas subjetivas e emotivas’. Grande parte do movimento feminista tem como objetivo o ‘provar’ que mulheres podem ser objetivas e racionais e assim competirem com igualdades de condições com os homens no desenvolvimento da sociedade moderna. Laqueur (apud Cresswell, p.141) afirma que “sexo antes do século dezessete era uma categoria sociológica e não ontológica”.

Todo mundo admite que essa evolução do pensamento ocidental data da época da Renascença. Mas, diriam alguns, a rejeição da mulher não é mais antiga que isso? Não, parece que não. Foi mesmo nessa época que se produziu também uma mudança na atitude do homem em relação à mulher, uma mudança profunda que eu nem supunha, absolutamente, quando comecei a preparar este livro, da qual os autores feministas que eu lia também não falavam. Ao contrário, eles pretendiam lutar para liberar a mulher de sua *condição medieval*, subtendendo que antes da Renascença o desrespeito à mulher era geral e implacável. Não é verdade. Na Idade Média, a mulher era muito mais respeitada e ativa na vida social. (Tournier, 2005, p.37-38)

A pós-modernidade trouxe na sua construção ideológica a minimização das diferenças entre os gêneros e, com essa redução das diferenças, novos padrões no relacionamento entre homens e mulheres. Com a obrigatoriedade da utilização da mão-de-obra feminina na reconstrução do norte-ocidente no pós-guerra, seguida dos movimentos feministas e do desenvolvimento tecnológico facilitando e diminuindo as demandas domésticas, homens e mulheres foram progressivamente diluindo os espaços sociais que os distanciavam e cada vez mais buscaram uma hegemonia de participação na sociedade em todas as suas esferas. De igual forma a mudança dos padrões da moralidade sexual introduzidos na sociedade ocidental pelo pensamento psicanalítico e culminante na Revolução Sexual dos anos 60, amplamente abraçada pelo movimento contra-cultural “hippie”, influenciaram muitíssimo as concepções tradicionais do conceito de gênero.

o final dos anos 60 e início dos anos 70 foram caracterizados por grandes mudanças sociais. Parece haver ampla evidência de que atitudes relativas a papéis sexuais mudaram. Mulheres tentaram liberar-se dos papéis convencionais de gênero. Duplos padrões morais foram questionados. Mulheres se tornaram sexualmente mais agressivas (Teixeira e Otta, 1998, p.234).

As mudanças sociais na civilização ocidental, em especial na civilização norte-ocidental incrementaram o estudo das diferenças de gênero por vários segmentos do saber científico, tais como a sociologia, a antropologia, a psicologia e a lingüística. Para Strey (1999, p.12), “depois de um primeiro momento que se distinguiu pela busca de categorias mais ou menos universais para dar conta das relações de gênero, houve finalmente a manifestação da necessidade de abandonar essa orientação universalista”. Desta forma os estudos das diferenças de gênero ultrapassam a limitada questão de papéis sociais e adentram as esferas que envolvem praticamente todos os aspectos do convívio humano.

as diferenças de gênero são um produto histórico e de construção social, caracterizando uma estrutura diversificada e contraditória na qual se inserem o estado, a economia, as ciências, a sexualidade e a família. As diferenças biológicas entre os sexos vão sendo apropriadas pelo social ao longo do tempo, naturalizando a diferença em todas as áreas de relacionamento que envolvem homens, mulheres e poder” (Ginardoli-Nascimento e Trindade, 2002, p.107).

Os estudos das diferenças de gênero logo vão se especializando e sendo correlacionados com outras variáveis do convívio humano ligado a diferenças. O gênero passa a ser entendido dentro de suas categorias específicas como classe social, etnia, localização geográfica e outras variáveis da própria existência humana. Para Rose (2002, p.526) “gênero está profundamente interligado com classe, raça, etnicidade e idade. Em certo nível é

impossível separar esta de outras categorias como é impossível separar os ingredientes de um bolo”. Idéia consoante com a afirmação de Butler (2003, p.20) de que “o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas. Resulta que se tornou impossível separar a noção de gênero das interseções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida”. De igual forma Heberle, Osterman e Figueiredo (2006, p.9) apontam para a complexidade do termo e entendem o gênero como uma categoria socialmente construída e colocada num “continuum que interage com outras variáveis sociais, tais como grau de instrução, etnia, posição socioeconômica, ocupação, classe social, orientação sexual, filiação política, religiosa, etc.”.

Petersen (1999) discutindo as teorias que abordam os estudos de gênero afirma que três principais posições teóricas podem respaldar estudos nesta área: a teoria do patriarcado, a tradição marxista e as escolas psicanalíticas. As teorias do patriarcado, segundo Petersen (1999), explicam a relação entre os gêneros como uma necessidade masculina de dominar as mulheres e uma conseqüente subordinação passiva por parte destas últimas. Já dentro da tradição marxista a subordinação das mulheres tem uma origem econômica – surge com a origem da propriedade privada. Finalmente as escolas psicanalíticas dividem-se em duas correntes: 1) a corrente anglo-americana das teorias de relação de objeto que se preocupa com as experiências concretas das crianças nas relações com as pessoas que são seus cuidadores – em especial a mãe; 2) a corrente francesa que insistem nos polêmicos escritos de Freud sobre a marcada distinção dos sexos a partir ‘da presença do falo’ e do conceito do complexo de castração. Para Petersen (1999, p.31), a escola francesa, cuja fundamentação foi amplamente desenvolvida por Lacan, afirma que “através da linguagem constrói-se a identidade de gênero”.

Inicialmente os estudos das diferenças de gênero estavam alicerçados sobre a idéia principal da desigualdade entre homens e mulheres no convívio social, sendo que somente nas últimas décadas é que se tem pensado a diferença em termos de não-desigualdade. Conforme Lacroix (2002, p.8), “depois de ter confundido por muito tempo diferença com desigualdade, justificando a última em nome da primeira, comumente se chega a confundir igualdade com identidade. Como então pensar ao mesmo tempo a igualdade e a diferença entre os sexos?”

Os estudos sobre as diferenças entre os gêneros tendem a dividir-se em duas correntes: uma que minimiza as diferenças e outra que maximiza tais diferenças (Montenegro, 2003). A primeira aparece na década de 1960 e enfatiza o direito e a igualdade entre homens e mulheres e a segunda surge na década de 1980, e volta a reafirmar as diferenças, entretanto vê

as diferenças como uma qualidade que engrandece as mulheres, sendo que no presente estudo, ambas as correntes serão consideradas. Entretanto nas últimas décadas do século XX o elemento do poder passa a ser estudado como um diferencial significativo nas relações de gênero e, em alguns casos, como sendo o elemento que produz tais diferenças. Scott (1990, p.17) afirma que o ‘poder’ é um elemento essencial nos estudos relacionados a gênero. Para a autora gênero é: “1º um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre diferenças percebidas entre os dois sexos e 2º um primeiro modo de dar significado às relações de poder”. Já o clássico estudo de Judith Butler ressalta o elemento do poder (2003, p.8) quando ela postula que “na verdade o poder parecia operar na própria produção dessa estrutura binária em que se pensa o conceito de gênero”.

Nas últimas décadas do século XX, novas polêmicas enriquecem a discussão dessas complexas relações. As correntes teóricas do pós-estruturalismo e do pós-modernismo questionam o modelo sociológico de gênero e, concomitantemente, reafirmam a *diferença sexual* como um fenômeno psíquico e cultural que não pode ser deixado de lado no estudo das relações entre homens e mulheres. (Petersen, 1999, p. 37-38)

No entendimento do autor do presente trabalho, o fenômeno das diferenças entre homens e mulheres possui intrinsecamente uma complexidade conceitual que envolve elementos da biologia, passa pelas construções sociais e culturais e desemboca num campo de estudo transdisciplinar instigante e envolvente, exigindo do cientista uma postura flexível e não-dogmática e em alguns momentos mais contemplativa que dedutiva, na percepção do que Gabriel Marcel (1952) denomina de ‘mistério’. Marcel indica que há duas formas de abordar a realidade: como problema e como mistério; e que estas duas formas são partes de uma mesma dinâmica do conhecimento. Na categoria de ‘problema’ está a pertinência de todo trabalho científico, pois posso analisar, objetivar e utilizar procedimentos no tempo e no espaço que me permitem compreender o mundo. Na categoria de mistério o conhecimento é sempre parcial, as explicações são sempre inesgotáveis e eu, como sujeito, estou imerso no processo o que me faz atuar sem poder distinguir o que está em mim e o que está diante de mim – transcende toda técnica de aproximação possível, e só se pode referir a ele através de metáforas, imagens e expressões plásticas (como os mitos). Para Marcell há um grande risco de querer se converter o mistério em problema, por obra do psicologismo, o que é uma tendência nas ciências modernas. Na mesma linha de pensamento Butler (2003, p.37) afirma que “o gênero é uma complexidade cuja totalidade é permanentemente protelada, jamais plenamente exibida em qualquer conjuntura considerada”.

Nos parágrafos que seguem tentaremos, ainda que limitadamente, abordar algumas facetas desta complexidade.

2.1.1 Sexo e Gênero - o que é cada um: biologia; sociedade; cultura

“A biologia divide os indivíduos de cada espécie segundo seu sexo em machos e fêmeas, e, de modo geral, estas categorias sexuais não se discutem”.
(Claes, 1999, p. 484).

A grande discussão entre filósofos, sexólogos, sociólogos e outros pesquisadores interessados na questão do gênero tem sido sobre as quais são os significados precisos dos termos que definem as categorias de sexo e de gênero, com vários chegando a questionar se é possível se chegar a um significado preciso quando este tema é tratado. Se por um lado há os que defendem enfaticamente a distinção entre estes termos como Laner (2000), usando como base de sua argumentação a AOT (accuracy of terms – exatidão de termos), estes mesmos cientistas recebem fortes críticas de seus opositores, como Cresswell (2003) que sustenta que tal exatidão é bastante subjetiva. Segundo Laner (2000) os termos ‘homens’ e ‘mulheres’ são substantivos que se referem à realidade biológica – isto é, diferenças no sistema reprodutivo e outras funções biológicas da criatura humana, enquanto os termos ‘masculino’ e ‘feminino’ são adjetivos que se referem à realidade social. Entretanto para Cresswell (2003) a distinção entre sexo e gênero é um postulado artificial gerado por teóricos do século XX.

1. A distinção sexo/gênero é um fenômeno histórico, um artifício dos teóricos do Oeste do final do século vinte. Existem outros caminhos de teorizar sexo/gênero e nós precisamos permanecer abertos a estas potencialidades.
2. A reivindicação que a linguagem reflete a realidade biológica e social é uma forma de ilusão pensada acerca da incisividade da referência lingüística.
3. A bifurcação conceitual dos termos sexo e gênero não é sustentável; ela se decompõe ‘sob o microscópio’. Portanto nos compete repensar sexo/gênero em caminhos que não são intelectualmente retrógrados. (Cresswell, 2003, p. 139)

Todavia a delimitação do termo sexo como atrelado mais especificamente à biologia e do termo gênero ligado às construções culturais tem sido empregada pela maioria dos autores, em especial autoras feministas do último quarto de século, mesmo reconhecendo as limitações causadas pelo uso destes termos. A utilização do termo sexo, mais ligado à biologia, vem da base genética da definição de macho e fêmea a partir dos componentes cromossômicos X e Y, que fixa a identidade biológica do ser ‘homem/macho’ e ‘mulher/fêmea’ em parâmetros binários e geneticamente imutáveis. Entretanto quando nos referimos à espécie humana, outros elementos além da biologia entram em cena para definir as questões ligadas à

sexualidade. De acordo com Butler (2003, p.24) “a distinção entre sexo e gênero atende à tese de que, por mais que o sexo pareça intratável em termos biológicos, o gênero é culturalmente construído: conseqüentemente não é nem o resultado causal do sexo, nem tampouco tão aparentemente fixo quanto o sexo”.

Um dos estudos atuais que procura diferenciar sexo e gênero é a “teoria da função dos sexos” (Claes, 1999), a qual postula que ser homem ou ser mulher implica em desempenhar um papel determinado pelo sexo, e neste desempenho estão implícitos os elementos culturais no processo de socialização da pessoa e, então, utilizam-se os termos ‘masculino’ e ‘feminino’ para demarcar a diferenciação entre os elementos biológicos e os culturalmente socializados. A ‘teoria da função dos sexos’ tem sofrido extensas críticas, especialmente por parte dos psicólogos, pois cria estereótipos e são uma forma de determinismo social. Um exemplo desta estereotipização é as chamadas ‘Escala de Gênero’ (Bem, apud Claes, 1999) que se propõe a mensurar os chamados “traços psicológicos da masculinidade e da feminilidade”, atribuindo à masculinidade elementos como: a dominação, a ambição, o cinismo e a rebeldia; e atribuindo à feminilidade elementos como: a consideração, o tato, a dependência e a emotividade. Tais escalas chegam inclusive a propor que haveria atividades tipicamente masculinas e outras tipicamente femininas.

Embora esta abordagem do gênero represente um avanço em relação ao paradigma da diferença sexual – já que analisa o gênero quanto a papéis institucionais e sociais específicos e não como característica intrínseca à biologia dos indivíduos – ela contém, não obstante, pressuposições questionáveis e falhas graves (...) muitas vezes não está claro a que ‘papel masculino’ ou ‘papel feminino’ se refere. Em alguns casos são usados para referir-se a um ideal normativo de comportamento; em outros casos referem-se a estereótipos de papéis do homem ou da mulher. (...) O que a abordagem dos papéis oferece, em última instância, é ‘uma visão abstrata das diferenças entre os sexos e suas situações, não uma visão concreta das relações entre ambos’. (Costa, 1994, p.148-149)

Desta forma as diferenças entre os termos sexo e gênero estaria além da diferenciação entre elementos genéticos para o primeiro termo e elementos de desempenho de papéis sociais para o segundo termo. O termo gênero tem sido compreendido como uma construção que envolve aspectos sociais, culturais e de diferença psicológica, sendo que nesta dinâmica interacional entre os diversos aspectos ou facetas do termo, a identidade pessoal é construída. Para Claes (1999, p.484) “enquanto que com o vocábulo ‘sexo’ se indica uma diferença biológica, com ‘gênero’ se indica uma diferença psicológica, social e cultural”. E Harding (apud Claes, 1999, p.485), amplia esta idéia afirmando que “o conceito de gênero é aplicável em várias esferas ou níveis: 1) é uma faceta da identidade pessoal, um processo psíquico de experimentar-se a si mesmo; 2) é um elemento da ordem social, fundamento de instituições

sociais como o parentesco, a sexualidade, a divisão do trabalho, a política, a cultura; 3) é um símbolo cultural que se pode interpretar de diversas maneiras, base de dicotomias normativas”.

Nos últimos anos o termo vem sido discutido na perspectiva de seu uso ideológico, como favorecedor de ideologias de dominação que permeiam as estruturas sociais e mantém o poder na mão daqueles que são identificados com o gênero masculino. As diferenças são reafirmadas como desigualdades e a desigualdade impõe uma hierarquia com prevalência do masculino sobre o feminino. De uma forma especial, a corrente pós-estruturalista valoriza a questão do poder nas relações sociais e reafirma que as relações entre homens e mulheres estariam alicerçadas nas relações de poder. Jung (2006, p.70) enfatiza que os pós-estruturalistas (...) “embora apresentem o gênero e a sexualidade como construções históricas, que precisam ser entendidas a partir de sua articulação com outras categorias sociais, apresentam o poder como constituinte *a priori* de toda relação social”. Uma vez que o poder está presente nestas relações, deve-se atentar para seu uso ideológico e de manutenção de um status favorável aos que tem mantido a dominância nos últimos séculos. Silva (1998, p.9) afirma que há uma crença simplista, baseada na biologia, que homens e mulheres são naturalmente diferentes e que tal crença tem profundas conseqüências sociais, com implicações nas ideologias, valores e estruturas, sendo que tais “diferenças aparecem nesse contexto como desigualdades”. E Heberle, Osterman e Figueiredo (2006, p.9) afirmam que gênero é “uma categoria que permeia as interações sociais, constituindo parte da ‘textura argumentativa’ dos sentidos”.

Outro estudo que busca a compreensão da questão de gênero é a que enfatiza o gênero como uma variável psicológica. Teóricos defensores desta posição tentam eliminar o simples binarismo masculino/feminino e firmam-se na idéia psicanalítica da androginia inerente de todo ser constituído, sobre a qual a modelagem das diversas influências – culturais, sociais, familiares, educacionais, iriam determinando um maior ou menor grau de masculinidade ou de feminilidade na expressão da individualidade. Costa (1994, p.150) afirma que: “Na busca de uma conceitualização de gênero que se desse mais num *continuum* do que numa dicotomia, investigadores desenvolveram um instrumento onde as diferenças entre masculinidade e feminilidade constituiriam mais uma questão de graus do que de oposição”.

O conceito psicanalítico de “androginia” propõe que homens e mulheres possuem distintos graus de masculinidade e feminilidade. Embora este conceito tenha ganhado muita popularidade, em virtude da própria expansão e popularização da psicanálise, ele mostrou-se

bastante vago em seu significado e questionável em sua validade conceitual – estereotipar um conjunto de comportamentos como sendo mais masculino e outro como sendo mais feminino é limitar a infinita capacidade adaptativa do ser humano. Também o conceito de androginia, quando aplicado a situações concretas do comportamento humano, não conseguia estabelecer com clareza o quanto de determinado comportamento (por exemplo: competição x cooperação) era determinado pela situação social no qual o mesmo estava sendo manifestado e o quanto dependia de “graus” maiores ou menores de androginia do indivíduo.

O problema inicial com o conceito de androginia era que os conceitos de masculinidade e de feminilidade eram visto como opostos em uma escala unidimensional, com a variação indo do extremo da masculinidade ao extremo da feminilidade. Entretanto em escalas de avaliações, muitos homens que afirmavam não ter características ‘marcadamente masculinas’, também afirmavam que não possuíam as características ‘marcadamente femininas’. Isto provocou uma mudança de perspectiva, criando-se uma escala bi-dimensional, tendo em um de seus eixos o binário masculino/não-masculino e no seu outro eixo o binário feminino/não-feminino e, desta forma, quatro quadrantes que determinariam a masculinidade, a feminilidade, a androginia e a indiferenciação. Desta forma uma pessoa poderia ser considerada feminina se suas características estivessem predominantemente no quadrante de feminilidade e masculina se suas características estivessem no quadrante de masculinidade. O quadrante da androginia tem sido extensamente estudado por psicólogos, sociólogos e outros cientistas sociais e, hoje em dia tem sido frente de batalha de grupos defensores da diversidade sexual, enquanto que o quadrante da indiferenciação não tem sido foco de atenção de estudiosos. Finalmente os pesquisadores propuseram que os eixos desta escala não se encontram na dimensão ortogonal, mas numa dimensão oblíqua, com o quadrante da androginia mais amplo que o da masculinidade e que o da feminilidade. (Fig. 1)³

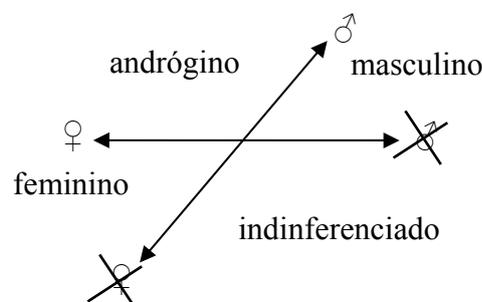


Figura 1 – Escala bi-dimensional de masculinidade/feminilidade

³ Extraído do livro ‘Von natur aus anders’ de Doris Bischof-Köhler, Stuttgart: W. Kohlhammer Druckerei, 3ª. ed., 2006

Desta forma masculinidade e feminilidade não precisam estar necessariamente atrelados aos elementos biológicos de atributos de homens e mulheres como sendo pólos opostos. Avaliando-se os denominados ‘traços psicológicos’ da masculinidade e da feminilidade a partir de escalas desvinculadas do sexo biológico, podemos encontrar pessoas com alta pontuação em ambas as escalas (de masculinidade e de feminilidade) – por exemplo: com muita ambição (traço de uma escala ‘masculina’) e ao mesmo tempo com muita emotividade (traço de uma escala feminina).

Levada a seu limite lógico, a distinção sexo/gênero sugere uma descontinuidade radical entre corpos sexuais e gêneros culturalmente construídos. (...) Mesmo que os sexos pareçam não problematicamente binários em sua morfologia e constituição (ao que será questionado), não há razão para supor que os gêneros também devam permanecer em número de dois. (Butler, 2003, p.24)

Por outro lado, pesquisadoras como Bischof-Köhler (2006), trabalhando a partir dos estudos de elementos hormonais e sua influência na construção das diferenças de gênero afirma que: “Se quisermos explicar com acuidade a diferença entre os gêneros, não podemos ignorar os fatores inatos”. Para a autora, no gênero masculino a evidência central da diferença se concentra em padrões de competitividade com rituais de agressão e controle e prontidão para hierarquias de domínio estáveis, influenciados por hormônios androgênicos durante o período fetal. Enquanto isso, no gênero feminino, evolutivamente não houve uma necessidade de se desenvolver uma competitividade e a parte mais importante na disposição inata repousa sobre o interesse no cuidado terno e nas relações interpessoais.

Novamente a discussão recai na valorização dos aspectos biológicos em contraposição aos aspectos culturais, a qual permeia a grande maioria dos debates a respeito do comportamento humano. Defensoras radicais dos elementos culturais como Simone de Beauvoir (1980, p.301) que afirmava categoricamente que “a gente não nasce mulher, torna-se mulher”. Beauvoir aponta em seus escritos que esse “tornar-se mulher” acontece a partir de uma ‘compulsão cultural’, definida por cada sistema no qual o sujeito está inserido, mas que tal compulsão não teria uma relação direta com o sexo biológico. Outro questionamento à posição dos fatores inatos vem dos estudos realizados com as sociedades nativas norte-americanas onde surge um elemento – ‘berdache’ – considerado como “trans-gênero”. Berdache era um elemento

(...) usualmente considerado sendo anatomicamente macho de nascimento (menos comumente fêmea), o qual assume os papéis ocupacionais, funções e traços do sexo ‘oposto’. (...) refutam a identificação de tais indivíduos como um ou outro ‘homem’ ou ‘mulher’ e os consideram, em vez disso, como uma

‘criatura mista’ muitas vezes descrita como ‘homem/mulher’, ‘parte-homem/parte-mulher’ ou ‘não-homem/não-mulher’. (Cresswell, 2003, p. 140).

Estes estudos, conforme sustentam defensores da força cultural (Butler, 2002; Costa, 1994), dificultam a idéia da manutenção do gênero atrelado a um fator biológico como o sexo, bem como desconsideram a utilização da diferenciação de gênero no uso da manutenção do poder dentro de uma determinada sociedade. A diferenciação passa a ser vista como desigualdade e cria uma hierarquização, com a prevalência do masculino sobre o feminino.

(...) teorizar hierarquias sexuais em termos funcionais ou psicológicos, ou mesmo como um reflexo de limitações biológicas, minimiza considerações sociológicas que buscam explicar como diferenças de gênero são criadas e mantidas pelas próprias relações de gênero (isto é, pela interseção entre gênero e poder). (Costa, 1994, p.153)

O questionamento sobre a influência do fator biológico como determinante de gênero também é levantado por Foucault (1980) ao escrever sobre a trágica experiência do sujeito hermafrodita francês do século XIX, Herculine Barbin, que foi criado como mulher e quando este sujeito, já adulto, procura um médico em virtude de uma dor na virilha, desperta a atenção dos profissionais de medicina para seu estado. Uma junta médica realiza exames no sujeito descobrem que tal sujeito era somaticamente hermafrodita, mas decidem que tal sujeito, até então ‘feminino’ era na verdade ‘masculino’ e posteriormente esta decisão médica ganha um caráter ‘legal’. A história termina com o suicídio de Herculine. Na análise deste escrito Foucault (1980) postula que a pressão social para o sujeito enquadrar-se num modelo de sexualidade binário leva ao trágico desfecho por causa do momento histórico em que ela ocorre e se a mesma tivesse acontecido na Idade Média, seria mais bem aceita, numa perspectiva de uma mistura de dois sexos em um só corpo. Para Foucault (1980) a confluência do momento histórico (século XIX), com o diagnóstico médico e o discurso legal de que cada corpo pode ter um único sexo levou a tal desfecho.

Entretanto esta discussão entre gênero e cultura se incrementa quando Butler (2003) propõe que tal relação antecede à idéia de que o gênero é forjado dentro da cultura através da inscrição de um significado num sexo previamente dado, sendo o gênero o meio pelo qual um ‘sexo natural’ é produzido.

O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado (uma concepção jurídica); tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos. Resulta daí que o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza; ele também é o meio discursivo/cultural pelo qual a ‘natureza sexuada’ ou

um 'sexo natural' é produzido e estabelecido como 'pré-discursivo', anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra *sobre a qual* age a cultura. (Butler, 2003, p.25)

Goffman (1977), a partir de uma visão um pouco mais sistêmica cria um neologismo - "generismo" - através do qual ele pretende traduzir a idéia do desempenho de um comportamento individual ligado a uma determinada classe sexual, ou seja, uma prática ligada ao gênero enquanto classe. Esta idéia pressupõe que a identidade de gênero surge de elementos ligados à educação e não como sendo determinada pelos hormônios. Para Goffman (1977) o gênero se estrutura a partir da prática social e os padrões ligados ao mesmo são notadamente sociais e assim, como a estrutura social não é algo pré-ordenado, mas configurado no decorrer da história, a feminilidade e masculinidade, de igual forma são fatos historicamente mutáveis. Nas palavras de Acuña-Ferreira e Alvarez-López (2003, p.iii-iv) "gênero é concebido em um caminho dinâmico como uma realização contextual da existência das expectativas sócio-culturais no que diz respeito aos comportamentos de homens e mulheres". Mills (2000) compartilha da perspectiva de Goffman e aponta para a questão de gênero como um desempenho dentro de determinado grupo social, o qual avalia os comportamentos como sendo mais masculinos ou femininos e as restrições sociais aos mesmos.

Ao invés de olhar para o gênero como a posse de um conjunto de comportamentos que eram impostos sobre o indivíduo pela sociedade, como muitos teóricos essencialistas tem feito, muitas feministas agora tem mudado para uma posição onde elas vêem gênero como algo que é ordenado ou é desempenhado, e assim como espaço potencial de luta sobre percebidas restrições de papéis. (Mills, 2000, p.2)

Finalmente precisamos considerar que não podemos falar de diferenças entre homens e mulheres como se houvesse um 'homem universal' e uma 'mulher universal', antes existe uma multiplicidade feminina, assim como uma multiplicidade masculina. Mesmo os padrões considerados notadamente como masculinos, como por exemplo, a competitividade ou considerados como femininos, como por exemplo, a cooperação, se expressam de formas muito distintas em diferentes culturas, situações sociais e outros componentes. A competitividade entre homens canibais polinésios parece ser uma atividade muito distinta da competitividade entre homens italianos no flerte com uma mulher e ainda distinta da competitividade de monges orientais numa questão filosófica. Ainda que todos possam estar expressando alguma competitividade, seu comportamento diverge muito conceitualmente do comportamento de seu par em outra cultura. Também não poderíamos afirmar que o conceito de cooperação é o mesmo entre mulheres moradoras em favelas de palafitas no nordeste do

Brasil e entre mulheres da alta sociedade inglesa. O gênero tem entrelaços com a cultura, a etnia, a cor, a religião e outros componentes formadores desta identidade feminina e desta identidade masculina. Para Pierucci (2000, p. 130) “as relações de gênero que de fato acontecem na vida são sempre relações ‘sobredeterminadas’ entre subjetividades ‘complexas’”.

Esta discussão acadêmica entre o que precisamente é gênero e como ele se diferencia do sexo parece que vai se estender por um considerável tempo até as diversas correntes chegarem a algum acordo e é possível que se chegue à mesma conclusão que Butler (2003, p. 25), expressa nas seguintes palavras: “Se o caráter imutável do sexo é contestável, talvez o próprio construto chamado ‘sexo’ seja tão culturalmente construído quanto o gênero; a rigor talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nenhuma”.

2.1.2 Binarismo

A discussão teórica a respeito de sexo e gênero tem estado centrada sobre conceitos binários (homem x mulher / masculino x feminino) como sendo elementos individuais e estaticamente polarizados. As primeiras pesquisas feministas, no afã de encontrarem subsídios que diluíssem os pressupostos que validavam uma pretensa superioridade dos homens sobre as mulheres, acabaram re-enfatizando as diferenças binárias.

Olhando em particular para as primeiras pesquisas feministas, nós vemos como gênero é uma categoria assumida de diferenças binárias (...) elas explicam que as questões levantadas pelos teóricos assumem a existência do gênero, posicionando gênero como nitidamente dividido; categorias dicotômicas de macho e fêmea, masculino e feminino. Assim a teoria por si mesma impõe a noção de gênero não questionando como o gênero é formado, mas como ele é reproduzido. (Remlinger, 1999, p. 8)

Tal idéia nos leva a considerar a questão de gênero num paralelismo à questão de sexo e condicionando uma ligação estreita entre os dois conceitos. Se a morfologia nos empurra para a idéia que o oposto do homem é a mulher, o atrelamento deste conceito ao gênero nos condiciona a pensar que o oposto do masculino é o feminino, anulando-se a possibilidade da existência de um não-masculino que não seja necessariamente um feminino. Isso torna a discussão complexa especialmente quando avaliamos os atributos ou características menos demarcadas cultural e socialmente como estando vinculadas a um determinado gênero. A gentileza, por exemplo, pode ser considerada uma característica não-masculina e não-feminina ao mesmo tempo. Esta confusão foi explicitada, por exemplo, na reportagem de

Aleixo (2007, p. 16) da Revista *Época* que atribui uma “alma gay” ao vencedor do concurso Big Brother Brasil 7, “porque resgatou algo há muito perdido mas jamais esquecido: o mito do homem gentil”, mesmo reconhecendo no personagem uma figura definida como ‘tosca’, ou seja, “com os músculos definidos, os olhares cheios de testosterona, as mãos grandes e fortes, a promessa de um sexo inesquecível e de um macho protetor”. Para Butler (2003, p. 24), “a hipótese de um sistema binário dos gêneros encerra implicitamente a crença numa relação mimética entre gênero e sexo, na qual o gênero reflete o sexo ou é por ele restrito”.

A discussão das relações entre sexo e gênero é também reflexo entre os debates entre modernismo e pós-modernismo, entre a busca de verdades ‘universais’ e de estruturas aplicáveis ao mundo, afirmada pelo estruturalismo e o reconhecimento de todos os modos de pensamento afirmado pelos pós-estruturalistas.

Esta visão dualística a respeito do gênero decorre de uma percepção mecanicista e dicotomizada da realidade a partir de uma aplicação direta do pensamento das ciências exatas às ciências humanas. O modelo antropológico ocidental, formado a partir dos conceitos socráticos e aristotélicos da realidade e reforçado pelo pensamento cartesiano, tende a uma compreensão sempre binária da realidade. Para cada realidade instaurada busca-se o seu oposto binário e isso ocorre com conceitos tais como: hereditário/aprendido; natureza/cultura; sujeito/objeto; masculino/feminino. Vivendo dentro da cultura ocidental é difícil o entendimento que a realidade é um todo integrado e o que aparentemente são opostos, podem se conter mutuamente – como no símbolo oriental do Yang-Yin. Sendo a sexualidade e o gênero componentes intrínsecos da construção da identidade da pessoa, no contexto ocidental estes componentes são igualmente pensados de forma binária, fazendo com que a “noção de gênero e sexualidade e como eles são praticados seja construída e forçada essencialmente dentro destas categorias binárias” (Remlinger, 1999, p.11). Assim para vencer esta visão binária da realidade torna-se necessário uma visão crítica sobre a mesma. “O que aponta como questão central nesses debates é a necessidade premente de se pensar mais criticamente sobre as categorias dualísticas (ex: sexo/gênero, natureza/cultura, objeto/sujeito) que se encontram comodamente alojadas no bojo de nossas teorias” (Costa, 1994, p.166).

Gênero tem começado a ser teorizado por caminhos mais produtivos, mudando-se da crença na oposição binária e declarações globais acerca do comportamento de todos os homens e todas as mulheres para declarações mais focadas e mitigadas acerca de certos grupos de mulheres ou homens em circunstâncias particulares, os quais negociam dentro de certos parâmetros de comportamentos permissíveis ou socialmente sancionados. (Mills, 2000, p.2)

O gênero pode, e deve ser concebido de uma forma mais integradora, como componentes de um sistema mais amplo, ao qual poderíamos denominar de humanidade. Este sistema amplo possui elementos que funcionam simultaneamente em distintos vetores e vão tecendo a teia relacional à qual todas as pessoas estão atreladas. As expressões particulares destes elementos, aos quais podemos denominar de subsistemas, geram os contrastes e as aparentes diferenças, as quais, todavia, só são realçadas à medida que encontram o diferente. As diferenças de gênero são na verdade expressões deste subsistema (gênero) do sistema maior (humanidade) que, ao entrarem em relação provocam um desequilíbrio à unicidade, e que estão inseparavelmente ligados a outros subsistemas como etnicidade, classe social, nacionalidade, vizinhança, religião, família e tantos outros. Podemos afirmar então que “Diferenças são efeitos da mútua imbricação das várias categorias de identidade social (raça, classe, etnicidade, nação, etc.), as quais não podem ser agrupadas sob a égide da diferença sexual ou unicamente de gênero”. (Costa, 1994, p.168).

Nesta perspectiva levanta-se então a questão sobre o uso diferenciado da linguagem por estes distintos subsistemas humanos classificados como masculino e feminino e se este uso diferenciado se modifica em um contexto específico, como o contexto de uma entrevista terapêutica de casais – é o que procuraremos averiguar na seqüência.

2.2 Cap. 2 – Gênero e linguagem – as diferentes abordagens

Linguagem permeia tudo o que nós somos como seres humanos
(Hardman, 1993, p. 42).

A Lingüística tem polarizado um debate entre os que defendem que a linguagem é usada pelas pessoas e os que defendem a idéia que a linguagem é constitutiva das pessoas. O primeiro grupo, conhecido como “estruturalistas”, desenvolve-se a partir dos trabalhos de Ferdinand Saussure e procurava estudar a língua e sua estrutura, separando-a da fala, a qual considerava mutável. Procurava, desta forma, estudar estas estruturas e como as pessoas utilizavam a língua, sem aprofundar-se na fala o qual ele julgava problemático por ser mutante. Nas palavras de Lima (2008):

A lingüística de Saussure baseava-se no estudo da estrutura da língua, e do uso coletivo, comum a todos os falantes, desprezando o individual, por considerar que a língua é homogênea e dinâmica, enquanto a fala é mutável. Assim, separou em *langue* e *parole*, a fim de estudar a língua, como sistema e dedicou-se apenas ao primeiro caso, a *langue*. Para Saussure, a língua é um sistema homogêneo, um conjunto de signos exterior aos indivíduos e deve ser estudado separado da fala. Para ele, o estudo da fala seria problemático, por envolver todas as possibilidades imprimidas nela pelos falantes, impossibilitando sua análise científica. (LIMA, 2008, p.1)

Um outro grupo dentro da Lingüística, seguindo principalmente os estudos de Bakhtin, entendem que a linguagem, mais do que utilizada pelas pessoas, é o que as constitui na essência como seres humanos. Para Bakhtin (1982, p.334) “viver significa participar em um diálogo (...) O homem participa neste diálogo todo e com toda sua vida: com olhos, lábios, mãos, alma, espírito, com todo o corpo, com seus atos”. Bakhtin entende que o outro é que constitui aquilo que eu sou quando faz uma representação disto, ou seja, sem a presença do outro eu não gero a minha própria identidade e nem minha valoração pessoal. Ao mesmo tempo sou o constituinte do outro quando o percebo como ser diante de mim dentro de um contexto específico. Segundo Zoppi-Fontana (1997), a minha autoconsciência se dá a partir do outro.

Em efeito, segundo Bakhtin, a minha aparência é sempre construída a partir da representação que o outro produz de mim: a autoconsciência do meu ser no mundo só se dá através da compreensão ativa e valorativa do outro que me enxerga enquanto corpo exterior que se destaca do seu entorno (Zoppi-Fontana, 1997, p.118).

Efetivamente os defensores das idéias bakhtinianas consideram que as pessoas são constituídas de matéria discursiva e que em essência a criação do eu é feita através de uma introjeção de signos lingüísticos e não através da utilização dos mesmos. Para Votre (2002,

p.89-90), “cada um de nós se constrói e é construído com matéria discursiva, e nesse sentido, na nossa subjetividade e na nossa versão mais recôndita, somos ‘signos lingüísticos’ (...) o eu humano é criado através da utilização de um vocabulário, em vez de, adequada ou inadequadamente, se exprimir através deste”.

Não é o foco do presente trabalho expandir-se nesta discussão, reconhecendo apenas a existência da mesma, de forma que, as análises das questões de gênero e linguagem estarão focadas nas distintas teorias que abordam o tema, sejam estas mais estruturalistas ou mais bakhtinianas.

Entende-se no presente texto que gênero e linguagem estão entrelaçados na essência da pessoa humana desde seu nascimento – ou talvez antes deste, quando os pais ansiosamente procuram saber qual é o sexo do bebê e, a partir deste conhecimento começam a articular planos (comprar enxoval, pintar o quarto, etc.) que vinculam a existência daquele que nem veio à luz ainda, à sua morfologia sexual e, a partir desta, pela linguagem, vão reproduzindo conceitos culturais de gênero e moldando ao mesmo a existência do ser que está para nascer. Assim os pais vão, através de sua interação comunicacional ‘construindo’ o novo ser nascente e preenchendo-o com signos lingüísticos que irão desenhando a sua forma de ser no mundo.

Desta forma, as experiências discursivas que vão sendo introjetadas pelos novos seres que vêm ao mundo, possibilitam a construção da identidade de cada pessoa e dentro dos aspectos desta identidade, o gênero é, sem dúvida, uma das mais marcantes.

Simião (2000, p.61) afirma que “as pessoas constroem seus gêneros a partir de suas experiências discursivas, gênero é uma performance” e Petersen (1999, p.31) reforça esta idéia dizendo que “através da linguagem constrói-se a identidade de gênero”. A força ilocucionária vai tecendo as idéias sobre o que significa ser homem e o que significa ser mulher dentro de uma determinada cultura. Remlinger (1999, p.11) argumenta que “idéias sobre ser mulheres e homens são criadas, reforçadas e mudadas através de interações lingüísticas”. Entretanto deve-se levar em conta que há um corpo biológico sobre o qual esta identidade, masculina ou feminina, vai sendo lingüisticamente construída, o qual possui elementos norteadores que direcionam a construção desta identidade.

De forma circular e contínua, o uso da linguagem vai construindo a identidade da pessoa e moldando as formas como a linguagem deve ser utilizada dentro de um determinado sistema lingüístico-cultural, ou seja, as pessoas são ‘construídas’ através da linguagem e, ao mesmo tempo reproduzem esta linguagem na construção de novos seres. Também as dimensões do masculino e do feminino vão sendo construídas na identidade a partir das

experiências lingüístico-culturais às quais as pessoas vão sendo submetidas. Para Rose (2002, p.526), o masculino e o feminino fazem parte intrínseca de nossa experiência e a “linguagem é entendida de forma inseparável da experiência enquanto tradução da experiência”, e Lacroix (2002, p.9) realça que a diferença sexual é, “ao mesmo tempo a primeira e a mais universal. Sempre nos precede, atravessando não só o nosso corpo, mas a nossa língua”. Desta forma os elementos condicionantes culturais do gênero passam obrigatoriamente pelo uso que se faz da linguagem, a qual pode ser em maior ou menor grau, sexista.

Os conceitos de construção da pessoa a partir da linguagem estão elaborados sobre o que Bakhtin denomina de ‘dialogismo’⁴, conceito este de não simples compreensão. Bakhtin constrói sua teoria em função do modo como a linguagem é constitutiva para os seres humanos e como, para ele, a mesma determina a existência e o comportamento das pessoas. O que caracteriza esta função constitutiva é a orientação da palavra na interação com os discursos alheios. Nesta perspectiva, quer o falante na sua individualidade quer o respectivo discurso são concebidos não isoladamente, mas em contexto e em relação, e ambos são encarados como ocupando um lugar único, irrepetível e historicamente determinado. Para Faraco (2007) o termo ultrapassa a idéia de apenas um conceito e torna-se uma visão de mundo, nas palavras do autor:

(...) Preferimos nos incluir entre aqueles que entendem o dialogismo como uma *Weltanschauung*⁵, como um olhar compreensivo e abrangente do ser do homem e de seu fazer cultural. Um olhar que não está mirando apenas aspectos desse real, mas pretende captá-lo numa perspectiva de globalidade; que pensa a cultura como um vasto e complexo universo semiótico de interações axiologicamente orientadas; e entende o homem como um ser de linguagem (e, portanto, impensável sob a égide do divórcio homem/linguagem), cuja consciência, ativa e responsiva (e não mero reflexo do exterior, nem origem absoluta da expressão, mas *locus* dinâmico do encontro dialógico do externo e do interno), se constrói e se desenvolve alimentando-se dos signos sociais, em meio às inúmeras relações sociointeracionais, e opera internamente com a própria lógica da interação sócio-semiótica, donde emergem seus gestos singulares. (Faraco, 2007, p.101)

O pensamento sistêmico tem uma compreensão aproximada dos postulados bakhtinianos e/ou da análise do discurso. Bateson (1978) buscava incansavelmente descobrir um padrão de conexão entre as pessoas e partiu do conceito de comunicação como o

⁴ O dialogismo se faz presente nas obras do Círculo de Bakhtin de três maneiras: a) como princípio geral do agir – só se age em relação de contraste com relação a outros atos de outros sujeitos: o vir-a-ser, do indivíduo e do sentido, está fundado na diferença; b) como princípio da produção de enunciados/discursos, que advêm de “diálogos” retrospectivos e prospectivos com outros enunciados/discursos; c) como forma específica de composição de enunciados/discursos, opondo-se neste caso à forma de composição monológica, embora nenhum enunciado/discurso seja constitutivamente monológico nas duas outras acepções do conceito. (SOBRAL, 2005, p.106)

⁵ Visão de mundo

responsável por este padrão. Em sua forma de entendimento seus postulados se aproximavam bastante dos conceitos bakhtinianos de construção a identidade a partir da alteridade. Todavia os padrões de comunicação mostraram-se insuficientes para Bateson explicar a complexidade dos processos que ocorrem na interação entre as pessoas e entre pessoas e seu contexto. Procurou em seu escrito sobre ‘Mente e Natureza’ (Bateson, 1987) contemplar o processo evolutivo de forma sistêmica e demonstrar que o processo da evolução compartilha características-chaves com outros processos sistêmicos, inclusive o do pensamento, ou seja, “que pensamento e evolução são, em um sentido importante, análogos: compartilham um ‘modo de ser que os conecta’, de forma que concentrar-se em suas semelhanças levará a significativos e novos pontos de vista com respeito a cada um destes fenômenos.” (Bateson e Bateson, 1989, p.21). Finalmente Bateson deixa um escrito interrompido por sua morte precoce (“El temor de los Angeles” – completado por sua filha Mary Catherine) sobre a busca deste padrão elaborando um conceito ao qual ele denominou de ‘o sagrado’, no qual descreve a essência do ser como uma relação sistêmica que ultrapassa os elementos da linguagem.

Uma grande preocupação de pesquisadores, de linha mais estruturalista, na área do uso da linguagem tem sido em investigar se homens e mulheres utilizam a linguagem de formas distintas e quais as conseqüências sócio-culturais de um eventual uso da mesma. Muitos pesquisadores dão como absolutamente inquestionável o fato que homens e mulheres fazem uso da linguagem de forma diferente em todas as culturas, e que o elemento a ser pesquisado é a natureza de tais diferenças. Reid, Keerie e Palomares (2003, p.210) afirmam que “best-sellers, estereótipos, observação casual e freqüentes pesquisas empíricas nos dizem que homens e mulheres usam a linguagem de forma diferente”.

Diferenças sexuais no uso da linguagem tem sido o segundo tema na pesquisa sobre linguagem e gênero neste século (...). O resultado tem sido um reconhecimento geral que homens e mulheres diferem no uso da linguagem. Entretanto não há um consenso sobre a exata natureza das diferenças ou qualquer consenso sobre as explicações teóricas das mesmas. (Weatherall, 1998, p.1)

Esta discussão cresceu rapidamente nas últimas décadas do século XX, levando os pesquisadores a elaboração de várias teorias a fim de explicarem o comportamento de homens e mulheres no uso da linguagem. Abu-Lughod e Lutz (1990), por exemplo, entendem gênero como um construto social, culturalmente delimitado, que faz homens e mulheres adotarem comportamentos comunicativos próprios para a expressão da emoção. Todavia as próprias teorias que têm sido propostas para tentar explicar o uso da linguagem diferente a partir das diferenças de gênero tem sido objeto de críticas no campo das pesquisas lingüísticas,

especialmente pelos pesquisadores e pesquisadoras feministas, que argumentam que as teorias têm sido sexistas e servido ao propósito da manutenção da dominância machista. Para Weatherall (1998, p.1), “os primeiros trabalhos sobre sexismo no envolvimento com a linguagem documentam os vários caminhos nos quais a linguagem pode se compreendida como sendo sexista”. Da mesma maneira Hardman (1993, p.44) alerta para o fato que “sexo e/ou gênero é marcado, em Indo-Europeu, pela variação sexista, na qual o masculino é visto como o protótipo e o feminino como a derivativa secundária, como que se o masculino for conhecido, o feminino pode ser descrito com referência a ele, ou construído dele, mas não vice-versa”.

Outros autores, menos preocupados com as implicações culturais do uso da linguagem por homens e mulheres centram-se nos problemas comunicacionais e mal-entendidos que eventualmente podem ser derivados de um uso distinto da linguagem. Estruturam-se assim as duas principais correntes do final do século XX que avaliam o uso distinto da linguagem por homens e mulheres, havendo ainda uma terceira abordagem, menos enfatizada, que alguns autores desconsideram ou a incorporam dentro de uma das duas principais. As três grandes correntes de análise do uso da linguagem são a teoria do déficit, a teoria da dominância e a teoria da diferença. Segundo Ostermann, (2006, p.15) “até os anos 1990, os estudos sobre as relações entre linguagem e gênero social desenvolveram-se sob três perspectivas teóricas principais: déficit, dominância e diferença” em contraposição, Acuña-Ferreira e Alvarez-López , (2003, p.iii) propõe que “as pesquisas centradas na análise de gênero e conversação em interação estão divididas em duas principais abordagens: a abordagem da *dominância* e a abordagem da *diferença*”.

Atualmente existem duas maneiras de focar as diferenças de gênero nos estilos de conversação: um se afirma no fator de dominação e outra no fator cultural. O primeiro enfoque (...) destaca a divisão desigual de poder na sociedade: os homens têm mais poder social, o qual lhes permite definir as situações e dominá-las. (...) O enfoque cultural (...) firma-se na socialização: homens e mulheres aprendem diferentes métodos de comunicação e desenvolvem estilos de conversação distintos porque pertencem a subculturas diferentes. (Claes, 1999, p.486)

Embora não haja uma plena concordância entre os autores se seriam duas ou três correntes principais que analisam as diferenças do uso da linguagem entre homens e mulheres e suas razões de existirem tais diferenças, o certo é que todas as perspectivas têm por assentado que tais diferenças existem e que interferem no processo comunicacional. Ostermann (2006, p.16) afirma que “estudos dentro destas abordagens têm-se preocupado principalmente em investigar *diferenças* entre as formas de falar de homens e mulheres.

Contudo o pressuposto de que tais diferenças de fato existam pode ter tornado parciais seus métodos analíticos e seus resultados” e Coulthard (1991, p.8) é categórico quando coloca que “poucas pesquisas foram realizadas sobre variações que dependem do sexo (...). Agora, no entanto, já é evidente que homens e mulheres não falam exatamente da mesma maneira”.

O assumido é que existem diferenças essenciais entre homens e mulheres, e sobre estas diferenças, circula o uso da linguagem. Por causa das diferenças inerentes (sejam biológicas, culturais ou de sócio-desenvolvimento), homens e mulheres vêem o mundo de forma diferente, usam a linguagem de forma diferente e, como resultado, tem dificuldades de comunicação. Este mesmo argumento é visível em um número de teorias acadêmicas que discursam sobre diferenças de gênero em termos de teorias de sub-cultura e/ou desenvolvimento-social. (Reid, Keerie e Palomares, 2003, p.214)

Mesmo que lingüistas, sociolingüistas e pragmaticistas da linguagem até o presente dêem por assentado que homens e mulheres utilizam a linguagem de formas diferentes – seja qual for a razão que os leve a essa utilização – tais afirmações ainda são passíveis de exames críticos que levem em conta as variáveis culturais, étnicas, sociais e especialmente contextuais nas quais se utiliza a linguagem. Ladergaard (2004, p. 2004), afirma que: “Apesar de numerosos exemplos na literatura sobre diferenças na linguagem de homens e mulheres, também há evidência que não existem diferenças de gênero nas competências sociolingüísticas e muita sobreposição no uso”.

Observando-se a partir da ótica da Teoria dos Sistemas, poderíamos sugerir que, na impossibilidade de se generalizar e universalizar a questão de gênero e linguagem, cada pessoa construiria um idioleto distintivo e único, fruto de sua própria constituição lingüística – no conceito bakhtiniano – ou da utilização da mesma – no conceito estruturalista, independentemente se este outro seja do gênero oposto. Se tal proposta for plausível, pode-se concluir que o que efetivamente definiria as principais diferenças na linguagem de homens e mulheres seria o contexto no qual a mesma está sendo empregada, o qual nortearia uma tendência à cooperação ou à competição; um maior ou menor uso do poder na interação e/ou a utilização de uma linguagem mais ou menos polida. O desenvolvimento da presente pesquisa parece fornecer indícios que tendam para uma dupla possibilidade: por um lado indícios de apoio à idéia de uma linguagem universal atrelada ao gênero, como vem sendo discutida por alguns pesquisadores da área, dando por certa a existência de uma linguagem masculina em contraposição a uma linguagem feminina, sendo que a divergência seria, segundo os autores que seguem nos capítulos abaixo, a origem de tais diferenças. A outra possibilidade seria a utilização de uma linguagem contexto-dependente, que poderia ser nomeada de mais masculina ou mais feminina, mas não estaria atrelada ao gênero do falante, sendo que, neste

caso, o que chamaríamos de uma linguagem mais feminina poderia ser vinculada a um falante do gênero masculino e vice-versa, sendo o determinante principal os contextos onde tal linguagem acontece.

2.2.1 Abordagem do déficit

A primeira abordagem sobre o uso distinto da linguagem por homens e mulheres foi proposta por Robin Lakoff em 1975 e ficou conhecida como a abordagem do déficit. Esta perspectiva indica que as mulheres têm um estilo conversacional inferior ao utilizado pelos homens e que este estilo traz complicações na compreensão de uma conversa inter-gêneros. Lakoff utiliza o termo estilo numa forma ampla, para o autor “o termo em si sugere uma coerência, uma entidade holística”. (Lakoff, 1977, p.222).

Lakoff (1975), estudando a linguagem das mulheres de maneira detalhada, identificou algumas características lingüísticas, as quais, segundo a autora eram particulares do estilo de linguagem feminino, e se caracterizavam por nove formas distintas, a saber: palavras relacionadas ao interesse feminino, adjetivos ‘empáticos’, apêndices, limites, intensificações, hiper-correta gramática, formas super-polidas, evitação do humor e fala hesitante. Estas características compõem o que Lakoff (1977) denomina de um ‘estilo lingüístico’, e para Lakoff (1977, p. 225) (...) “estilo de linguagem anda de mãos dadas com outras escolhas de comportamento”.

Eu desejo falar acerca do estilo das mulheres de distintos pontos de vista: primeiro como uma ilustração de como estilo lingüístico e estilo de comportamento normalmente coincidem; segundo como uma instância de conflito, para muitos de nós no presente, entre estilo como nossa percepção das expectativas do mundo externo sobre nós e nossa própria luta por coerência interna. (Lakoff, 1977, p.223)

O que Lakoff pretendia demonstrar em suas pesquisas é que existe certo grau de expectativa dentro de uma determinada cultura de que mulheres se utilizem determinados estilos lingüísticos e homens de outros estilos, e que estes estilos refletiriam alguma forma de comportamento, o que não impediria de mulheres e homens fugirem a estas expectativas.

Quando eu digo que estas características ‘caracterizam’ a fala das mulheres, eu quero dizer que é esperado que a mulher nesta cultura fale deste modo. É perfeitamente possível que muitas mulheres de fato não o façam; mas como este modo de expressão é percebida como a norma, ele levaria a uma mulher excepcionalmente segura de si a não sentir nenhuma angústia de não falar como se supõe que uma mulher fale”. (Lakoff, 1977, p.225)

Lakoff deixa claro que sua pesquisa foi delimitada às mulheres de classe média norte-americana, abrindo assim a possibilidade de as características levantadas em sua pesquisa não sejam adequadas para outras culturas e outras classes sociais. Igualmente Lakoff (1977, p. 225) afirma que o “comportamento lingüístico, como outras facetas da personalidade, é fortemente influenciado pelo treino e educação” embora abra a possibilidade para que algumas das características apontadas sejam de natureza inata. “É possível, como eu tenho assinalado em outro lugar, que algumas destas características distintivas sejam inatas”. (Lakoff, 1977, p.225).

O autor analisa o estilo lingüístico sob as variantes que ele denomina: lexicais, fonológicas e sintático-pragmáticas, entendendo que as mulheres desenvolvem um vocabulário mais extenso dentro de áreas que seriam de maior vivência feminina como a culinária, a moda e decoração e que também utilizam em sua fala intensificadores e eufemismos mais freqüente que os homens. Igualmente Lakoff observa que, de uma maneira geral, as mulheres expressam com mais facilidade os sentimentos positivos e com mais dificuldade os sentimentos negativos.

Mulheres tendem a ter um vocabulário técnico extenso sobre moda, cozinha e decoração, e um vocabulário bem fraco para esportes, automóveis e negócios. É patente que este desequilíbrio seja diretamente atribuído aos papéis que se esperam que as mulheres tenham em nossa cultura, às funções que elas têm que cumprir. (...) Mulheres tendem a se sentirem mais livres que os homens para expressar amor, intimidade, ternura, e aflição, e menos liberdade para expressar raiva e hostilidade. É insensato discutir, como é algumas vezes e feito, que essa discrepância seja uma indicação da superioridade natural das mulheres. (...) Onde a linguagem dos homens tende, através de termos técnicos, evitar confrontações, a linguagem das mulheres utiliza eufemismos. (Lakoff, 1997, p.225-226)

Lakoff ainda afirma que a indiretividade é amplamente usada pelas mulheres em virtude de uma maior aceitação social de suas inseguranças. Tal uso é evidenciado muitas vezes através de perguntas em lugar de afirmações e hesitações em lugar de certezas e de evasivas em lugar de confrontações.

Mulheres são mais aptas que homens para usar uma pergunta quando há uma razão para essa escolha: a mulher tem tradicionalmente ganho confiança em sua cultura por apresentar-se como preocupada acerca de sua aceitação bem como sendo insegura sobre a exatidão do que ela diz, enquanto que os homens perdem credibilidade se ele projeta essas qualidades. (Lakoff, 1977, p.227)

O autor conclui seu trabalho reafirmando a idéia de que o estilo lingüístico adotado pelas mulheres de classe média norte-americana é um reflexo de sua auto-imagem. “Elas falam desta forma porque suas escolhas ao falar refletem sua auto-imagem” (Lakoff, 1977, p.225).

O trabalho de Lakoff tem sofrido inúmeras críticas em virtude de atribuir uma valoração à fala das mulheres, qualificando-a como ‘inferior’ à fala dos homens. Embora a afirmação de Lakoff de que o estilo é ‘uma entidade holística’ conduza a uma idéia integradora, em seguida o próprio autor fala em ‘estilos’ (masculino e feminino) e perde a perspectiva holística que ele mesmo propõe. Entendendo o estilo como uma expressão do próprio comportamento, as generalizações se tornam pouco prováveis, pois o comportamento humano, em sua complexidade, não pode ser limitado a uma simples polarização: comportamento masculino x comportamento feminino, como visto nos capítulos anteriores.

Invariavelmente a classificação leva a uma estigmatização, uma vez que tende a atribuir juízos de valor aos elementos classificados – que é o que ocorre como trabalho de Lakoff, que atribui a qualificação de ‘inferior’ ao estilo da fala feminina. O questionamento que se pode levantar é: inferior a que? Quem determina estes valores sociais? A fala então se apresenta com um nível de complexidade cuja análise, se reduzida a fatores como masculino e feminino, amputará uma quantidade de variáveis e resultará em uma ‘aberração’.

2.2.2 Abordagem da dominância

A abordagem da dominância traz para o campo da Linguística as questões das relações de poder entre os gêneros, extensamente debatidas em outras áreas de estudos das relações humanas e que foi amplamente combatida pelas feministas na chamada ‘segunda onda’ do feminismo do século XX, no final da década de 50 e início da década de 60 daquele século e que adentrou o século XXI ainda com grande força, em especial nos países do hemisfério sul.

A primeira teoria sobre poder foi formulada por Zimmerman e West (1975) – afirma que homens produzem mais interrupções na conversação com mulheres e é explicada pelos autores como uma relação de dominância social-estrutural. Na perspectiva da dominância, numa sociedade com distribuição desigual de poder e dentro da qual os homens impõem as normas da relação social, a linguagem é uma das formas de manutenção do poder masculino sobre o feminino. Todavia nem todos os pesquisadores do tema concordam com Zimmerman e West. Para Reid, Keerie e Palomares (2003), por exemplo, “esta posição é facilmente contraposta pela evidência que interrupções podem ser usadas para promover solidariedade e a evidência que as mulheres interrompem os homens mais freqüentemente que o contrário quando a discussão é sobre um tópico feminino”. (p.212)

A perspectiva de dominância, que surgiu nos anos 1970, argumenta que o status “inferior” do estilo conversacional das mulheres, na verdade, origina-se da dominância social dos homens sobre as mulheres. (...) Ao trazerem relações de poder como assunto central para a discussão de linguagem e gênero social, pesquisas dentro dessa perspectiva teórica orientam-se para a demonstração de como as mulheres têm um espaço menor e menos importante no campo lingüístico. (Ostermann, 2006 p. 15-16)

Os defensores da perspectiva da dominância afirmam que os homens utilizam a linguagem essencialmente para produzir uma competição e prevalecer sobre o seu semelhante, enquanto que as mulheres utilizam a linguagem para dar suporte e estímulo à conversação do seu interlocutor. Isso decorre do processo de socialização na cultura ocidental, onde os meninos são educados desde cedo para competirem e demonstram isso através de brincadeiras de lutas e diversos tipos de competição, enquanto as meninas são educadas para desenvolverem proximidade e intimidade, revelando isso em suas brincadeiras de cuidado e atenção com as bonecas. Através deste tipo de socialização lúdica estaria implícita a utilização de uma linguagem mais adequada a cada um dos padrões sociais utilizados ligados ao gênero e que igualmente funcionaria para a perpetuação do poder dos homens sobre as mulheres na sociedade ocidental.

Para a abordagem da diferença sexual no uso da linguagem, a perspectiva da dominância é que o grupo de características identificadas como linguagem feminina não é uma função do gênero, mas uma função de poder. (...) pode ser resumida nos conceitos de rapport ou conversação cooperativa x report ou conversação competitiva (...). Meninas e meninos são programados para brincar predominantemente em grupos sexuais do mesmo sexo e como resultado culturas específicas de gênero são pensadas envolvendo um único padrão comunicacional. De acordo com esta visão, a sub-cultura feminina cria e mantém relacionamentos de proximidade e igualdade (...). Homens, por outro lado, vem de uma cultura onde eles têm aprendido afirmar uma posição de dominância, atraindo e mantendo uma audiência e enquanto eles precisam afirmar a si mesmos através de interrupções enquanto outra pessoa tem a palavra. (Weatherall, 1998, p.2-3)

Uma teoria de poder mais sofisticada é oferecida por O’Barr (apud Reid, Keerie e Palomares, 2003), na qual propõe que o uso da linguagem experimental (ou indireta) reflete o status sócio-econômico dos falantes. Apesar de existir alguma evidência que mulheres usam mais linguagem experimental que os homens, isso é porque homens geralmente têm status sócio-econômico maior que as mulheres. Esta abordagem também apresenta algumas dificuldades, como a falta de mecanismos teóricos para explicar como mulheres ou outras categorias étnicas ou sociais que usam a linguagem experimental podem obter influência social – nesta abordagem “a única forma que as mulheres podem ser influentes é adotando uma linguagem não-experiencial” (Reid, Keerie e Palomares, 2003, p.213).

Uma terceira teoria da abordagem do poder/dominância é apresentada por Henley e Kramarae (apud Reid, Keerie e Palomares, 2003) e não é tanto um modelo de comunicação

inter-gêneros como uma abordagem crítica das teorias existentes. Esta teoria chama a atenção para a necessidade de se observar a hierarquia no discurso de gênero e a exploração das mulheres pelos homens. Da mesma forma que O’Barr as diferenças de gênero no uso da linguagem não são atribuídas a alguma coisa acerca do gênero, mas, ao invés disso, à desigualdade de poder, todavia este poder não é o do status socioeconômico e sim da desigualdade mais ampla entre homens e mulheres.

Butler (2003) defende que a idéia de que “para a teoria feminista, o desenvolvimento de uma linguagem capaz de representá-las completa ou adequadamente pareceu necessário, a fim de promover a visibilidade política das mulheres”. (p.18)

2.2.3 Abordagem da diferença ou das duas culturas

Outra abordagem comum para gênero e linguagem é a abordagem da diferença, também denominada por alguns como abordagem transcultural, intercultural ou de sócio-desenvolvimento. Esta abordagem, defendida especialmente por Maltz e Borker (1982) e Tannen (1990), afirma que homens e mulheres fazem parte de diferentes sub-culturas sócio-lingüísticas porque aprendem diferentes métodos de comunicação e conseqüentemente acabam por desenvolver estilos diferentes de conversação.

Tannen (1990) chama a atenção do público em geral com um livro onde ela explica os numerosos casos de “mal-entendidos” na comunicação de pares heterossexuais invocando diretamente para estas diferenças do estilo interacional entre mulheres e homens. Entretanto esta nova perspectiva não foi recebida com o mesmo entusiasmo no contexto das pesquisas sobre gênero e linguagem. Enquanto os estudos citados acima centraram o papel da linguagem na articulação das desigualdades, o assim chamado “modelo de duas culturas” ignora totalmente o poder masculino. (Acuña-Ferreira e Alvarez-López, 2003, p. iii)

Hardman (1993, p.44) menciona o fato que, em seus escritos, “Tannen lida com a intenção na conversação, especificamente que mulheres falam para formar comunidades, homens para formar hierarquias”. De forma resumida pode-se dizer que, segundo esta abordagem, as mulheres são socializadas com uma forte ênfase na interdependência, na comunhão e na cooperação e, conseqüentemente, utilizam uma linguagem voltada para a conversação e relacionamentos. Por outro lado, os homens são socializados para adquirirem a independência, a separação e a competição e por isso, conseqüentemente, usam uma linguagem orientada para tarefas e controle. “Mulheres interagem sendo polidas e cooperativas na busca da conexão e solidariedade, enquanto homens competem para a aquisição de status”. (Acuña-Ferreira e Alvarez-López, 2003, p.iii). Claes (1999, p. 497)

reafirma esta idéia ao propor que: “a perspectiva transcultural nos ensina que os homens e as mulheres habitam mundos substancialmente distintos, porque tem estilos de conversação diferentes: para Tannen o modo de falar feminino dá importância às relações e o masculino aos fatos”.

Essa forma de argumento tem sido exemplificada na obra de John Gray (1995), “Homens são de Marte, Mulheres são de Vênus”. A principal crítica que se faz a esta abordagem é porque a mesma não consegue explicar porque homens e mulheres usam estas formas “padrões” de linguagem, pertinentes ao seu processo de socialização em algumas ocasiões e não as utilizam em outras ocasiões ou ainda porque em muitas ocasiões homens e mulheres usam as formas lingüísticas do outro gênero. Costa (1994, p. 155) ainda acrescenta que “(...) o discurso sobre ‘mundos separados’ põe demasiada ênfase na diferença negligenciando as importantes semelhanças entre os seres humanos (...). Essa perspectiva pressupõe que só existe uma ‘voz ou cultura feminina’ homogênea. (...) somente nos é possível falar de uma multiplicidade e diversidade de ‘vozes femininas’”.

Assim, na perspectiva da teoria das diferenças ou transcultural, os estilos de interação dentro de uma conversação são extremamente díspares.

As mulheres esperam que alguma vez caiba a elas o turno da conversa e que o desfecho seja equitativo, enquanto os homens competem por destacar-se para que haja um ganhador. Por isso os homens interrompem às mulheres (e a outros homens) em uma discussão e as mulheres tenderão a emudecer após uma interrupção. (Claes, 1999, p. 497)

Outro elemento que é explicado a partir da teoria transcultural é a quantidade de fala produzida por homens e por mulheres quando em interação. Popularmente cria-se o mito de que as mulheres falam muito mais que os homens e que isso advém das diferenças de socialização, onde o homem é criado para a vida pública, na qual a quantidade da fala deve ser reduzida e a mulher é criada para a vida privada, onde a fala pode ser mais livre e em maior quantidade. Hardman (1993, p.44) contesta estes dados afirmando que “estudos que tem se voltado para o mito da quantidade da fala das mulheres mostram, com grande constância, que na maioria das conversações com sexos mesclados esta quantidade aponta para o homem”.

Bergvall (1999) lembra que best-sellers como o de Deborah Tannen, “You Just Don’t Understand: Women and Men in Conversation” (1990), foram rapidamente aceitos porque alguns sociobiólogos utilizaram as afirmações do livro para darem suporte às suas teorias de que as diferenças nos cérebros masculino e feminino são o resultado de um processo

evolutivo do uso da linguagem e que tais argumentos parecem difíceis de ser refutados visto que possuem uma aparência científica. Entretanto, segue Bergvall (1999), estas propostas são superinterpretações e meras inferências, pois não há cérebros fossilizados para serem comparados com os atuais.

2.2.4 Outras abordagens:

O final do século XX traz consigo um redirecionamento nas pesquisas acerca da relação gênero-linguagem, especialmente pela força dos movimentos de gênero – os movimentos feministas e os movimentos de ativistas homossexuais – colocando o foco da discussão muito mais sobre a possibilidade ou não de se falar em gêneros sociais de uma forma binária. Masculino e feminino passam a ser definições questionáveis de gênero e a discussão desloca-se para a possibilidade de construção do gênero social a partir do uso da linguagem. Segundo Ostermann (2006, p.16), “as pesquisas nos anos 90 tomaram um novo rumo, principalmente ao desafiarem relações essencialistas entre linguagem e gênero social. Nos últimos 15 anos, em particular, tem havido crescente interesse em se considerar a complexidade de questões envolvidas em “fazer-se” gênero por meio da linguagem.

Em especial o artigo de Eckert e McConnel-Ginet (1992) produziu reflexões acerca do conceito estabelecido de uma fala masculina em contraposição a uma fala feminina e introduziram o conceito de ‘comunidade de prática’, que propõe as expressões de gênero entre grupos são aprendidas e mutáveis e que a identidade de gênero está relacionada à participação dos indivíduos nas comunidades de práticas. Assim as diferenças seriam elementos naturais, pois o gênero é ‘gerado’ na interação e seu entendimento somente ocorre na fala situada.

O artigo de Eckert e McConnel-Ginet, intitulado “Pense praticamente e olhe localmente: linguagem e gênero como práticas de comunidade”, (minha tradução do título) foi bastante influente na mudança de foco das pesquisas de linguagem e gênero para a discussão da diversidade. O artigo critica o binarismo de “estilos *masculino e feminino* de falar”. (...) A noção de comunidade de prática assume que gênero é “ocasionado” dentro da interação e que para o entendermos, portanto, é necessário olharmos para a fala situada. (Ostermann 2006, p.16)

Outra abordagem que procura explicar as diferenças no uso da linguagem por homens e mulheres é a Teoria da self-categorização elaborada por Turner (1987). Trata-se de uma abordagem social-cognitiva cuja base é a tentativa de compreensão do comportamento coletivo e que afirma que o mecanismo que sustenta todo e qualquer comportamento coletivo é uma subjetiva mudança na definição de self - de self como algo individual para self como um membro de um grupo.

O processo que governa esta mudança tem sido rotulado de *processo de despersonalização*. Isto não quer dizer a perda do self, mas, sem dúvida uma qualitativa mudança na concepção do self de diferenças idiossincráticas (realizadas num contexto social intra-grupal) para uma identidade compartilhada como membro do grupo (realizada num contexto social intergrupalo). O mecanismo que governa esta mudança é descrito como *processo de ajuste*. Ajuste seguido de uma interação de componentes individuais (prontidão perceptiva), cognitiva (ajuste comparativo) e social (ajuste normativo). (Reid, Keerie e Palomares, p.215)

Desta forma, em grupos sociais haverá sempre uma tentativa de ajuste da linguagem em base da percepção individual que cada pessoa tenha do processo grupal e a pertinência social do uso de determinada linguagem e não especificamente um estilo lingüístico atrelado ao gênero social do falante. Para Turner (1987) a informação é sempre baseada em uma comparação social inter-grupal onde as similaridades intra-grupais e as diferenças inter-grupais são acentuadas. Disso decorre o fato que as mulheres procuram ajustar sua linguagem à linguagem dos homens quando dentro de um contexto de grupo, a fim de serem incluídas no mesmo, ao invés de manterem um estilo lingüístico próprio que as diferenciaria enquanto gênero social.

Costa (1994, p.159) nos oferece ainda outra via de abordagem, que ela intitula de ‘Relacional’, que se aproxima da teoria de self-categorização de Turner e do conceito de “comunidade de prática” de Eckert e McConnel-Ginet, por levar em conta o sistema social de relacionamentos dentro do qual os interlocutores se situam. Nesta abordagem o gênero é entendido dentro de um sistema dinâmico sexo/gênero, que é uma “constituição simbólica, histórico-cultural das diferenças anatômicas dos sexos (...) e forma uma rede através da qual o ‘self’ desenvolve uma identidade corpórea, um certo modo de ser num corpo e de viver o corpo”.

O gênero não é entendido como uma unidade binária (masculino/feminino), mas como um processo moldado por escolhas individuais e por elementos do contexto social onde ele se forja. A linguagem, enquanto atrelada ao gênero, também deixa de ser concebida como um sistema monolítico e binário para ser apreendida como “configurações complexas, múltiplas e heterogêneas”. (Costa, 1994, p.161). Para a autora, “as diferenças e semelhanças no discurso de homens e mulheres seriam, então, concebidos em termos de freqüências, de limites sobrepostos, de contradições, e compreensíveis apenas em relação às estratégias lingüísticas que os interlocutores utilizam”. (Costa, 1994, p. 161). Reid, Keerie e Palomares (2003), por exemplo, afirmam que o uso de uma linguagem mais masculina ou mais feminina depende do

contexto social, mais ou menos competitivo, no qual a mesma é empregada, seja por homens ou por mulheres.

Com as perspectivas de início do século XXI deslocando a discussão do binarismo fala de homens x fala de mulheres e questionando o próprio conceito de estaticidade do gênero social, toda a investigação que se proponha a entender tal realidade deve obrigatoriamente ampliar seu conceito de gênero e romper com o modelo binário cartesiano e positivista e buscar uma compreensão mais ampla da realidade para dar sustentação às pesquisas.

Resumindo todos os trabalhos examinados nós podemos dizer que após o debate inicial sobre a questão da dominância ou a diferença entre mulheres e homens e a visão estática de gênero como uma categoria universal, pesquisas sobre linguagem e gênero caminham hoje em dia dentro de uma ampla estrutura que acentua a diversidade de formas nas quais diferenças e desigualdades entre mulheres e homens são formadas. (Acuña-Ferreira e Alvarez-López, 2003, p. v-vi)

2.3 Cap 3 – Teoria da Polidez

Falar sobre comportamento polido, lingüístico ou outro qualquer, é metapragmática
(Watts, 2003, p. xi).

Quando nos referimos ao termo ‘polidez’, evocamos diversas idéias e, embora possamos descrever diversos comportamentos como sendo polidos, a definição exata do termo não é muito simples. As definições variam desde aquilo que é considerado o socialmente correto – definição diferenciada de ‘polidez’ com o nome de ‘comportamento político’ (Martinez, 2007) – até as que descrevem polidez como a pessoa que se auto-esconde ou que tem receios de revelar-se como é (Watts, 2003). Assim como a definição de um comportamento polido pode ser entendido de diversas maneiras, a definição de uma linguagem polida também tem sido alvo de distintas definições. Não somente a lingüística tem se ocupado do estudo da polidez, mas o fato da linguagem expressar grande parte de nosso comportamento, o desenvolvimento da disciplina da pragmática no campo da lingüística tem estimulado os pesquisadores a investigarem o uso da polidez nas interações lingüísticas.

A polidez é, sem dúvida, um dos elementos basilares da vida em sociedade e, por isso, é considerada com um dos valores sócio-culturais mais importantes que pode ser expresso por meio da linguagem. (...) Enquanto objeto de investigação, a polidez há muito tem sido tratada por disciplinas como a psicologia, a antropologia e a sociologia. Na lingüística, o estudo da polidez somente se tornou possível com o advento da pragmática. (Oliveira, 2004, p. 272)

Autores como Blum-Kulka (apud Ladergaard, 2004, p. 2004) argumentam que “apreciações de polidez serão motivadas por determinantes culturais de desejos de face e graus variados de convenções lingüísticas”, enquanto outros como Eelen (2001, p.128) dão uma definição simples e curta: “agir polidamente... é igual a agir apropriadamente agindo de acordo com as expectativas do ouvinte”. Já para Mills (2000, p.5), “polidez não é somente um conjunto de estratégias lingüísticas usadas por indivíduos numa interação particular, é também o juízo feito acerca dos hábitos lingüísticos de um indivíduo; assim é um modo de se comportar bem como uma avaliação acerca de um indivíduo em uma interação particular”.

A polidez lingüística é entendida como resultante da necessidade humana de manter o equilíbrio nas relações interpessoais e a manifestação externa desta necessidade apresenta-se através de um conjunto de estratégias lingüísticas que podem ser utilizadas pelo indivíduo para aproximações ou distanciamentos e também para manejar com situações conflitivas com o interlocutor. Esta necessidade procura adequar-se ao contexto no qual a interação ocorre, ou

seja, depende das expectativas sociais sobre determinada interação. Tais estratégias lingüísticas foram inicialmente estudadas por lingüistas pertencentes a um grupo denominado de sociolingüistas interacionais e posteriormente por lingüistas conhecidos como pragmaticistas, os quais desenvolveram uma teoria para tentar explicar tais fenômenos, a qual se tornou conhecida como a ‘Teoria da Polidez’.

Esboços da Teoria da Polidez encontram-se inicialmente nos escritos de Goffman (1999) e posteriormente a mesma foi desenvolvida por Brown e Levinson (1987) e tem como eixo central o conceito de interação face a face e as estratégias que os falantes se utilizam nesta interação. Goffman nos aponta para o fato de que distintas situações sociais exigem das pessoas determinados comportamentos – situações as quais ele denominou de ‘frames’ – e que em cada um destes comportamentos a pessoa apresentará uma série de estratégias interacionais, as quais ele denomina de ‘face’. A idéia inicial de face proposta por Goffman inclui todos os comportamentos verbais e não-verbais inerentes à interação social. Brown e Levinson lançaram mão do conceito de face de Goffman, mas reduziram o mesmo ao âmbito exclusivamente lingüístico, e tentaram demonstrar que os falantes procuram preservar sua face e, simultaneamente, não utilizar de estratégias verbais que sejam agressivas à face de seu interlocutor, embora Fraser (1990) argumente que a maior parte das estratégias de polidez é realizada antes que o outro indique a necessidade que a mesma seja comunicada, ou seja, que não haveria uma “intenção consciente” na comunicação da polidez.

Tal idéia é reforçada nas pesquisas de Ide (1989) que afirma que existem dois tipos de polidez lingüística, um tipo que ela denomina de polidez volitiva e outro tipo que a autora chama de polidez de discernimento, sendo a de tipo volitivo governada pela intenção da pessoa na realização de estratégias verbais e a de tipo de discernimento regida pelo discernimento da pessoa ou pelas normas do contexto social na qual está inserida. No contexto da cultura japonesa, por exemplo, a polidez volitiva é expressa através de estratégias verbais e reflete a intenção do falante - do quão polido o mesmo deseja ser na situação e seu propósito é salvar a face do outro. Já o uso de certas formas lingüísticas, como os títulos honoríficos em japonês, ocorre através do discernimento do falante de tais contextos sociais e independem de seu desejo de ser ou não polido.

Formas lingüísticas sistematicamente codificam a percepção do falante sobre uma situação de comunicação, como a diferença de status entre o falante e o referente, ou o papel do falante na situação. Uma forma lingüística apropriada é selecionada em base a uma convenção social e é independente da intenção racional do falante. (Fukada e Asato, 2004, p. 1995)

Pode-se afirmar que no campo da lingüística atualmente existem vários focos de estudo sobre as questões da polidez. Um primeiro foco que avalia a polidez sob a ótica das máximas conversacionais de Grice; um segundo foco que se centra na idéia da polidez como um contrato conversacional, conforme proposto por Fraser e Nolen (1981), um terceiro e predominante foco que avalia a polidez como um ato de preservação da face, conforme proposto por Brown e Levinson (1987), um quarto foco se constrói sobre os conceitos de face de Goffman (1967), mas de forma distinta da teoria de Brown e Levinson, um quinto foco é denominado de visão da norma social e é defendido por autores como Ide, conforme citado no parágrafo anterior, e Watts, finalmente um sexto foco, defendido por Spencer-Oatey propõe examinar o fenômeno na perspectiva do ‘gerenciamento da concordância’ e dos princípios da sociopragmática interacional.

Grice (1975) propõe que é necessário que as pessoas em interação lingüística cooperem utilizando-se o que ele denomina de “Máximas Conversacionais”, a fim de se evitarem os mal-entendidos na comunicação. Quando uma pessoa faz sua contribuição em uma conversação como requerida, dentro do estágio em que a conversação está ocorrendo e de acordo com o propósito ou direção da troca conversacional na qual a pessoa está engajada, pode-se afirmar que esta pessoa está seguindo o ‘Princípio da Cooperação. As principais máximas levantadas por Grice são as máximas de “Quantidade”; de “Qualidade”; de “Relação” e de “Modo”. Embora seu principal foco de atenção seja na cooperação entre os falantes sob a ótica destas quatro máximas, o autor afirma que podem existir submáximas, como por exemplo, a “máxima de polidez”.

Grice (...) afirma que, em uma interação, os indivíduos observam um princípio geral, segundo o qual ‘deve-se fazer a contribuição tal como é requerida, no momento em que ocorre, pelo propósito ou direção do intercâmbio conversacional no qual se está engajado’. A este princípio Grice dá o nome de *princípio do cooperativismo*. (...) Grice afirma que há outras categorias de máximas e sub-máximas a serem consideradas em uma interação qualquer, como, por exemplo, o que ele chama de *máxima de polidez*. (Oliveira, 2004, p.273)

Tomando como base as máximas conversacionais de Grice e seu princípio de cooperação, Lakoff (apud Placencia e Garcia, 2007) propõe duas regras de competência pragmática: ‘seja claro’ e ‘seja polido’, sendo que esta segunda regra é subdividida por Lakoff em três sub-regras: ‘não faça imposições’; ‘dê opções’ e ‘produza bem-estar’, sendo que o falante decidiria qual destas três sub-regras seguir baseado na sua percepção da situação. Conforme Placencia e Garcia, (2007, p. 3) “Embora Lakoff não proponha uma definição explícita de polidez, a evitação do conflito está implícita nas primeiras duas regras, e

camaradagem na terceira.” Somente em seus escritos posteriores é que Lakoff define a polidez como um meio de minimizar o risco de confrontação no discurso (Placencia e Garcia, 2007).

Outro pesquisador que trabalha com a questão da polidez em base das máximas conversacionais de Grice é Leech (1983), que propõe um princípio de polidez e seis máximas interpessoais derivadas deste princípio. As máximas propostas por Leech são as máximas ‘de tato’; ‘de generosidade’; ‘de aprovação’; ‘de modéstia’; ‘de agrupamento’ e ‘de simpatia’, sendo cada uma delas acompanhada por submáximas que especificam o custo e o benefício para o ouvinte, para o falante ou para ambos. Também Leech afirma que tais máximas operam ao longo de uma série de escalas, definidas por Leech como sendo as escalas ‘de custo-benefício’; ‘de opcionalidade’; ‘de indiretividade’; ‘de autoridade’ e ‘de distância social’. Uma dificuldade na proposta apresentada por Leech é que não há uma definição clara de polidez em seu arcabouço de conceitos.

Já para Fraser e Nolen (1981) as pessoas em uma interação conversacional pressupõem certas regras para esta interação, constituídas de direitos e deveres e que darão as diretrizes de procedimento dos elementos na seqüência da interação. Segundo Oliveira (2004, p. 276) “Essas obrigações e direitos são regulados por uma espécie de *contrato conversacional* (...) constituído por dois tipos de termos: aqueles que são impostos socialmente e os que são definidos segundo as especificidades da situação, sendo que estes devem ser renegociados a cada interação”.

Alguns autores como Aston (apud Placencia e Garcia, 2007), seguindo os trabalhos de Brown e Levinson trazem para o campo da lingüística o conceito de ‘concordância positiva’ (positive rapport). Fazendo distinção entre concordância positiva e concordância negativa, o autor coloca que a concordância negativa é utilizada para atividades que apontam para relações hostis e conflitivas. O conceito de concordância positiva pode ser equiparado com a noção de polidez positiva de Brown e Levinson (vide abaixo), entretanto a polidez positiva é considerada por Brown e Levinson como essencialmente facilitativa, funcionando para facilitar a transferência de informação, para Aston o objetivo primário da polidez é o aperfeiçoamento da face (face-enhancement) por si. Ele foi um dos primeiros que destacou esta função da polidez de aperfeiçoamento da face, sem a existência da ameaça da face e também enfatizava a necessidade de olhar para a polidez como um fenômeno não somente do falante, mas como uma atividade conjunta no discurso ao nível das elocuições.

Também seguindo o trabalho de Brown e Levinson, Scollon e Scollon (apud Placencia e Garcia, 2007) propõem dois componentes ao conceito de face: o conceito de envolvimento e o conceito de independência, sendo o primeiro definido como o direito e a necessidade de cada pessoa de ser considerada como um membro normal da sociedade e o segundo enfatizando a individualidade dos participantes. Em base destes conceitos os autores definem três sistemas da polidez (ou da face): um sistema de deferência; um sistema de solidariedade e um sistema de hierarquia, que variam de acordo com o poder e a distância social entre os interlocutores. Com menor poder e maior distância social os agentes utilizam um sistema de deferência; com menor poder e menor distância social a interação é baseada num sistema de solidariedade e com maior poder e maior ou menor distância social o sistema utilizado é o da hierarquia. Os dois primeiros sistemas descrevem uma relação simétrica e o terceiro sistema descreve uma relação assimétrica. O modelo de Scollon e Scollon apresenta duas vantagens sobre o modelo de Brown e Levinson. A primeira delas é uma simplificação das categorias, tornando a análise mais fácil e a segunda é o reconhecimento que envolvimento e independência não são mutuamente excludentes, antes são projetadas simultaneamente em qualquer comunicação.

Culpeper (1996) propõe uma complementação ao trabalho de Brown e Levinson e desenvolve um modelo baseado no estudo da impolidez, propondo que, na maioria das atividades o conflito é a norma e que a impolidez ocorre com maior frequência que a polidez. Desta forma Culpeper também constrói um modelo paralelo, mas oposto ao de Brown e Levinson, constando de um grupo de super-estratégias que incluem as estratégias de impolidez positiva e de impolidez negativa, as quais são direcionadas para atacar a face positiva e a face negativa do interlocutor e causar desarmonia.

Outro autor que propõe uma complementação da teoria de Brown e Levinson é Chen (apud Placencia e Garcia, 2007) e seu modelo da auto-polidez. Para Chen, o trabalho de Brown e Levinson “ênfatiza em demasia a polidez orientada ao outro e negligencia o uso de estratégias utilizadas para manter, proteger ou aperfeiçoar a própria face, dado que a mesma também é vulnerável na interação e que atos de fala podem ameaçar a própria face” (p.12). A idéia de proteção da própria face é baseada no conceito de Goffman (1967) que propõe dois tipos de papéis para a preservação da face: o papel do respeito próprio e o papel da consideração para com os outros, que estão em um equilíbrio constante. Assim como Brown e Levinson e de forma bastante similar, Chen também propõe um conjunto de estratégias

direcionadas para a própria face, com a diferença que Chen não distingue polidez positiva de polidez negativa e coloca ambas sob a categoria de ‘com reparação’.

Seguindo o conceito de face de Goffman (1967), Arndt e Janney (apud Placencia e Garcia, 2007, p.7) “distinguem entre a polidez social e a polidez interpessoal”. Para os autores a polidez social seria constituída de regras que regulam os caminhos de uma conversação como mais ou menos apropriados, sendo tais regras definidas pela sociedade. Neste caso o foco principal de estudo não é a linguagem em si e sim a sociedade constituinte da linguagem. Já a polidez interpessoal não está ligada somente a um comportamento socialmente correto, mas envolve a avaliação das melhores vias para uma relação interpessoal. A este tipo de polidez os autores denominam de ‘tato’; sua expressão é culturalmente definida e seu objetivo é sempre evitar os conflitos. O tato está conectado com os que os autores denominam de ‘comunicação emotiva’ em contraposição ao conceito de ‘comunicação emocional’. Na ‘comunicação emocional’, segundo Arndt e Janney, a demonstração afetiva é espontânea e sua expressão física não é planejada, sendo resultado da externalização dos estados afetivos. Já na ‘comunicação emotiva’ as demonstrações afetivas são produzidas de forma consciente e utilizadas estrategicamente para influenciar a percepção e a interpretação dos outros acerca de eventos conversacionais, dentro das mais diversas situações sociais.

Autores como Watts (1989, p. 135) definem a polidez como um “comportamento determinado sócio-culturalmente com o objetivo de estabelecer e/ou manter em estado de equilíbrio as relações pessoais entre os indivíduos de um grupo social, aberto ou fechado, durante o processo contínuo de interação”. Nesta perspectiva, o foco não seriam os atos de fala individuais, mas as funções e significados que a polidez teria dentro de determinados grupos sociais ou, assim denominadas, comunidades de prática. Watts faz a distinção entre comportamentos que denomina de políticos e comportamentos que denomina de polidos, sendo o primeiro definido como aqueles comportamentos que os participantes utilizam em base de como percebem a interação social. Mills (2000, p. 5) argumenta que “somente indivíduos interagindo dentro de comunidades de prática que estão capazes de avaliar se um ato particular é polido ou impolido, e da mesma forma, tais interpretações podem estar sujeitas à discordância”.

Dentro desta visão, lingüistas feministas estariam menos interessadas na análise dos atos lingüísticos individuais entre indivíduos de gêneros distintos do que com a análise de uma comunidade baseada na perspectiva do gênero e desempenho lingüístico, que no caso da polidez deve então envolver o senso de polidez como tendo diferentes funções e significados para diferentes grupos de pessoas. (Mills, 2000, p.2)

Da mesma forma os pesquisadores do campo da lingüística transcultural afirmam que a Polidez lingüística em si mesma não é muito observável e sim o que se tem estudado são as violações das normas que determinam a polidez em um determinado grupo social. “A essência da polidez é que ela parece ser invisível” (Mills, 2000, p.5)

Finalmente uma perspectiva apresentada por Spencer-Oatey (2002) aborda o fenômeno da polidez sob a ótica do ‘gerenciamento da concordância’, onde entende o uso da linguagem não somente para a preservação da face diante dos atos ameaçadores da face (FTA’s), mas para construir, manter e/ou ameaçar relacionamentos sociais. Enquanto a teoria de Brown e Levinson está estruturada sobre os atos de fala⁶, “Spencer-Oatey propõe a análise do fenômeno dentro de vários domínios: o domínio do discurso (escolha do tópico); o domínio da participação (tomada de turno); o domínio estilístico (escolha de formas de direcionar); e o domínio não-verbal (contato visual), somados ao que denomina de domínio elocucionário que inclui os atos de fala” (Placencia e Garcia, 2007, p.14). Esta perspectiva está fundamentada em dois conceitos centrais: o conceito de face, derivado dos trabalhos de Goffman e o conceito de direitos de ‘sociabilidade’. Dentro do conceito de face são destacados dois aspectos: a qualidade da face, que se refere ao desejo das pessoas serem avaliadas positivamente no que concerne às suas qualidades pessoais – sua auto-estima; e a identidade de face, que se refere ao desejo das pessoas de terem sua identidade social ou seus papéis dentro da sociedade reconhecidos e valorizados – seu senso de valor público. Dentro do conceito de direitos de ‘sociabilidade’ Spencer-Oatey inclui os direitos de igualdade e os direitos de associação. Desta forma o trabalho de Spencer-Oatey procura dispensar uma atenção equilibrada entre o pessoal (conceito de face – já presente em Brown e Levinson) e o social (conceito de direitos de ‘sociabilidade’)

Constata-se, portanto, que o próprio termo “polidez” está longe de ser consensual entre os diversos estudiosos da lingüística e, por esta razão, focaremos o presente estudo nos conceitos da teoria de Goffman e da teoria de Brown e Levinson, pois os mesmos foram os conceitos que historicamente deram base para os demais e que, de uma forma geral, são os mais aceitos no meio lingüístico.

⁶ A Teoria dos Atos de Fala tem por base doze conferências proferidas por Austin na Universidade de Harvard, EUA, em 1955, e publicadas postumamente, em 1962, no livro *How to do Things with words*. O título da obra resume claramente a idéia principal defendida por Austin: dizer é transmitir informações, mas é também (e sobretudo) uma forma de agir sobre o interlocutor e sobre o mundo circundante. (...) cumpre salientar que a Teoria dos Atos de Fala trouxe para o foco de atenção dos estudos lingüísticos os elementos do contexto (quem fala, com quem se fala, para que se fala, onde se fala, o que se fala, etc.), os quais fornecem importantes pistas para a compreensão dos enunciados. (Silva, 2009, p.2 e 6)

2.3.1 Aspectos principais da teoria da face de Goffman

Uns dos primeiros lingüistas a se interessar sobre a forma como os indivíduos utilizam a linguagem em suas interações foi Erving Goffman. Goffman pode ser descrito de várias formas. Alguns o vêem como alguém enigmático, que não permite que publiquem as entrevistas que são feitas com ele, embora ao mesmo tempo nunca se recuse a dá-las; justificava-se dizendo que não queria ser pego pela mídia. Foi descrito como um ‘marginal da pesquisa, que não respeita as teorias nem os métodos sociológicos em vigor’ (Herpin, in Winkin, 1998). Com uma vasta coletânea de livros publicados, chegou a ser considerado um dos maiores escritores de sua época. Foi aluno de Birdwhistell, de quem aprendeu que “gestualidade e linguagem integram-se num *sistema* constituído por uma multiplicidade de modos de comunicação” no qual “(...) não é possível determinar uma hierarquia dos modos de comunicação segundo sua importância no processo interacional” (Winkin, 1998, p. 78).

Para Goffman (1999, p. 46) as pessoas estão constantemente representando um papel ao interagirem com o outro e este papel é condicionado por múltiplas variáveis como expectativas sociais, culturais, de gênero, etc. Desta forma o indivíduo obedecerá a certos ‘padrões ideais’ e terá que abandonar ou esconder os padrões que não sejam compatíveis com este ideal. Estes padrões de ação são denominados pelo autor de ‘linha’ (ou alinhamento) e que contém comportamentos verbais e não-verbais. Esta linha, mantida durante o contato com os outros tende a ser um tipo de “legitimação institucionalizada”. (Goffman, 1967, p.7).

Todas as pessoas vivem em um mundo de encontros sociais, envolvendo a si e ao outro em um contato face a face ou mediado com outros participantes. Em cada um destes contatos, ele tende a representar o que é algumas vezes chamado de a *linha* – isto é, um padrão de ações verbais e não-verbais através dos quais ele expressa sua visão da situação e, por intermédio desta, ele faz sua avaliação dos participantes, especialmente de si mesmo. (Goffman, 1967, p.5)

A representação dos papéis seguindo uma determinada linha ocorre nas interações sociais mais corriqueiras e por aparentarem serem espontâneas, atraem pouca atenção dos pesquisadores para seu conteúdo. Segundo Goffman estes encontros possuíam uma ‘vida’ em si mesmos e concluía que “o próprio estudo das interações não é o indivíduo e sua psicologia, mas, antes as relações sintáticas que unem as ações de diversas pessoas mutuamente presentes”. (Goffman, 1967, p.2)

Para Goffman, as interações sociais constituem a trama de certo nível da ordem social, porque elas se fundamentam em regras e normas, exatamente como as grandes instituições como a família, o Estado, a

Igreja, etc. Mas essas interações parecem tão banais, tão “naturais”, tanto para os atores sociais que as “desempenham” quanto para o observador que as estuda, que só alguns casos extraordinários, muito ritualizados, como os casamentos ou os enterros, costumam chamar a atenção. Ora é nos encontros mais cotidianos que se dão os desafios sociais mais ricos em ensinamentos (Winkin, 1998, p. 98)

De forma similar ao que Bateson fizera anos antes, Goffman passa um ano dentro de um hospital psiquiátrico (St. Elizabeth) interagindo com os pacientes sem uma postura de investigador, mas jogando cartas, conversando e comendo com eles e buscando a compreensão sobre os processos que ocorrem naquele espaço institucional e desperta a ira de psiquiatras ao descrever o hospital psiquiátrico como uma instituição totalitária (Goffman, 1974b) em um de suas conferências nos colóquios da Fundação Macy. Ele se propõe a estudar as interações ali ocorridas e escreve o trabalho “Interpersonal interactions”.

Goffman (1999, p.23) afirma que “a interação (isto é a interação face a face) pode ser definida, em linhas gerais, como a influência recíproca dos indivíduos sobre as ações uns dos outros, quando em presença física imediata”. Para o referido autor, diante de situações sociais nós temos certo número de possibilidades de atuação: confrontação, fuga, interação amigável, indiferença, etc., e utilizamos da avaliação da expectativa que os demais têm sobre nosso comportamento e procuramos adequá-lo ao contexto. A utilização da metáfora teatral levou Goffman a intitular seu trabalho de “análise dramática”, o qual o próprio autor afirma que ela é apenas um modo de abordagem da realidade e não uma teoria que ele propõe.

E assim, aqui a linguagem e a máscara do palco serão abandonadas. Os tabladros, afinal, são feitos para com eles se constituírem outras coisas e deveriam ser levantados tendo em vista sua demolição. Este trabalho não está interessado nos aspectos do teatro que se insinuam na vida cotidiana. Diz respeito à estrutura dos encontros sociais – a estrutura daquelas entidades da vida social que surgem sempre que as pessoas entram na presença física imediata umas das outras. (Goffman, 1999, p. 233).

Também o conceito de face é definido por Goffman (apud Salgado, 2003, p.319) como “o valor social positivo que uma pessoa reclama para si através daquilo que os outros presumem ser o alinhamento por ela adotado durante um contato específico, (...) uma imagem do self delineada em termos de atributos sociais aprovados”. É a imagem que apresentamos aos demais em nossas interações comunicativas sociais. Não se trata de algo localizado em seu corpo, mas algo que está localizado difusamente no fluxo de eventos que ocorrem em um encontro e se manifesta quando tais eventos são interpretados. Segundo Ostermann (2006, p.18) “a *noção de face*, originalmente introduzida por Goffman, é normalmente entendida na sociologia e na lingüística como “a imagem pública negociada, mutuamente garantida pelos participantes uns aos outros num evento comunicativo”, e está localizada no próprio fluxo de nossas comunicações do dia-a-dia.

Goffman (1967) afirma que a pessoa escolhe, a partir da natureza do encontro e das convenções sociais que permeiam o mesmo, algumas possíveis linhas de interação e dentro destas, ele terá possíveis faces à disposição. A partir destas escolhas, seus interlocutores irão pressupor que ele possui inúmeros atributos até o momento em que ele passe a atuar diante deles e os demais se tornem conscientes que ele não os possui e que apenas deu a falsa impressão de possuí-los – intencionalmente crêem alguns. Todavia quando a pessoa se encontra em uma situação na qual ela participa com pessoas com as quais não terá de encontrar-se novamente, sente-se livre para seguir linhas que possam desacreditá-lo no futuro ou mesmo sofrer humilhações sem a preocupação de embaraços em encontros futuros. A preocupação da pessoa na manutenção da face deve, para Goffman (1967, p.7) “levar em consideração seu lugar no mundo social que está ao seu redor”, colocando assim uma importância decisiva no valor do contexto para as interações e o uso da linguagem.

Dentro de uma determinada interação podem ocorrer desvios ao surgirem informações completamente fora da linha que a pessoa está seguindo e, em virtude disso, não se integram na conversação. A este fenômeno Goffman denominou de ‘erro de face’. Também é possível ocorrerem interações nas quais uma pessoa não siga uma linha esperada pelos demais co-participantes da interação, o que foi classificado por Goffman como estar ‘fora da face’.

Uma pessoa pode dizer que está em *erro de face* quando a informação é produzida, de algum modo, acerca de seu valor social, e não pode ser integrada, até mesmo com esforço, na linha que está sendo sustentada por ela. Uma pessoa pode dizer que está *fora da face* quando ele participa em um contato com outros sem ter pronta uma linha do tipo que os participantes naquela situação esperam tomar. O intento de muitas brincadeiras é conduzir as pessoas a apresentarem um erro de face ou ficarem fora da face, mas existem também certamente ocasiões sérias quando elas encontrar-se-ão expressivamente fora de jogo com a situação. (Goffman, 1967, p.8)

Quando uma pessoa sente-se adequada na interação e percebe que sua face está sendo levada em consideração, ela geralmente responde com sentimentos de confiança e segurança. Entretanto ao perceber que cometeu um ‘erro de face’ ou que está ‘fora da face’, a pessoa muito provavelmente se sentirá envergonhada e inferiorizada, seja pelo que ocorreu no momento da interação ou pelo que possa vir a acontecer com sua reputação. Para não permitir que os demais percebam que está passando por uma situação que lhe causa vergonha, a pessoa tende a suprimir e esconder este comportamento, com maior ou menor habilidade. Esta capacidade é denominada por Goffman (1967, p.9) de ‘postura’.

Há muitas razões pelas quais uma pessoa, em interação com outras, queira salvaguardar a sua face e a face dos demais com os quais interage. Ela pode querer salvar sua

própria face por causa da ligação do que está expressando com a imagem de self que possui; por causa de seu orgulho ou honra; por causa do poder de seu status presumido, etc. Ela pode querer preservar a face dos outros por causa de sua ligação emocional com eles; por achar que seus interlocutores têm um direito moral a esta proteção; ou simplesmente porque ela quer evitar uma possível hostilidade que possa ser dirigida contra si se seus interlocutores perderem suas faces. Cada pessoa, sub-cultura e sociedade parecem ter seu repertório característico próprio de práticas de salvar a face. Para Goffman (1967, p. 12) “manutenção de face é uma condição de interação, não seu objetivo”.

O trabalho de face é o estudo das estratégias comunicativas que as pessoas que estão em uma determinada interação social utilizam para construírem diante dos outros esta imagem social ou sua identidade. “Enquanto face tem a ver com ‘identidades socialmente situadas que as pessoas tomam para si e/ou atribuem aos outros’, trabalho de face refere-se às ‘estratégias comunicativas’ específicas que são utilizadas para a construção e manutenção destas identidades” (Ostermann, 2006, p. 18). Existem vários aspectos através dos quais se podem investigar o trabalho de face, tais como a ‘tomada de turnos’ dentro de uma interação sócio-lingüística ou o ‘formato destes turnos’.

Por *trabalho de face* eu pretendo designar as ações tomadas por uma pessoa para produzir tudo que ela está fazendo consistente com a face. Trabalho de face serve para neutralizar “incidentes” – ou seja, eventos de quem efetivamente tem implicações simbólicas de ameaça de face. Assim, a postura é um tipo importante de trabalho de face, pois através da postura a pessoa controla seu constrangimento e conseqüentemente o constrangimento que ela e outros possam ter sobre seu constrangimento (Goffman, 1967, p. 12 -13)

Durante seu trabalho de face uma pessoa poderá escolher estratégias comunicativas que visem salvaguardar sua própria face - ao que Goffman denomina de ‘orientação defensiva’ – e também poderá escolher estratégias comunicativas que visem proteger a face de seus interlocutores, o que o autor denomina de ‘orientação protetora’. Algumas estratégias podem ser primariamente defensivas e algumas podem ser primariamente protetoras, mas o que geralmente ocorre é que os indivíduos em interação utilizam ambas as estratégias simultaneamente. De igual forma a responsabilidade da pessoa nas interações que ameaçam a face, é percebida de formas distintas: como uma ação inocente, não-intencional e inconsciente – que chamamos popularmente de gafes ou ‘bola-fora’; como uma ação intencionalmente planejada a fim de causar dolo; ou finalmente como algo incidental resultante da interação, onde o ofensor executa a ameaça de face, ciente de suas conseqüências, mas não por despeito.

Em muitas sociedades existe a tendência de distinguir três níveis de responsabilidade que a pessoa possa ter para uma ameaça da face que suas ações tenham criado. Primeiro ela pode parecer ter agido inocentemente; sua ofensa parece ser não-intencional e inconsciente, e aqueles que perceberam seu ato podem sentir que ela teria tentado evitá-lo se ela tivesse previsto suas conseqüências ofensivas. Na nossa sociedade algumas destas ameaças de face chamam-se de gafes ou disparates. Em segundo lugar o ofensor pode parecer ter agido maliciosamente e maldosamente, com a intenção de causar abertamente um insulto. Em terceiro lugar, há ofensas incidentais; estas surgem como um subproduto não planejado, mas às vezes antecipado de ação-ação - o ofensor executa apesar de suas conseqüências ofensivas, todavia não por despeito. (Goffman, 1967, p. 14)

As estratégias comunicativas empregadas pelos atores estão, segundo Goffman, condicionadas pelo que ele chama de ‘região’ e que é definida pelo autor como “qualquer lugar que seja limitado de algum modo por barreiras à percepção” (Goffman, 1999, p. 101). De igual forma as estratégias utilizadas pelos indivíduos procuram enquadrar-se dentro de certos esquemas ou quadros, aos quais Goffman denomina de ‘frames’ (Goffman, 1974). Segundo o autor, estes esquemas ou quadros nos ajudam a trilhar caminhos de economia na interpretação da realidade.

O quadro (frame), para Goffman, é um artifício que seleciona, segundo as intenções e as perspectivas de um sujeito individual ou coletivo, aquilo que percebemos. O que interessa é a compreensão de que há sempre uma forma de organizar a percepção e a experiência, que se pode convencionalizar, assumindo padrões, mas que se atualiza, ou se efetiva, a cada instância em que são realizadas. Existe sempre uma ação subjacente ao quadro e que não é definida ou estruturada apenas pelo seu objeto, mas também por técnicas que são socialmente reconhecidas, ou seja, por um contexto de uso. (Nunes, 2007, p. 258)

Para Goffman as estratégias de linguagem dos indivíduos podem ser divididas em dois grandes grupos: um ligado diretamente aos interlocutores ou, nas palavras do autor, platéia, e outro quando está ao alcance dos interlocutores, mas não necessariamente interagindo verbalmente com os mesmos. Ao primeiro grupo Goffman denomina de padrões de polidez e ao segundo grupo de padrões de decoro.

A representação de um indivíduo numa região de fachada pode ser vista como um esforço para dar aparência de que sua atividade nessa região mantém e incorpora certos padrões. Estes parecem dividir-se em dois grandes grupos. Um grupo refere-se à maneira pela qual o ator trata a platéia, enquanto está empenhado em falar com ela ou num intercâmbio de gestos que são substitutos para a fala. Estes padrões são chamados às vezes de questão de polidez. O outro grupo de padrões diz respeito ao modo como o ator se comporta enquanto está ao alcance visual ou auditivo da platéia, mas não necessariamente empenhado em conversar com ela. Usarei o termo “decoro” para me referir a este segundo grupo de padrões. (Goffman, 1999, p. 102)

A teoria da face de Goffman pode ser inserida no que denominamos um modelo sistêmico de compreensão da realidade. Seus pensamentos sobre a construção da realidade foram bastante afetados após ter tido contato com pesquisadores como Gregory Bateson e Ray Birdwhistell, bem como ter feito parte dos colóquios da Fundação Macy, onde encontra com

pensadores de outras áreas da ciência (como os matemáticos Von Neumann e Norbert Wiener – este último considerado o pai da cibernética), mas com pensamentos convergentes sobre a questão dos processos de comunicação.

Todos estes pensadores tinham em comum a busca de modelos de compreensão da realidade que se distanciavam do modelo vigente até então que era decorrente do pensamento cartesiano e da forte influência da física mecânica de das relações de causa e efeito, bem como o estudo da linguagem e da comunicação como um padrão de interação entre os indivíduos. Estes padrões de interação são regidos por algumas regras complexas, que desafiam constantemente a compreensão da realidade como um sistema de múltiplos componentes que se auto-influenciam e que ao se alterar um de seus componentes, todos os demais são alterados e, portanto, toda situação social é única.

Tanto para Goffman quanto para os outros autores aqui apresentados, o comportamento é governado por um conjunto de códigos e de sistemas de regras. Existe uma sintaxe, uma semântica e uma pragmática do comportamento; o comportamento é, então, o fundamento de um sistema geral de comunicação. Goffman falará assim das “relações sintáticas que unem as ações de diversas pessoas mutuamente presentes”. (...) Para cada um destes autores, o acaso ou a expressão pessoal não estão onde se espera. (...) (Winkin, 1998, p.104-105)

2.3.2 Aspectos detalhados da teoria de Brown e Levinson

Brown e Levinson (1987) argumentam que cada membro da sociedade tem uma *face*, a qual é definida como a imagem pública da pessoa. Para estes autores, toda a interação social pressupõe um risco e, diante deste risco, cada indivíduo faz um movimento duplo: esforça-se por ser aceito, admirado e receber a aprovação de seu interlocutor – o que os autores denominaram de ‘face positiva’, e ao mesmo tempo evitar ter o seu território invadido através de imposições de terceiros – o que os autores denominaram de ‘face negativa’. Este duplo movimento é compreendido como um dispositivo compensatório (Martinez, 2007) que possibilita que, mesmo diante do risco, a comunicação possa fluir.

Então, os componentes de face (...) podem ser expressos como segue: Nós definimos:

face negativa: o desejo de todo ‘membro adulto competente’ que suas ações não sejam impedidas por outros.

face positiva: o desejo de cada membro que seus desejos sejam apreciáveis pelo menos por algumas outras pessoas. (Brown e Levinson, 1987, p.62).

A teoria de Brown e Levinson está estruturada como uma tentativa de ampliação da teoria dos atos de fala de Grice e das denominadas “Máximas Griceanas”. Segundo Grice, um

indivíduo modifica seu comportamento para comunicar algo, ele tem duas intenções últimas: primeiro uma intenção que seu comportamento produza certo efeito sobre seu ouvinte e também o intuito de que esta intenção primeira seja reconhecida. Para isso o comunicador segue algumas normas e um acordo tácito que ambos – comunicador e destinatário – estão seguindo diretrizes para que o destinatário atinja a interpretação planejada. Ele baseia estas normas em princípios de ‘verdade’, ‘relevância’, ‘clareza’ e ‘quantidade de informação’. Brown e Levinson argumentam que a pessoa afasta-se destes princípios pelo desejo de comunicar polidez. Para os autores, existem formas lingüísticas específicas para atos de fala particulares, tais como os imperativos para diretivas. A não observância destas formas acarretaria na necessidade de se tornarem conhecidos significados extras.

Estudos sobre polidez lingüística geralmente tem buscado explicar o fenômeno em termos das Máximas Griceanas e a teoria dos atos de fala. Nestes termos a questão é a seguinte: se certas formas lingüísticas são específicas para executar atos de fala particulares, por que outras formas são tão freqüentemente usadas? A mais explícita resposta vem de Brown e Levinson, os quais argumentam que esta aparente divergência da eficiência racional é, de fato, dirigida pelo desejo de comunicar polidez. (Jary, 1998, p.1)

Ao utilizar a linguagem, a pessoa irá produzir efeitos sobre o outro em interação, através de atitudes que podem ser ameaçadoras aos componentes de face. Tais atitudes são conhecidas como FTA (Face Threatening Acts) – atos ameaçadores da face (em português AAF)⁷, os quais se realizam continuamente sempre que haja intercâmbios verbais. De igual forma, durante uma interação verbal se produzem constantemente os atos de reparação.

Os atos de linguagem que produzimos constituem, em sua maioria, uma ameaça à face do interlocutor; este ameaça o território do destinatário, perturba sua tranquilidade. Por um lado, todo mundo quer ter sua face preservada, mas, por outro a interação nos leva a produzir FTA a todo instante. Cria-se uma contradição e é a polidez que vai resolvê-la. (Almeida, 2002, p.47)

Kerbrart-Orecchioni (1990) acrescenta à teoria da polidez o conceito de atos anti-ameaçadores - FFA (Face Flattering Acts) que estariam ligados aos elogios e outros atos valorizadores do sujeito em interação, enquanto os FTA estariam ligados à ordem e outras diretivas. Na interação verbal cotidiana, na maioria das vezes os FTA são amenizados e os FFA são reforçados, mas o que acontece é uma mistura entre FTA e FFA, variando de acordo com a cultura onde são empregados.

Entretanto muitos pesquisadores (Ervin-Tripp, 1976; Falbo e Peplau, 1980; Lustig e King, 1980) têm colocado em discussão a universalidade da teoria de Brown e Levinson. A

⁷ No presente trabalho optamos pela utilização da nomenclatura em inglês (FTA)

principal crítica que se faz é que o que pode ser considerado polidez em uma determinada cultura, não é necessariamente o correspondente em outra cultura, o que tem levado investigadores a pesquisar o conceito de polidez em culturas diametralmente opostas, como as culturas orientais e as ocidentais. Laplante e Ambady (2003, p.439) confirmam que “a cultura tem sido encontrada como um dos fatores que joga um enorme papel no uso das estratégias de polidez verbais e não-verbais”. Autores como Matsumoto (1988) argumentam que enquanto a teoria da polidez de Brown e Levinson reivindica uma universalidade, sua habilidade para explicar o fenômeno dos honoríficos, dentro da cultura japonesa é bastante questionável, como pode ser evidenciado no uso de títulos honorários que no contexto social japonês indicam uma diferença de status social entre os interlocutores, porém não são usados como uma compensação por um erro em um FTA.

Finalmente Mills (2000) aponta para o fato que a Teoria da Polidez, assim como está proposta por Brown e Levinson, só pode ser compreendida do ponto de vista do ouvinte, ou seja, embora haja um esforço do falante em escolher estratégias que preservem a sua face, procurando simultaneamente ser apreciado pelo ouvinte e ter a sua liberdade de ação preservada, é o ouvinte que poderá, em última instância avaliar se uma determinada interação verbal foi ou não polida.

2.3.2.1 Revisão e análise das estratégias apresentadas na teoria de Brown e Levinson

Para Brown e Levinson (1987), os sujeitos em interação têm a escolha de realizar os FTAs buscando um grau máximo de eficiência e evitando a ameaça à face do outro através de estratégias que dependem diretamente de três dimensões: o poder (P) que é relativo ao status hierárquico entre os sujeitos da interação; a distância social (D), e o grau de risco (R) envolvido no processo. A primeira está relacionada com a hierarquia estabelecida na relação ou a defasagem de status – real ou imaginária – entre os interlocutores, a qual, na maioria das vezes é uma construção sócio-cultural. A segunda diz respeito ao grau de aproximação ou intimidade entre os personagens que interagem face a face. A terceira inclui a avaliação que os sujeitos em interação fazem da mesma na preservação de sua face. Os autores ainda salientam que é o entorno que dá significado às duas primeiras dimensões, ou seja, a intensidade da ameaça de um FTA é determinada, em grande escala, pelo contexto onde ocorrem as interações face a face. A soma destas três variáveis, dentro de um determinado contexto, determina o grau de ameaça (W) de um FTA, que pode ser sintetizado na seguinte

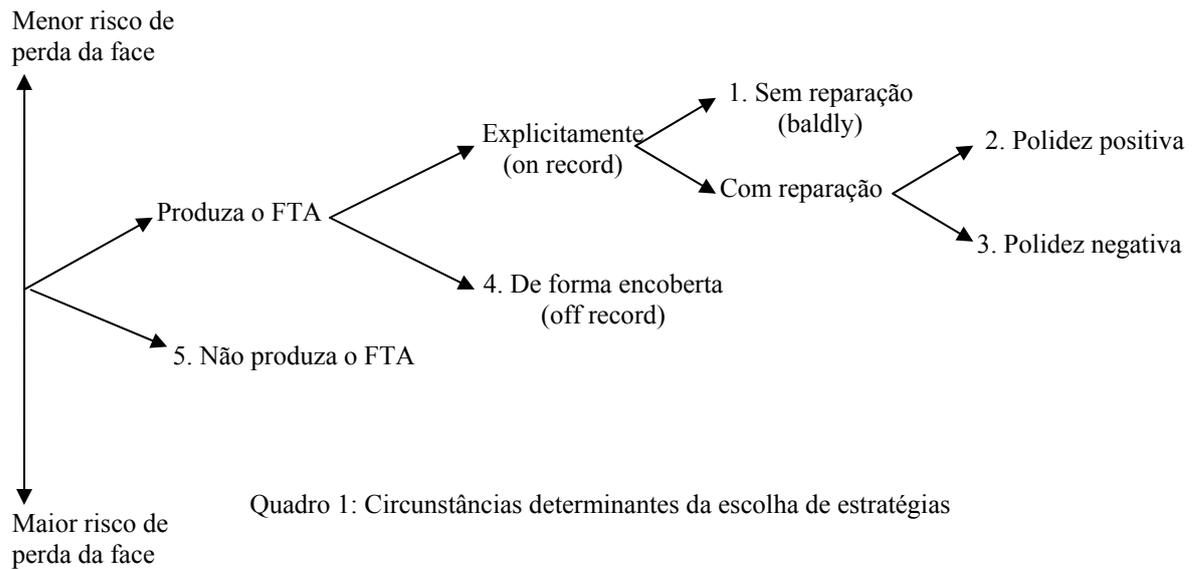
fórmula: $W = D + P + R$. Entretanto para Jary (1998), além do esforço do falante para proteger a face do ouvinte, ele também tem uma motivação de aumentar ou manter seu próprio status dentro de um determinado grupo de pertencimento.

(...) a escolha da forma lingüística e da estratégia pragmática é até certo ponto influenciada pelas suposições do falante sobre sua relação com seu ouvinte, suposições que podem ser em grande parte incluídos debaixo de seu P, D e R. (...) concordo que esta escolha é focada para mitigar o potencial dano da face, embora eu acrescente a suposição que até mesmo o falante é focado para proteger a face do ouvinte, sua motivação última é manter ou aumentar seu próprio status dentro do grupo e/ou assegurar seu contínuo bem-estar, em ambos, a curto e longo prazo. (Jary, 1998, p. 2-3)

Brown e Levinson (1987) classificam as estratégias de Polidez em quatro grandes níveis: as registradas explicitamente (*bald-on-record*); as de polidez positiva; as de polidez negativa e as encobertas (*off-record*), as quais se dividem em super-estratégias, as quais, por sua vez geram as estratégias finais. Para os autores, quanto menor é a avaliação do risco de perda da face, mais abertas e sem reparação serão as estratégias de polidez utilizadas, enquanto que quanto maior o risco de perda da face, segundo a avaliação do falante, mais encobertas serão as estratégias de polidez, podendo as mesmas não serem produzidas, conforme demonstra o quadro 1 abaixo, extraído de Brown e Levinson (1987, p 60):

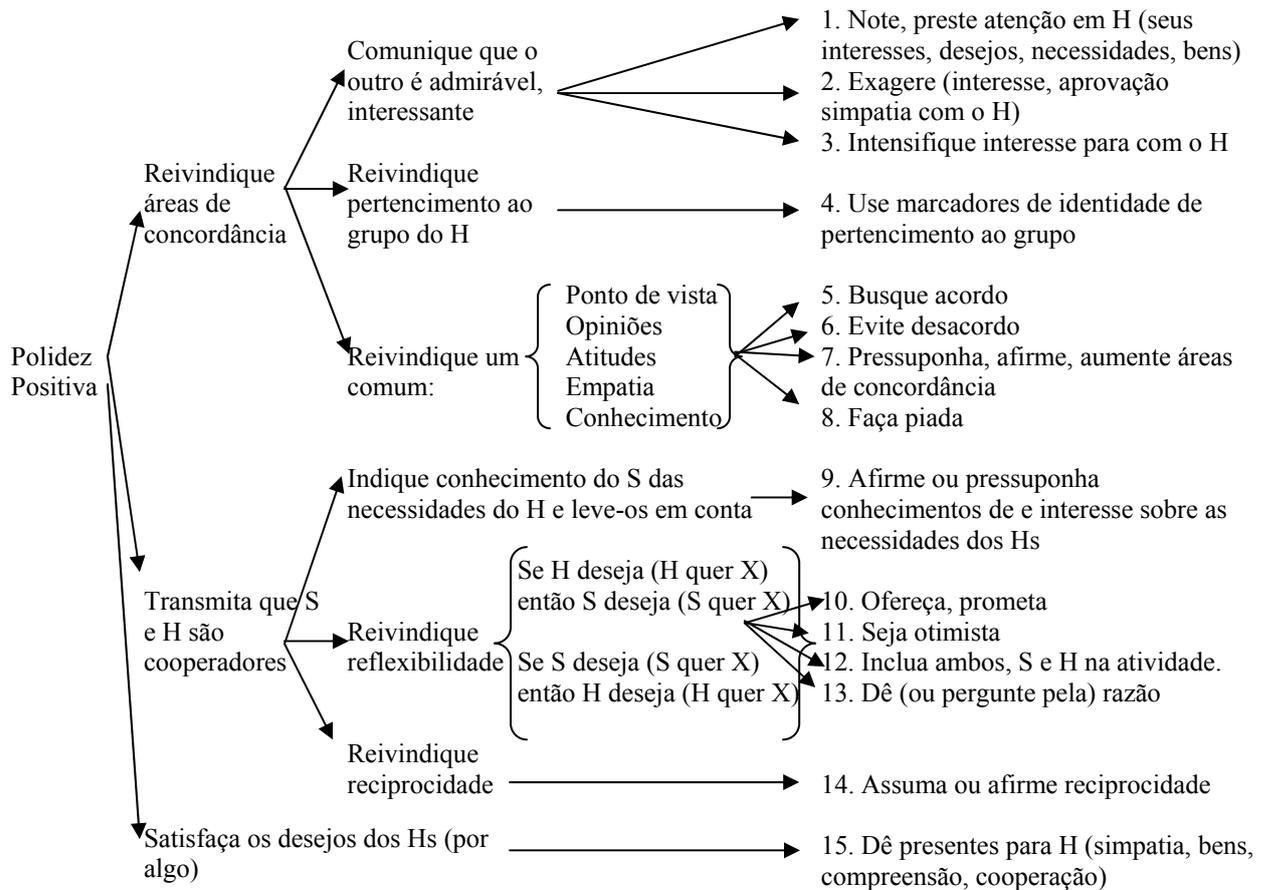
Estratégias, então, formam hierarquias de estratégias que alcançarão alvos de alto-nível. Onde necessário nós nos referiremos às quatro estratégias de mais alto nível (registradas explicitamente, polidez positiva, polidez negativa, e encobertas) como as ‘super-estratégias’, para as estratégias que emanam destas como sendo as ‘estratégias de alta-ordem’, e para a escolha final do método lingüístico para atingir os alvos mais altos como ‘estratégias finais’. Porém, em geral, nós usamos a palavra ‘estratégia’ para referir a um plano qualquer destes níveis, confiando no contexto para tornar claro acerca de qual nível hierárquico nós estamos falando (Brown e Levinson, 1987, p. 92).

Para se evitem confusões com os termos ‘positiva’ e ‘negativa’ em relação a uma possível conotação de juízo de valor, alguns autores como Scollon e Scollon (2001), têm optado por utilizar os termos, ‘estratégias de envolvimento’ e ‘estratégias de independência’. Todavia no presente trabalho optou-se por manter a nomenclatura original apontada por Brown e Levinson.



As estratégias registradas explicitamente (on record) são aquelas que são enunciadas de acordo com as Máximas de Grice (de Qualidade; de Quantidade; de Relevância; de Maneira), entretanto, segundo Brown e Levinson, como essas máximas são constantemente quebradas na interação face a face, surge a necessidade de se criarem estratégias de polidez para se evitarem os FTAs.

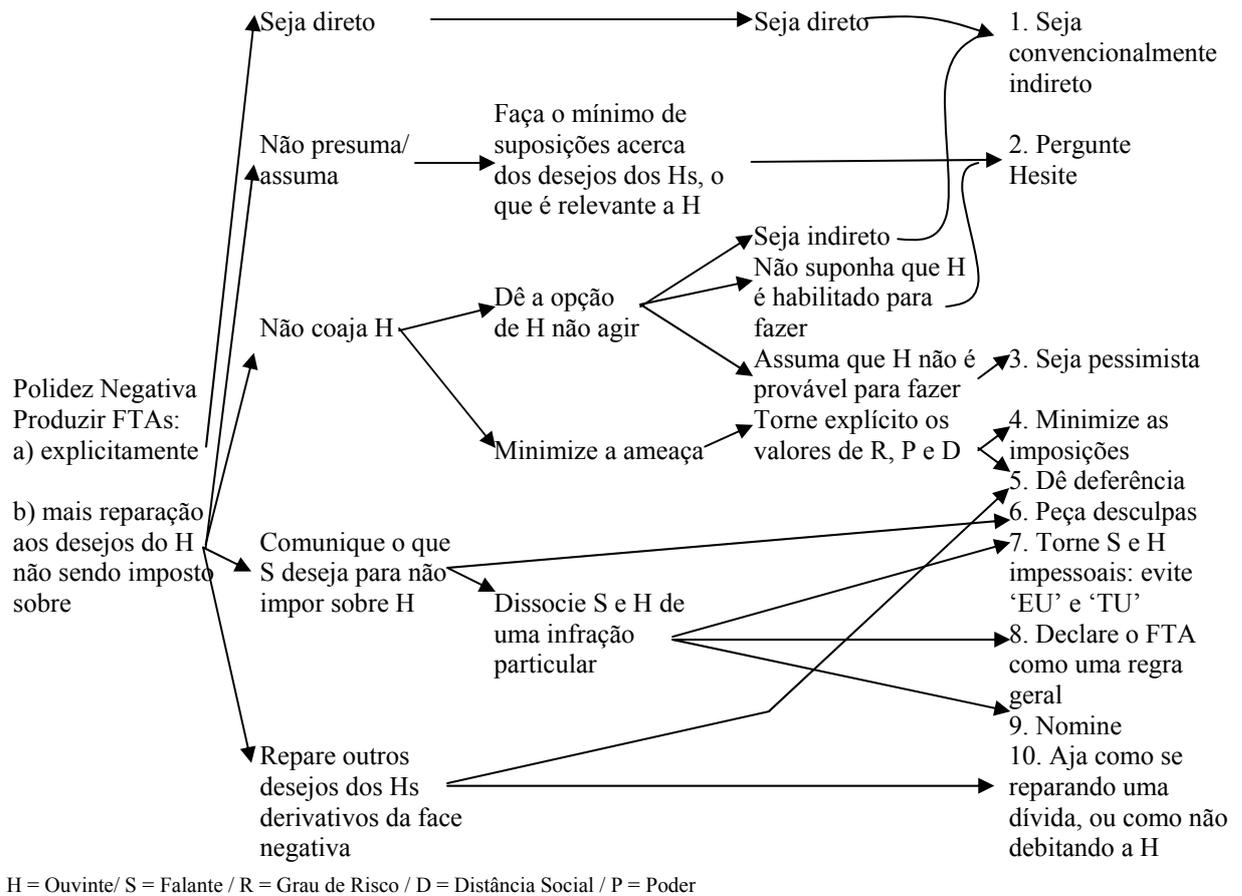
A Polidez positiva é uma reparação dirigida à face positiva do destinatário, no intuito de que seus desejos ou ações sejam pensados como desejáveis ou a cultivar a sua boa imagem e podem ser classificadas conforme o quadro abaixo (Brown e Levinson, 1987, p.102):



H = Ouvinte/ S = Falante

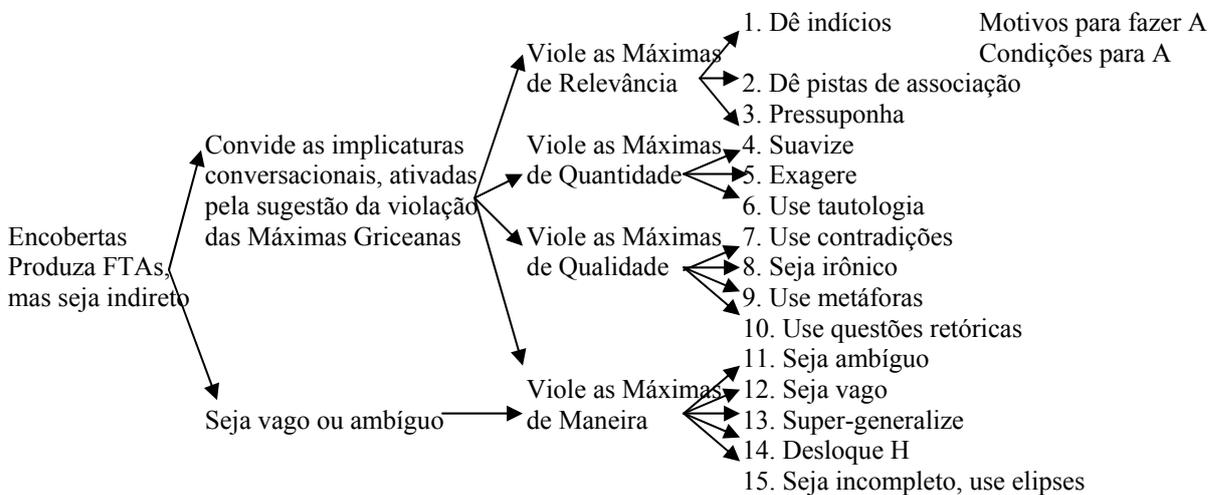
Quadro 2: estratégias de polidez positiva

A Polidez negativa pode ser definida como uma ação reparadora dirigida à face negativa do destinatário como intuito de ter não ter impedimentos em sua liberdade de ação e sua atenção, ou ainda, como afirma Godoi (2007, p.1) “com o desejo de auto-afirmação e de não querer receber imposições” e são organizadas segundo o quadro abaixo (Brown e Levinson, 1987, p.131):



Quadro 3: estratégias de polidez negativa

As estratégias de polidez denominadas de encobertas são consideradas aquelas estratégias produzem atos comunicativos aos quais não é possível atribuir só uma intenção comunicativa clara e onde o ator fica fora de cena e proporciona várias possíveis interpretações. O quadro a seguir resume as principais estratégias de Polidez ‘encobertas’ (Brown e Levinson, 1987, p.214)



H = Ouvinte/ A = Atos de fala

Quadro 4: estratégias de polidez encobertas

Estas estratégias são divididas ainda de acordo com a face que proporcionam ameaça, sendo classificadas em: 1) atos que ameaçam a face negativa do falante; 2) atos que ameaçam a face positiva do falante; 3) atos que ameaçam a face negativa do ouvinte; 4) atos que ameaçam a face positiva do ouvinte. Estes atos que ameaçam a face são apresentados no quadro abaixo elaborado por Dias e Godoi (2007, p. 129) numa adaptação do trabalho de Brown e Levinson.

Atos que ameaçam a face negativa do emissor	Promessas pelas quais nos empenhamos em fazer, em um futuro próximo ou distante; qualquer coisa que evite lesar o nosso próprio território.
Atos que ameaçam a face positiva do emissor	Confissões, desculpas, autocríticas e outros comportamentos auto-degradantes.
Atos que ameaçam a face negativa do destinatário	Ofensas, agressões, perguntas indiscretas, pedidos, solicitações, ordens, proibições, conselhos e outros atos que são, de alguma forma, contrários e impositivos.
Atos que ameaçam a face positiva do destinatário	Críticas, refutações, censuras, insultos, escárnios e outros comportamentos vexatórios.

Quadro 5: Categorização dos FTAs de acordo com o tipo de face que podem ameaçar

Para Brown e Levinson (1987), as estratégias de polidez lingüística são um indicador confiável das relações existentes entre os atores sociais em interação, bem como da forma como tais interações se desenvolvem. Entretanto esta confiabilidade é colocada em dúvida por outros autores como Dias e Godoi (2007) que colocam em cena fatores culturais e mesmo sub-culturais, como diferenças profissionais e de gênero.

2.3.2.2 Estratégias de Polidez e sua vinculação com o gênero

A partir da definição de polidez apresentada acima, uma pergunta repetidas vezes formuladas pelos pesquisadores da área é se mulheres são mais polidas que os homens e quais as razões do uso distinto das estratégias de Polidez por homens e mulheres?

São as mulheres mais polidas que os homens? Esta é uma simples questão, mas a resposta, como Holmes aponta, é extremamente complexa. Ela depende, antes de tudo, de como nós definimos polidez e se nós aceitamos ou não que as mesmas normas de comportamento polido aplicam-se para homens e mulheres. (Ladegaard, 2004, p. 2003-2004)

Pesquisadores como Holmes (1995) são categóricos em afirmar que definitivamente as mulheres usam estratégias lingüísticas mais polidas que os homens e que isso se evidencia através do uso mais freqüente de elogios, pedidos de desculpas, menor interrupção de seus

interlocutores, assegurando-lhes o direito de tomar o turno da palavra e mantê-lo em uma conversação e encorajam mais seus interlocutores a dar continuidade à conversação.

Holmes argumenta que, com todas as reservas necessárias que devem se levar em conta, ainda a resposta para nossa pergunta inicial é afirmativa. Ela argumenta que se nós olhamos para as evidências avaliáveis na literatura sociolinguística, o quadro global é que, em geral, o uso da linguagem por mulheres para ser mais explicitamente polido que o uso da linguagem por homens. (...) Por exemplo, mulheres são mais prontas para fazer elogios; elas pedem mais desculpas e fazem isso mais abertamente e explicitamente; elas são menos prontas para interromper seus interlocutores e, conseqüentemente, demonstram mais respeito pelo direito dele(a) tomar o turno e mantê-lo; elas freqüentemente são mais encorajadoras na conversação, por exemplo, provendo mínimas respostas mais positivas e assim dando continuidade à conversação; e na conversação em geral, elas aparentam estar mais interessadas no cuidado com a face de seus interlocutores e tentam evitar os FTAs. (Ladergaard, p. 2004)

A mesma posição é defendida por Ostermann (2006) em seu estudo acerca das narrativas de mulheres vítimas de violência doméstica em espaços de denúncia em delegacias especializadas. Especialmente focada no que ela denomina de ‘sistema de tomadas de turnos’ a autora propõe que os padrões interacionais refletem as ‘comunidades de prática’ onde os mesmos são efetuados e o ‘habitus’ de quem o utiliza, sendo que o contexto simbólico irá determinar uma linguagem mais ‘feminina’ ou uma linguagem mais ‘masculina’.

Alguns aspectos da interacionalidade, por meio dos quais se pode investigar trabalho de face (ou sua ausência) (...) são o “sistema de tomada de turnos” e o “formato dos turnos” (...) A autora mostra que, contrariamente aos homens, as mulheres tendem a produzir mais respostas encorajadoras a seus interlocutores – tais como continuadores – e que tais respostas são alocadas de forma “não-intrusiva”, garantindo assim a fluidez da conversa. (...) Continuadores (...) constituem uma estratégia de polidez positiva mais óbvia, já que encorajam o falante a continuar sua linha de pensamento. (...) Estes padrões interacionais contribuem para o estabelecimento e manutenção da solidariedade ou vínculo (Ostermann, 2006, p. 19)

Todavia alguns autores entendem que afirmar que a fala das mulheres é mais polida que a dos homens é simplesmente adequar a linguagem a alguns estereótipos sociais, reforçando a idéia que os gêneros são universalmente diferentes. Weatherall (1998, p. 6-7) afirma que “a descrição da fala das mulheres como sendo polida e cooperativa é consistente com os homens como dominadora e competitiva é consistente com o estereótipo do sexo masculino”. E Mills (2000, p.6) mostra-se bastante contrária a idéia que mulheres são mais polidas que homens: “Eu sou contrária à noção de Holmes que globalmente as mulheres são mais polidas que os homens através da análise de uma instância particular de impolidez linguística e a complexidade de inter-relação entre percepções de normas de comunidade e estereótipos de gênero”.

Vários indicadores são apontados como fazendo parte do ‘corpus’ de uma linguagem ‘polida’ e que seria utilizado especialmente pelas mulheres em distintas interações sociais.

Estes indicadores seriam: os ‘continuadores’; as respostas relacionadas ao turno anterior; a escuta participativa e as “pistas de contextualização”, entre outros. Os continuadores são os estímulos verbais que o ouvinte dá a seu interlocutor para que este continue desenvolvendo o tema e que facilitam o desenvolvimento do diálogo. Segundo Ostermann, (2006, p. 31) “os *continuadores* funcionam como recibos do que está sendo dito – demonstram uma “escuta participativa” – e passam adiante a oportunidade de tomada de turno, dessa forma garantindo certo grau de compreensão na manutenção do fluxo da conversa”. De igual forma as respostas relacionadas ao turno anterior estimulam ao falante que prossiga em seu assunto, fazendo com que o mesmo sinta-se validado em sua auto-estima. Uma escuta participativa pressupõe tanto o uso de continuadores como de respostas relacionadas com o turno anterior, mas também toda uma gama de sinais não-verbais que garantem ao falante que seu interlocutor deseje que ele se expresse e que sua fala está sendo validada. Finalmente as “pistas de contextualização” sinalizam que determinado assunto vai ser concluído e outro vai ser iniciado, não ocasionando uma quebra abrupta no processo interacional e amenizando as ameaças à face do outro. “As ‘pistas de contextualização’ sinalizam para a interlocutora a iminência de uma troca de assunto, dessa forma provendo maior fluidez na interação e menor incidência de trocas de assunto abruptas, não-marcadas discursivamente”. (Ostermann, 2006, p.37)

Entretanto estudiosos como Alice Feed (apud Mills, 2000), verificaram que alguns padrões de fala utilizados na conversação entre amigos próximos e que são correntemente considerados como femininos, podem ser expressos por homens, fazendo inclusive que a percepção destes homens seja alterada em função deste uso de um padrão linguístico mais “feminino”.

Alice Feed sugere em sua análise de tipos de fala que são produzidas por amigos próximos que certos estilos de interação são codificados pelos participantes como feminino ou masculino: assim, por causa do contexto e a percepção que a conversação íntima é feminina, os machos em seu estudo pareciam comportar-se como fêmeas estereotipadas (...). Entretanto a noção de domínios de gênero é importante aqui habilitando para descrever o modo que o gênero causa impacto ao nível de espaço e contexto, mais do que simplesmente ao nível de indivíduos envolvidos na interação. (...) Quando esta nova e mais complexa teorização sobre gênero é estendida para a análise da polidez linguística, resulta na mudança do estereotipado pressuposto que tem dominado as discussões sobre o uso da polidez pelas mulheres, na maioria das análises de gênero e linguagem desde Lakoff (1974) até Holmes (1996). (p.3) (Mills, 2000, p.3)

Já os indicadores de uma linguagem não-polida estão relacionados às respostas com troca de assunto e ao silêncio ou ausência de resposta. Tanto o silêncio quanto as trocas de assunto tem sido relacionados às diferenças de poder e modos de controle entre os interlocutores e por isso atribuídos a uma linguagem mais masculina em uma sociedade onde

o poder é mantido de forma desigual e através do uso da linguagem, segundo as teorias da dominância de Zimmerman e West (1975) já mencionadas. Para Ostermann (2006) “Tanto o silêncio como a troca de assunto podem indicar a falta de interesse nas contribuições feitas pela vítima, dessa forma ameaçando sua face”. (p.28) e “o *silêncio* pode tornar-se uma forma de controle sobre a interação” (p.31).

As mulheres tem igualmente sido descritas como mais polidas que os homens em virtude de sua capacidade de maior codificação dos elementos não-verbais presentes no processo comunicacional, o que proveria às mesmas, elementos para atenuar os atos ameaçadores da face. Assim as mulheres têm sido percebidas como mais capazes de identificar as posturas corporais, as variações de tonalidade da voz, o ritmo e a velocidade e outros elementos de forma e não de conteúdo da mensagem. Laplante e Nalini (2003, p. 439) afirmam que “mulheres provavelmente são mais engajadas nas estratégias de polidez, e mulheres tem repetidamente sido encontradas sendo superiores na codificação das insinuações não-verbais”.

Por outro lado, também o conteúdo das mensagens tem sido avaliado pelos pesquisadores que concluem que, de uma forma geral as mulheres são mais polidas por buscarem conteúdos que promovam maior vínculo, através de temas pessoais e mais atentos às necessidades da face dos outros, enquanto os homens geralmente preferem os temas impessoais e com menor preocupação à preservação da face de seu interlocutor.

(...) observa-se que ‘mulheres’ falam mais acerca de questões pessoais, são mais atentas às necessidades da face dos outros, colocam um alto valor na conectividade e na intimidade. ‘Homens’ preferem tópicos impessoais, são mais interessados em informação, valores de status e independência e falam um com outro de forma claramente mais agressiva e desafiadora. (Rose, 2002, p.529).

Para Mills (2000), a vinculação da polidez com o gênero só pode ser entendida dentro das “comunidades de prática”, as quais a autora define como “um agrupamento de pessoas as quais se reúnem ao redor de um compromisso mútuo com algum empenho comum”. (Mills, 2000, p.2). Segundo a autora, os códigos internos produzidos dentro destas comunidades de prática definiriam os comportamentos adequadamente polidos para os distintos gêneros e não haveria assim comportamentos universalmente definidos como polidos para cada gênero.

Este modelo mais produtivo de gênero torna mais difícil produzir declarações globais e conseqüentemente abstratas acerca da linguagem de mulheres ou homens; entretanto ele admite variações dentro da categoria ‘homens’ e ‘mulheres’ e permite a possibilidade de contestação e mudança, ainda também reconhecendo a força do estereótipo e das normas lingüísticas da comunidade. (...) Também há o caso que certas atividades dentro destas comunidades de pratica poderiam ser

codificadas ou reconhecidas como estereotipicamente masculinas ou femininas, e assim, certos tipos de atividades lingüísticas podem ser consideradas por homens e mulheres como apropriadas ou inapropriadas dentro da interação e sancionadas pelo grupo como um todo. (Mills, 2000, p.3)

Embora os vários pesquisadores apontem vinculações da Teoria da Polidez lingüística em um atrelamento com o gênero, encontrando formas distintas de expressão da polidez ou da impolidez nos homens e nas mulheres, percebe-se que há lacunas que a teoria não consegue preencher e que necessitam de uma nova abordagem, especialmente do ponto de vista epistemológico. Uma abordagem que contemple as distintas classes sociais, a diversidade cultural e as comunidades de prática específicas que determinam uma linguagem mais ou menos polida.

Meu argumento é que nós necessitamos um modelo mais flexível e complexo de polidez e gênero. Teóricos da pesquisa em gênero e linguagem não podem continuara discutir gênero em termos de comportamento lingüístico diferente entre homens e mulheres como grupos; nós necessitamos ser capazes de analisar as várias estratégias que mulheres e homens que possuem um gênero, uma raça e uma classe social, adotam em circunstâncias particulares e com alvos e interesses particulares. (Mills, 2000, p.1)

Entendemos que especialmente o contexto joga um papel importante na análise de uma estratégia mais ou menos polida e, para tanto, queremos analisar a seguir exatamente o contexto específico de um ambiente de terapia, denominado tecnicamente de “setting terapêutico”, e da importância desta compreensão na interpretação da linguagem e sua relação com o gênero dentro do mesmo.

2.4 Cap. 4 – *Setting* terapêutico

“A interação acontece não somente entre dois indivíduos, mas dentro de uma rede de percepções, expectativas e ‘direitos’, e sempre dentro de um contexto maior de estruturas institucionais que, elas próprias, exercem uma poderosa influência sobre padrões de interação”.
(Treicher e Kramarae, 1983, p.120)

O espaço da sala onde se realiza uma terapia de casal – também conhecido como “*setting* terapêutico”, é diferenciado dos espaços comuns de encontros entre homens e mulheres porque existem certas expectativas sociais a respeito do que deve ocorrer neste determinado espaço, as quais condicionam um determinado uso da linguagem e também a forma de interação lingüística entre os protagonistas do processo terapêutico. As distintas escolas da psicologia moderna entendem a definição do que seja um *setting* terapêutico de distintas formas. O modelo mais tradicional psicanalítico, por exemplo, entende o *setting* como “a ambiência física propiciada pelo terapeuta, inclui o tempo e a própria presença do terapeuta, cumprindo a função de holding do ser” (Reghin, 2006, p.1). Os modelos pós-freudianos, mas com sustentação na teoria de Freud, denominados de psicoterapias de base analítica, como o modelo de Jung, por exemplo, consideram o *setting* terapêutico como sendo o quadro de referencia temporal e espacial que define a regularidade das sessões e a sua duração e que serve como um dos instrumentos do processo terapêutico, juntamente com a escuta interpretativa, baseada na associação livre de idéias. (Bragnosis, 2006).

A terapia de família ou terapia de casal com base no modelo sistêmico utiliza-se de toda a estruturação do ambiente físico como elemento terapêutico. Em algumas linhas da terapia sistêmica, como a linha estrutural, por exemplo, o terapeuta pode pedir que as pessoas mudem de lugar onde estão sentadas, caso julgue que esta mudança proporcionará aos participantes uma nova percepção do problema ou do que está sendo conversado naquele momento. Também é o terapeuta que autoriza os turnos e que interrompe as interações de acordo com a direção que a mesma vai tomando, podendo retornar a um foco o qual ele(a) – o(a) terapeuta – julgue como sendo de maior importância a ser abordado naquele determinado momento. Ao contrário do modelo psicanalítico ortodoxo, casal/família e terapeuta estão sentados frente a frente e podem continuamente observar todos os movimentos corporais uns dos outros e considerar tais movimentos como formas de comunicação, pois segundo Shannon e Weaver (apud Santaella, 2001, p.19), comunicação são “todos os procedimentos pelos quais uma mente pode afetar outra. Isto, obviamente, envolve não apenas o discurso oral e escrito, como também música, balé, e, certamente, todo comportamento humano”.

Milton Erikson, um dos pioneiros na utilização do modelo sistêmico para o trabalho com casais e com famílias, utilizava-se inclusive do movimento de troca de espaço geográfico dentro do *setting* terapêutico como um recurso comunicacional que incluía alternância de poder no contexto terapêutico e valorização da fala de cada elemento da família.

Quando vejo uma família, posso lidar com ela em conjunto, mas gosta também de ter a liberdade de mandar as pessoas entrarem e saírem do consultório. Enquanto estão lá dentro, gosto de estabelecer um fundamento, determinando que o pai se sente numa determinada cadeira, e naturalmente a mãe naquela outra, e a irmã aqui e o irmão daquele outro lado. Determinando isto de várias maneiras, eu os defino geograficamente. Cada um deles tem uma posição espacial na entrevista. (Haley, 1991, p. 33-34)

Desta forma, na perspectiva sistêmica, todo o contexto tem um papel importante no processo comunicacional e precisa ser compreendido a fim de que haja um entendimento mais próximo do significado do que se está sendo dito, ou seja, a necessidade de se compreender o espaço físico onde ocorre a comunicação é de vital importância para o entendimento do conteúdo daquilo que se é comunicado naquele determinado espaço físico.

Ver um objeto contextualmente é perceber as relações contextuais que emergem. É reconhecer as redes que se apresentam, percebendo que as propriedades do todo são sempre diferentes das propriedades das partes, e que é preciso também compreender a dinâmica relacional que se estabelece entre o todo e suas partes. (Moraes e Valente, 2008, p. 37)

2.4.1 Importância do contexto para a compreensão do enunciado

Esta reflexão introdutória nos leva à constatação partilhada por vários autores de que o contexto joga um papel fundamental na interpretação de um texto, quer seja um texto escrito, um diálogo ou um discurso. Entretanto tal importância ainda não é unânime, bem como o modo em que o contexto interage com o texto.

O fato de o contexto desempenhar um papel central na interpretação, tanto do discurso quanto de textos escritos, é amplamente aceito (...). No entanto, as opiniões divergem bastante quanto ao peso relativo do material contextual *versus* o do material co-textual, no que diz respeito à natureza dos fatores envolvidos e ao modo como esses fatores interagem para formar um resultado integrado (Dascal, 1999, p. 190)

Embora a própria definição da palavra ‘contexto’ tenha distintas interpretações entre os pesquisadores, pois enquanto alguns restringem a ideia dos enunciados que antecedem e que seguem uma determinada construção – também denominada de co-texto – outros cientistas ampliam o conceito para condutas que ultrapassam os limites da linguagem e da

comunicação humana, chegando a considerações que envolvem inclusive a filogenia e à evolução das espécies.

Sem contexto, palavras e ações não têm qualquer significado. Isso é verdade não somente para a comunicação humana através de palavras, mas também para todos os tipos de comunicação, de todo processo mental, inclusive daquela que diz à anêmona-do-mar como crescer e à ameba o que fazer a seguir. (Bateson, 1987, p. 23)

Entretanto a discussão da importância – maior ou menor – do contexto na interpretação de uma mensagem não é algo novo na lingüística. Atribui-se a Stephen Pepper, já na primeira metade do século XX, a criação do conceito de Contextualismo “que sustenta que todas as experiências são fragmentárias, limitadas, parciais e ocorrem dentro dos limites de um contexto mais amplo daquele em que somente existe um universo infinito de indeterminação” (Maldonado, 1984). Dentro do campo específico da linguagem a discussão foi polarizada entre dois campos denominados respectivamente de Contextualismo e Literalismo (Recanati, 2004).

Os estudiosos da Semântica Formal que afirmam que, em havendo as condições de verdade de um enunciado sido respeitadas, é possível se chegar a uma interpretação literal do significado, são denominados de literalistas, enquanto os estudiosos da Pragmática Lingüística que afirmam que o significado de uma elocução somente pode ser alcançado através da compreensão do contexto no qual tal enunciado foi proferido são chamados de contextualistas.

Embora as posições pareçam aparentemente polarizadas, vamos encontrar muitas variações entre os extremos, com os semanticistas reconhecendo a importância de alguns elementos contextuais e os pragmaticistas reconhecendo a importância das regras semânticas na interpretação de uma elocução. Dascal (2006) ainda faz uma distinção entre aqueles que ignoram o papel dos fatores não-contextuais por darem demasiada atenção ao contexto, os quais ele denomina de contextualismo moderado, e aqueles que afirmam que não existe um significado literal de uma sentença que seja completamente livre de contexto, aos quais Dascal chama de contextualismo radical.

Um modelo de contextualismo moderado pode ser encontrado nos estudos de Labov e Fanschel (1977, p.123) sobre o discurso terapêutico, no qual os autores afirmam que “para alcançar o ‘significado real’ de uma conversação o intérprete deve ir além da perspectiva do ‘que é dito’ e ocupar-se com o que os participantes ‘estão fazendo’ durante a conversação”. Isso implicaria em uma série de conhecimentos contextuais importantes que se combinam

para se chegar ao significado do que é proferido. Avaliam que há um significado semântico mínimo, porém não nulo.

(...) a elocução do falante contribui de algum modo para o estado do conhecimento compartilhado que torna possível esse reconhecimento (...). No nosso estudo (...) ficará cada vez mais claro que a maior parte da informação necessária para interpretar as ações já pode ser encontrada na estrutura do conhecimento compartilhado e não nas elocuições em si. (Labov e Fanschel, 1977, p.82)

Outra idéia ligada ao contextualismo moderado é o conceito de ‘frame’ desenvolvido por Goffman (1999), que afirma que para interpretarmos uma determinada elocução necessitamos ter uma série de suposições gerais sobre as características de um determinado tipo de situação. No caso particular da situação terapêutica, para uma interpretação aproximada da conversação, o intérprete necessitaria supor que as pessoas que vem para um trabalho terapêutico estão em conflito sobre alguma percepção da realidade e que não tem conseguido resolver tal conflito, também precisa pressupor que as pessoas percebem o terapeuta como alguém habilitado a auxiliá-los na resolução de tal conflito, o que atribui ao mesmo e a suas colocações um peso de autoridade ‘quase inquestionável’. Por último necessitam ter um mínimo conhecimento de um processo terapêutico, ou seja, que os participantes já sabem que deverão voltar para novas conversações com o terapeuta, que se pressupõe um sigilo de tudo que for confidenciado neste espaço e que o terapeuta procurará valer-se do maior grau de imparcialidade possível na busca da solução do conflito, não impondo aos participantes da terapia o que ele, terapeuta, julga certo ou errado em termos de valores, mas buscando extrair dos participantes da terapia um consenso sobre o que eles consideram o correto para a sua relação específica.

Na perspectiva do contextualismo radical, encontramos autores como Olson (apud Dascal, 2006) que propõe “definir todas as propriedades semânticas em termos de alternativas contextualmente disponíveis para o referente pretendido”(p.573). Esta teoria de Olson é conhecida também como a ‘teoria cognitiva da semântica’, e possui vários postulados que podem ser bastante questionáveis, tal como a idéia que “a decisão semântica baseia-se na cognição, no conhecimento do referente pretendido e não nas regras internas da linguagem” (apud Dascal, 2006, p. 574).

Searle (2002) pode ser também classificado como um contextualista radical, pois ataca fortemente a idéia de que uma frase pode ter um ‘contexto nulo’ e que a aplicação de sentido literal de uma frase é relativa a um conjunto de proposições contextuais. Dascal (2006, p. 572)

ainda classifica Bloomfield e sua abordagem behaviorista e Firth e sua abordagem sociocultural como autores pertencendo ao contextualismo radical.

Outra classificação da importância do contexto na interpretação e compreensão de um texto é apresentada por Armengaud (2006) numa tipologia quadripartite, na qual ela distingue o contexto circunstancial, factual, existencial, referencial; o contexto situacional ou paradigmático; o contexto interacional e o contexto pressuposicional. Entende-se o *contexto circunstancial* como aquele que define a identidade dos interlocutores, o lugar e o tempo em que suas sentenças são expressas e o ambiente físico no qual se encontram. “O contexto é aquele que contém os indivíduos existindo no mundo real” (Armengaud, 2006, p.79).

O *contexto situacional* é aquele no qual as sentenças proferidas fazem sentido quando os protagonistas fazem parte da mesma cultura e, fora de tal cultura as sentenças deixam de fazer sentido, como por exemplo, uma celebração litúrgica. A principal dificuldade desta definição de contexto situacional é que “as práticas discursivas em situação são tão numerosas quanto os jogos de linguagem wittgensteinianos e quanto às formas de vida aos quais esses últimos estão vinculados” (Armengaud, 2006, p.80).

O *contexto interacional* é definido por Armengaud como “o encadeamento dos atos de fala em uma seqüência interdiscursiva” (2006, p. 80-81), ou seja, a interação evocada pelos interlocutores em termos de proposições, objeções, etc. E complementando a classificação quadripartite encontramos o *contexto pressuposicional* que se constitui de todas as pressuposições e crenças dos interlocutores acerca de uma determinada narrativa, incluindo desde as crenças comuns aos interlocutores até as que vão sendo comunicada durante a conversação e, em virtude disto, tornando-se progressivamente comum.

Parece-nos que a polarização da discussão sobre a importância dos elementos contextuais na interpretação de um enunciado acontece pela postura demasiado positivista dos diversos autores, criando um dicotomismo típico do pensamento cartesiano que entende a construção científica sempre em termos auto-excludentes: isso OU aquilo.

Tomando-se em consideração o pensamento complexo (Morin, 2006) e o modelo epistemológico sistêmico, podemos entender que a interpretação de um dado enunciado é um complexo jogo complementar e circular⁸ – ou, nas palavras de Morin, recursivo – entre os aspectos semânticos e pragmáticos do mesmo.

⁸ Em sua obra – como exposto no capítulo sobre o Paradigma da Complexidade adiante -, Morin coloca como pilares para a compreensão da realidade os princípios dialógico e recursivo, sendo o que primeiro permite manter a dualidade no seio da unidade, associando dois termos ao mesmo tempo complementares e antagônicos, e o

Não se pode interpretar com precisão um enunciado se os elementos contextuais não forem considerados. Uma sentença pode seguir o rigor semântico de sua apresentação, e ajustar-se detalhadamente a todos os princípios de formalização da linguagem, como os valores de verdade, e ainda assim ser interpretada erroneamente. Neste sentido, a opção dos lingüistas pela semântica formal, pode ser entendida como a via de compreensão racional das elocuições nas quais as variáveis desestabilizadoras contextuais são desconsideradas ou, ao menos, consideradas de pouca relevância na busca dos princípios explicativos. Todavia não se pode prescindir dos elementos semânticos. Para um valor mínimo de interpretação necessitamos ter o conhecimento do significado literal dos elementos que compõe o enunciado, bem como da necessária ordem das palavras na construção da frase, pois sem esse conhecimento semântico não conseguiríamos sequer chegar a aproximações interpretativas. Mesmo a pronuncia de sons que não façam sentido algum quando pronunciados (tipo: ef histr, nhec, jug), levarão o ouvinte à conclusão que os mesmos não têm sentido porque este ouvinte tem conhecimento das regras semânticas mínimas para que determinada elocução ganhe sentido dentro de seu domínio de uma determinada língua, e pode, por oposição, dar o sentido de não-sentido à elocução. Assim, antes que pólos opostos, os aspectos semânticos e pragmáticos da linguagem são interdependentes no processo de interpretação da elocução. Dois componentes inseparáveis e complementários do sistema lingüístico interpretativo e não auto-excludentes. Nas palavras de Almeida (2006, p.31): “Se há uma causalidade esta é, seguramente, uma causalidade circular (em espiral), onde o que é efeito se torna causa, que provoca novo efeito e assim sucessivamente”.

Desta forma os embates teóricos que procuram “provar” qual corrente é de maior importância para uma interpretação correta do enunciado tornam-se sem sentido. Esta discussão da maior importância da semântica ou maior importância da pragmática na interpretação de um enunciado traz à tona o ideal do conhecimento científico clássico que era “descobrir, atrás da complexidade aparente dos fenômenos, uma Ordem perfeita legiferando uma máquina perpétua (o cosmos), ela própria feita de microelementos (os átomos) reunidos de diferentes modos em objetos e sistemas” (Morin, 2006, p. 12), ou o que se conhece como pensamento simplificador. Esse pensamento simplificador tem por base a matemática e os cálculos, entendidos como medidas seguras para a compreensão da realidade. Reduzem desta

segundo aponta para a idéia de que tudo que é produzido volta-se sobre o que o produz num ciclo ele mesmo autoconstitutivo, auto-organizador e autoprodutor.

maneira os seres a fórmulas e equações e a realidade passa a ser as próprias fórmulas e não os seres analisados por elas.

(...) o pensamento simplificador é incapaz de conceber a conjunção do uno e do múltiplo. (...) Assim chega-se à inteligência cega. A inteligência cega destrói os conjuntos e as totalidades, isola todos os seus objetos do seu meio ambiente. Ela não pode conceber o elo inseparável entre o observador e a coisa observada. (...) A incapacidade de conceber a complexidade da realidade antropossocial, em sua microdimensão (o ser individual) e em sua macrodimensão (o conjunto da humanidade planetária), conduz a infinitas tragédias e nos conduz à tragédia suprema (Morin, 2006, p.12-13).

Outra questão absolutamente irrelevante, do ponto de vista dos sistemas complexos, é saber qual das duas abordagens - a semântica ou a pragmática - é mais importante no processo interpretativo. Quando elementos são considerados interdependentes e complementários, não se pode conceber uma hierarquia no processo. Qualquer tentativa de menos valorizar qualquer dos elementos incorrerá no empobrecimento ou mesmo a não-realização final do processo. Seria como questionar se na geração de uma nova vida humana é mais importante o óvulo ou o espermatozóide – simplesmente não se pode prescindir de nenhum deles senão o processo não ocorre. Equivale a dizer que o significado semântico e o contexto são imprescindíveis para uma compreensão e interpretação mais próxima da realidade de um enunciado – qualquer amputação de um dos elementos leva inequivocamente a um reducionismo científico.

Por conseguinte, matérias pertinentes a este campo científico, como Semântica e Pragmática, são estudadas de forma independente e os pesquisadores dos distintos campos aferram-se em suas ‘verdades’, tornando-se refratários aos achados nos campos paralelos – ainda que debaixo do mesmo ‘guarda-chuvas’ referencial. Entendemos que, somente a partir da mudança de paradigma maior de compreensão da realidade – do cartesianismo para a complexidade dos sistemas - é que a Lingüística dará um salto qualitativo no avanço de suas pesquisas e obterá postulados integradores, onde os distintos campos poderão se harmonizar em uma interdependência e uma complementaridade e não defenderem seus ‘feudos’ em batalhas intermináveis que só conduzem a visões parciais e conseqüentemente limitadas da realidade.

Entretanto, mudar o foco de uma abordagem dicotômica para uma abordagem sistêmica da complexidade pode ser difícil para aqueles que foram treinados numa concepção cartesiana e positivista da realidade e da ciência em especial. O que torna difícil tal compreensão é a mudança do foco do excludente (OU) para o integrativo (E), conforme o princípio da complementaridade de Bohr (1961). A interpretação passa a ser, desta perspectiva, Semântica (E) Pragmática, complementar e inevitavelmente não linear.

Se vivemos num mundo único, seus aspectos que pode, de início, parecer muito diversos, devem ter alguma relação. (...) Ao incorporar a complementaridade, a ciência estaria trabalhando a complexidade, se considerarmos que pensar a complexidade é superar nossos modos disjuntivos de pensamento (ou isto, ou aquilo). Não significa realizar um acordo, nem muito menos uma síntese redutora das diferenças, mas significa superar, de fato, um antagonismo. (Esteves De Vasconcelos, 1995, p. 68)

Na experiência do autor da presente obra, no trabalho com o discurso de casais dentro do ambiente terapêutico, torna-se imperioso ter esta compreensão da unidade complementar dos elementos semânticos e pragmáticos. Numa situação relacional, o que é enunciado só ganha sentido a partir da compreensão dos demais elementos que fundamentam tal relação. De seu caráter estrutural, dos significados emocionais de cada elemento no sistema relacional, da hierarquia existente e de todos os possíveis intervenientes no processo relacional. Trata-se de uma compreensão que vai além do modelo de causalidade linear, clássico das ciências exatas, e que também transcende o modelo de causalidade múltipla, muitas vezes utilizado nas ciências da saúde.

No pensamento linear, a idéia de causa e efeito é um conceito de bola de bilhar: A causa B; B causa C; C causa D; D causa E. A causalidade múltipla, na qual $A+B+C+D=E$, é também um pensamento linear. O pensamento sistêmico ao princípio se parece ao de causalidade múltipla, mas existe uma diferença significativa. Embora A, B, C e D de novo se unem para “causar” E, não são forças independentes em si. São mutuamente interdependentes. Cada parte do sistema (inclusive o efeito mesmo, E) se conecta ou afeta todas as demais partes. Portanto, cada componente, em vez de ter uma identidade própria ou fazer uma contribuição distinta, opera como parte de uma unidade maior. Os componentes não funcionam de acordo com sua “natureza”, mas segundo sua posição dentro da rede. (Friedman, 1996, p. 30-31)

Dentro do *setting* terapêutico, cada expressão verbalizada por qualquer dos elementos ali presentes precisa ser compreendida dentro deste contexto específico. Trata-se de um contexto no qual as pessoas têm altas expectativas (resolver os problemas), em geral sentem uma liberdade maior de expressar-se, especialmente no que se refere às suas emoções (ao menos liberdade maior em relação a contextos cotidianos) e onde geralmente todo o processo comunicacional fundamenta-se num grande paradoxo e numa dimensão de mistério. Paradoxo porque a grande maioria dos casais vem buscar ajuda porque tem desejo de manter o relacionamento e este desejo está fundamentado num sentimento subjetivo que denominamos de amor. Todavia para a manutenção deste relacionamento, as pessoas acabam tendo divergências e conflitos em função das distintas maneiras de cada um manejar com a realidade e, por conseguinte, geram uma incompreensão relacional que se manifesta através de variadas estratégias de comunicação, interpretadas pelos ‘experts’ como controle, poder, manipulação, etc. Mistério porque todo esforço humano e todo o labor científico ainda não

conseguiu explicar este elemento que vincula as pessoas em uma relação e que tem a força de gerar sentimentos de intenso prazer e também de intensa raiva – este elemento é a paixão.

Resumidamente poderíamos dizer que um casal vem em busca de terapia porque estão brigando para ficarem juntos, ou porque se querem e não vem à terapia porque já não se querem mais. Neste último caso o casal vai direto a um advogado providenciar os elementos legais para a ruptura do contrato conjugal. Pessoas brigam para permanecerem juntas porque querem manter a paixão.

Logicamente existem muitos outros elementos que fazem com que as pessoas permaneçam em um relacionamento, tais como interesses econômicos, busca de status social, medo da solidão, etc., mas a experiência clínica do autor do presente trabalho aponta para o fato que a grande maioria dos casais quer permanecer no relacionamento porque se querem afetivamente – se amam!

No capítulo seguinte procuraremos abordar detalhadamente os principais conceitos da Teoria Sistêmica e da Teoria da Complexidade, no intento de demonstrar sua melhor aplicabilidade no entendimento do fenômeno lingüístico em suas múltiplas expressões, especialmente dentro do contexto de *setting* terapêutico.

2.5 Cap. 5 - Por uma teoria integradora para o entendimento da realidade

A doença da teoria está no doutrinário e no dogmatismo, que fecham a teoria nela mesma e a enrijecem. A patologia da razão é a racionalização que encerra o real num sistema de idéias coerente, mas parcial e unilateral, e que não sabe que uma parte do real é irracionalizável, nem que a racionalidade tem por missão dialogar com o irracionalizável. (Morin, 2006, p. 15)

Desde a Antigüidade, o pensamento científico foi muito influenciado por uma visão linear de causa-efeito. Embora tenha passado por distintos paradigmas ao longo da história (Andolfi, 1996), a explicação da realidade geralmente aconteceu em termos de regras e leis. Os filósofos gregos procuravam explicar a realidade e os fenômenos da natureza a partir de um método dedutivo que partia do universal para se chegar ao particular, no qual o efeito estava sempre contido na causa. Desenvolveu-se assim a chamada Lógica Aristotélica. Esta lógica serviu de base para toda a construção da ciência ocidental por séculos. Entretanto este modelo de abordagem científica é limitado em vários aspectos. Para pensadores como Bateson (1987, p.66), “a lógica é um modelo medíocre de causa e efeito”.

Grzybowski (2006, p. 98) argumenta que (...) “embora o pensamento científico tenha mudado, a partir de Galileu, para uma perspectiva mais empirista, com a explicação da realidade passando a ser feita através do método indutivo (...), continua utilizando a relação de causa-efeito”. O Positivismo e o Iluminismo vieram reforçar esta posição, reafirmando as Ciências Naturais e considerando como “científicos” somente os fatos comprováveis a nível laboratorial, onde os efeitos pudessem ser mensuráveis a partir de suas causas. Para Telfener (1991) na ciência clássica os acontecimentos são explicados através da utilização de ‘verdades’ como forças, energias e causas, criando-se leis para definir os fenômenos. Os elementos que não se encaixavam dentro dos modelos do racionalismo científico eram considerados não-científicos e aí se incluíam todo o campo das chamadas ‘humanidades’ e também o ‘senso comum.

É, portanto, uma negação da complexidade humana e um triunfo da racionalidade instrumental que favorece um desvio da ciência, afirmando sua legitimidade de maneira tautológica e sem oposição: é ela que edita o que é tomado por verdadeiro, tornando-se o critério das ‘boas práticas’ de cuidado, isto é, aquelas valorizadas e autorizadas pelo sistema. Inversamente, tudo aquilo que não é assim validado torna-se suspeito, residindo o sucesso na única finalidade do pensamento dominante, com os meios tornando-se a razão dos fins, mesmo que numerosas situações contradigam essas ‘verdades’. (Paul, 2005, p. 74)

Constrói-se desta forma uma ciência na qual, elementos de padronização e aferição do ‘verdadeiro’ se impõe dogmaticamente e determinam uma única forma de chegar-se ao conhecimento. Segundo Santos (1995) o racionalismo moderno funda-se no cartesianismo que

postula a existência de somente duas maneiras de conhecimento: as disciplinas formais da lógica e da matemática e o modelo mecanicista das ciências naturais.

(...) a partir de então pode falar-se de um modelo global de racionalidade científica que admite variedade interna, mas que se distingue e defende, por via de fronteiras ostensivas e ostensivamente policiadas, de duas formas de conhecimento não científico (e, portanto, irracional) potencialmente perturbadoras e intrusas: o senso comum e as chamadas ‘humanidades’ ou estudos humanistas (em que se incluíram, entre outros, os estudos históricos, filológicos, jurídicos, literários, filosóficos e teológicos. (Santos 1995,p.10)

Pesquisadores no campo da Lingüística têm, como muitos pesquisadores nas demais áreas das ciências, utilizado um paradigma cartesiano para a formulação de seus postulados, o qual, no intento de simplificar os elementos complexos, gera a compartimentalização dos saberes e produz, nas palavras de Morin (1983, p.33): “investigadores e universitários que trabalham nesses domínios disjuntos e se fecham como ostras quando são solicitados”.

O ‘mundo cartesiano’ é concebido sempre como algo eterno e bem ordenado, sendo regido por leis simples e imutáveis o que leva o pesquisador a considerá-lo cognoscível, desde que abordado de forma racional. Assim a eleição das situações estáveis tem sido o caminho do desenvolvimento e do ‘progresso’ científico, sempre com o objetivo de encontrar um princípio explicativo decodificador da realidade. Estas situações estáveis seriam então fragmentadas em múltiplas partes para serem objetos de análise – termo utilizado por Descartes (1970) como oposição à síntese.

No sentido cartesiano, conhecer implicava necessariamente uma etapa inicial de fragmentação (para ser mais claro de destruição) da coisa a ser transformada em objeto de conhecimento. Este seria o preço mínimo que se deveria pagar para ascender ao conhecimento racional. Então o princípio da parcimônia, no sentido da simplificação reducionista, validaria os modelos explicativos do novo modo de produção de conhecimento – pois o conhecer reduzia o agora objeto aos seus componentes elementares. (Almeida Filho, 2005, p. 32)

Assim este mundo passa a ser ‘dominado’ e descrito por um observador externo a ele e que não pertence ou está inserido no mesmo, o qual tem uma visão abrangente e capaz de discernir – a partir de sua objetividade – o que é real e o que é ilusório, ou seja, o que faz parte da realidade objetiva externa e o que faz parte da realidade subjetiva interna. Desta forma o caráter de ‘cientificidade’ é diretamente proporcional à eliminação do observador. Todavia o modelo ideal que uma ciência ‘objetiva’ comporta é aquele no qual só se podem variar os fatores um de cada vez, ou seja, os sistemas intrinsecamente simples, evitando os sistemas complexos, os quais não permitem a variação de apenas um fator de cada vez.

Para atingir seus objetivos últimos de modificação da natureza, de dominação de um mundo que seja manejável, a ciência depende da compreensão da realidade dessa natureza – distinta do próprio cientista -, compreensão tornada possível pela descoberta dos princípios explicativos ou leis naturais. (Esteves de Vasconcelos, 1995, p. 37)

Bakhtin (1992) já alertava para o fato de que o conhecimento acerca do ser humano não pode ser produzido quando um sujeito cognoscente, portador do saber, analisa outro sujeito sem interagir com o mesmo. A impossibilidade de se conceber a interação com o outro é definitiva para a limitação da criação do saber, pois “(...) a criação ideológica não existe em nós, mas entre nós”. (Brait, 1997, p.97). Desta forma, segundo Bakhtin, o conhecimento é produzido sempre pela interação entre os elementos – o que o autor denomina de um saber ‘dialógico’.

As ciências exatas são uma forma monológica do conhecimento: o intelecto contempla uma coisa e pronuncia-se sobre ela. Há um único sujeito: aquele que pratica o ato de cognição (de contemplação) e fala (pronuncia-se). Diante dele há a *coisa muda*. Qualquer objeto do conhecimento (incluindo o homem) pode ser percebido e conhecido a título de coisa. Mas o sujeito como tal não pode ser percebido e estudado a título de coisa porque, como sujeito, não pode, permanecendo sujeito, ficar *mudo*; conseqüentemente, o conhecimento que se tem dele só pode ser dialógico. (BAKHTIN, 1992, p.403)

A comunicação humana é um sistema altamente complexo e, portanto parece não mais poder ser analisado a partir do paradigma cartesiano, ou da chamada ciência ‘tradicional’. O conhecimento que se obtém ao se analisar um sistema complexo a partir de um modelo simplificador é somente o ‘saber manipular’, operacionalizar ou reduzir a simplificações, admitindo-se que certas ‘forças’ estão agindo aos pares. “Claro que conhecer, no decurso dos três últimos séculos, foi muitas vezes identificado com ‘saber manipular’” (Prigogine e Stengers, 1984, p. 205). Exatamente pela dificuldade de se trabalhar com sistemas complexos a ciência cartesiana e positivista acaba trabalhando apenas frações do sistema e como consequência natural, chegando a conclusões e princípios parciais, o que não impede de trabalhar com tal conhecimento. Entretanto o resultado da fragmentação e simplificação é a super-especialização e o não-diálogo entre os distintos campos da ciência, criando, inclusive, linguagens muito específicas para descrever as realidades parciais.

(...) é verdade também que a natureza é sempre compelida a responder na linguagem teórica em que lhe perguntaram. E mais: será sempre o cientista que, além de ter selecionado as perguntas a formular e as respostas a registrar, a partir não só de sua escolha teórica, mas também de sua inserção cultural e de sua própria história. (Esteves de Vasconcelos, 1995, p.41.)

O ponto de convergência dos elementos especializados e inclusive das disputas pelas interpretações mais verdadeiras da realidade pode ser contemplado através da visão sistêmica

e do paradigma da complexidade organizada, os quais abandonam a idéia de que a realidade pode ser reduzida a leis universais e incluiu obrigatoriamente outros pontos de vista como o das artes, da filosofia e das ciências humanas. Compreende que os limites da objetividade científica são as 'leis' e os 'princípios explanatórios' que encerram a continuidade da pesquisa sobre qualquer assunto. Nas palavras de Bateson (1996, p.67): "uma hipótese tenta explicar alguma coisa em particular, mas um princípio explanatório – como 'gravidade' ou 'instinto' -, de fato, não explica nada. É uma espécie de consenso convencional entre os cientistas para a certo ponto pararem de explicar coisas".

Entende-se, no presente trabalho, que a realidade transcende a relações causais reduzidas a formulas matemáticas e que a universalização de princípios dentro do campo das ciências humanas deve ser feita com muitos cuidados. Também que é possível se fazerem formulações absolutamente científicas a partir de elementos singulares, nas palavras de Paul (2005, p. 73) "um outro olhar parece possível, que aceitaria o caminho singular de cada pessoa, de seus diversos meios ambientes, de suas incertezas, com suas possibilidades sociais e terapêuticas de relação".

2.5.1 Aspectos Principais da Teoria dos Sistemas

O modelo sistêmico representa uma nova forma de pensar científico, uma nova maneira de perceber o mundo e suas relações; um paradigma, que significa uma ruptura com as formas anteriores de fazer ciência. Nas palavras de Prigogine e Stengers: "trata-se de uma verdadeira 'metamorfose' da ciência" (Prigogine e Stengers, 1984). Engloba no que Kuhn (1975) descreveu como uma "revolução científica". Segundo Kuhn, quando os esquemas conhecidos já não são suficientes para explicar a complexidade do mundo e suas relações, surge a necessidade de novos paradigmas. Pineau (2005, p.107), a partir das proposições de Kuhn, afirma que "por paradigmas entendemos uma matriz disciplinar compreendendo o conjunto de elementos práticos (quem investiga o que?), ideológicos (por quê?) metodológicos e epistemológicos (como?) que estruturam e legitimam em um certo momento um campo científico". Assim o paradigma sistêmico emerge no campo das ciências para tentar responder as necessidades de compreensão dos elementos complexos vindos à tona a partir das novas descobertas em várias disciplinas.

Um novo paradigma nasce quando, face a um problema a ser resolvido, o paradigma em curso não pode responder a ele plenamente. Assim, o novo paradigma tenta regrar uma anomalia do sistema anterior,

mas como proposição ele é impreciso, simples promessa de futuro a ser explorada e a ser desenvolvida pelas teorias, os modelos, com as aplicações permitindo resolver os enigmas em curso. (Paul, 2005, p. 77)

Encontramos vestígios do pensamento sistêmico na história da filosofia, da religião, da psicologia e das ciências em geral. Tomemos como exemplo os conceitos de "equilíbrio e acomodação" de Piaget (1976) - podemos dizer que tais conceitos têm um caráter essencialmente sistêmico, ainda que o autor não os tenha denominado como tal.

Todavia os aspectos específicos e os elementos concretos do pensamento sistêmico são resultados de investigações realizadas a partir de meados do século XX e postulados expressos nas últimas décadas. Atribui-se precisamente a Ludwig von Bertalanffy (1973), biólogo vienense, emigrado aos Estados Unidos no final da Segunda Guerra Mundial, o haver utilizado pela primeira vez, ao final da década de trinta a frase "Teoria Geral dos Sistemas".

A partir de então, estima-se que o enfoque sistêmico passou a afetar toda a produção científica, passando a ocupar o lugar das teorias baseadas na termodinâmica no campo da física e o lugar das teorias mecanicistas no campo da psicologia. Segundo Grzybowski (2005, p.89-90) “Diante do paradigma analítico, fragmentário, mecanicista e de causalidade linear das ciências clássicas baseadas na física de Newton e na filosofia de Descartes, o enfoque sistêmico implementou a necessidade da exploração científica de totalidades, de organização, de relações e das dimensões holísticas do mundo”. Para Bertalanffy (1973, p. 53) (...) “É necessário estudar não somente partes e processos isoladamente, mas também resolver os decisivos problemas encontrados na organização e na ordem que os unifica, resultante da interação dinâmica das partes, tornando o comportamento das partes diferente quando estudado isoladamente e quando tratado no todo”.

A partir de Bertalanffy, e às vezes de maneira simultânea a seu trabalho, surgiram outras pesquisas que enfocaram um novo entendimento do desenvolvimento científico. Uma das mais destacadas é o estudo da Cibernética, termo utilizado por Norbert Wiener em 1948, e que se desenvolveu na ciência que estuda os seres vivos e as máquinas nos processos de controle e transmissão de informação. A cibernética trouxe para a ciência moderna os conceitos de "retroalimentação" (feedback) e "auto-regulação". Estes conceitos asseguram que os sinais de saída de um sistema voltam a entrar no sistema modificando substancialmente os resultados. Questionou-se assim a convicção já arraigada das explicações da conduta humana em termos de causa-efeito ou estímulo-resposta e pesquisadores da conduta humana associada à comunicação como Gregory Bateson e Erving Hoffman lançaram mão destes conceitos para

a construção de uma teoria dos sistemas sobre a conduta humana. Para Watzlawick, Beavin e Jackson, (1996, pg. 28) “os sistemas auto-reguladores - sistemas com retroalimentação - requerem uma filosofia própria, na qual os conceitos de modelo e informação são tão essenciais quanto os de matéria e energia no começo do século atual”.

A segunda objeção feita aos modelos da Teoria da Informação, a do caráter linear dos esquemas, teve como reação os estudos desenvolvidos, sobretudo nos Estados Unidos, a partir dos anos cinquenta, que propõem um modelo ‘circular para a comunicação’. Podem ser mencionados os trabalhos de G. Bateson, E. Hall e E. Goffman, entre outros, e as noções de base como a de *feedback* ou de retroação e realimentação. Trocando em miúdos, a comunicação no quadro da teoria da ‘nova informação’, da sociologia da comunicação ou da análise da conversação não deve mais ser pensada como um fenômeno de mão única, do emissor para o receptor, mas como um sistema reversível e interacional. Dois pontos merecem destaque: em primeiro lugar deve-se mencionar que para esses estudiosos não importam apenas os efeitos da comunicação sobre o destinatário, mas também os efeitos que a reação do destinatário produz sobre o destinador. (BARROS, 2007, p. 29)

Outro trabalho essencial para o desenvolvimento do paradigma sistêmico foram os estudos sobre a Comunicação Humana, especialmente da pragmática da comunicação, ou seja, do efeito que a comunicação tem sobre a conduta, tanto do emissor como do receptor. Na relação dos seres vivos, não se transmite simplesmente energia, como postulava o paradigma cartesiano que fundamentava distintas concepções da pessoa humana – como, por exemplo, a psicanálise e o conceito de libido – mas se transmite essencialmente informação. O exemplo clássico, descrito por Gregory Bateson, ilustra este particular:

Se o pé de um homem bater, enquanto passeia, numa pedra, a energia é transferida do pé para a pedra; esta será deslocada e, finalmente, voltará a parar numa posição que é totalmente determinada por fatores tais como o montante de energia transferida, o formato e o peso da pedra, a natureza da superfície em que ela rola. Se, por outro lado, o homem der um pontapé num cão, em vez de na pedra, o animal poderá saltar e mordê-lo. Neste caso, a relação entre o pontapé e a mordida é de uma ordem diferente. É óbvio que o cão recebe a energia, para a sua reação, do seu próprio metabolismo e não do pontapé. Portanto, o que é transferido não é energia mas informação. Por outras palavras, o pontapé é um item de comportamento que comunica algo ao cão e este reage à comunicação com outro item de comportamento-comunicação. Eis aí, essencialmente, a diferença entre a psicodinâmica freudiana e a teoria da comunicação, como princípios explicativos do comportamento humano. Como se vê, eles pertencem a diferentes ordens de complexidade; o primeiro não pode abranger o segundo e nem o segundo pode ser derivado do primeiro: mantêm-se numa relação de descontinuidade conceitual (Watzlawick et. Al, 1996, p. 26)

Da mesma forma a Filosofia Existencial, em sua insistência de que o ser humano é um ser-em-relação e que o "EU" se define sempre diante de um "TU" significativo, tem trazido sem dúvida, uma mudança paradigmática na compreensão das relações humanas. Nas palavras de Buber (1977, p.55) “(...) Não há EU em si, mas apenas o EU da palavra-princípio EU-TU e o eu da palavra-princípio EU-ISSO. Quando o homem diz EU, ele quer dizer um

dos dois. O EU ao qual ele se refere está presente quando ele diz EU. Do mesmo modo quando ele profere TU ou ISSO, o EU de uma ou outra palavra-princípio está presente.”

O enfoque sistêmico tem seu corpo de conceitos que o identifica e explica. Faremos a seguir, uma breve descrição dos termos que são de maior relevância para o estudo do modelo sistêmico em base da didática descrição feita por Friesen e Grzybowski, 2006.

Sistemas e subsistemas. Um sistema é uma entidade com componentes que co-variam de maneira interdependente dentro de limites (semipermeáveis ou permeáveis) e que busca manter o equilíbrio. Como os sistemas possuem uma hierarquia entre si, um subsistema é um sistema menor, contido em um sistema hierarquicamente superior, mas que por sua vez também contém em si sistemas menores ou hierarquicamente inferiores.

Uma forma de exemplificar isto seria o corpo humano, que em si é um sistema vivente, composto de sistemas de órgãos (nervoso, circulatório, respiratório), que seriam subsistemas do corpo, mas que também são constituídos por órgãos (cérebro, medula, bulbo, pulmão, coração, e outros) os quais são constituídos por tecidos e assim consecutivamente.

Sistemas abertos ou fechados. Um sistema aberto caracteriza-se pela permeabilidade de seus limites, que além de semipermeáveis, são também seletivos. Por estes limites o sistema importa ou recebe entradas, denominadas de "inputs", em forma de energia, matéria e informação e exporta ou emite "outputs", também em forma de matéria, energia e informação. Os sistemas abertos estão em constante interação com outros sistemas em seu ambiente e buscam permanentemente um equilíbrio com o meio através da promoção de mudanças no mesmo. O atributo de abertura do sistema perante o meio onde subsiste é algo que compete a três teorias: sistêmica, comunicacional e interacionista. O atributo de oclusão de um sistema não é compatível com os sistemas orgânicos nem sociais, antes, corresponde a determinados componentes químicos, os quais, por sua própria natureza, não realizam intercâmbios de nenhum tipo de elemento.

Conceito de globalidade (ou totalidade). É o oposto do conceito de somação. Significa que toda e qualquer parte de um sistema está relacionada com as demais partes, de tal forma que uma mudança em uma pequena parte, provocará a mudança no sistema em todas as demais partes e no sistema como um todo, pois um sistema é um todo inseparável, uma "Gestalt". O contrário de globalidade é a somação, e esta é a soma das coisas, um amontoado. Um amontoado de maçãs, que somadas dão 1.000 maçãs, não forma um sistema. O corpo humano não é um amontoado de órgãos, mas a interação, inter-relação e comunicação entre os mesmos. Entre os conceitos de globalidade e somação existe tanta

semelhança quanto entre um organismo vivo e um amontoado de maçãs. Todavia, se as partes de um sistema não estão relacionadas de forma somatória, no que se baseia sua unidade? Uma das respostas dadas no passado foi que a energia unificava o sistema. Com o advento da cibernética e seu conseqüente descobrimento da retroalimentação, o conceito de energia como elemento unificador do sistema mudou para a comunicação, veiculada pelos elementos de retroalimentação e da circulação da mesma. Estes dois princípios são os pilares da teoria sistêmica.

Retroalimentação (ou feedback). A retroalimentação é entendida como uma cadeia de eventos nos quais o último elemento conduz de volta ao primeiro e torna a cadeia de eventos circular e não mais linear. Especialmente a cibernética ocupou-se em demonstrar a circularidade dos eventos. Da mesma forma a teoria da comunicação utiliza-se da mesma explicação para entender como a comunicação se altera no curso de sua expressão. Sabe-se que a retroalimentação pode ser positiva ou negativa. Ela é positiva quando conduz a mudanças, à perda de estabilidade, enquanto a retroalimentação negativa produz o efeito exatamente de manutenção do sistema. Não devemos concluir precipitadamente que a retroalimentação negativa é desejável e a positiva deva ser evitada.

Homeostase. Termo que significa duas coisas:

- a) Manter o "status quo", ou seja, uma constância frente à mudança, em cujo caso a homeostase é um **fim**.
- b) Exercer retroalimentação negativa para manter o "status quo", em cujo caso a homeostase se converte em um **meio**.

Para tornar claro este conceito vejamos o exemplo que segue: um membro de uma família muda sua conduta e esta mudança desestabiliza (afeta) aos outros elementos do sistema familiar. Diante desta nova conduta, surgem as reações (retroalimentações) e algumas podem ser positivas, são as que no caso irão apoiar a nova conduta do membro mutante, e o sistema se desestabiliza ainda mais. Outras podem ser negativas, procurando opor-se à mudança, a fim de manter a estabilidade do sistema. A este último esforço, denomina-se homeostase como **meio** para manter o status quo. A este tipo de homeostase chamamos "pura" e tem sido questionada se, apesar da retroalimentação negativa, produzem mudanças; e apesar das mudanças, a família não necessariamente perde a estabilidade - não se desintegra - como poderia supor-se. Desta forma o conceito de homeostase como um **fim**, isto é, manter a constância, o status, o equilíbrio das forças internas e externas, é o que continua em vigência.

Equifinalidade. Significa que os mesmos resultados podem brotar de diferentes origens, porque a natureza da organização é que é definida, ou seja, a alteração de um estado em um sistema aberto, não é tanto determinado pelas condições iniciais do sistema quanto pela natureza do processo ao qual ele foi submetido. Embora alguns pensadores sistêmicos afirmem que arrancar do todo o estado inicial não é uma postura sólida, porque equivale a um esvaziamento e que o conceito esgota-se somente na explicação da inter-relação presente, os defensores do conceito da equifinalidade explicam em termos de sistemas abertos, que por serem tais como são, não estão sujeitos às condições iniciais como os sistemas fechados. Uma adequada compreensão desta postura indica que não negam o efeito dos estados iniciais, mas que dão predomínio aos parâmetros do sistema sobre as condições iniciais. No fundo trata-se de um debate entre a postura genética e a histórica, por um lado e a sistêmica por outro.

Calibração. Este termo é utilizado para explicar o equilíbrio que alcançava uma família diante de retroalimentações positivas, negativas e outros mecanismos. O uso do termo homeostase com o sentido de meio e fim, levantou algumas dúvidas sobre a capacidade fundamental do ser humano para a mudança sem desequilibrar-se. Tal capacidade denomina-se calibração. Podemos fazer uma analogia com o termostato de uma geladeira. Suponhamos que o termostato de uma geladeira está calibrado para manter a geladeira funcionando normalmente (internamente) para um nível de 20°C na temperatura ambiente. Ocorre então uma subida na temperatura externa. O termostato irá modificar sua calibração até colocar-se de acordo com o nível "regulado". O conflito aparece quando se necessita regulá-lo mais alto ou mais baixo que o grau de temperatura habitual. Ali se coloca à prova a capacidade calibradora do sistema. Este experimenta alterações; as retroalimentações continuam sendo as mesmas; existem razões que impossibilitam colocar de novo o termostato a 20°C. Somente permanece a capacidade calibradora do sistema. Aqui entra em função um procedimento escalonado, dando passos progressivos de ajuste até obter o ajuste do sistema à nova regulação. Esta analogia serve para observar a família em um constante calibrar-se às novas regulações. O crescimento de um filho, o casamento de outro, entre outras coisas, são mudanças reais e inevitáveis. Uma calibração não escalonada, drástica, desequilibra o sistema.

Sistemas interacionais estáveis. São sistemas nos quais as variáveis que o compõe tendem a permanecer em limites definidos. Pelo contrário, se as variáveis mais representativas tendem a sair dos limites, qualifica-se o sistema como não-estável. Para fins de estudo da comunicação humana, o estudo de um sistema estável é relevante. A repetição de seqüências somente é possível ser percebida em um sistema estável, o que indica as necessárias

conseqüências em longo prazo. O critério de sistema estável leva a uma conseqüência lógica: a relação estável. Esta relação estável, duradoura, poderá ser sã ou enferma, o que dará relevância para a psicologia e psiquiatria.

Ruptura do sistema estável. O sistema estável pode romper-se e, por conseguinte, existem rupturas nas relações estáveis. Embora esta área do enfoque sistêmico pertence já ao campo da psicopatologia da família, convêm fazer uma revisão sumaria das principais formas de rupturas. As principais formas de rupturas do sistema familiar são três:

- a) A Coalizão, que significa a confrontação de um subsistema contra outro subsistema ou o sistema total. Lembremos que um subsistema pode ser formado de um ou vários membros familiares.
- b) Coalescência significa um problema comum orienta a formação de um grupo, que atuará em coalizão. Por exemplo, agrupam-se os que pensam que são explorados pelos demais (coalescência) e confrontam (coalizão) os exploradores reclamando de tal discriminação.
- c) A Coagulação significa que um subsistema, em relação ao sistema total, diante de uma ameaça comum, se estanca. Aparentemente ocorre uma integração, mas efetivamente o que acontece é uma postergação da ruptura ou conflito até que passe a emergência.

Segundo Vasconcelos (1995), há ainda um grande problema de imprecisão conceptual no enfoque sistêmico, o que prejudica em muito a compreensão do mesmo. Termos tais como: simetria e complementaridade; estrutura e organização; circularidade; homeostase e equilíbrio, entre outros, são usados por pensadores sistêmicos com distintas conotações e significados. A fim de evitar estas imprecisões, “chamaremos de circularidade o modo de leitura das interações onde cada um é, por vezes, a causa e o efeito, em oposição a uma leitura linear pela qual uma causa produz um efeito.” (Geberowickz, 1992, p. 3).

Outra crítica foi feita por Wittgenstein (1951), que afirma que só poderíamos saber algo a respeito da totalidade do mundo se pudéssemos ir a um lugar fora do mundo e o observarmos dali. Porém se houver este lugar fora do mundo, o mundo já não seria o todo a ser conhecido, de forma que os limites do conhecimento são os limites do mundo.

A Teoria Sistêmica hoje não se restringe somente ao campo das ciências humanas, mas tem pensadores nos campos das ciências exatas, das ciências biológicas e em todos os outros campos do saber humano, incluindo as artes e a filosofia. Esta incursão do pensar sistêmico nos diversos campos da ciência tem recebido o nome de “paradigmas”, mas que em

sua essência vislumbram uma concepção única, ou seja, a complexidade dos sistemas vivos e a necessidade da análise de suas totalidades e dos padrões que unificam esta totalidade.

Se quiséssemos apontar a disjunção, falaríamos de diversos “paradigmas”: diríamos que Morin, por exemplo, tem pensado o “paradigma da complexidade”; que Prigogine e seus colaboradores têm pensado o “paradigma da instabilidade” ou “paradigma da ordem a partir da flutuação”; que Von Glasersfeld e Pearce, entre outros, têm questionado a objetividade e pensado o “paradigma do construtivismo”, de uma realidade construída. E poderíamos também nos referir aos demais teóricos e especialistas contemporâneos, posicionando-os mais ou menos claramente em relação a estes “três paradigmas”. (Esteves de Vasconcelos, 1995, p.116-117)

Pode-se afirmar que o conceito central que abarca os distintos “paradigmas” é a idéia de circularidade, que rompe com o conceito linear e afirma a impossibilidade de, no caso dos sistemas viventes, determinar a uma parte uma influência causal sobre outra. Bateson (1978, p.53) afirma que um cérebro não pensa, o que pensa é um cérebro dentro de uma pessoa e que é parte de sistemas gerais que habitam, em equilíbrio, dentro de seu meio. Portanto não podemos traçar uma linha divisória que indique que uma parte pensa e outra aproveita o pensamento, antes “o que pensa é um circuito total”.

Uma consequência direta desta forma de pensamento é o questionamento da possibilidade de se haver um conhecimento objetivo, embora a grande parte da pesquisa científica, acreditando ter um acesso privilegiado à realidade objetiva, atua acreditando que a dificuldade em se ser eficiente decorre da dificuldade de se encontrar uma representação mais verdadeira dessa realidade objetiva e independente. O modelo circular de pensamento leva à compreensão de que um objeto a ser pesquisado só tem sua existência concretizada quando em relação ao pesquisador ou, nas palavras de Esteves de Vasconcelos (1995, p. 65), “a realidade só existe a partir da pergunta do investigador sobre ela”. Esta idéia não nega que haja uma realidade numa existência independente do investigador científico, mas, antes, afirma que os objetos da pesquisa científica são conhecidos através do olhar do investigador e mantém com este uma relação íntima e circular de influência recíproca. O que por sua vez torna o campo da pesquisa científica altamente complexo. Detalhes do pensamento complexo serão desenvolvidos na seqüência.

2.5.2 Aspectos Principais do Paradigma da Complexidade

A partir da reflexão sobre a Teoria dos Sistemas, o sociólogo francês Edgar Morin, postula que a chave de toda a compreensão do enfoque sistêmico está no conceito de complexidade e propõe uma compreensão da realidade fundada no entendimento das relações

dinâmicas entre as partes que compõe esta realidade e a totalidade resultante da interação das partes. O termo complexidade já havia sido utilizado na ciência por pensadores como o filósofo G. Bachelard, o criador da teoria da informação Claude Shannon e o matemático e um dos pioneiros da cibernética Warren Weaver, todavia foi Morin que desenvolveu os principais postulados do pensamento complexo e exerceu o papel de seu “grande artesão”. A idéia de complexidade, antes de ser um postulado teórico ou um paradigma, está presente no cotidiano ao nosso redor, desde a estrutura do átomo mais simples à organização das sociedades mais desenvolvidas.

A primeira coisa a ser dita é que a complexidade está no mundo, em todas as coisas (materiais ou não). A vida cotidiana é impregnada de complexidade. (...) Portanto, a complexidade, antes de ser uma teoria, um paradigma, um modelo para pensar a matéria, a vida e o homem, é mais propriamente um atributo de toda a matéria. (...) A complexidade é o estado de ser de todos os sistemas abertos, quer dizer, auto-eco-organizadores. (Almeida, 2006, p.27).

O paradigma da Complexidade contrapõe-se ao modelo de pensamento cartesiano que dominou a ciência moderna por quase três séculos. Na visão disseminada por Descartes (1979) a ciência deveria “dividir cada uma das dificuldades que eu examinasse em tantas parcelas quantas possíveis e quantas necessárias fossem para melhor resolvê-la” (p. 37-38), e assim propunha uma forma de pensar dicotômica das dualidades (sujeito-objeto; razão-emoção, etc.).

todo fato tem uma causa que o precede e as mesmas causas, nas mesmas condições, produzem os mesmos efeitos. Mas, para conhecer e analisar, é necessário dividir. A realidade deve não somente existir fora e independentemente do observador, mas ela deve, também, ser decomponível e analisável em partes, o todo se recompondo depois pela soma de suas partes. (Paul, 2005, p. 76-77)

Para Bohm (1980) este é exatamente o grande equívoco da ciência e de onde advém a maior parte das dificuldades que os cientistas encontram: a tendência de fragmentar o mundo e ignorar a interconexão entre todas as coisas. Em oposição à idéia da simplificação e fragmentação dos objetos para posterior análise, como proposto pelo modelo cartesiano, o paradigma da complexidade propõe a exploração de objetos complexos em sua totalidade e em sua relação com outros objetos, os processos enquanto síntese de determinantes múltiplos.

O marco epistemológico do reducionismo cartesiano constrói e trata, muito bem, dos objetos simples. (...) O velho e bem-firmado reducionismo cartesiano de fato tem subsidiado a maior parte dos avanços científicos e tecnológicos da moderna sociedade industrial. Sem dúvida, o reducionismo valoriza acima de tudo a simplicidade e parcimônia como elementos fundamentais dos seus objetos e modelos. (Almeida Filho, 2005, p. 33)

A ciência moderna percebia o homem e seu mundo ou ecossistema de uma forma mecânica e utilizava a metáfora do relógio para a descrição deste mundo (Capra, 1982). Segundo Price (1976), toda a ciência construída após Descartes acreditava em um mundo cujos fenômenos eram absolutamente de ordem mecânica e de relações mecânicas entre a o ser humano e a natureza que o cerca, sendo que tais relações mecânicas podem ser totalmente explicadas a partir da física mecânica proposta do Newton. Entretanto o próprio desenvolvimento da física levou a ciência a impasses da impossibilidade de explicar a realidade a partir do paradigma mecanicista, em especial com o surgimento da física quântica e os postulados acerca do caos e da desordem (Prigogine, 1996).

O paradigma simplificador é um paradigma que põe ordem no universo, expulsa dele a desordem. A ordem se reduz a uma lei, a um princípio. A simplicidade vê o uno, ou o múltiplo, mas não consegue ver que o uno pode ser ao mesmo tempo múltiplo. Ou o princípio da simplicidade separa o que está ligado (disjunção), ou unifica o que é diverso (redução). (Morin, 2006, p. 59)

Morin não descarta a Teoria dos Sistemas, pelo contrário, há autores como Lewin (1992) que inclusive utilizam a terminologia “teoria dos sistemas dinâmicos” para se referirem aos modelos complexos. De igual forma, Morin também reconhece na teoria dos sistemas virtudes importantes que fundamentam o paradigma da Complexidade, mas propõe uma leitura que ultrapasse o modelo sistêmico e que ao mesmo tempo não esgote as explicações da realidade em uma única teoria.

A virtude sistêmica é:

- a) ter posto no centro da teoria, com a noção de sistema, não uma unidade elementar discreta, mas uma unidade complexa, um “todo” que não se reduz à “soma” de suas partes constitutivas;
- b) não ter concebido a noção de sistema como uma noção “real”, nem como uma noção puramente formal, mas como uma noção ambígua ou fantástica;
- c) situar-se a um nível transdisciplinar, que permite ao mesmo tempo conceber a unidade da ciência e a diferenciação das ciências, não apenas segundo a natureza material de seu objeto, mas também segundo os tipos e as complexidades dos fenômenos de associação/organização. (Morin, 2006, p. 20)

Embora partindo das idéias da Teoria dos Sistemas e incluindo entre seus princípios para a compreensão da complexidade elementos retirados da referida teoria, tais como o ‘Princípio Sistêmico-Organizacional’ e o ‘Princípio Retroativo’, Morin (1999), dentro de seus princípios-guia para um pensar complexo, propõe alguns conceitos que diferenciam seu paradigma da Teoria dos Sistemas. Posteriormente o autor irá denominar tais princípios de “Operadores da Complexidade” (Carvalho e Aspis, 2006).

O Princípio Sistêmico-Organizacional é o que nos permite conectar o conhecimento das partes ao conhecimento do todo, podendo ser este todo maior ou menor que a soma das

partes. O Princípio Retroativo é um sinônimo ao conceito sistêmico de ‘feedback’, indicando que o efeito retroage sobre a causa modificando curso das interações.

Um primeiro elemento diferencial do Paradigma da Complexidade em relação aos postulados básicos da Teoria dos Sistemas, é que o mesmo postula que a relação entre a parte e o todo não é apenas a parte que está no todo, mas o todo que está igualmente na parte (Morin, 2006b), como no holograma, em que o menor ponto de cada imagem contém a totalidade, ou quase totalidade da informação do objeto que representa (Morin, 1996b). A este princípio o autor denomina de ‘Princípio Hologramático’, o qual, segundo ele, está presente tanto no mundo biológico quanto no mundo sociológico. Encontramos nas células de nosso organismo a totalidade da informação genética deste organismo, da mesma forma que encontramos na família toda representação dos elementos culturais na qual a mesma foi desenvolvida. Assim o conhecimento adquirido no conhecimento das partes volta-se sobre o todo e o que se aprende sobre as qualidades emergentes do todo se volta sobre as partes. “Esta idéia aparentemente paradoxal imobiliza o espírito linear” (Morin, 2006, p.75). O diferencial do princípio hologramático para a visão holística, característica da teoria dos sistemas e da Gestalt, é que o todo, para Morin, pode ser maior ou menor que a soma das partes e o importante é a dialógica existente entre todo e partes.

Outro princípio que Morin aponta como sendo chave para a compreensão do paradigma da Complexidade é o ‘Princípio Dialógico’. Segundo o autor, na construção da realidade estão presentes duas lógicas: uma geradora de continuidade e outra geradora de descontinuidade ou em outros termos, uma promotora de estabilidade e outra promotora de instabilidade. Estas duas lógicas não são simplesmente justapostas, mas necessárias uma à outra, como no caso do organismo vivo, o qual nasce do encontro de um elemento estável – o DNA, e de um elemento instável – os aminoácidos que formam as proteínas. A proteína instável vive em contato com o meio e permita a existência fenomênica e o DNA assegura a reprodução. “O princípio dialógico nos permite manter a dualidade no seio da unidade. Ele associa dois termos ao mesmo tempo complementares e antagônicos” (Morin, 2006, p.74). O princípio dialógico não coloca em oposição fenômenos como ordem e desordem ou natureza e cultura, mas entende os mesmos como simultaneamente concorrentes, antagônicos e complementares.

Um terceiro conceito ou princípio chave do paradigma da complexidade é o da recursividade organizacional, ou ‘Princípio Recursivo’ que pode ser compreendido como “um processo onde os produtos e os efeitos são simultaneamente causas e produtores do que os

produz” (Morin, 2006, p. 74), negando a cadeia linear de causa-efeito. Tal idéia permeia todos os campos do saber humano, da biologia à sociologia, passando pela linguagem. Para Morin a sociedade é resultado da interação entre os indivíduos através da linguagem e, simultaneamente os indivíduos estão sendo formados dentro da sociedade que eles produziram e que os produz, ou seja, os indivíduos produzem a sociedade que produz os indivíduos em um contínuo, que visualmente poderia ser representado em um espiral ascendente que vai se ampliando. “A idéia recursiva é, pois, uma idéia em ruptura coma idéia linear de causa/efeito, de produto/produtor, de estrutura/superestrutura, já que tudo o que é produzido volta-se sobre o que o produz num ciclo ele mesmo auto-constitutivo, auto-organizador e auto-produtor” (Morin, 2006, p. 74).

Outro princípio importante para a compreensão do pensamento complexo é o ‘Princípio da auto-eco-organização’. Este princípio está ligado à relação autonomia/dependência, na qual toda a autonomia é inseparável de sua dependência, indicando a inexistência de uma realidade absolutamente objetiva. Para Maturana e Varela (1995), cada componente de um ser vivo é agente participativo na produção e mudança de outros componentes em um sistema reticular, resultando desta produção conjunta de componentes uma rede, a qual será o padrão de organização daquele determinado sistema vivente. Desta forma, ao descrever uma realidade, o observador interage com ela, modificando-a e sendo modificado pela mesma.

Finalmente um último princípio importante do pensamento complexo é o da ‘Re-introdução do Sujeito Cognoscente’. Neste princípio o sujeito é resgatado no processo de conhecimento como autor de sua história e, por conseguinte, co-autor de construções coletivas. O sujeito e o meio onde ele está inserido tornam-se co-dependentes, sendo este meio entendido não como algo pré-determinado, mas como uma construção em interação com o sujeito. O caminhar, por exemplo, só acontece quando existe a interação entre o solo e o sujeito caminhante. A ausência de um destes elementos desconfigura o processo.

Para Morin, o pensamento complexo é um pensamento que busca ao mesmo tempo distinguir - mas sem separar - e unir. (Morin, 1996). O modelo dialético, nas concepções da física e da biologia procura separar o pensamento da substância, as qualidades das propriedades e outros conceitos em termos de pólos, o enfoque sistêmico reunifica estes conceitos. Enquanto Laplace conduziu a um pensamento atomista, o enfoque sistêmico nos direciona para uma visão da organização complexa (Morin, 1983). Quanto mais complexo for

um sistema, mais imprevisível ele se torna e de igual forma torna impossível a precisão da trajetória e a determinação das condições iniciais destes sistemas.

Claro que não se pode explicar de maneira lógica as relações deste todo e de suas partes e vice-versa. É por isso que se chama pensamento complexo, pois parece não haver uma lógica para estas relações aparentemente sistêmicas, é o que Morin denomina a ‘ordem dentro da desordem’ ou a ‘certeza da incerteza’, e é justamente por este motivo que se chama complexidade. (Francelin, 2003, p. 64).

O pensamento complexo não se propõe a ser uma teoria que responda a todas as inquietudes da ciência pós-moderna, isso porque na essência do próprio paradigma está inclusa obrigatoriamente a idéia que todo o saber é sempre inacabado e incompleto e, portanto não poderia haver um paradigma que abarcasse a completude dos saberes. “O pensamento complexo também é animado por uma tensão permanente entre a aspiração a um saber não fragmentado, não compartimentado, não redutor, e o reconhecimento do inacabado e da incompletude de qualquer conhecimento” (Morin, 2006, p.7).

Para Morin os elementos de ordem, desordem, interação e organização constituem o que ele denomina de uma tetralogia ou o anel tetralógico (Carvalho e Aspis, 2006). Para Morin existe uma interdependência entre ordem e organização, mas estas instâncias não podem ser compreendidas sem a consideração do elemento desordem. Isso nos leva ao pensamento chave de que os elementos que são antagônicos como ordem e desordem são simultaneamente complementários e que geram uma interação denominada de multidimensional.

O anel tetralógico de Morin explicita termos que são a chave do paradigma da complexidade, presentes em grande parte de sua obra. Por exemplo, a ordem e a organização são mutuamente interdependentes, mas são inconcebíveis sem a desordem, ou seja, se não forem consideradas as desigualdades, as turbulências, agitações, etc., provocadas pelos encontros. Dessa forma, “quanto mais a organização e a ordem se desenvolvem, mais se tornam complexas, mais toleram, utilizam e necessitam até da desordem”, portanto, esses termos ordem-organização e desordem estão intrinsecamente ligados e devem ser concebidos como um todo complexo que são simultaneamente complementares, concorrentes e antagônicos. A ordem aqui é entendida como uma disposição de elementos em interação que se rasga e se transforma em outros e novos elementos, mediante os desvios (desordem) internos e externos próprios desses e do meio, promovendo a organização, essa compreendida como mais do que a junção ordem/desordem, mas para, além disso, é a interação multidimensional de um universo dinâmico, portanto, a organização: transforma, produz, liga, mantém o todo e as partes e vice-versa, mas não na perspectiva holística, que Morin denomina de reducionista, que considerando o todo, despreza as partes, mas num circuito relacional não disjuntivo. (Lima, 2001, p. 95)

Nos postulados do paradigma da complexidade, sujeito e objeto interagem numa relação dinâmica e interdependente que vai além da idéia sistêmica que ambos, sujeito e objeto fazem parte do mesmo sistema que está sendo analisado. Para Morin, não é suficiente a explicação que sujeito e objeto fazem parte de um mesmo sistema, mas também que há uma

relação entre o sujeito e o conhecimento que ele produz. Para Morin (1987a, p. 137) “*este desenvolvimento exige não só que o observador se observe a si mesmo ao observar os sistemas, mas também que se esforce por conhecer o seu conhecimento*”. O impacto desta nova forma de perceber o mundo e os elementos nele contidos, numa perspectiva de contínua inter-relação, modifica radicalmente nossa análise dos fenômenos que observamos.

Desta forma a objetividade, de acordo com Morin (1987b), possui um elemento intrínseco de subjetividade e, de forma distinta do pensar cartesiano, são elementos constituintes da realidade. Para o autor a objetividade é o elemento norteador do pensamento complexo, desde que considerada num todo em interação com a subjetividade, pois uma parte sem a outra descaracterizaria a identidade complexa do sistema.

A linguagem humana é um sistema altamente complexo, pois a pessoa humana é um ser essencialmente lingüístico e, haja vista que tal pessoa é complexa, as ações lingüísticas decorrente da mesma também o são. Echeverria (2002, p.31-32) afirma que “a linguagem é, acima de tudo, o que faz dos seres humanos o tipo particular de seres que são. Os seres humanos, postulamos, são seres lingüísticos, seres que vivem na linguagem”.

A tentativa de compreensão de um sistema complexo a partir de um paradigma simplificador pode estabelecer ajustes parciais e reducionismos a fim de se adequar um fenômeno à teoria, ao invés de questionar a teoria que não comporta o fenômeno. A análise de fenômenos lingüísticos complexos, como os apresentados pela Teoria da Polidez, a partir de paradigmas simplificadores – como o modelo cartesiano, pode levar à redução de tais fenômenos a equações elementares e limitadoras de toda a riqueza intrínseca nos mesmos. A análise sob a ótica de um modelo complexo, ao contrário, pode enriquecer os conceitos apresentados na teoria e proporcionar ao investigador caminhos mais amplos para a discussão da mesma, evitando-se assim as críticas de inadequação que a Teoria da Polidez vem, de certa forma justificadamente, sofrendo. Entendemos que esta mudança de análise paradigmática não é tarefa simples e requer uma aproximação que ultrapasse, não somente a linearidade cartesiana, mas também ultrapasse as fronteiras disciplinares, haja vista que tal teoria enquadra-se dentro da perspectiva da Pragmática Lingüística, a qual, em nosso entender, por si só já é uma disciplina de natureza transdisciplinar. É exatamente a partir da perspectiva transdisciplinar que o presente trabalho está estruturado, conforme o veremos no capítulo seguinte.

PARTE II

3.0 METODOLOGIA

3.1 Fundamentação teórica

Toda a pesquisa acadêmica pressupõe um método. “Methodos” significa o caminho para se chegar a um fim. Esta metodologia se fundamenta em uma postura epistemológica, em uma tentativa de descrever um determinado recorte da realidade e em uma cosmovisão particular que, de certa forma, afetará todo o processo de investigação. Segundo Moraes e Valente (2008, p. 13 e 14) “a postura epistemológica de um pesquisador seria uma tentativa de explicar como se constrói um determinado conhecimento da realidade. Assim (...) toda e qualquer opção metodológica feita por um pesquisador pressupõe, implicitamente, uma tomada de posição ontológica e epistemológica”.

O presente estudo tem, por sua natureza, um caráter qualitativo e transdisciplinar, sendo, portanto, merecedor de um olhar detalhado sobre o significado deste caráter e nas implicações metodológicas que advém desta opção. Obter uma metodologia adequada para uma pesquisa no campo das ciências humanas não é algo simples. Especialmente quando a investigação científica aborda aspectos do campo da psicologia, percebe-se que os métodos e técnicas no processo investigativo não podem ser idênticos aos utilizados para as, assim chamadas, ciências naturais, alerta este que já era apontado por Foucault em seus primórdios no estudo da psicologia.

Foucault (...) conclui que, orientada pelo ideal de rigor e objetividade das ciências naturais, a Psicologia é levada a renunciar a seus postulados na medida em que reconhece em seu objeto outra coisa diferente da objetividade natural, sendo forçada, então, a utilizar-se de outros procedimentos e métodos de investigação. (Passos e Barros, 2000, p. 75)

As chamadas ciências clássicas desenvolveram seus métodos, primordialmente quantitativos, e procuraram impor os mesmos às demais ciências como sendo um absoluto no proceder investigativo. Entretanto tais métodos mostram-se inadequados quando transpostos de forma acrítica para o campo das ciências humanas, necessitando assim o desenvolvimento de modelos mais pertinentes de investigação, que podem ser encontrados na pesquisa qualitativa e de metodologia transdisciplinar.

A primazia positivista das metodologias desenvolvidas nas ciências fundamentais – o raciocínio para as matemáticas, a observação para a astronomia, a experimentação para a física, a taxonomia para a química, a comparação para a biologia – conduziu a uma adoção pouco crítica que dificultou a

adaptação desses métodos às situações educativas e a emergência de métodos específicos. (Pineau, 2005, p. 108)

Para o pesquisador acostumado com os modelos clássicos de pesquisa, nos quais a quantificação das respostas se traduz em elementos de veracidade e autenticidade da pesquisa, uma metodologia qualitativa e transdisciplinar pode parecer algo fora do campo científico. O modelo tradicional, de causalidade linear aponta para uma realidade estática, ordenada e previsível, enquanto os modelos transdisciplinares e de natureza qualitativa trazem em seu bojo a idéia de uma causalidade circular e uma realidade mutante.

De uma causalidade linear e mecânica, como umas das características importantes e definidoras da realidade do ponto de vista tradicional da ciência, com sua evolução, nós reconhecemos, hoje, a existência de uma causalidade circular, de natureza retroativa ou recursiva (...) [e] uma realidade dinâmica, relacional, indeterminada, não-linear, difusa e imprevisível. Uma realidade multidimensional, constituída de diferentes níveis: o macrofísico, o microfísico e o virtual, e possuidora de uma natureza complexa. (Moraes e Valente, 2008, p. 20-21)

Ao realizar uma pesquisa qualitativa, o pesquisador precisa ter em mente que o estudo é de natureza exploratório-interpretativa; e sendo assim, o pesquisador assume também um papel central, de certa forma ‘intrínseco’, na pesquisa. Segundo Banister (1996) o pesquisador necessita entender e clarear para o leitor o lugar de onde está olhando para o fenômeno pesquisado. Estes novos modelos de se fazer ciência aparentam ser demasiado subjetivos e com pouca confiabilidade para o investigador acostumado ao modelo cartesiano que ditou as ‘normas de verdade’ nos últimos 300 anos da história, todavia é exatamente com as novas formas de pensar a pesquisa que a mesma tem grandes saltos qualitativos.

Como decorrência, toda produção científica inscrita no âmbito da “ciência normal” frequentemente suprime novidades fundamentais por subverterem necessariamente seus compromissos básicos, sobretudo a manutenção do sucesso da “teoria”. Daí tais novidades serem tratadas como “anomalias” e a ciência normal não se colocar frente às novidades práticas ou teóricas. (Alvarenga, Sommermann e Alvarez, 2005, p. 12)

Desta forma, um modelo de pesquisa que leva em conta os dados qualitativos e os elementos fundantes da transdisciplinaridade, baseados no paradigma da complexidade, entende a realidade não como uma representação fiel do observado pelo pesquisador, mas, antes, uma das possíveis interpretações deste real. Entende igualmente que pares binários, como razão/emoção, objetivo/subjetivo, biologia/cultura, são dimensões de uma mesma e única trama – a do conhecimento, o qual, segundo Maturana (1999) é sempre uma construção individual e social que acontece em espaços consensuais representados por uma comunidade científica.

Como produto de uma atividade científica, a objetividade não é isolável de nossas crenças, emoções, desejos e afetos, já que não conseguimos excluir o espírito humano, o sujeito individual, cultural e social dos processos de construção do conhecimento. (...) o conhecimento produzido pela pesquisa é fruto e uma cooperação global que acontece no organismo e envolve, entre outros aspectos, as diferentes dimensões humanas, tais como: intuição, emoção, sentimento e imaginação, além da razão. Conseqüentemente, todo conhecimento proveniente da pesquisa é sempre pessoal, datado e dependente das estruturas cognitivo/emocionais daquele que conhece, de suas estruturas sensório-motoras, das relações que ele estabelece com o objeto. (Moraes e Valente, 2008, p. 27)

Finalmente é necessário lembrar que para comunicar o aprendido há uma dependência da linguagem e que esta narrativa é sempre uma metáfora da realidade, carregada de subjetividade e da percepção que o pesquisador tem do objeto pesquisado. Segundo Moraes e Valente (2008, p. 28) “por meio da palavra e da linguagem, criamos nossa realidade, criamos o mundo à nossa imagem e semelhança”. Desta forma entendemos que a pesquisa qualitativa é a que melhor se adéqua à análise de uma conversação dentro de um espaço de conversas pessoais que é o setting terapêutico.

Iniciaremos discorrendo sobre alguns aspectos que configuram uma pesquisa qualitativa.

3.1.1 Pesquisa qualitativa

A primeira característica fundamental do presente trabalho é que se trata de uma pesquisa qualitativa. O caráter qualitativo da pesquisa ocorre porque “é expressa em termos não numéricos, usando linguagem e imagens” (Cozby, 2003, p. 124) e procura observar aspectos específicos do comportamento lingüístico de homens e mulheres, sendo assim classificada como uma observação sistemática. Para Cozby (2003, p. 130) a “observação sistemática refere-se à observação cuidadosa de um ou mais comportamentos específicos num ambiente particular (...). O pesquisador só está interessado em alguns poucos comportamentos específicos”.

A abordagem clássica na pesquisa olha para o pesquisador como aquele que vai prover o conhecimento e cujo objetivo é descobrir as relações de causa-efeito através da experimentação, todavia nas últimas décadas este papel dos pesquisadores tem sido questionado e um dos resultados das mudanças provocadas por tais questionamentos é a pesquisa qualitativa. A pesquisa qualitativa foi inicialmente identificada com a Etnografia, em um esforço de legitimar este modelo de pesquisa. Eisner (1991) sugere que tentar legitimar a pesquisa qualitativa através da etnografia é compreensível, mas que a pesquisa qualitativa se estende para além da etnografia. A pesquisa qualitativa e, de forma mais abrangente, o

pensamento qualitativo, não é alguma forma de atividade exótica reservada para aqueles que têm um talento especial ou para aqueles que têm sido iniciados numa forma especial de antropologia cultural. É também a base para nossas mais importantes decisões do dia a dia, como escolher onde viver, etc. Os rituais religiosos, as celebrações públicas nas quais participamos e até a forma de arrumarmos a mesa para visitas são resultados de pesquisa qualitativa. Para Eisner (1991, p.14) “a diferença entre a pesquisa convencional e o que tem sido chamado de pesquisa qualitativa é a diferença entre se fazer arte e se fazer ciência”.

Tais idéias não são novas e podem ser encontradas no pensamento de John Dewey em sua obra *Art as Experience* de 1934 na qual ele afirma que a arte não está limitada a objetos colocados em museus ou apresentações musicais, mas que é fundamentalmente uma qualidade especial da experiência e o processo através do qual a arte é vivida depende do uso do pensamento qualitativo. Este modo de pensamento constitui um dos caminhos nos quais a inteligência humana é manifestada. Os aspectos qualitativos da experiência se manifestam nas coisas que nós fazemos e produzimos e toda experiência tem sua gênese nas nossas transações com as qualidades que existem em nosso meio. Qualidades são aqueles elementos que podem ser experimentados através de algum de nossos sentidos, os quais, apesar de serem inatos e capazes de experienciar a realidade, estão atrelados à cognição e à medida que nos desenvolvemos ficam condicionados a certas formas de interpretação da realidade.

Nossa capacidade de experimentar qualidades é, de certa perspectiva, bem desenvolvida quando chegamos ao mundo (...) À medida que a criança amadurece seu sistema sensorial vai se tornando diferenciado de forma crescente. Como resultado, ele torna-se apto para experimentar mais e mais do seu meio. Na realidade experiência – nossa consciência de alguns aspectos do mundo - é uma realização e, para minha mente, ela é uma realização cognitiva. Nós aprendemos a ver, ou melhor, nós aprendemos a ver alguns aspectos do mundo que são sutis e complexos. (Eisner, 1991, p. 17)

Nosso sistema sensorial é o instrumento através do qual nós experimentamos as qualidades que constituem o meio no qual nós vivemos. Para a experiência ser segura, qualidades precisam estar presentes, seja no meio ou na imaginação ativa. Para atingir o objetivo de uma pesquisa qualitativa é necessário estar ‘in loco’, olhar, usar o que se vê como recurso para a interpretação e avaliação, entretanto a habilidade para experimentar qualidades requer mais que sua presença. Experiência é uma forma de realização humana e como tal, depende de um ato da mente; experiência qualitativa depende das formas qualitativas das questões. Nós aprendemos a ver, sentir, ouvir e este processo depende de uma diferenciação perceptiva e da habilidade para enxergar o que está subentendido, mas cujo significado é crucial.

Há várias questões neste campo a serem respondidas. Em primeiro lugar nós categorizamos e através da categorização nós conhecemos as espécies da nossa experiência. Todavia a categorização pode limitar nossa experiência, pois nós experimentamos antes de nominar. Outra questão de complexa reflexão é a de como fazer o tratamento qualitativo de algo escrito. O texto escrito pode limitar uma quantidade de material contextual presente na expressão verbal, porém quando a habilidade é grande, nos fornece material que nos ajuda a compreender, paradoxalmente, o que as palavras não podem expressar.

Pesquisa qualitativa não é somente dirigida para aspectos do mundo “lá fora”, ela é também dirigida a objetos e eventos que nós estamos aptos para criar. Qualquer elemento criativo requer o exercício do pensamento qualitativo, porque a seleção e organização de cada elemento da criação demandam um julgamento qualitativo. A criação literária expressa muito bem este exercício.

Uma das mais usuais formas de pesquisa qualitativa (...) é encontrada na literatura. Escritores demonstram a habilidade de transformar sua própria experiência em uma forma pública chamada texto, a qual, quando produzida com muita arte, nos convida a participar num caminho da vida. (...) Assim, o escritor começa com qualidades e termina com palavras. O leitor começa com palavras e termina com qualidades. (Eisner, 1991, p. 22)

A questão qualitativa na criação é usada em dois sentidos: primeiro a habilidade para experimentar um estado particular de sentimento – apoderar-se de como ele era. Segundo a sua representação. Embora duas experiências não possam ser idênticas, o tipo de texto que alguém cria produz a diferença – e a diferença é epistêmica. Nós chegamos a conhecer o mundo, em parte pela virtude dos textos que nós lemos, das imagens que vemos e das músicas que cantamos.

Banister e seus colegas (1996) alertam para a questão de que o pesquisador precisa estar atento à forma como constrói a sua narrativa na apresentação e explanação dos dados, cuja construção traz embutido no texto final algo do ‘produtor do texto’; daí surge a necessidade do leitor ter certo saber de quem é o produtor do texto – o pesquisador. No caso desta pesquisa, o autor circula de forma transdisciplinar entre os contextos pesquisados.

Neste sentido, ainda, Miles e Huberman (1994) argumentam que, em pesquisa qualitativa, o pesquisador deve estar atento a quem se destina a sua pesquisa; é preciso ter em mente *para quem* (interlocutor/leitor) está produzindo o que está produzindo. No caso deste estudo, a pesquisa se destina, numa concepção mais ampla, àqueles que têm uma percepção da pessoa humana numa visão antropológica holística, que considera as pessoas humanas não

dissociadas de seu contexto e nem como frutos de um acidente cósmico, antes como seres integrantes de um universo gerado por uma intencionalidade criadora.

Para sabermos se homens e mulheres utilizam estilos distintos na forma de expressão da linguagem e se isso ocorre como uma norma geral, o melhor caminho é prestar atenção na forma como eles interagem em determinados contextos. Para ver o que nós prestamos atenção, precisamos estar aptos para atender às insinuações implícitas, bem como para as insinuações explícitas. Este olhar depende de uma forma qualitativa de pensamento e, portanto, nos servimos de tal modelo para o desenvolvimento do presente trabalho. Nas palavras de Pineau (2005, p. 109) “a epistemologia disciplinar positivista não é mais a única referência”. Se alguém não consegue enxergar além, do óbvio, precisa de uma ajuda para determinar o que está sendo dito além das palavras pronunciadas. Tornam-se também necessárias novas metodologias que abarquem elementos não alcançáveis pelas metodologias baseadas na estatística. Segundo Paul (2005, p.75) “métodos qualitativos (...) favorecem precisamente o diálogo com as pessoas singulares ou as populações além de normas que definem referências estatísticas, abrindo a outras abordagens mais fenomenológicas que os modelos hipotético-dedutivos fazendo referência em matéria de cientificidade”.

Além do caráter qualitativo da presente pesquisa, a mesma possui igualmente um caráter transdisciplinar, sendo que as características de uma pesquisa transdisciplinar são distintas das características de uma pesquisa exclusivamente disciplinar, como poderemos observar pela discussão que segue.

3.1.2 Transdisciplinaridade – discussão teórica

O presente estudo tem igualmente um caráter essencialmente transdisciplinar. Muita confusão é causada pela similaridade dos termos pluridisciplinaridade, multidisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade, tornando-se necessário um esclarecimento da compreensão destes termos pelo autor do presente trabalho.

Para a correta compreensão da cada um dos termos empregados, devemos primeiramente definir a idéia de disciplinaridade, a fim de evitarmos imprecisões de ordem metodológica (Japiassu, 1976). A disciplinaridade é a exploração científica e especializada de determinado campo heterogêneo de estudo com a finalidade de se obterem novos conhecimentos que irão ser acrescentados a, ou substituir antigos conhecimentos. O termo disciplina foi empregado inicialmente como decorrente da expressão ‘discipuli’ (discípulo) e significava a ação de instruir-se ou de aprender e posteriormente trouxe a idéia e uma

iniciação a uma doutrina e finalmente tornou-se sinônimo de “um ramo particular do conhecimento, o que depois viria a se chamar de uma ‘ciência’. Assim a disciplina tornou-se equivalente a princípios, regras e métodos de uma ciência particular e, por extensão, de toda a Ciência” (Almeida Filho, 2005, p. 33). Para Iribarry (2003, p.483), “fazer equivaler disciplina e ciência serve, com propriedade, à finalidade de uma definição operacional para o termo disciplinaridade”.

O primeiro conceito, decorrente da idéia de disciplinaridade, é o conceito de multidisciplinaridade, onde várias disciplinas buscam um mesmo objeto de estudo, sem, todavia haver qualquer relação ou articulação ou cooperação entre estas mesmas disciplinas. Há muitos fenômenos do cotidiano que são abordados por disciplinas de distintos campos de pesquisa, como o fenômeno da dependência química, por exemplo, e se tem como resultado uma gama de proposições sobre as causas do fenômeno sendo, algumas delas, inclusive, antagônicas (Japiassú, 1976).

A figura abaixo, elaborada por Almeida Filho (2005, p. 38), ilustra a idéia da multidisciplinaridade, onde cada círculo, representado por uma letra, representa diferentes campos disciplinares e a letra ‘t’ o campo temático comum a estas disciplinas.

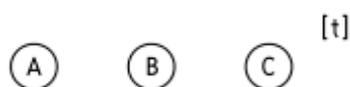


Figura 2: Multidisciplinaridade

A pluridisciplinaridade pode ser definida como sendo o estudo de um objeto de uma mesma e única disciplina por várias disciplinas ao mesmo tempo, produzindo assim um enriquecimento do objeto de estudo pelo cruzamento de várias disciplinas. Para Paul (2005, p. 78) “a pesquisa pluridisciplinar oferece um ‘plus’ à disciplina, mas sua finalidade permanece inscrita no quadro colocado pela pesquisa disciplinar em questão”. Tais disciplinas estão situadas em um mesmo nível hierárquico e mantêm certa relação e cooperação entre si, mas sem uma coordenação articulada nesta cooperação, a qual somente cumpre a finalidade de estabelecer contatos entre os pesquisadores e suas áreas de conhecimento.

Na pluridisciplinaridade, diferentemente do nível anterior, observamos a presença de algum tipo de interação entre os conhecimentos interdisciplinares, embora eles ainda se situem num mesmo nível hierárquico, não havendo ainda nenhum tipo de coordenação proveniente de um nível hierarquicamente superior. (...) há uma espécie de ligação entre os domínios disciplinares indicando a existência de alguma cooperação e ênfase à relação entre tais conhecimentos. Alguns estudiosos não chegam a estabelecer nenhuma diferença entre a multidisciplinaridade e a pluridisciplinaridade, todavia,

preferimos considerá-la, pois a existência ou não de cooperação e diálogo entre as disciplinas é determinante para diferenciar esses níveis de interação entre as disciplinas. (Carlos, 2008, p.2)

O seguinte esquema representativo mostra as disciplinas A, B e C em uma comunicação cooperativa, caracterizando a pluridisciplinaridade.



Figura 3: Pluridisciplinaridade (Almeida Filho, 2005, p. 39)

Já a interdisciplinaridade refere-se à transferência de métodos de uma disciplina para outra. Neste sentido as disciplinas estão em relação num determinado nível hierárquico e o que prevalece é o saber da disciplina matriz. Trata-se de um sistema de dois níveis com objetivos múltiplos, possuindo uma coordenação que procede de um nível superior (Japiassu, 1976). Podemos distinguir três graus de interdisciplinaridade: um grau de aplicação, um grau epistemológico e um grau de geração de novas disciplinas. Almeida Filho (2005) fala ainda de um modelo que ele denomina de ‘interdisciplinaridade auxiliar’ (Figura 4), na qual as disciplinas (A, B e C) estariam sob a dominação de uma disciplina (D) coordenadora e de posição superior às demais, e um modelo denominado ‘metadisciplinaridade’, que seria uma interdisciplinaridade a nível epistemológico superior, onde uma disciplina não se impõe como coordenadora das demais, mas antes como integradora (Figura 5).

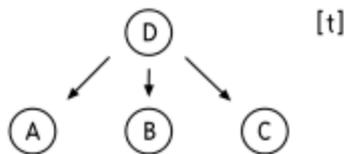


Figura 4: Interdisciplinaridade auxiliar

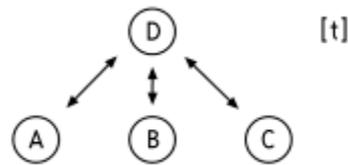


Figura 5: Metadisciplinaridade

A diferenciação para a interdisciplinaridade propriamente dita, segundo Almeida Filho (2005), seria a capacidade de conexão entre as várias disciplinas (A, B, C e D), porém ainda sob a coordenação de uma delas (D) que estaria situada em um nível hierárquico superior e atuaria como mediadora da comunicação dos discursos disciplinares.

Interdisciplinaridade: Interação existente entre duas ou mais disciplinas. Esta interação pode ir desde a simples comunicação das ideias até à integração mútua dos conceitos directivos, da epistemologia, da terminologia, da metodologia, dos procedimentos, dos dados e da organização da investigação e do ensino correspondentes. (Berger, apud Pombo, 2009, p.2)

A representação gráfica esquemática a seguir (Figura 6), extraída de Almeida Filho (2005) representam a interdisciplinaridade onde se pode verificar a disciplina D como integradora do campo disciplinar.

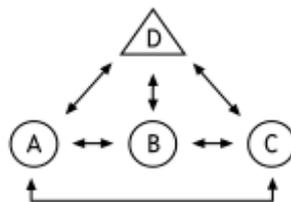


Figura 6: Interdisciplinaridade

Tanto a multidisciplinaridade, como a pluridisciplinaridade e a interdisciplinaridade trabalham com um mesmo objeto, porém mantendo as fronteiras bem delineadas entre as diversas disciplinas. As trocas disciplinares ocorrem de maneira mais ou menos intensa em cada uma das abordagens, todavia as fronteiras delimitam o campo de saber de cada disciplina.

Neste ponto temos que tomar em análise as disciplinas que vêm marcando fronteiras muitas vezes rígidas na definição de seus objetos de pesquisa e/ou interesse. Em que pese o esforço observado nas últimas quatro décadas de se flexibilizar tais fronteiras, o mais que se conseguiu, no melhor dos casos, foi se estabelecer um diálogo entre profissionais mais identificados com tal ou qual disciplina, remetidos, na maior parte das vezes, a determinados especialismos. Esta flexibilização se realiza através de diferentes procedimentos: o movimento de disciplinas que se somam na tarefa de dar conta de um objeto que, pela sua natureza multifacetada, exigiria diferentes olhares (multidisciplinaridade), ou, de outra forma, o movimento de criação de uma zona de interseção entre elas, para a qual um objeto específico seria designado (interdisciplinaridade). Mas o que vemos como efeito, seja da multidisciplinaridade, seja da interdisciplinaridade, é a manutenção das fronteiras disciplinares, dos objetos e, especialmente, dos sujeitos desses saberes. (Passos e Barros, 2000, p. 74)

Finalmente a transdisciplinaridade se refere àquilo que está ao mesmo tempo entre as disciplinas, através das disciplinas e além de qualquer disciplina. É um tipo de sistema de níveis e objetivos múltiplos que pode ser compreendida como uma metodologia que procura compreender a realidade dos campos imprecisos da ciência, ou da epistemologia denominada ‘entre-dois’, pois se situa nos limites de campos identificados. A transdisciplinaridade se propõe a reconciliar sujeito e objeto em um todo coerente, reunindo os fragmentos do conhecimento na tentativa de dar sentido à interseção entre os campos do saber e abrindo as disciplinas sem negá-las e procurando uma integração de forma não-sincrética ou unitária.

A transdisciplinaridade (...) poderia, assim, ser definida como um processo epistemológico e metodológico de resolução dos dados complexos e contraditórios situando as ligações no interior de um

sistema global e hierarquizado, mas sem fronteiras estáveis entre as disciplinas, de maneira a encontrar as soluções práticas. (Paul, 2005, p.80)

Seu objetivo é a compreensão do mundo presente, para o qual um dos imperativos é a unidade do conhecimento (Nicolescu, 2000). Na transdisciplinaridade “cada pesquisador problematiza os conceitos de diferentes campos. Cada um entra na disciplina do colega e olha pela luneta do outro pesquisador, interrogando os dispositivos práticos e teóricos utilizados pelo pesquisador anfitrião e com os quais ele vê aquilo que diz ver”. (Iribarry, 2003, p. 485)

Uma representação de um modelo de transdisciplinaridade que é utilizado por vários autores (Figura 7), nos mostra as várias disciplinas e inclusive elementos não-disciplinares (G) em vários níveis e sem uma imposição de uma disciplina sobre a outra.

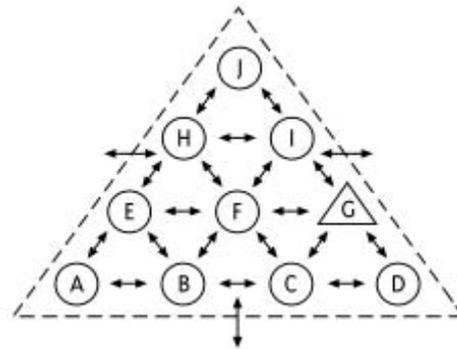


Figura 7: Transdisciplinaridade

Já Piaget (1967) previa que a interdisciplinaridade seria sucedida por uma etapa transdisciplinar, à qual ele denominava de superior, e que não se situaria apenas no nível das interações ou reciprocidades entre pesquisas disciplinares, mas formaria um novo sistema amplo e sem fronteiras muito delineadas entre as distintas disciplinas. Neste sentido a transdisciplinaridade almeja a construção de postulados que perpassem o campo específico de cada ciência e construa algo ‘novo’, incluindo ambas e ao mesmo tempo ultrapassando-as. A origem da transdisciplinaridade pode estar localizada no teorema da incompletude de Gödel às vezes também designado por teoremas da indecidibilidade (Wikipédia, 2008), embora não haja um consenso entre os autores sobre este dado.

A transdisciplinaridade se torna emergente quando um problema, ao não ser resolvido em uma determinada área é levado a outra área do saber e instaura um diálogo que promove trocas e aproximações entre os pesquisadores, de forma que o problema seja compartilhado e novas soluções sejam geradas. Para Passos e Barros (2000, p. 76) “a noção de transdisciplinaridade subverte o eixo de sustentação dos campos epistemológicos, graças ao efeito de desestabilização tanto da dicotomia sujeito/objeto quanto da unidade das disciplinas

e dos especialismos”. De uma forma geral a transdisciplinaridade representa um campo crescente de pesquisa das ciências hoje, em virtude de terem surgido nos últimos anos uma série de teorias que parecem impossíveis serem abarcadas por uma única disciplina e por conseguinte recorrerem não só a elementos interdisciplinares, mas, principalmente transdisciplinares.

Conceitos transdisciplinares, como o são aqueles conceitos sugeridos de saberes bem pouco localizáveis se tivermos o sentido de que estes não são saberes facilmente apresáveis e redutíveis a simples disciplinas: a teoria de sistemas; a teoria da auto-organização; a cibernética; certas partes da termodinâmica (sobretudo da termodinâmica prigoginiana); a teoria da informação; conceitos da lingüística saussureana como o conceito de código, mensagem, etc. (Ciurana, 2003, p.58)

A metodologia transdisciplinar está fundamentada em três pilares essenciais que são: “os níveis de Realidade, a lógica do terceiro incluído e a complexidade” (Nicolescu, 2000, p.16). Embora autores como Paul (2003) incluam o conceito de paradoxo como um quarto pilar iremos, no presente trabalho, nos limitarmos à análise dos elementos citados. Em seus trabalhos mais recentes Nicolescu (2005) deixa de utilizar o termo pilares e passa a considerar os mesmos como axiomas, apresentando-os como elementos fundamentais para a construção de uma metodologia transdisciplinar. Os axiomas propostos pelo referido autor são denominados de axioma ontológico – relativo aos diferentes níveis de Realidade; o axioma lógico – relativo à lógica do terceiro incluído e o axioma da complexidade- relativo às estruturas complexas.

- 1- O axioma ontológico: Há, na Natureza e no nosso conhecimento da Natureza, diferentes níveis de Realidade e, correspondentes a eles, diferentes níveis de percepção.
- 2- O axioma lógico: A passagem de um nível de Realidade a outro se dá pela lógica do terceiro incluído.
- 3- O axioma da complexidade: A estrutura da totalidade dos níveis de Realidade ou de percepção é uma estrutura complexa: cada nível é o que é porque todos os níveis existem ao mesmo tempo. (Nicolescu, 2005,p.9)

A grande mudança ocorrida na física no início do século XX, com a descoberta do ‘quantum’ e a conseqüente descontinuidade no campo da física, por Max Planck, produziu uma profunda alteração na forma de percepção do mundo. Planck postulava que entre dois pontos não existe nada: nem objetos, nem átomos, nem partículas, nem moléculas, apenas nada e isso gera a descontinuidade no campo da física. Somou-se a isso a proposição do ‘Princípio da Indeterminação (ou Incerteza)’ de Heisenberg, que postula que as coisas existem em termos de probabilidade, até que algo se materialize. Heisenberg afirma em seu princípio que podemos conhecer a posição exata de uma partícula (um elétron), ou a sua velocidade,

mas jamais podemos conhecer as duas coisas ao mesmo tempo. É impossível saber simultaneamente onde um elétron se encontra e para onde ele se dirige; pode-se medir sua trajetória, mas nunca sua localização exata. “As imutáveis e previsíveis leis da natureza em sua dimensão macroscópica não se aplicam à dimensão microscópica – eis a descoberta fundamental da física quântica” (Betto, 2006, p.44). Uma nova realidade se apresentava aos pesquisadores, uma realidade de vazios absolutos, de incertezas e de uma não-continuidade. Depara-se com a impossibilidade de descrição lingüística desta ‘Realidade’, embora a descrição matemática da mesma fosse perfeitamente plausível. Após a Segunda Guerra Mundial, com a construção dos aceleradores de partículas atômicas, a física quântica se disseminou e demonstrou experimentalmente a presença deste novo tipo de causalidade.

Uma quantidade física tem, segundo a mecânica quântica, diversos valores possíveis, afetados por probabilidades bem determinadas. No entanto, numa medida experimental, obtém-se, evidentemente, um único resultado para a quantidade física em questão. Esta abolição brusca da pluralidade dos valores possíveis de um “*observável*” físico, pelo ato de medir, tinha uma natureza obscura, mas indicava claramente a existência de um novo tipo de causalidade. (Nicolescu, 2000, p. 18-19)

A natureza deste novo tipo de causalidade foi esclarecida algum tempo depois através do teorema de Bell, que postula o novo conceito da não-separabilidade. Este teorema propõe que, duas entidades quânticas continuam interagindo entre si, qualquer que seja o seu afastamento – uma concepção distinta do percebido em nosso mundo macrofísico, onde dois objetos que se afastam, após interagirem em um determinado momento, deixam de interagir. Este conceito, embora revolucionário no campo da física, é facilmente observável no cotidiano, quando consideramos, por exemplo, uma família, onde um fator de interação não-identificável está presente e sempre ultrapassa as propriedades dos elementos que compõe esta interação. Todavia este fator de interação é considerado desprezível pela ciência clássica que o denomina de ‘subjetividade’ e o torna excludente de qualquer análise. Nicolescu, (2000, p.19) afirma que “um misterioso fator de interação, não redutível às propriedades dos diferentes indivíduos, está sempre presente nas coletividades humanas, mas nós sempre o repelimos para o inferno da subjetividade”.

A não-separabilidade de Bell coloca em xeque um dos pilares da objetividade científica: a objetividade clássica baseada na crença de ausência de qualquer conexão não local, pois a existência de correlações não-locais expande o campo da realidade. “Isso significa que jamais teremos pleno conhecimento do mundo subatômico, onde os eventos não

são, como pensava Newton, determinados necessariamente pelas causas que os precedem” (Betto, 2006, p.44).

Outra noção fundamental para a compreensão da transdisciplinaridade é o princípio da complementaridade dos opostos. Bohr (1961) afirma que a matéria subatômica se apresenta como uma dualidade aparente ao se comportar ora como partícula – que possui uma trajetória claramente definida – ora como onda, a qual interage sobre si mesma. Desta forma ele articula concepções que, nos parâmetros da física clássica, são contraditórias, mas no nível quântico são dimensões de uma mesma e única realidade. Posteriormente Bohr postula que a noção de complementaridade aplica-se a outras áreas do saber.

Ao articular os opostos, o princípio da complementaridade opõe-se à dicotomia dos binários, remetendo o olhar para o nível de realidade integrada, isto é, razão “e” emoção, indivíduo “e” sociedade, saúde “e” doença, subjetivo “e” objetivo, *sapiens* “e” *demens*, bem “e” mal, clausura “e” abertura das crenças ou das teorias. Impõe-se colocar a conjunção “e” para significar a junção, a associação, a articulação desses pares. (Santos, 2008, p. 77)

A consideração da dupla natureza das entidades quânticas, sendo corpúsculo e onda ao mesmo tempo, abala a concepção de determinismo do pensamento clássico. Entretanto “o indeterminismo reinante na escala quântica é um indeterminismo constitutivo, fundamental, irreduzível, que de maneira nenhuma significa acaso ou imprecisão”. (Nicolescu, 2000, p.20). Tal indeterminismo pode ser comparado ao estilo musical do jazz, aonde os executantes de distintos instrumentos vão improvisando e interpretando a melodia dentro de um princípio geral de harmonia, onde não se pode prever exatamente a intensidade e o ritmo de cada improviso, mas o resultado sempre aponta para uma harmonia. Tais concepções geraram uma verdadeira revolução no pensamento clássico e colocaram em dúvida o dogma filosófico contemporâneo da existência de um único nível de realidade. A existência de vários níveis de ‘Realidade’ é coerente com os resultados trazidos ao campo da ciência pelo Teorema de Gödel, que afirma que um conjunto de axiomas suficientemente ricos leva, inevitavelmente, a resultados indecidíveis e/ou contraditórios.

O surgimento de pelo menos dois níveis de Realidade diferentes no estudo dos sistemas naturais é um acontecimento de capital importância na história do conhecimento. Ele pode nos levar a repensar nossa vida individual e social, a fazer uma nova leitura dos conhecimentos antigos, a explorar de outro modo o conhecimento de nós mesmos, aqui e agora. (Nicolescu, 2000, p.22)

Na perspectiva transdisciplinar a ‘Realidade’ é entendida como aquilo que resiste às nossas experiências, representações, descrições, imagens ou formalizações matemáticas, e possui dimensões tanto pragmáticas quanto ontológicas. Na física quântica, a abstração não é

uma forma de intermediar o ser e a natureza como ferramenta de descrição da realidade, mas uma das partes constitutivas da natureza: o formalismo matemático é inseparável da experiência. De igual forma na realidade chamada ‘virtual’, as equações matemáticas ou as séries de números dão origem a uma infinidade de imagens.

A Natureza é uma imensa e inesgotável fonte de desconhecido que justifica a própria existência da ciência. A Realidade não é apenas uma construção social, o consenso de uma coletividade, um acordo intersubjetivo. Ela também tem uma dimensão *trans-subjetiva*, na medida em que um simples fato experimental pode arruinar a mais bela teoria científica. Infelizmente, no mundo dos seres humanos, uma teoria sociológica, econômica ou política continua a existir apesar de múltiplos fatos que a contradizem. (Nicolescu, 1999, p. 29).

Outro elemento essencial da pesquisa transdisciplinar é a lógica do terceiro incluído. Na lógica clássica existem três axiomas fundamentais: o axioma da identidade ($A \text{ é } A$), o axioma da não-contradição ($A \text{ não é não-}A$) e o axioma do terceiro excluído (não existe um terceiro termo T). Ao trabalharmos com somente um nível de realidade, os axiomas de identidade e de não-contradição são equivalentes, embora independentes um do outro: $A \text{ é } A$ e, por conseguinte $A \text{ não é não-}A$. Desta forma chegamos à conclusão que pares contraditórios são mutuamente exclusivos, e esta lógica é a normatizadora da ciência moderna, ou seja, é ela que estabelece as normas de validade. Foi a partir da lógica do terceiro incluído, apresentada por Lupasco (1996), que se pode postular a existência de uma lógica verdadeira, formalizável e formalizadora, constituída de três valores (A , não- A e T) que é não-contraditória; ou seja, existe um terceiro termo ‘ T ’ que é ao mesmo tempo A e não- A – isto em se considerando a existência de mais de um nível de Realidade.

Como processo, a lógica do *terceiro termo incluído* sempre pressupõe o aparecimento de outros elementos contrapondo-se em qualquer nível de realidade. Trata-se de um processo sem fim. (...) Assim a transdisciplinaridade significa transgredir a lógica da não-contradição, articulando os contrários: sujeito e objeto, subjetividade e objetividade, matéria e consciência, simplicidade e complexidade, unidade e diversidade. Ao articular esses pares binários, por meio da lógica do *terceiro termo incluído*, a compreensão da realidade ascende a outro nível, tomando um significado mais abrangente e sempre aberto para novos processos. (Santos, 2008, p. 75).

Esta nova lógica pode ser representada a partir da imagem de um triângulo (Fig. 2) no qual dois de seus ângulos, representando os pares antagônicos (A e não- A), situam-se em um nível de ‘Realidade’ e o outro ângulo, representando o terceiro termo (T), encontra-se em outro nível de ‘Realidade’. A observação de apenas um nível de realidade irá demonstrar a oposição permanente entre dois elementos (por exemplo: onda e corpúsculo), todavia o que parece desunido em um nível de realidade está unido em outro nível (formando o quantum) e

é percebido como não-contraditório e em não-oposição. “Um único e mesmo nível de Realidade só pode provocar oposições antagônicas. (...) Um terceiro termo, digamos, T’, que esteja situado no mesmo nível de Realidade que os opostos A e não-A, não pode realizar sua conciliação”. (Nicolescu, 2000, p. 27-28)

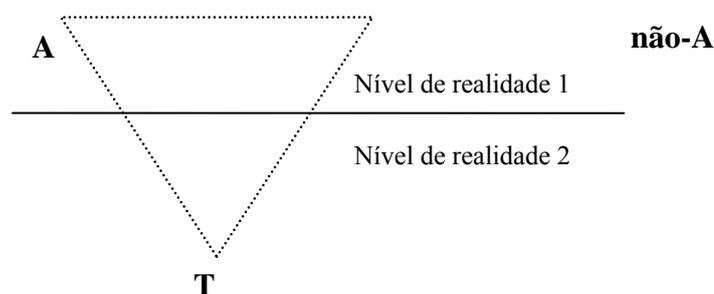


Figura 8: O terceiro incluído

Para Nicolescu (2000), a lógica do terceiro incluído não abole a lógica do terceiro excluído, simplesmente estabelece uma limitação em seu campo de validação. Em várias situações do cotidiano nos deparamos com a lógica do terceiro excluído, como, por exemplo, o sentido de circulação de automóveis em uma auto-estrada. Há o sentido permitido e o sentido proibido de circulação e não existe a possibilidade de um terceiro sentido. Entretanto em casos complexos como os campos das ciências humanas, a lógica do terceiro excluído torna-se, como o próprio nome indica, uma lógica de exclusão: homens ou mulheres; masculino ou feminino; ricos ou pobres; brancos ou negros, etc. Desta forma, a lógica do terceiro incluído mostra-se especialmente adequada à metodologia do presente estudo, cujo foco está centrado exatamente em um dos pares binários aparentemente contraditórios, segundo a lógica da exclusão, mas conciliatórios na perspectiva do terceiro incluído.

Finalmente o terceiro pilar da metodologia transdisciplinar é a complexidade. Embora discutida no capítulo anterior de forma detalhada, algumas linhas aclaratórias se tornam necessárias de serem acrescentadas. O Paradigma da Complexidade, tal como proposto por Morin, articula-se perfeitamente ao pensamento transdisciplinar, uma vez que a complexidade é resultado exatamente da explosão da pesquisa disciplinar e, simultaneamente, determina uma aceleração na multiplicação das disciplinas. Segundo Santos (2008, p.72), “embora concebidas separadamente, a complexidade (também chamada de pensamento complexo) e a transdisciplinaridade articulam-se. Se vistas separadamente, uma torna-se princípio da outra”. Nas ciências clássicas, a articulação das disciplinas era sempre de forma vertical e piramidal, sendo a física considerada a mais essencial de todas as ciências e situada na base desta

pirâmide. O pensamento complexo anula esta estrutura piramidal e provoca uma verdadeira expansão do campo disciplinar e é justamente dentro da física quântica onde ele mostra-se mais verdadeiro, embora atualmente esteja disperso por todas as áreas da ciência.

Um dos elementos centrais do pensamento complexo é o princípio dialógico, que, na metodologia transdisciplinar, possibilita a inter-relação e interpenetração das distintas disciplinas, mantendo suas identidades e ao mesmo tempo produz novos elementos do saber que impossibilitam o fechamento da ciência num único e grande sistema. O pensar de forma transdisciplinar exige uma disposição de perceber um objeto investigado como um elemento complexo em constante movimento e tal pensamento igualmente neste dinamismo de movimento.

Assim, se o objeto encontra-se em movimento, igualmente em movimento deve colocar-se o pensamento do sujeito no processo de conhecimento. A transdisciplinaridade não pode ser vista fora de uma relação dialógica entre sujeito-objeto. Portanto, requer um método ele também transdisciplinar e necessariamente dialógico. Tal exigência de um método dialógico prende-se ao fato de que na abordagem transdisciplinar o desafio presente é o de estabelecer inter-relações das diversas complexidades, dos diferentes níveis de realidade e contextos. Igualmente, o de fazer emergir novas figuras de saber ou um metasaber por relação aos saberes particulares, disciplinares. (Alvarenga, Sommermann e Alvarez, 2005, p. 16)

Desta forma o pensamento complexo completa o tripé sobre o qual a metodologia transdisciplinar vem se desenvolvendo e, pode-se dizer também, torna-se o seu eixo central, uma vez que todo o olhar transdisciplinar se dá a partir da idéia da complexidade e das relações entre os pares binários aparentemente auto-excludentes. Segundo Almeida Filho (2005, p. 34) “A idéia de complexidade seria, desta forma tomada como eixo principal que unificaria parcialmente as diversas contribuições em direção a um paradigma científico alternativo”.

Pode-se, finalmente, argumentar que a transdisciplinaridade e sua metodologia de pesquisa tornam-se bastante adequados ao presente trabalho porque ela estabelece a ponte pragmática entre a teoria dos sistemas e o paradigma da complexidade. Pineau (2005, p.110) afirma que “a transdisciplinaridade indica o movimento epistemológico que mais nos mobiliza atualmente e que, em nossa opinião, coloca o movimento sistêmico em relação como do pensamento complexo”. Além disto, a abordagem transdisciplinar possui a capacidade de unificar as várias perspectivas e também de valorizar a ontologia plural, especialmente dentro do campo das práticas de cuidado, como a psicologia clínica. Para Paul (2005, p. 89) “a transdisciplinaridade, como processo integrador, possui a atitude de unificar o todo incluindo,

sem confusão, o conjunto das categorias dentro de uma abordagem que valoriza uma ontologia plural e um pluralismo epistemológico nas práticas de cuidado”.

Casais que vem em busca de um processo terapêutico estão, em geral, passando por algum momento de tensão e conflito no relacionamento, o que pode comprometer a saúde relacional. De forma circular e complexa tal tensão gera, e simultaneamente é decorrente de, uma dificuldade de compreensão mútua e, por conseguinte, alguma dificuldade no emprego da linguagem – entendida como mais que apenas o verbalizado. Em outras palavras, todo o processo comunicacional fica comprometido. Desta forma o pesquisador necessariamente deve ter um conhecimento relativo de ambos os campos da ciência – psicologia e lingüística – a fim de elaborar uma análise que traga uma perspectiva mais ampla dos fenômenos que estão ocorrendo nesta experiência. Para Almeida Filho, (2005, p.43) “não há campo científico contemporâneo mais justificadamente transdisciplinar, nem objeto de conhecimento com mais alto grau de complexidade que os fenômenos da saúde-doença-cuidado”.

Frahm (2006) propõe que, antes de lidarmos com os objetos e/ou fenômenos buscando uma interpretação para os mesmos, devemos, de certa forma, ter tido experiências sofisticadas aproximadas e o suficiente que nos permitam atingir o estágio de “*connoisseurs*”; para que daí se possa construir um conhecimento mais condizente com a complexidade exigida. O fato de lidarmos com atributos dados às qualidades que podem causar ‘*foreclosures*’ (espécie de ‘fechamentos’), vai exigir dos pesquisadores um embate crítico e a exploração das qualidades para que se possa promover nominação e conseqüente (re-) categorização como conseqüência do processo de ‘novo’ (re)conhecimento.

Neste sentido, a psicologia e a lingüística ao se unirem para realizar uma pesquisa, promoverão um aprofundamento na nominação dos fenômenos de forma mais enriquecedora, pois se trata de abordar e re-abordar um fenômeno e/ou objeto de locais diferentes e com olhares diferentes, decorrente da diversidade de cada ciência e abrir a possibilidade da criação do novo através da metodologia transdisciplinar. Isto evitará sensivelmente o perigo de cair-se no ‘*foreclosure*’, que significaria limitação no processo da construção do conhecimento a ser produzido.

Está no cerne do caos criativo que essas variáveis, atuando em conjunto, possibilitem a construção de estratégias de enfrentamento dos problemas, passando também a ver a sociedade sob um olhar integrativo e interativo, numa dimensão mais que inter ou multidisciplinar, ou seja, a vivência transdisciplinar (Spagnuolo e Guerrini, 2004, p. 192)

Como pesquisador, com formação na área da psicologia e com mais de 25 anos de prática dentro do “setting” terapêutico, reunido aos estudos do campo da linguagem em uso - a Pragmática, temos que afirmar que a interpretação dos fenômenos que ocorrem dentro deste contexto determinado é filtrada pela experiência do presente autor. Tal experiência nos leva a manejar com a complexidade das inter-relações e exige uma compreensão transdisciplinar do fenômeno relacional, que é mediado pela interação lingüística. Neste sentido, desde a posição de “*connoisseur*”, que articula a prática com a teoria, propõe-se a construção de um novo conhecimento transdisciplinar.

3.2 Participantes

A pesquisa foi desenvolvida a partir da análise de recortes de gravações de entrevistas de atendimentos de casais do curso de formação em terapia familiar sistêmica, pertencentes ao acervo do primeiro semestre do ano de 2006, da instituição Associação Brasileira de Assessoramento e Pastoral da Família – EIRENE do Brasil, acervo este que conta com mais de 100 horas de gravação, distribuídas em 50 fitas de vídeo-cassete, de mais de 20 diferentes casais e famílias. As gravações foram gentilmente cedidas para fins exclusivos da presente pesquisa. Importante destacar-se aqui que o intento original da realização de tais gravações foi o aprimoramento de psicólogos em formação na especialidade da terapia de casais e não de realização de pesquisa da linguagem.

Este curso se realiza num instituto de psicologia onde os casais procuram espontaneamente o atendimento e a triagem se dá principalmente em função do status sócio-econômico dos pacientes, priorizando-se aqueles que não têm condições de arcar com um tratamento em clínica particular.

Embora o autor da presente pesquisa fosse, na época, o supervisor das entrevistadoras e estava acompanhando as entrevistas atrás do espelho unidirecional, não houve nenhuma orientação às mesmas para atentar para as questões específicas do uso diferenciado da linguagem por homens e mulheres, porque naquele momento a pesquisa ainda não estava delineada, muito menos seu objeto definido. As orientações que foram repassadas às entrevistadoras estavam atreladas exclusivamente a técnicas de atendimento a casais sob o enfoque sistêmico. Tampouco o autor da presente pesquisa participou diretamente de alguma entrevista, mantendo-se como supervisor das técnicas de terapia de casal utilizadas sempre atrás do espelho unidirecional.

Os participantes das entrevistas são 03 casais heterossexuais e duas pessoas que realizam as entrevistas, sendo em algumas entrevistas ambas do sexo feminino e em outras entrevistas um homem e uma mulher – não há entrevistas realizadas por duas pessoas do sexo masculino como entrevistadoras. Os casais buscaram espontaneamente o processo terapêutico, e com os mesmos foram realizadas 15 entrevistas, sendo 05 com cada casal. Estas entrevistas foram conduzidas por 02 entrevistadores ao mesmo tempo, os quais, embora com prática clínica de atendimento psicoterápico individual e com conceitos teóricos sobre o processo de uma terapia de casal no enfoque sistêmico, estavam tendo a experiência de atender casais neste enfoque pela primeira vez.

3.3 Características da amostra

Para a escolha dos recortes de gravação se utilizou o critério de aumento de tensão na conversação, quer esta tensão tenha ocorrido no diálogo entre o casal ou tenha ocorrido no diálogo entre um dos entrevistados e as entrevistadoras. Geralmente a tensão se incrementava ao serem abordados assuntos relativos a papéis masculinos e femininos estereotipados e/ou brigas e desentendimentos entre o casal.

Procuraram-se escolher as gravações que abrangessem um universo de pessoas com os mais distintos graus de instrução e idade. Também foram escolhidas gravações que continham situações conjugais bastante diversas e com tempo de convivência variado, com casais casados em primeiras núpcias, outro em segundas núpcias e um terceiro casal de solteiros com compromisso de noivado.

O primeiro casal era composto de um homem de 27 anos, brasileiro, com grau superior completo e jornalista por profissão e uma mulher de 27 anos, brasileira, com segundo grau completo e auxiliar de serviços no momento, sendo ambos solteiros e com compromisso de noivado há mais de 01 ano, com interrupções. Das entrevistas clínicas realizadas com este casal foram analisados 03 recortes, sendo que em todos os recortes as entrevistas foram conduzidas por duas entrevistadoras do sexo feminino.

O segundo casal era composto de um homem de 50 anos, brasileiro, com segundo grau completo e laboratorista (análises clínicas) por profissão e uma mulher de 38 anos, brasileira, com superior em curso e estudante no momento, sendo casados ambos em primeiras núpcias há 15 anos. Das entrevistas clínicas realizadas com este casal foram analisados 02 recortes, sendo que em todos os recortes as entrevistas foram conduzidas por duas entrevistadoras do sexo feminino.

O terceiro casal era composto de um homem de 22 anos, brasileiro, com segundo grau completo e torneiro mecânico por profissão e uma mulher de 32 anos, brasileira, com primeiro grau completo e sem formação profissional, sendo casados, ele em primeiras núpcias e ela em segundas núpcias e juntos há 05 anos. Das entrevistas clínicas realizadas com este casal foram analisados 02 recortes, sendo que em todos os recortes as entrevistas foram conduzidas por uma entrevistadora do sexo feminino e um entrevistador do sexo masculino.

3.4 Procedimentos

Inicialmente foi feito um pedido oficial à diretoria da instituição Associação Brasileira de Assessoramento e Pastoral da Família – EIRENE do Brasil, para a utilização do acervo de gravações da mesma, explicando-se a finalidade da pesquisa e ressaltando o quanto tal pesquisa poderia contribuir com o próprio aperfeiçoamento dos cursos de formação realizados pela instituição.

A opção de se fazerem análise das filmagens das entrevistas e não somente da gravação em áudio se deve ao fato que o filme nos mostra uma série de elementos não-verbais que dão suporte às interpretações dos elementos verbais e que foram analisados com igual detalhamento. Tais elementos privilegiam o olhar do observador e dão aferição não somente aos elementos verbais dos entrevistados, mas também a todo seu universo gestual e simbólico.

Com estratégias não-lineares, teremos maiores chances de conhecer o universo afetivo do outro, o seu imaginário, a sua sensibilidade, os seus sistemas de valores, os seus símbolos e mitos, bem como alguns comportamentos e atitudes mais sensíveis. Para tanto, podemos usar técnicas de registro de informações, tais como filmes, vídeos, imagens ou outros sistemas audiovisuais (...) enfim, usar estratégias que privilegiem escutas mais sensíveis. (Moraes e Valente, 2008, p. 62)

Os entrevistadores/entrevistadoras em todos os recortes são psicólogos com experiência clínica que estão aperfeiçoando seus conhecimentos em técnicas específicas de atendimento de casais, tendo já recebido 06 meses de treinamento teórico para a execução de tal tarefa. Na sala de observação está um supervisor, no caso o autor da presente pesquisa, que orienta os entrevistadores/entrevistadoras sobre os dados mais relevantes a serem coletados.

As entrevistas acontecem em uma sala de 25 m², equipada com um espelho de fundo falso (unidirecional) e uma sala anexa de observação (Câmara de Gessel), escuta por microfones e filmagem – é nesta sala anexa que o autor do presente trabalho esteve observando cada uma das entrevistas realizadas. Na sala de entrevistas existem quatro poltronas idênticas dispostas em cruz e organizadas no canto mais próximo ao espelho

unidirecional. Há duas amplas janelas na sala que dão vista para o quintal dos fundos do imóvel onde fica localizado o instituto, no qual há um jardim e algumas árvores frutíferas. Compõe ainda o espaço terapêutico uma estante repleta de livros e com alguns enfeites sobre a mesma, uma mesa de canto sobre a qual está colocada uma caixa de lenços de papel e um relógio de mesa e ainda alguns quadros ornamentam as paredes. Durante as entrevistas a filmadora ficou fixada no canto oposto de onde estavam os entrevistados, de tal forma que pudesse captar os corpos e os movimentos de pelo menos três pessoas partícipes da entrevistas – o casal e um dos entrevistadores, ficando o segundo entrevistador de costas para a mesma, entretanto captando sua voz. Todavia este segundo entrevistador podia ser plenamente visualizado por toda equipe que observava as entrevistas atrás do espelho unidirecional, inclusive pelo supervisor que, como citado acima, é o autor do presente estudo. (vide foto a seguir)



Figura 9: *Setting* terapêutico

A autorização para a filmagem é previamente solicitada aos atendidos, que assinam um termo de compromisso, no qual os pesquisadores comprometem-se a utilizar as mesmas exclusivamente para fins de pesquisa, seguindo as normas da Resolução 196/96 (Ministério da Saúde, 1996) que dispõe sobre os critérios para pesquisa com seres humanos. As entrevistas foram gravadas em fitas de vídeo-cassete com a autorização por escrito dos três casais – vide modelo no anexo 1. Cada entrevista teve cerca de uma hora e meia de duração e foram

realizadas nas datas de 18 de fevereiro; 25 de março; 29 de abril; 27 de maio e 24 de junho de 2006.

3.5 Tratamento dos dados

O conteúdo das entrevistas diz respeito às situações cotidianas do relacionamento entre o casal e em nenhum momento é abordado o tema do uso da linguagem ou questionado sobre a percepção dos casais a respeito deste tema específico. A análise dos dados se efetua sobre a conversação entre o casal e entre estes e os psicólogos que os atendem. Não se trata de uma entrevista para saber a opinião dos casais sobre o uso da linguagem por homens e mulheres e sim uma entrevista terapêutica sobre sua inter-relação e a forma como utilizam a linguagem na resolução dos seus conflitos interpessoais.

Para análise foram feitos recortes em trechos da entrevista, haja vista que cada entrevista tem cerca de uma hora e meia de duração, perfazendo um total de vinte e duas horas e meia de gravações aproximadamente, o que seria um material excessivamente denso para ser apreciado dentro do presente trabalho.

O critério estabelecido para a realização destas análises foi avaliar as estratégias de Polidez propostas por Brown e Levinson (1989) utilizadas pelos participantes na conversação nos referidos recortes de diálogos, a partir da Pragmática Lingüística.

3.6 Limitações metodológicas

Uma das possíveis limitações observadas na realização do trabalho foi o fato de que em algumas entrevistas, as entrevistadoras eram ambas do sexo feminino, que interagem com um casal heterossexual, podendo desta forma, em alguns momentos, ter ocasionado uma aliança de gênero e um empoderamento da fala feminina dentro do setting terapêutico e subsequente variação na interação.

4.0 APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

*Mudança terapêutica é mudança lingüística, e mudança lingüística envolve 'fazer gênero' diferentemente.
Rose(2002, p.536)*

Um elemento importante para ser destacado na análise e discussão dos dados é que o elemento da polidez verbal apresenta-se neste contexto de uma forma triangulada, ou seja, a conversação é, na maioria dos casos, realizada entre o entrevistador e um dos membros do casal e, raramente, entre os cônjuges diretamente. Entretanto, ao falar para o terapeuta, os cônjuges estão simultaneamente enviando mensagens um para o outro, com maior ou menor grau de polidez verbal contido nestas mensagens e isso estabelece uma tríade lingüística, onde três pessoas estão inseridas no processo comunicacional, todavia a interação ocorre sempre aos pares. As estratégias de polidez podem ser claramente demarcadas em todos os recortes, porém existe sempre o elemento atenuante que diz respeito ao “falar acerca de” e não o “falar para”. Esta estratégia lingüística é denominada por Sluzki (1978) de coalizões e que são comuns no início de um tratamento de casal.

Uma característica inevitável de tríades humanas é sua tendência de estabelecer **coalizões**, ou seja, alianças entre dois de seus membros, estabelecidas para seu benefício mútuo ou poder enfrentar o terceiro membro, o que implica em relações caracterizadas pela inclusão e a exclusão. Os processos de busca e negociação de coalizões, que geralmente são desenfreadas no início do tratamento do casal, requerem um controle cuidadoso e uma calibração laboriosa, caso o terapeuta deseje estabelecer regras de trabalho ou princípios de meta-comunicação que marcarão e guiarão num efetivo curso de tratamento. (Sluzki, 1978, p. 34)

Iniciaremos a apresentação dos recortes das entrevistas apresentando partes do diálogo do **casal A** sendo que o referido casal que tem as seguintes características: trata-se de um casal de noivos, ele com 27 anos, curso superior de jornalismo completo e cursando outra faculdade, proveniente de classe média, pais com grau de escolaridade de segundo grau completo, o pai comerciante e a mãe dona de casa. Ela também com 27 anos, curso médio completo e trabalhando como auxiliar de serviços em uma empresa de prestação de serviços, também de classe média e pais com escolaridade de segundo grau, o pai funcionário público e a mãe dona de casa. (conforme ilustrado na Figura 9)

4.1 Cena 1

Esta entrevista foi realizada no dia 18 de fevereiro e compunham o setting terapêutico, além do casal de noivos, duas entrevistadoras mulheres.

CONTEXTO:

A entrevista inicia e o noivo informa que já fez terapia várias vezes nos últimos sete anos e que a noiva está nesta experiência pela primeira vez. Ele toma a iniciativa da conversação e ocupa 7 minutos e 50 segundos ininterruptamente, gesticulando bastante, interagindo com as entrevistadoras e parecendo bem à vontade na situação, enquanto ela restringe-se a olhar fixamente para ele enquanto ele discursa e mantém-se em silêncio.

Somente após estes mais de 7 minutos de fala dele uma das entrevistadoras faz uma pergunta a ela e a introduz na conversação, rompendo com o silêncio. Ele interrompe a fala da noiva e retoma a palavra e continua falando “por ambos”. Nesta “fala por ambos” o noivo refere-se a sentimentos pessoais da noiva, sem perguntar a ela se havia concordância por parte dela do que ele estava falando. Ela só tem a oportunidade de falar quando alguma das entrevistadoras interrompe a fala dele e faz alguma pergunta para ela diretamente e sempre responde de forma monossilábica. Assim a conversação segue por mais 6 minutos, quando se dá uma intervenção maior das entrevistadoras e tem-se o recorte da CENA 1.

LEGENDA	Na = noiva	No = noivo	E1 = entrevistadora 1	E2 = entrevistadora 2
---------	------------	------------	-----------------------	-----------------------

CENA 1⁹ - duração = 32”

Linguagem verbal	Linguagem não-verbal
No fala por 7 minutos e 50 segundos ininterruptamente – Na mantém-se em silêncio	
E1: Você foi difícil?	Dirigindo-se à Na
Na: É::: acho que sim::: [...]	Sorriso tímido, ajeitando o cabelo
No interrompe abruptamente e retoma a palavra por mais 6 minutos	
E2: Estas brigas acontecem com frequência?	Dirigindo-se à Na (No está cabisbaixo)
Na: () é:::[...]	Coloca a mão na boca e olha para No.

⁹ Ver o significado dos símbolos utilizados no ANEXO 2

No:	[responde!]	Olha para Na e balança a cabeça afirmativamente
Na:	() não muito assim::: de vez em quando () não todo dia, mas toda semana @	Alterna o olhar para E2 e No e começa a balançar a perna
No:	@ toda semana.() é verdade... [...]	Balança a cabeça, mas se mantém cabisbaixo – com riso nervoso
Na:	[quase toda semana]	Fala quase sussurrando
E1:	Daí você vai para a casa do teu amigo?	Dirigindo-se para No – não nota o sussurro de Na
No:	É. [...]	Olhando para E1
Na:	[nem sempre]	Rindo e olhando para No
No:	é:::, é que, é que é assim: ela () antes quando nós brigávamos () é:::	Cabisbaixo, esfregando as mãos, com alguns olhares fugidios para E1

Nesta primeira cena, um elemento importante a ser analisado é a relação de poder entre o casal. Mesmo quando a pergunta é feita por uma das entrevistadoras para a noiva *{Estas brigas acontecem com frequência?}*, antes de responder à entrevistadora, ela olha para o noivo e faz um segundo de pausa, dando a impressão de solicitar a autorização dele para falar, demonstrando claramente sua posição inferior de poder, estabelecida entre ambos, e responde de forma vacilante *{é:::[...] () não muito assim::: de vez em quando () não todo dia, mas toda semana @}*, **somente** após a autorização verbal dele [responde!]. O silêncio da noiva durante os primeiros 13 minutos da conversa também pode ser entendido como um reconhecimento por parte dela do poder do outro e a decorrente preservação de sua face negativa e não como um descaso ou falta de interesse pela fala do outro, antes, toda a comunicação não-verbal, com o olhar dela fixo constantemente no noivo, indica uma escuta participativa, o que estaria coerente com o que afirma Ostermann (2006, p. 33-34) que “o silêncio que aqui ocorre não parece refletir um padrão geral de interrupção ou descaso com o que está sendo dito”. Mesmo quando lhe é autorizada a palavra pelas entrevistadoras através de uma pergunta direta *{Você foi difícil?}*, inicialmente a noiva se expressa de forma reticente e com atenuantes *{É::: acho que sim:::}*, que podem ser interpretados como estratégias de polidez positiva.

Já o noivo expressa sua posição de poder relativo através de sua dominação do campo da palavra (falar ininterruptamente), por sua postura corporal inicial (relaxadamente), pelas interrupções bruscas na retomada do turno e utilizando a estratégia de falar “por ambos”, obstruindo desta forma a tentativa de tomada de turno por parte da noiva, que é uma forma de ostentar a face negativa, apoiada no relativo poder.

Homens fazem observações, interpretam, defendem, advertem e rejeitam mais freqüentemente que mulheres, as quais principalmente oferecem questões e apresentam problemas de analogia. Homens tendem a fazer interpretações e a intervir agressivamente (usando obstrução e rejeição), enquanto mulheres são mais provavelmente para responder com perguntas e apresentação de analogias. (Rose, 2002, p.533)

Este recorte confirmaria a idéia comum entre os lingüistas que defendem a teoria da Dominância na relação entre os gêneros e a utilização da linguagem, como Zimmerman e West (1975). Especialmente sustentada pela idéia que homens produzem mais interrupções na conversação com mulheres como uma forma de expressão da relação de dominância social-estrutural, e através deste artifício e de outros similares, impõem as normas da relação social, utilizando a linguagem como forma de manutenção do poder masculino sobre o feminino.

Em termos da proteção da face, poderíamos dizer que a apresentação escalonada por parte da noiva sobre a freqüência das brigas do casal {() *não muito assim::: de vez em quando () não todo dia, mas toda semana*}, somada aos risos {@} que se entrelaçam com a fala, podem ser interpretados como estratégias de atenuar os atos ameaçadores de face (FTAs).

Entretanto, nas palavras de Ostermann (2006, p.28) “é preciso que se olhe para a ‘situação de fala’, aqui entendida como o uso dessas respostas em seus contextos discursivos”. No recorte apresentado pode-se perceber também que, no momento em que a noiva inicia sua fala de forma mais contínua, ela inverte o jogo do poder relacional. Primeiramente ela utiliza uma estratégia de polidez positiva – apresentação escalonada das brigas – suavizada com atenuantes {*não muito assim:::*} e uma risada, como se fosse algo engraçado estas brigas (fazer piadas – outra estratégia de polidez positiva), mas logo após este riso a interação muda de rumo. Pode-se entender que o riso neste momento funciona mais como um aliviador da tensão para a noiva, dentro da interação, permitindo que ela modifique totalmente sua forma de interagir, passando de um silêncio e respostas monossilábicas para pequenas interrupções na fala do noivo, que desestabilizam a fluidez da fala dele.

Ela faz pequenas intervenções quase sussurradas {[*quase toda semana*]} e {[*nem sempre*]} e direciona as respostas do noivo, fazendo com que ele assuma corporalmente uma postura de subserviência (cabisbaixo) e verbalmente tenha a fala entrecortada {*é:::, é que, é que é assim: ela () antes quando nós brigávamos () é:::*}, parecendo ter perdido o rumo da conversação. Estas intervenções sussurradas são de difícil enquadre dentro das estratégias de polidez apresentadas por Brown e Levinson, pois evocam simultaneamente uma idéia de polidez ao não provocar uma interrupção abrupta da fala do noivo, mas pequenos “enxertos” na mesma, e uma idéia de impolidez, pois estes enxertos são, na verdade, FTAs bastante diretos, que ameaçam a face do noivo de tal forma que ele o demonstra corporalmente, ao assumir uma postura quase subserviente. Poder-se-ia falar aqui de uma forma “ameaçadoramente polida” da noiva na disputa pelo controle da situação interacional, demonstrando assim todo seu poder, até então ocultado pelo silêncio participativo e por atenuações protetoras da face do noivo.

Essa alternância do poder dentro da relação revela a circularidade do mesmo no processo. No recorte apresentado não se pode confirmar a idéia de que há um poder relativo do noivo sobre a noiva ou a dominância do masculino sobre o feminino. Observa-se, sim, que ambos lançam mão de distintas estratégias para, em momentos diversos da conversação, assumir o controle da mesma, revelando seu poder dentro do relacionamento. Mesmo o longo período de silêncio apresentado pela noiva pode ser interpretado de forma ambígua. Fukada e Asato (2004, p. 2000) afirmam que “ser polido e não falar não é exatamente a mesma coisa”. No contexto específico deste recorte o silêncio tem uma característica inicial empoderadora, seguido de uma forte conotação de retirada do poder.

O silêncio ou ausência de resposta, em particular, tem múltiplos significados: pode ser empoderador ou desempoderador e é muito mais complexo do que simples análises de frequência podem mostrar. Para que seja compreendido o seu significado, o silêncio precisa ser contextualizado. (...) De acordo com Gal, “o silêncio ganha diferentes significados e tem diferentes efeitos dentro de contextos específicos institucionais e culturais e dentro de diferentes ideologias lingüísticas”. (Ostermann, 2006, p. 28)

Ao recorrermos ao modelo de análise de Goffman (1974a) podemos entender o tempo extenso de utilização da palavra do noivo, e conseqüente silêncio da noiva, como uma adequação do casal a um “frame” já dominado por ele (experiência anterior de sete anos de terapia) e o desconhecimento total deste mesmo contexto por parte da noiva, possibilitando com que ele ficasse bem à vontade durante o primeiro quarto de hora desta primeira entrevista. A idéia da determinação do comportamento pelo contexto fundamenta o pensar

sistêmico, especialmente dentro do campo terapêutico. Bateson afirma (1987, p.25) “que toda comunicação necessita de um contexto, que sem contexto não há significado, e que contextos fornecem significado porque existe classificação de contextos”.

O poder pode ser interpretado então de uma forma circular e não de uma forma linear e com padrões estáticos, nos quais se afirma que os homens exercitam seu poder dominando as mulheres através de artifícios lingüísticos. Mulheres e homens usam estratégias lingüísticas distintas para alternarem momentos de poder durante uma conversação e se torna imprescindível a compreensão de todo o contexto que permeia a conversação para o entendimento das estratégias utilizadas por cada um dos elementos nos distintos momentos conversacionais.

Ao estabelecer a idéia que homens dominam as mulheres através de estratégias lingüísticas, os defensores da teoria da dominância utilizam uma visão linear e isolada dos contextos nos quais as conversações ocorrem para estabelecerem seus postulados. Equivocam-se na tentativa de generalizar elementos que, sim, podem estar presentes em momentos discursivos pontuais, mas que não refletem a totalidade da interação. A idéia da diferença de poder entre homens e mulheres através do uso da linguagem também se fundamenta nas teorias marxistas que propõe que a linguagem é que cria e sustenta as desigualdades sociais – entre elas as desigualdades de gênero, e que estas desigualdades estão relacionadas com a exploração e a opressão sócio-política.

Em termos de análise de polidez eu argumentaria que nós necessitamos de várias mudanças analíticas: primeiramente nós necessitamos ver a polidez como ocorrendo através de um longo período de conversação; segundo ela precisa ser vista dentro de um contexto de uma comunidade de prática, ao invés de como um simples produto de falantes individuais. (Mills, 2000, p.1)

Observa-se então na análise deste primeiro recorte que a questão do poder não está diretamente ligada ao quesito do gênero, podendo, numa interação entre homem e mulher haver uma alternância do poder através de estratégias verbais e não-verbais que proporcionam a ameaça ou a manutenção da face do outro. Além disso, conforme Mills (2000, p. 10) “o poder das estratégias de fala femininas e masculinas precisa também ser considerado em relação ao que é alcançado em longo prazo dentro da interação”. As nuances desta alternância podem ser mais bem compreendidas a partir do contexto nas quais as mesmas ocorrem e também de outros elementos que estão conectados àquela relação, tais como conhecimento do outro, tempo de relacionamento, tempo da interação, propósito da interação, local onde a mesma ocorre, expectativas sociais sobre o comportamento de cada integrante da

conversação, etc. Tal diversidade de elementos interagentes torna complexa esta alternância do poder e, justamente por isto, entendemos que um paradigma que isole cada elemento para a análise, é incapaz de apreender a totalidade e a riqueza da interação e do significado do poder na mesma. Significa passar de um paradigma simplificador para um paradigma da complexidade, evitando-se assim a fragmentação e o reducionismo do saber, nas palavras de Morin (2006, p.7) “O pensamento complexo também é animado por uma tensão permanente entre a aspiração a um saber não fragmentado, não compartimentado, não redutor, e o reconhecimento do inacabado e da incompletude de qualquer conhecimento”. Torna-se então necessária a busca destes constituintes heterogêneos da trama social que são tecidos (*complexus*) de forma a conceber a conjunção do uno e do múltiplo (*unitat multiplex*).

Assim, o paradigma simplificador é um paradigma que põe ordem no universo, expulsa dele a desordem. A ordem se reduz a uma lei, a um princípio. A simplicidade vê o uno, ou o múltiplo, mas não consegue ver que o uno pode ser ao mesmo tempo múltiplo. Ou o princípio da simplicidade separa o que está ligado (disjunção), ou unifica o que é diverso (redução). (Morin, 2006, p.59)

Deve-se buscar também a compreensão de que a complexidade é efetivamente o tecido de acontecimentos, ações, interações, retroações, determinações, acasos, que constituem nosso mundo fenomênico.

4.2 Cena 2

Esta entrevista foi realizada no dia 18 de fevereiro e compunham o setting terapêutico, além do casal de noivos, duas entrevistadoras, ambas mulheres.

CONTEXTO:

Aos 18 minutos da entrevista a noiva passa a interagir mais com as entrevistadoras, fazendo intervenções de forma mais espontânea, ou seja, sem a necessidade que se dirija uma pergunta específica a ela. Nessa seção da conversação, ela conta para a entrevistadora que quando havia brigas no relacionamento, ela não era clara em suas intenções sobre o seguimento ou não do mesmo e dava uma resposta com duplo sentido. A noiva então revela que ‘sabia’ que ele (o noivo) não queria terminar e que, mesmo afirmando que ela queria terminar, no fundo era só um jogo, pois sabia que iria continuar o relacionamento. Logo após esta revelação feita pela noiva, demonstrando como ela tinha o controle da situação, o noivo segue falando, mas a fluidez e soltura da fala transformam-se em um gaguejar por alguns segundos. A partir deste

momento a noiva passa a interagir mais na conversação, interrompendo a muitas vezes a fala do noivo para expressar suas opiniões. Toda vez que ele é interrompido, ele não insiste na fala (não há sobreposição na conversação), respeitando o término da fala dela para retomar. Todavia ele ainda ocupa a palavra na maior parte do tempo.

LEGENDA	Na = noiva	No = noivo	E1 = entrevistadora 1	E2 = entrevistadora 2
---------	------------	------------	-----------------------	-----------------------

CENA 2 – duração = 1'17"

	Linguagem verbal	Linguagem não-verbal
No:	Mas quando a gente brigava, aí eu me tornava dependente emocional. Porque aí eu dependia de que [///] e até lembro que ela era um pouco sarcástica assim comigo quando a gente brigava. Porque eu falei: mas você terminou mesmo? Assim, ela não falava nada, mas eu falei: você está terminando comigo? Ela falava: ahã, to terminando. Assim [...]	Gesticula bastante e mantém o olhar na entrevistadora, enquanto a noiva olha fixamente para ele. Coloca a mão no rosto e dá uma risada curta, mudando a seqüência do que estava falando.
E1:	[Confirmava]	Olha para a noiva
No:	Ahã. [...]	Balança a cabeça e tem um riso nervoso
Na:	[Mas eu terminava porque eu sabia que não ia terminar↓.]	Olhando para a entrevistadora
E1:	AAAHHH !!! () Mas você sabia disso?	O noivo dá uma risada nervosa
No:	NÃO:::!! [...]	Ela leva a mão à boca, olha para ele e ri em seguida entrecorta a fala dele
Na:	[Sabia sim↓]	Ela fala com tom de voz baixo e aponta para ele sorrindo
No:	Não [///] Só que ela::: ela::: é::: acredito assim que ela pensava que eu era (hhh) uma pessoa madura (hhh) e eu (hhh) eu não (hhh) não (hhh) havia amadurecido (hhh) nessa parte e por isso ela (hhh) ela achava (hhh) porque eu	Fala gesticulando, mas dirige mais vezes o olhar para a noiva. Quando vai falar (eu era todo...) não conclui a frase e faz uma espécie de círculo com a mão.

era todo [///] no começo conversava, falava mais (hhh) então ela (hhh) ela achou que (hhh) que (hhh) em função de que (hhh) todo (hhh) né::: é::: [///] não ser uma pessoa tão introvertida, ser uma pessoa que expõe suas (hhh) é::: suas idéias (hhh) ela achou que eu (hhh) que eu (hhh) assim (hhh) fosse (hhh) que eu não tivesse nenhuma barreira, nenhuma dificuldade, nenhum defeito. E ago [///] ela começou a perceber que eu realmente tenho defeito agora, na segunda fase do nosso namoro.

A conversação neste recorte está centrada no discurso de insegurança do noivo. Um momento delicado da interação, pois ele está expondo suas fragilidades e, de certa forma, se mostrando vulnerável. Ele inicia dando pistas dos elementos que afetam diretamente sua vulnerabilidade *{Mas quando a gente brigava, aí eu me tornava dependente emocional}* e ao mesmo tempo afirmando que a noiva, ao invés de acolhê-lo em sua fragilidade, utilizava a mesma contra ele *{e até lembro que ela era um pouco sarcástica assim comigo quando a gente brigava. Porque eu falei: mas você terminou mesmo? Assim, ela não falava nada, mas eu falei: você está terminando comigo? Ela falava: ahã, to terminando}*, embora ele tenha o cuidado aqui de suavizar a acusação que faz do comportamento da noiva *{um pouco sarcástica}*. Estas estratégias encobertas utilizadas pelo noivo, demarcadas pelos atenuantes *{um pouco, assim}*, são, como propostas por Brown e Levinson, estratégias utilizadas para proporcionar alguma ambigüidade no ato comunicativo, e é exatamente isto que o noivo alcança nesta fala inicial. A partir de suas afirmações, não fica claro se ele está realmente tentando expor sua fragilidade ou se está acusando a noiva de não respeitá-las.

Percebe-se também neste recorte que, passados apenas mais 4 minutos da situação anterior, a noiva vai deixando progressivamente seu papel de ouvinte silenciosa participativa e sente-se mais à vontade para intervir no diálogo, fazendo intervenções de forma espontânea, não esperando ser interrogada pelas entrevistadoras, podendo tal mudança ser interpretada tanto pelo fato da noiva ir sentindo-se ambientada com o contexto do *setting* terapêutico, como também pelo sucesso de tomada do poder no recorte anterior, o que lhe daria maior

segurança para o enfrentamento com o noivo dentro desta situação específica. Outra possível análise, a partir de uma via secundária ao discurso propriamente dito, seria que a noiva vai sentindo-se respaldada pelas entrevistadoras em uma possível aliança de gênero, embora tal análise seja bastante subjetiva e não há como ser comprovada dentro deste recorte específico.

Neste momento da conversação, a noiva utiliza uma estratégia de polidez positiva, ao permitir que o noivo tome o turno da conversação, mesmo ela tendo uma opinião divergente da dele quando ela afirma que: *{Mas eu terminava porque eu sabia que não ia terminar}* e a entrevistadora pergunta a ele: *{Mas você sabia disso?}* e ele responde: *{NÃO:::!}* e então ele continua explicando os motivos da insegurança dele. O que confirmaria e idéia inicial de Holmes (1995) de que as mulheres demonstram serem mais polidas que os homens ao proporcionar menos interrupções de seus interlocutores, assegurando-lhes o direito de tomar o turno da palavra e mantê-lo em uma conversação e encorajando-os a dar continuidade à conversação. As interrupções feitas pela noiva neste recorte, não mudam o rumo da conversação, pois o noivo continua falando de sua fragilidade (dependência emocional; insegurança; defeito), podendo as mesmas ser compreendidas não como estratégias negativas de interrupção, mas como estímulos continuadores à conversação. Isso denota um respeito pelo papel que cada elemento em interação desempenha, possibilitando a ambos se manterem dentro da conversação, aceitando temporariamente a divergência e o papel que o outro lhe delega naquele momento da interação.

O efeito combinado do papel do respeito próprio e o papel da consideração é que a pessoa tende a conduzir a si mesma durante um encontro e a manter ambos sobre sua própria face e a face dos outros participantes. Isso significa que a linha tomada por cada participante é usualmente permitida para prevalecer, e a cada participante lhe é permitido levar a adiante o papel que ele parece que escolheu para si mesmo. Um estado onde cada um aceita temporariamente a linha do outro é estabelecido. Este tipo de aceitação mútua parece ser uma característica estrutural básica de interação, especialmente a interação de conversa face a face. (Goffman, 1967, p. 11)

Todavia também é perceptível que tal continuidade por parte do noivo acontece de uma forma bastante diferente da que vinha sendo até aquele momento em termos de fluidez da conversação – representado no diálogo pelas hesitações *{Não [///] Só que ela::: ela::: é::: acredito assim que ela pensava que eu era (hhh) uma pessoa madura (hhh) e eu (hhh) eu não (hhh) não (hhh) havia amadurecido (hhh) nessa parte e por isso ela (hhh) ela achava (hhh) porque eu era todo [///] no começo conversava, falava mais (hhh) então ela (hhh) ela achou que (hhh) que (hhh) em função de que (hhh) todo (hhh) né::: é::: [///] não ser uma pessoa tão introvertida, ser uma pessoa que expõe suas (hhh) é::: suas idéias (hhh) ela achou que eu*

(hhh) que eu (hhh) assim (hhh) fosse (hhh) que eu não tivesse nenhuma barreira, nenhuma dificuldade, nenhum defeito. E ago [///] ela começou a perceber que eu realmente tenho defeito agora, na segunda fase do nosso namoro}. Isso acontece após uma pequena intervenção da noiva quando ela afirma em tom de voz baixo: *{[Sabia sim↓]}* e aponta para ele sorrindo, com um sorriso dúbio que pode ser interpretado como irônico ou sarcástico (que seria uma interpretação coerente como apontar o dedo). Esta revelação por parte da noiva demonstra como ela tinha o tranqüilo controle da situação e provoca no noivo uma hesitação de seu poder, causando dificuldades na seqüência de expressão de seus pensamentos.

A ironia é apontada por Brown e Levinson (1987) como uma estratégia de polidez encoberta. Entretanto neste recorte específico, tal estratégia se apresenta em forma de uma expressão não-verbal (sorriso e apontar de dedo). A Teoria da Polidez de Brown e Levinson não examina os elementos não-verbais de uma interação, fixando-se apenas nas sentenças enunciadas. Perde-se com isso a compreensão maior da totalidade interacional, haja vista que uma sentença não é proferida sem o acompanhamento de elementos não-verbais, que vão complementar a compreensão do enunciado. Laplante e Ambady (2003, p.435) lembram que “intensidade vocal e expressão facial têm sido achados como variáveis no intento de transmitir polidez. Da mesma forma, conteúdos não-verbais da polidez tem sido encontrados como variáveis de confiança como status, dependendo da cultura”. Desta forma, torna-se necessária a inclusão dos elementos não-verbais na análise de uma interação face a face, a fim de se obter um entendimento mais amplo do processo comunicacional.

Quando se julga se a comunicação é clara, é preciso também lembrar que as pessoas se comunicam de muitas outras maneiras, além de usarem as palavras. Uma pessoa comunica simultaneamente através de seus gestos, expressão facial, postura corporal e movimentos, tom de voz e até mesmo pelo modo de se vestir. E toda essa comunicação ocorre dentro de um contexto. Quando é que ela ocorre? Onde? Com quem? Sob quais circunstâncias? Qual é o compromisso entre as pessoas que fazem o intercâmbio? (Satir, 1976, p. 121)

São estes fatores não-verbais que tornam a interação face a face um assunto complexo. Hernández (2008) propõe a interação face a face sendo constituída de um caráter essencialmente reversível. Esta reversibilidade é geradora de uma tensão permanente entre a necessidade de ser compreendido e acolhido pelo outro (identidade social) e simultaneamente a necessidade de ter o seu ‘self’ (identidade pessoal) preservado. Estes elementos intrínsecos da tensão não estão dissociados, mas fazem parte de um todo que inclui ambos os elementos criando um padrão interacional e que possibilita a continuidade da comunicação. A realidade, então, é uma realidade construída a partir da linguagem.

A reversibilidade na intenção é envolvida pela intuição do outro que me convoca, me chama, me solicita. Para mim a possibilidade da resposta a esta demanda do outro é o que configura a estrutura própria do ‘self’. Deste modo se estabelece a realidade na complementaridade assimétrica entre a identidade social (civil) e a identidade pessoal (a continuidade que ‘me’ assegura minha realidade) (Hernández, 2008, p.1)

Decorrente da reversibilidade no processo comunicacional, as interações face a face podem desenvolver um caráter simétrico – no qual o sujeito norteia suas escolhas lingüísticas para se adequarem ao comportamento de seu par em interação, buscando reciprocidade – que também poderíamos denominar de interação ‘pró-ativa’; ou podem desenvolver um caráter complementar – no qual o sujeito norteia suas escolhas lingüísticas a partir das ações/ reações do outro – que poderíamos denominar de uma interação ‘reativa’. Uma interação pró-ativa produz uma redução da ameaça à face do outro e estimula a utilização de estratégias de polidez positiva, pois há menos risco de ver sua individualidade invadida pelo outro em interação. De forma contrária, a interação reativa intensifica a ameaça à face do outro, promovendo a utilização de estratégias de polidez negativas para a proteção de seu ‘self’. Segundo Santaella (2001, p.22) “As relações comunicativas podem ser tanto simétricas quanto complementares. Nas simétricas, os indivíduos envolvidos espelham o comportamento um do outro. Nas complementares, o comportamento de um serve como estímulo para o comportamento complementar do outro”.

A continuidade da conversação demonstra uma noiva com estratégias de polidez contrárias às postuladas por Holmes como sendo femininas, pois ela interrompe a fala do noivo várias vezes, reafirmando sempre o seu poder e insistindo na sua face negativa. Sua entonação descendente nas frases {[*Mas eu terminava porque eu sabia que não ia terminar*↓.]} e {[*Sabia sim*↓]} pode ser compreendida como estratégia de polidez negativa, pois segundo Laplante e Ambady (2003, p.435) “um exame das insinuações verbais feito de forma independente das insinuações não-verbais proporciona um quadro incompleto das interações interpessoais. (...) Por exemplo: intensidade vocal e expressão facial têm sido achadas como variáveis no intento de transmitir polidez. Da mesma forma, conteúdos não-verbais da polidez tem sido encontrados como variáveis de confiança como status, dependendo da cultura”.

Avaliando-se o efeito dos elementos verbais e não-verbais na interação, revelam uma aparente contradição. A entonação descendente pode deixar transparecer uma postura tímida ou até mesmo subserviente, entretanto as pequenas intervenções feitas com tal entonação

revelam um poder interacional que leva ao noivo a uma fala hesitante e com interrupções a cada enunciado, deixando claro o seu desconforto e sua posição inferior de poder neste momento da interação.

A evidente contradição entre a entonação descendente e a força ilocucionária de cada intervenção, nos empurra necessariamente para a compreensão de uma realidade composta de opostos não-excludentes, como proposto por Bohr (1961) em seu princípio da complementaridade dos opostos. Tais pares complementares são constituintes de um todo, simultaneamente, complementares e antagônicos, conforme o princípio dialógico de Morin (2005). Pelo fato da Teoria da Polidez estruturar-se sobre a sentença do falante, a mesma limita-se a análises lineares e causais, perdendo assim a possibilidade de uma análise interacional complexa e, no entender do autor do presente trabalho, afastando-se da centralidade do conceito de face originalmente proposto por Goffman, a qual tem um caráter essencialmente interacional.

O que podemos também observar é que o noivo mesmo sendo surpreendido com a resposta da noiva, em um estilo onde ela quebra o poder ostentado até aqui pelo noivo na conversação, ele tenta retomar este controle através de duas estratégias: a troca de assunto durante a resposta e a “leitura mental”. Ostermann (2006, p.32) afirma que “assim como a ausência de respostas, as respostas com troca de assunto parecem tornar-se ainda mais “eficazes” como estratégias de controle sobre a interação”. Assim, desviando o foco e protegendo sua face através da mudança de assunto, pois quando a noiva afirma que ele sabia que o relacionamento não iria terminar {[*Sabia sim*]}, ele tenta inicialmente reafirmar de maneira tímida que desconhecia as intenções dela {*Não*} e em seguida muda de assunto {[///]} para falar acerca do tema da maturidade {*Só que ela::: ela::: é::: acredito assim que ela pensava que eu era (hhh) uma pessoa madura (hhh) e eu (hhh) eu não (hhh) não (hhh) havia amadurecido (hhh) nessa parte e por isso ela (hhh) ela achava (hhh) porque eu era todo [///] no começo conversava, falava mais (hhh) então ela (hhh) ela achou que (hhh) que (hhh) em função de que (hhh) todo (hhh) né::: é::: }*}.

A “leitura mental” ou fazer afirmações sobre o que o outro pensa, não é avaliada por Brown e Levinson como uma estratégia que possa ou não ameaçar a face do interlocutor, embora seja muito utilizada nos contextos de terapia de casais. Na percepção do autor do presente trabalho, esta estratégia é ameaçadora da face do interlocutor, pois proporciona um empoderamento de quem a utiliza e praticamente dispensa o outro da participação na interação. Todavia a utilização da mesma tem conseqüências altamente negativas, pois

promove um filtro seletivo na escuta e não permite que a interação ocorra. Pode-se afirmar que neste processo o falante interage consigo mesmo e o ouvinte é apenas um coadjuvante inexpressivo dentro do processo.

Ler a mente é assumir que um pode saber o que está na mente de outra pessoa – seus pensamentos, sentimentos, intenções ou motivações – sem necessidade de informação ou verificação por parte do outro. A leitura mental pode ser um poderoso instrumento interativo com conseqüências devastadoras; se um cônjuge sabe o que pensa ou sente o companheiro(a) melhor que ele(a) mesmo, nenhum argumento poderá convencê-lo do contrário. (...) Não existem formas de livrar-se deste vínculo dentro do sistema. Afirma e perpetua papéis e regras acerca do enfermo ou mal e acerca do são ou bom. (Sluzki, 1978, p. 4)

Percebe-se que esta tentativa de retomada do controle da interação acontece de forma hesitante, que pode ser interpretado como uma estratégia de polidez positiva, evitando discordar diretamente, ou também pode ser interpretada como uma estratégia de polidez negativa, dando uma resposta hesitante. Todavia o objetivo da estratégia é alcançado, ao menos parcialmente, pois ele retoma o turno da conversação e ocupa o campo da palavra novamente por um longo período. Esta estratégia de mudança de assunto de forma hesitante e sem discordar diretamente do interlocutor é utilizada várias vezes pelo noivo durante o decorrer das várias entrevistas.

4.3 Cena 3

Esta entrevista foi realizada no dia 18 de fevereiro e compunham o setting terapêutico, além do casal de noivos, duas entrevistadoras do sexo feminino.

CONTEXTO:

Neste recorte vemos uma tensão emergente. Aos 36 minutos da entrevista o noivo comenta que está fazendo uma segunda faculdade porque acredita que só com a profissão atual não terá condições de sustentar, sozinho, uma família. Quando a entrevistadora questiona sobre a participação da noiva nesse sustento, ele diz que tanto na família dele, como na dela o modelo é a do homem que sustenta a família e que caso eles venham a casar, ele preferira que a noiva ficasse em casa cuidando do lar. Ele então enfatiza que este deve ser o “papel” da mulher e causa um desconforto na relação entre ele e as entrevistadoras – que são ambas mulheres – gerando uma reatividade de uma das entrevistadoras sobre a afirmação do noivo.

LEGENDA	Na = noiva	No = noivo	E1 = entrevistadora 1	E2 = entrevistadora 2
---------	------------	------------	-----------------------	-----------------------

CENA 3 – duração = 3'00”

	Linguagem verbal	Linguagem não-verbal
No:	É::::: Eu tenho essa coisa assim que eu gostaria () de ganhar suficientemente para sustentar eu e ela. (..) que ela não precise trabalh↓. Que é a cópia do modelo familiar, dentro da minha casa e talvez até da casa dela, porque o pai dela também trabalha e sustenta todo mundo.[***]	No fala olhando para E1 e quando fala do modelo familiar bate no próprio peito e depois aponta e olha para a Na quando fala da casa dela. Na olha o tempo todo para No.
E2:	Você gostaria de não trabalhar (nome da noiva)?	Olhando para a noiva
Na:	@ Não, não gostaria↓ [...]	Dá uma risada nervosa, balançando a cabeça negativamente
No:	[@]	No dá uma breve risada, balança a cabeça afirmativamente e ajeita-se na poltrona.
E1:	[Não. E isso está bem claro já?]	Dirigindo-se ao noivo
Na:	[Tá]	Olha rapidamente para a entrevistadora e imediatamente voltando-se para o noivo que toma o turno da fala
No:	[Tá, tá bem claro] e::: e::: essa, um pouco dessa minha dificuldade que eu falei, dessa minha insegurança, é justamente isso, o fato dela voltar a estudar pra trabalhar, ter um ganho melhor, e isso me traz insegurança porque::: eu vejo assim, (...) eu tenho medo que no momento em que ela tenha contato com um mundo novo que é o mundo acadêmico, universitário, ela venha realmente a questionar esse papel da, da mulher, esposa, mãe, dona de	No fala olhando ‘no vazio’ e apontando o dedo para a noiva, balançando a mão para cima e para baixo. Neste momento ele engole em seco.
		Olha para a noiva e esboça um sorriso

	<p>casa, e queira::: o::: outros objetivos na vida... e acabe me abandonando, é bem isso, [essa é a minha insegurança]</p>	Balança a cabeça afirmativamente
E2:	[Qual é o papel da mulher para você?]	Olhando para o noivo
No	<p>@ É o::: eu, eu acho, não, eu::: eu, eu admiro uma mulher que consiga chegar lá, estudar, fazer uma faculdade (...). Só que::: eu não sei porque quando, [///]. Assim, se ela tivesse já feito faculdade e eu conhecesse ela já (...) não teria problema, o problema eu conheci ela (...) antes, mas o, o papel da mulher pra mim (...) é::: tip. é:: de companheira (...) hoje em dia assim.(...) eu acredito que ela deva ser com, não só companheira, mas também é, dividir essa responsabilidade com o marido de, (...) como eu posso dizer, (...) de levar a família... de, de::: de proteger a família, de, de, de, sabe você::: (...) preserva ali aquela pequena sociedade, o grupinho de pessoas que é tua família, né, acho que a mulher, ela tem, junto com o homem, e eu não to dizendo assim (...) que o homem tem que ser (...) humm::: melhor e maior do que a mul/, não, acho que os dois têm que se de maneira::: ehh::: igual! Acho que::: os dois devem se parecer.</p>	<p>Dá um breve riso nervoso e olha para o vazio. Esboça um sorriso e passa a olhar para o chão Ele volta a engolir em seco duas vezes seguidas. Gesticula bastante Fazendo gestos de unir as mãos</p>
E2	E o que você acha disso (nome da noiva)?	Olhando para a noiva
Na	<p>Acho que ele quis dizer que a mulher ideal tem que ser só dona de casa, cuidar só da família. Eu não concordo muito</p>	Ajeita o cabelo e em seguida cruza os braços sobre o peito.

O primeiro elemento que chama a atenção neste recorte é de que o noivo fala abertamente que ele não quer a noiva trabalhando e isso justifica a razão de ele fazer duas faculdades, além de ser parte da tradição familiar, segundo ele, de ambas as famílias. Nesta

fala ele não parece, neste momento, estar preocupado em proteger a face da sua noiva e se coloca em uma postura que pode ser interpretada como impolida e que causa uma tensão momentânea, ao ponto de ser interrompido abruptamente por uma das entrevistadoras [***], que parece ter se sentido atingida com a declaração.

A tensão causada aqui pode ser interpretada como uma disputa pelo poder, entretanto não mais ocorrendo de forma restrita entre os noivos, mas de forma mais ampla entre os gêneros componentes do ‘frame’ social. A superexposição à qual se coloca o noivo pode ser decorrente já do tempo decorrido na conversação e também pelo fato dele sentir-se imaginariamente apoiado pelas famílias de origem dele e da noiva, as quais, em seu entender, validam esta postura. {É::: Eu tenho essa coisa assim que eu gostaria () de ganhar suficientemente para sustentar eu e ela. (..) que ela não precise trabalh↓. Que é a cópia do modelo familiar, dentro da minha casa e talvez até da casa dela, porque o pai dela também trabalha e sustenta todo mundo.}.

A duração de uma interação face a face é outro elemento importante a ser avaliado na utilização de estratégias de polidez. Não somente os elementos de poder e de diferença de status social estão presentes em cada interação face a face, mas igualmente a distância social pode ser reduzida ou ampliada em função da quantidade de tempo em que se está interagindo com o outro. Quanto mais breve for a interação, menor é a possibilidade de redução da distância social – isso não levando em conta o conhecimento prévio entre os atores sociais do processo interacional; logo, quanto mais delongada for a interação, maiores são as possibilidades de redução da distância social entre os elementos. Aqui vale ressaltar que não é uma correspondência direta, mas sim uma possibilidade real. Por exemplo, no decorrer de um julgamento, por mais que o mesmo demora várias horas ou mesmo dias seguidos, a distância social entre o juiz e os advogados, promotores e demais componentes do processo permanece praticamente inalterado, em função da grande diferença de poder entre os elementos neste ‘frame’ específico. Entretanto em uma festa, duas pessoas desconhecidas podem entabular uma conversação que se inicia de maneira bastante formal, em virtude da distância social inicial, e com o passar do tempo pode transformar-se em uma conversa bastante informal, inclusive alterando até pronomes de tratamento para pessoalizar e reduzir ainda mais a distância entre os participantes do diálogo.

Outro elemento novo que se apresenta aqui é a aprovação ‘imaginária’ por atores que não estão presentes no momento da interação verbal, mas que reforçam a face positiva do falante {porque o pai dela também trabalha e sustenta todo mundo.}. Este elemento

“fantasmagórico” também não está contemplado dentro do uso das estratégias de polidez previstas por Brown e Levinson. Estes elementos míticos estão arraigados nas culturas e nas famílias, produzindo um empoderamento bastante difícil de ser enfrentado. São regras pré-estabelecidas dentro do contexto relacional que funcionam como diretrizes norteadoras da vida.

(...) um matrimônio pode ser descrito como um sistema governado por regras nas quais a relação entre os membros é estruturada por ou organizada através de padrões repetitivos e típicos de interação. As regras subjacentes a estas redundâncias podem ser extraídas como proposição governante da vida familiar. Desde uma perspectiva sistêmica, a noção da regra – que é um atributo ao sistema que define aos membros em termos de sua relação, sobrepõe a noção do papel, que têm uma conotação individual e uma definição consensual. A idéia de regra familiar é um bom exemplo de mudança qualitativa do marco conceitual que caracteriza a abordagem interpessoal sistêmica. Os mitos familiares são um caso especial de regras familiares obstinadas. Ferreira definiu os mitos familiares como “crenças bem-sistematizadas compartilhadas por todos os membros da família acerca de seus papéis mútuos na família e a natureza de sua relação”, apesar de que essas crenças freqüentemente desafiam a evidência existente. Ferreira também esclareceu que uma vez desenvolvidos, os mitos familiares tendem a manterem-se inquebrantáveis como uma força organizadora da relação, cumprindo em nível de casal a mesma função que a defesa cumpre nos indivíduos. (Sluzki, 1978, p. 15)

Ao utilizar-se do mito o falante não atenua sua fala por sentir-se imaginariamente superior em termos de poder que seu interlocutor. Observa-se que, mesmo estando na presença de três mulheres – as quais podem representar uma aliança de gênero e intimidar a fala do homem, forçando-o a utilizar estratégias verbais mais polidas, o noivo, ao introduzir o apoio imaginário das famílias de origem, inverte tal desvantagem e não atenua seus atos. De acordo com Ostermann (2006, p.39) “Uma falante pode decidir por não atenuar seus atos quando ela é ‘vastamente superior em termos de poder’ em relação a sua interlocutora (...) ao não atenuar seus atos ameaçadores à face, ela poderia estar tentando assegurar apoio dos outros para si”.

A estratégia verbal utilizada pelas entrevistadoras para enfrentar este poder ‘imaginário’ introduzido pelo noivo na conversação foi a de diminuir a distância social entre elas e a noiva ao tratá-la pelo nome *{Você gostaria de não trabalhar (nome da noiva)?}* *{E o que você acha disso (nome da noiva)?}*. Ao diminuir a distância social (D), as entrevistadoras diminuem também o grau de ameaça da interação e ampliam a liberdade de ação da noiva que se sente mais segura para enfrentar o poder reivindicado pelo noivo ao associar-se imaginariamente às famílias de origem de ambos. Vemos que neste momento da conversação a noiva não está apenas enfrentando o poder relativo do noivo, mas antes enfrenta toda uma estrutura hierárquica familiar – ainda que imaginária – presente na situação de fala. Opor-se

ao noivo neste momento significa também opor-se a seus pais, aos pais dele e às tradições familiares, que podem ser centenárias e profundamente arraigadas social e culturalmente.

A entrevistadora parece ter se sentido muito ameaçada em sua face com a afirmação do noivo que o homem deve sustentar a casa e a mulher não precisa trabalhar, pois imediatamente dirige uma pergunta à noiva que contém uma **negativa** na mesma *{Você gostaria de não trabalhar (nome da noiva)?}* e provoca uma resposta dúbia por parte da noiva *{@ Não, não gostaria↓}*. Neste momento a interpretação da resposta da noiva pode ser dupla: que ela gostaria de não trabalhar ou que ela não gostaria de não trabalhar. A estratégia de polidez negativa utilizada aqui pela entrevistadora, com o desejo de auto-afirmação enquanto mulher e profissional que se auto-sustenta e ao mesmo tempo de não querer receber imposições com um homem lhe definindo qual é o papel da mulher, vem associada com uma estratégia de polidez encoberta, com a quebra da Máxima de Modo de Grice (Grice, 1975) ao efetuar uma pergunta com uma negativa, cuja resposta quase necessariamente emerge com uma ambigüidade implícita. Brown e Levinson ao proporem uma teoria com base em um modelo mecanicista e linear, não previram a possibilidade de duas estratégias possam ocorrer simultaneamente em uma elocução, sendo uma de ordem explícita (on record) e outra de ordem implícita ou encoberta (off record). Acentua-se assim a necessidade de se buscarem novos paradigmas para a análise das estratégias interacionais.

Como a resposta da noiva à pergunta da entrevistadora é também ambígua, parece ocorrer uma pequena confusão entre o que está claro para ela e o que está claro para o noivo, que é a resposta de ambos à seguinte pergunta feita pela outra entrevistadora: *{Não. E isso está bem claro já?}* Na: *{Tá}* No: *{ Tá, tá bem claro}*. O que parece estar claro para o noivo é de que a noiva estudar e ter uma profissão o deixaria bastante inseguro, especialmente em virtude do convívio dela com o meio acadêmico. O que parece estar claro para a noiva é que, independente das inseguranças dele, ela não concorda com o modelo idealizado de mulher que ele tem e, provavelmente, não irá submeter-se às expectativas dele neste sentido. O noivo retoma o turno da conversação e dá por assentado que a noiva o compreende em suas inseguranças e que por isso seria cooperativa com ele e não seguiria adiante com os estudos, pois isso provocaria a quebra do relacionamento. Todavia parece que a entrevistadora não pactua com a mesma pressuposição do noivo e retoma a polêmica através de um FTA bastante explícito.

Ao utilizar uma pergunta direta *{Qual é o papel da mulher para você?}*, a entrevistadora produz um FTA sem nenhum atenuante (baldly), provocando uma reação de

retraimento e hesitação da fala do noivo. Novamente se pode interpretar que a disputa pelo poder não está mais restrita à relação entre os noivos, mas expande-se para a relação entre os gêneros envolvidos na terapia. Mesmo depois de o noivo ter expressado qual é o papel da mulher na opinião dele *{ela venha realmente a questionar esse papel da, da mulher, esposa, mãe, dona de casa}*, a entrevistadora levanta um questionamento sobre este papel. Tal questionamento, e produzido de forma direta, contradiz a idéia de Zimmerman e West (1975) que a fala das mulheres é voltada para a produção de cooperação enquanto a fala dos homens seria voltada para produzir a competição.

De igual forma poder-se-ia argumentar que a fala da entrevistadora é coerente com a idéia de Lakoff (1977) as mulheres utilizam uma fala indireta através do uso de perguntas em vez de afirmações, em virtude de sua insegurança e que as perguntas teriam a função de evitar confrontações. No recorte apresentado, porém, a pergunta feita pela entrevistadora tem exatamente a intenção de produzir um confronto, entre a postura claramente machista do noivo e as demais mulheres presentes na entrevista. Ou seja, nem sempre a formulação de perguntas reflete uma fala direta, hesitante ou insegura. Como afirmam Dias e Godoi (2007, p. 132) “é possível atribuir estratégias de polidez diferentes para o mesmo enunciado, apenas mudando o contexto de produção, então a categorização das estratégias de polidez de B & L parece apresentar limitações, pois traz implícita a idéia de que há enunciados intrinsecamente polidos ou impolidos”.

Após a pergunta da entrevistadora parece que o noivo percebe que as duas entrevistadoras são mulheres e com curso superior, e então ele se perde na argumentação sobre o papel da mulher, antes tão categoricamente machista, e produz uma mudança no conteúdo do que vinha afirmando, reafirmando assim sua face positiva. Esta mudança de conteúdo vem somada a uma mudança de estilo, onde a fala, que era fluente e assertiva, passa a ser hesitante e introduzida com um riso nervoso *{@ É o::: eu,.eu acho, não, eu::: eu, eu admiro uma mulher que consiga chegar lá, estudar, fazer uma faculdade (...). Só que::: eu não sei porque quando}*, uma mudança de tema, *{[///]. Assim, se ela tivesse já feito faculdade e eu conhecesse ela já (...) não teria problema, o problema eu conheci ela (...) antes}* e com uma mitigação sobre o que havia afirmado anteriormente a respeito do papel da mulher *{o, o papel da mulher pra mim (...) é::: tip. é:: de companheira (...) hoje em dia assim.(...) eu acredito que ela deva ser com, não só companheira, mas também é, dividir essa responsabilidade com o marido de, (...) como eu posso dizer, (...) de levar a família... de, de::: de proteger a família, de, de, de,. sabe você::: (...) preserva ali aquela pequena*

sociedade, o grupinho de pessoas que é tua família, né, acho que a mulher, ela tem, junto com o homem, e eu não to dizendo assim (...) que o homem tem que ser (...) humm::: melhor e maior do que a mul/, não, acho que os dois têm que se de maneira::: ehh::: igual! Acho que::: os dois devem se parecer}. A fala hesitante, característica da fala feminina segundo Lakoff (1975) e Zimmerman e West (1975), é apresentada aqui por um elemento do sexo masculino, e o uso de atenuadores que, para autores como Holmes (1995), são características que evidenciam que as mulheres são mais polidas que os homens, no presente recorte mostram-se como características da fala masculina, não se podendo assim confirmar ambas as idéias: que mulheres têm uma fala mais hesitante e fraca que os homens e que a fala das mulheres é mais polida que a dos homens.

Finalmente observamos neste recorte que a noiva passa a utilizar a estratégia de interpretar a fala do noivo, pressupondo que ela sabe o que ele quis dizer, *{Acho que ele quis dizer que a mulher ideal tem que ser só dona de casa, cuidar só da família}* e embora ela utilize esta estratégia precedida de um atenuante *{Acho que}*, é uma forma de mostrar seu poder. Aqui se pode interpretar este enunciado como sendo uma estratégia de polidez positiva (com a noiva indicando claramente que tem conhecimento dos interesses/ necessidades do noivo), mas também pode ser interpretado como uma estratégia encoberta quando ela pressupõe o que ele pensa e ao mesmo tempo suaviza esta pressuposição. Em seguida ela revela sua face positiva ao discordar abertamente da idéia do noivo *{Eu não concordo muito}*, mas também utilizando o atenuante *{muito}*. Isto novamente nos sinaliza que as estratégias de polidez podem estar sobrepostas em muitos momentos da interação verbal e uma interpretação mais plausível para estas sobreposições não seria a de isolar cada enunciado e fazer a análise dissociada do mesmo, antes é necessário ampliar a perspectiva para um paradigma que inclua a possibilidade de co-existência de estratégias, até mesmo aquelas aparentemente contraditórias.

4.4 Cena 4

Passaremos à análise dos recortes das entrevistas apresentando partes do diálogo entre o **casal B** e as entrevistadoras sendo que o referido casal que tem as seguintes características: trata-se de um casal com 20 anos de casamento, ele com 50 anos de idade, segundo grau completo, técnico em análises clínicas, proveniente de classe média e ela com 38 anos de

idade, curso médio completo e cursando a faculdade de pedagogia, sendo proveniente também de classe média. Eles têm duas filhas adolescentes, uma com 18 anos e outra com 16 anos.

Esta entrevista foi realizada no dia 18 de fevereiro e compunham o setting terapêutico, além do casal, duas entrevistadoras mulheres, sendo uma delas uma senhora de cerca de 50 anos e outra uma jovem de cerca de 30 anos.



Figura 10: Casal B

CONTEXTO:

A entrevista inicia com as entrevistadoras interrogando sobre o colar cervical que a esposa está usando (Figura 10) e a esposa explicando que foi um acidente de automóvel ocorrido na semana anterior, mas que não houve fratura e o colar é apenas preventivo.

Esta conversa sobre amenidades tem curta duração, cerca de 1'00'' e em seguida a entrevista propriamente dita inicia com o recorte abaixo. Um detalhe importante a ser comentado é que o tom de voz, tanto da esposa como do marido é sempre baixo e sem oscilações. Esta tonalidade baixa da voz na conversação é bastante compatível com o tema abordado, que está relacionado à vida íntima do casal, ou seja, um tema que, 'a priori' exige discrição e sigilo, embora seja possível encontrar situações nas quais as pessoas falem sobre o tema de forma natural, sem variações de volume ou tonalidade da voz. Outro dado significativo a ser comentado é que durante todo o tempo desta entrevista, a esposa permanece

de braços cruzados e sentada na mesma posição, sequer ajustando-se na poltrona. O marido alterna momentos de relaxamento com momentos de tensão corporal.

LEGENDA	EM = esposo	EF = esposa	E1 = entrevistadora 1	E2 = entrevistadora 2
---------	-------------	-------------	-----------------------	-----------------------

CENA 4 - duração = 1'19"

Linguagem verbal	Linguagem não-verbal
Fala preliminar sobre o acidente e o colar cervical	
E1: Ok, queridos, então o Catito explicou a vocês, né, que nós estamos aqui dentro de um::: um::: treinamento [...]	Alternando o olhar entre EM e EF.
EF: [...] hum, hum!	Olhando firmemente para E1, sentada com os braços cruzados enquanto o marido coloca a mão sobre o rosto.
E1: [...] estamos atendendo famílias, casais, e acho que nossa primeira pergunta é essa: que foi que trouxe vocês até nós (...) e nós queremos ouvir, o que os trouxe aqui?	
O casal se entreolha e faz um pequeno silêncio.	
EM: (XXXX) ↓ Fala.	Tira a mão do rosto, balbucia algo e fala dirigindo o olhar para a esposa
EF: Ehh, nós temos vinte anos de casado, né, e [...] viemos aqui para tratar da nossa questão (...) na área sexual	Continua de braços cruzados e fala pausadamente olhando para E1. O marido olha para a esposa.
Há uma pequena pausa, a esposa dirige o olhar ao marido e os dois ficam se olhando em silêncio.	
E1: Hum, hum. (...) Vocês estão com dificuldade (...) na relação sexual, na expressão sexual de vocês?	Olhando mais diretamente para o marido
EF: Hum, hum	Olhando para o marido
EM: É, a maioria/ não sei, converso com vários casais/ e::: esta área pega muito né? (XXX)	Remexendo-se na cadeira e alternando o olhar entre a esposa e E1 e oras

		coabrindo o rosto. Observa-se que E2 também está inquieta em sua cadeira.
E1:	E já::: conversaram sobre isso com outras pessoas? Não? [...]	Olhando para o marido
EM:	[...] na/:::	Balançando a cabeça negativamente
E1:	[...]primeira vez que vocês estão (...) procurando (...) uma ajuda? Primeira vez?	Gesticula e em seguida olha para a esposa
EF:	Não, já fizemos algumas leituras, participamos já de alguns, é::: encontros, mais específico assim foi é::: fizemos o MMI, né, que é Casados para Sempre ¹⁰ . Vocês conhecem?	Olhando para E1 e continuamente de braços cruzados.
E1:	Hum, hum.	Balançando a cabeça afirmativamente
EF:	E daí fizemos uma vez pra nós mesmos, né, depois fizemos treinamento (...) pra liderança, aí chegamos até né, a liderar três grupos né, e:::, mas eu/ essa questão nossa sexual nunca ficou::: mu:::ito bem, né, então daí agora, nós resolvemos é::: tratar, né.	O marido apóia a cabeça parecendo estar aborrecido.
E1:	Hum, hum.	Assentindo com a cabeça

Neste recorte temos uma configuração distinta dos anteriores, pois se trata de um casal com uma vida conjugal de duas décadas, o que pressupõe alguma capacidade de convivência com as diferenças, bem como a interação com uma terapeuta/ entrevistadora mais velha, que é uma variável importante de ser analisada no processo lingüístico.

Ao contrário do observado nas cenas anteriores com o casal de noivos, neste conjunto a esposa toma mais a iniciativa da palavra, embora o marido não esteja de todo passivo e interaja bem quando argüido pelas entrevistadoras.

Já na primeira pergunta da entrevistadora, o casal mostra uma interação maior, pois se entreolham e na interação não-verbal escolhem quem deve responder inicialmente a pergunta. A opção pela escolha da resposta pela esposa é compreensível pela dificuldade que o próprio

¹⁰ Curso dado para casais no contexto de igrejas.

tema em si traz, pois se a questão da sexualidade já não é fácil de ser comentada no diálogo privativo do casal, mais ainda é difícil de tratar este tema diante de pessoas estranhas. Reforça-se aqui a idéia de que, no processo de aculturação, as meninas são educadas para desenvolverem proximidade e intimidade, o que se reflete na facilidade maior de tratar de temas íntimos. Nota-se que na linguagem corporal o marido está com a mão sobre a boca, num gesto indicativo que não quer falar. Na perspectiva da Teoria da Polidez este gesto pode ser interpretado como a tentativa de preservação da própria face.

A esposa utiliza de uma estratégia de polidez positiva quando utiliza um tempo plural para falar da dificuldade na área sexual *{Ehh, nós temos vinte anos de casado, né, e [...] viemos aqui para tratar da **nossa** questão (...) na área sexual}* – grifo do autor. O silêncio e o novo entreolhar do casal logo após a revelação por parte da esposa do motivo da vinda à terapia têm uma conotação de cumplicidade e de respeito mútuo no que tange ao tema. Este silêncio respeitoso não reflete apenas uma estratégia lingüística, mas algo que transcende ao campo lingüístico e abarca o que pode ser compreendido na dimensão do mistério – dimensão esta que será detalhada abaixo.

Falar da dimensão da intimidade sexual a terceiros é algo extremamente delicado. Muito embora nossa sociedade atual esteja tentando banalizar o tema, abrindo vias de comunicação amplas através da mídia e do cyber espaço, o que se percebe é que nestes meios a temática é sempre comentada dizendo respeito a um ‘outro generalizado’ e raríssimas vezes se abordando o assunto numa perspectiva da pessoalidade. Entretanto este tema continua sendo tratado com reverência nos diálogos interpessoais e especialmente quando expressado diante de terceiros. Desde os relatos míticos da Antigüidade, a intimidade sexual entre o casal traz consigo uma dimensão de mistério, que conecta ambos em uma dimensão comunicacional não decifrável através dos esquemas convencionais de interpretação.

A mitologia hebraica, por exemplo, utiliza uma expressão de difícil compreensão para referir-se à intimidade sexual do casal. No relato mítico da criação do ser humano, o registro do que teria sido primeiro ato comunicativo da espécie humana, a primeira fala literal de Adão, registrada no Gênesis, o primeiro livro do Torah¹¹ e da Bíblia, tem uma referência direta à intimidade sexual do casal: “E disse o homem: esta afinal é osso dos meus ossos e carne da minha carne; chamar-se-á varoa (Isha) porquanto do varão (Ish) foi tomada. Por isso

¹¹ Livro sagrado dos judeus

deixa o homem pai e mãe, e une-se à sua mulher, tornando-se os dois uma só carne”. (Bíblia, A.T., Gênesis, 2:23-24)

Esta referência à sexualidade como elemento de unidade conjugal indica um vínculo que ultrapassa as dimensões neurovegetativas do ser e que aponta para um sentido de mistério que associa o corpóreo com o comunicacional. Se toda a conduta é comunicação, como afirma Ruesch (1984), então a intimidade sexual é também uma expressão comunicativa. Primariamente somos ‘penetrados’ pela palavra, antes que pelo corpo do outro e, em geral, quando a penetração corpórea não é precedida pela linguagem, a primeira torna-se abusiva. Devemos considerar também, a partir da teoria dos sistemas, que os corpos se interpenetram constantemente na troca de matéria através do olhar (fótons), criando assim uma unidade real, corpórea, embora invisível, que estabelece um fecundo diálogo inaudível, como o ocorrido nos primeiros momentos do recorte analisado. Além das genitálias, os ouvidos, bem como as narinas e as pupilas, são espaços de interpenetração dos corpos dos amantes e criam este vínculo misterioso, descrito desde os primórdios da existência nos relatos míticos, que a ciência clássica, objetiva e cartesiana desconsidera por não ter uma explicação pautada na lógica e empurra para o campo da subjetividade, etiquetando-o de “paixão”.

A pergunta da entrevistadora dirigida ao marido o introduz na conversa. Ele aceita ser incluído, mas demonstra toda sua dificuldade de expressão, chegando a balbuciar algo no final da frase que fica incompreensível {*É, a maioria/ não sei, converso com vários casais/ e::: esta área pega muito né? (XXX)*}. Também a utilização da partícula {*né*}, a qual pressupõe um conhecimento comum, indica que o marido está pressupondo que a entrevistadora saiba que este tema não é fácil de ser abordado, não somente por ele, mas pelos casais em geral, pois ele reivindica isso em sua fala ao dizer que conversa com “vários casais”. Ao ter o respaldo de um grupo amplificado em sua verbalização a partir do uso da partícula {*vários*}, o marido justifica a sua dificuldade de expressar-se, especialmente diante de duas mulheres desconhecidas. Em seguida vai diminuindo seu tom de voz e conclui com uma frase incompreensível, como se estivesse pedindo para não falar naquele momento.

A entrevistadora parece compreender a metalinguagem verbal e continua a pergunta voltando-se para a esposa como lhe autorizando a continuar respondendo no lugar do esposo. Então a esposa utiliza novamente o atenuante do plural, falando por ambos, mas não de forma a impedir a expressão do marido, antes numa tentativa de salvaguardar a face de ambos. Indica que já houveram esforços deles, como casal, na busca de soluções para o problema que os aflige, mas sem muito sucesso {*Não, já fizemos algumas leituras, participamos já de*

alguns, é::: encontros, mais específico assim foi é::: fizemos o MMI, né, que é Casados para Sempre¹². Vocês conhecem?}. Inclusive realça a face positiva do marido quando lhe confere um certo grau de ‘expert’ no trato do assunto como líder de cursos que tratavam do mesmo, porém em seguida fala do fracasso alcançado e da tentativa de mudança de estratégia, de um plano de conhecimento abstrato e teórico dos cursos para uma ação efetiva do confronto relacional com o problema a nível terapêutico {E daí fizemos uma vez pra nós mesmos, né, depois fizemos treinamento (...) pra liderança, aí chegamos até né, a liderar três grupos né, e:::, mas eu/ essa questão nossa sexual nunca ficou::: mu:::ito bem, né, então daí agora, nós resolvemos é::: tratar, né.}.

Novamente o que se observa neste início de conversação é um alto grau de preocupação na preservação da face do outro, o que indica uma cumplicidade grande entre o casal. Embora tratando de um tema delicado, onde a face pode ser ameaçada constantemente, evidencia-se o cuidado com o outro, especialmente nestes primeiros momentos de contato com as entrevistadoras – que são figuras estranhas à intimidade dos cônjuges. Observa-se aqui a importância do contexto na expressão da fala, pois o setting terapêutico gera um sentido de segurança para se abordar temas tão delicados como a intimidade sexual e traz consigo o símbolo de um local “sagrado”, onde a face é preservada na escuta respeitosa e promove um alívio da ansiedade. Este contexto de escuta respeitosa e permissão de expressões bastante íntimas é gerador de uma reorganização interna na percepção da realidade e uma mudança gradual na expressão comunicativa e, por conseguinte na conduta.

Dentro deste espaço ocorre uma fecundidade no diálogo conjugal e pode-se perceber que marido e esposa chegam a um alívio da ansiedade e com isto promovem uma interpenetração não-violenta através da escuta, sendo as estratégias de polidez positiva, com a preservação da face do outro, o elemento central desta permissão, evitando-se a violência.

Uma análise final que merece destaque neste recorte é a não participação da segunda entrevistadora (E2), que deliberadamente fica excluída pelo casal da conversação, tanto de forma direta – não lhe dirigem a palavra – como de forma indireta – não lhe dirigem olhares autorizando a participar da conversação. Uma possível interpretação para este fato é que a segunda entrevistadora tem idade bem inferior à do casal e à da primeira entrevistadora, possivelmente gerando no casal uma “fantasia” de desqualificação, acreditando que, por a mesma ser jovem não deveria compreender o âmago da questão. Utilizam desta forma uma

¹² Curso dado para casais no contexto de igrejas.

estratégia de polidez negativa, supondo que esta ouvinte não estava habilitada para fazer qualquer coisa em prol do problema exposto.

4.5 Cena 5

Esta entrevista foi realizada no dia 18 de fevereiro e compunham o setting terapêutico, além do casal, duas entrevistadoras mulheres, sendo uma delas uma senhora de cerca de 50 anos e outra uma jovem de cerca de 30 anos, sendo um recorte da mesma entrevista descrita na Cena 4.

CONTEXTO:

Neste recorte aborda-se um tema bastante delicado que são as relações íntimas do casal. Após o recorte anterior, o marido discorre sobre os problemas de saúde que a esposa tem e das dificuldades causadas por estes problemas para o relacionamento íntimo, sem, todavia responsabilizar a esposa pelos mesmos, atribuindo antes tais eventos ao acaso. A esposa discorre por longas tomadas de turno sobre o início da vida de casado e o conflito que envolveu as famílias de origem de ambos, resultando até em agressões físicas entre os irmãos de ambos quando eles ainda estavam em lua de mel.

Também discorrem sobre as diferenças de classe social que havia no início do relacionamento e quanto os pais dela eram contrários à união em virtude disto. Ressaltaram que a esposa, como irmã mais velha, era a responsável pelo cuidado da casa e dos irmãos menores, sendo este mais um fator no qual os pais se apoiavam para não permitir o casamento, afirmando que ela era insubstituível nesta função doméstica.

Então aos 27'47" inicia-se uma conversa sobre os níveis de satisfação de cada um dos cônjuges no relacionamento íntimo do casal.

LEGENDA	EM = esposo	EF = esposa	E1 = entrevistadora 1	E2 = entrevistadora 2
---------	-------------	-------------	-----------------------	-----------------------

CENA 5 - duração = 6'19"

Linguagem verbal	Linguagem não-verbal
E1: (XXX) (Nome do esposo), é:::, no início tu falaste que tinha uma expectativa, né?! Esperou	Olhando para EM, enquanto este coloca a mão no queixo e olha para

<p>(hhh) 30 anos para se casar (hhh). Quais eram as suas expectativas?</p> <p>EM: Ahhh, ehhh, a expectativa não sei se é::: (...), é a de todo homem, eu creio que seja assim uma questão biológica, e::: porque era muito [///] quando solteiro é::: às vezes meus pais fal/↓, olha se você namora (...), se você engravida vai casar, não importa, (XXX) e eu fiquei né, esperando, e tal, pra quando casar então::: fazer (hhh)</p> <p>E2: Tirar o atraso!</p>	<p>E1. A esposa olha para ele</p> <p>Arruma-se na poltrona</p> <p>Olha para a esposa e faz um gesto com as mãos como abrindo e fechando algo – separando as mãos.</p> <p>Olha para o marido</p>
<p>@@@@</p>	<p>Todos riem</p>
<p>EM: É::: então era minha expectativa (hhh) porque o homem, ele é::: (hhh), lógico, biologicamente ele é:::, ele (hhh), não é compulsivo né, mas ele::: (hhh), quer s::: (hhh), né, mais seguido que a mulher, sempre (...)</p> <p>E1: E é difícil chegar, na (nome da esposa)?</p> <p>EM: É, porque no início foi mais complicado, hoje a coisa é mais (hhh), hoje ela já (hhh), né, é::: [...]</p> <p>E1: [***] se entendem melhor [...]</p> <p>EM: [...] ultimamente, agora, este mês e meio tá até complicado porque se não é uma coisa é outra, acontece [***]</p> <p>E1: [***] tem sempre um impedimento.</p> <p>EM: É! Quando não vem a menstruação é uma semana, aí vem problema é::: disso, problema daquilo, daí pausa com o pai duas semanas, é:::, dois dias, duas noites aliás, duas noites seguidas, aí vem problema de coluna, problema</p>	<p>Olha para E2 e responde cabisbaixo enquanto a esposa mantém o olhar fixo nele</p> <p>Olhando direto para o marido</p> <p>Balança a cabeça afirmativamente e deita as mãos suavemente sobre o colo</p> <p>Olha para o marido</p> <p>Solta-se relaxadamente na poltrona e deixa os braços caírem ao lado.</p> <p>Balança a cabeça negativamente</p> <p>Continua olhando para o marido</p> <p>Contando nos dedos</p>

de coração, essas coisas↓ (...) então é:::, não por ela né, eu não reclamo dela, mas que isso vem acontecendo.	Aponta para a esposa
E2: As circunstâncias estão dificultando?	Olhando para o marido e gesticulando
EM: É!	Apóia o queixo com dedos entrelaçados
E2: Mas quando tem a possibilidade de ter o ato [***]	Olhando para o marido
EM: [***] é, aí tudo bem!	Olhando para E2
E2: [...] é satisfatório?	Olhando para a esposa
EF: Sim	Assentindo com a cabeça
E2: O ato em si é satisfatório?	Olha para o marido
EM: Pra mim é. Pro homem sempre é mais fácil né? Mas que nem pra ela já nesse lado [...] (XXX)	Olha para a esposa e aponta para ela em seguida. Volta o olhar para E1
EF: [...] (XXX) não sentia [...]	Olha para E1
E1: [...] Não era confortável estar com ele? [...]	Mantém o olhar na esposa
EF: [...] não [...]	
E1: [...] não era bom?	
EF: Acho que não por ele, mas o ato, (hhh) o ato não era confortável, né.	Faz uma negativa com a cabeça
E1: E esta questão de:::, de não ter visto nunca teus pais trocarem um carinho, uma carícia, um beijo, tu não viu isso nos pais?	Aponta para a esposa
EF: Não.	Negativa com a cabeça
E1: E como que é isso pra vocês? Porque tem o ato sexual que é o ápice, né, do encontro, então, mas antes do ápice tem todo um [...]	Gesticula bastante abrindo e fechando os braços
EM: [...] preparo [...]	Marido sorri
E1: [...] um preparo né, vocês já devem ter visto	Enquanto E1 fala a esposa troca

<p>isso no curso lá, né. Como que é esse:::, esse (hhh), esse namoro, essa corte entre vocês, antes do (hhh), de chegar a hora da noite onde vocês se encontram? Como que é?</p>	<p>olhares fugidios com o marido</p>
<p>EM: É, a gente é bem amável, né?</p>	<p>Olhando para E1</p>
<p>E1: Amável?</p>	<p>Volta o olhar para E2</p>
<p>EM: Eu:::, eu vim de uma geração, assim, quase não tinha pra ficar muito (hhh), eu era assim bem desligadão, e lá, ta, aprendi com ela. Ela vinha fazer um momento de carinho (hhh). Depois a gente começou a ir pra igreja e, né, tinha palestra, e (hhh), eu aprendi que tinha, né, que ser carinhoso desde a manhã, ao acordar, né, pra que à noite acontecesse, né?</p>	<p>Gesticula e alterna o olhar entre E1 e esposa</p>
<p>E1: Hahã!</p>	
<p>EM: Então hoje eu sei tudo [***]</p>	<p>Coça os olhos</p>
<p>E1: [***] demonstra carinho durante o dia?</p>	<p>Olha para o marido</p>
<p>EM: Eu sei que, não é, não é assim questão interesseira, né, pode não acontecer (...) tudo bem. Eu tenho que tratar bem ela [\\] escolhi [\\] mas é::: se:::, eu tenho assim que se eu quero ter uma noite, né, espetacular, eu tenho que tratar ela bem, independente (XXX)</p>	<p>Olha com ternura para a esposa e cruza as mãos sobre o peito</p>
<p>E1: Hum hum::: É assim? Ele é amável? [...]</p>	<p>Olha para esposa e esfrega as mãos</p>
<p>EF: [...] é muito [...]</p>	
<p>E1: [...] Você se sente amada por ele?</p>	
<p>EF: É [...]</p>	
<p>EM: [...] eu não sei [...]</p>	<p>Abaixa a cabeça inclinando para o lado – gesto dengoso</p>
<p>EF: [...] mas ele é, nossa:::. Eu</p>	<p>Fala olhando para E1, mas algumas</p>

<p>posso dizer assim que quando eu tinha dezoito anos que eu casei, eu casei por casar, né, infelizmente não tinha nenhum preparo, nenhuma maturidade, mas hoje, se fosse pra eu, né, voltar, com a maturidade que eu tenho hoje, eu casaria com ele, com certeza. Porque ele é muito especial, é um homem assim:::, é:::, maravilhoso, sabe, muito carinhoso, muito dedicado, é:::, ele realmente, acabou o ato sexual ele já está preparando pro próximo, pra próxima noite, sabe, embora a próxima noite leve ali uma semana, quinze dias, mas ele ta, ta preparando, está cultivando ali, né, pra isso, pra que isso aconteça. Então eu::: eu reconheço assim, que eu, sou muito mais falha com ele do que ele comigo, né. A única questão que a gente tem é que ele é compulsivo, assim, é:::, já, nossa:::, mudou noventa por cento, mas assim, é:::, se ele tiver [///]. Por isso até que nós procuramos ajuda, porque:::, num momento assim de explosão, né, num momento que ele se enche mesmo, ele fala coisas que eu percebo que são de mágoas que estão lá no coração dele [***]</p>	<p>vezes olha com o canto do olho para o marido. Marido coloca a mão no rosto.</p>
<p>E2: [***] Você concorda com isso? [***]</p>	<p>Voltando-se para o marido</p>
<p>EF: [...] porque é um instante, é um instante assim que ele [...]</p>	<p>Continua olhando para E1 e em seguida para o marido</p>
<p>EM: [...] Só se tiver muito escondido, né. Não faço essa dedução [...]</p>	<p>Com a mão no rosto balança a cabeça negativamente e olha para E2</p>
<p>EF: [...] naquele momento [***]</p>	<p>Olhando para E1</p>
<p>E2: [***] essa é a tua</p>	<p>Dirigindo-se enfaticamente à esposa</p>

percepção? [...]	
EF: [...] É! [...]	
E2: [...] que ele traz mágoas, mas ele está dizendo que não!	Olha para esposa e gesticula
EF: É::: eu falo isso pelo que ele me diz, assim, de repente.	Volta a olhar para E1
E2: O que ele diz?	
EF: Por exemplo... (continua a conversação)	

Conversar sobre a satisfação do casal em suas relações íntimas adentra um terreno bastante difícil de diálogo e onde os elementos não verbais têm forte acento confirmatório ou contraditório do que está sendo dito. Nota-se que, ao introduzir este assunto a entrevistadora 1 se mostra bastante hesitante *{(nome do esposo), é:::, no início tu falaste que tinha uma expectativa, né?! Esperou (hhh) 30 anos para se casar (hhh). Quais eram as suas expectativas?}*, tentando salvaguardar a face de ambos e ao mesmo tempo como que tentando ser reparadora por tocar em um tema tão íntimo. O marido tem uma comunicação de olhar intensa com a esposa, mantendo a mão no queixo, um pouco sobre a boca, o que pode ser interpretado como um pedido de autorização para o que vai ser falado. Ele inicia sua fala de forma gaguejante *{Ahhh, ehhe, a expectativa não sei se é::: (...)}*, tentando proteger a sua própria face, bem como a da esposa. Em seguida ajeita-se na cadeira e assume um tom bastante didático, como se estivesse expondo uma matéria a seus alunos *{é a de todo homem, eu creio que seja assim uma questão biológica, e::: porque era muito}*. Entretanto ao pessoalizar a resposta comentando dos valores familiares de seus pais ele vai também tendo uma fala hesitante e diminuindo o tom da voz até a fala ficar inaudível *{[///] quando solteiro é::: às vezes meus pais fal/↓, olha se você namora (...), se você engravida vai casar, não importa, (XXX) e eu fiquei né, esperando, e tal, pra quando casar então::: fazer (hhh) }*.

Este primeiro momento de conversação evidencia toda a dificuldade de trato com o tema, mesmo para terapeutas experientes, que na hesitação de uma pergunta mais direta, utilizam estratégias de reparação por adentrarem em um campo tão pessoal e íntimo. Este jogo comunicacional vai ganhando intensidade à medida que a conversa se desenvolve e vai se expressando na liberdade progressiva dos corpos, de um ajeitar-se tenso na poltrona até um relaxamento que produz um soltar dos braços ao lado da poltrona, passando por gesticulações que podem ser interpretadas até como libidinosas.

Um elemento importantíssimo de se observar nesta cena é a forma como o casal e a entrevistadora 1 – mais velha – tratam do tema e como a entrevistadora 2 trata do mesmo, bem como esta última é removida de certas interações com um simples redirecionamento do olhar. Neste momento inicial, quando o casal e a entrevistadora 1 ainda estão com suas falas hesitantes, como que analisando o terreno onde se desenvolve o diálogo, a entrevistadora 2 se mostra bem mais à vontade e insere um momento de humor, relaxante das tensões {*Tirar o atraso!*}. O humor, da forma como foi aqui utilizado, é uma estratégia de polidez positiva, no intuito de que os desejos ou ações sejam pensados como desejáveis. O riso provocado pela afirmação da entrevistadora 2 denota que este objetivo foi atingido. A conversação seguirá menos tensa e expressa com menos hesitações, embora não eliminando totalmente as mesmas, pois a temática ainda continua sendo de difícil diálogo.

Algo que se pode perceber ao longo de todo o recorte é que tanto o marido como a esposa tem muito mais facilidade de interação com a entrevistadora de mais idade que com a entrevistadora mais nova. No diálogo que dá seqüência aos risos isso fica bem demarcado, pois o marido continua interagindo com a entrevistadora 2 – mais nova, mas parece constrangido, permanecendo cabisbaixo mesmo depois do riso {*É::: então era minha expectativa (hhh) porque o homem, ele é:: (hhh), lógico, biologicamente ele é::, ele (hhh), não é compulsivo né, mas ele:: (hhh), quer s:: (hhh), né, mais seguido que a mulher, sempre (...)*}. Entretanto quando a entrevistadora 1 entra na cena, ele parece ficar bastante à vontade, inclusive soltando os braços ao lado da poltrona. Esta facilidade pode ser decorrente das alianças que se formam em uma conversação triádica – composta por mais de duas pessoas. Em uma tríade é natural que os pares interativos criem espaços de aproximação em função de elementos de identificação – neste caso a idade aproximada entre entrevistadora e casal, e deixem num plano secundário os sujeitos com quem não tem identificação. Não se trata necessariamente de uma retração causada por ameaça de face e sim uma liberdade gerada por uma identificação de elemento em comum.

Esta aliança de idade pode ser mais facilmente observada nas palavras escolhidas pela entrevistadora 1 para referir-se ao relacionamento íntimo do casal {*E é difícil chegar, na (nome da esposa)?*} que ainda evitando os FTAs emprega o verbo “chegar” para dar significado à aproximação sexual do casal, ao invés de verbos como “seduzir”, “transar” ou outros verbos que indiquem tal comportamento. Também esta aliança pode ser notada no momento em que a entrevistadora 1 completa o pensamento do marido que não encontrava as expressões mais adequadas para falar sobre a intensificação da intimidade e a liberdade dos

últimos anos. A entrevistadora 1 intervém no meio da fala do marido *{[***] se entendem melhor [...]}* e *{[***] tem sempre um impedimento.}* e, logo a seguir a fala deste torna-se menos hesitante, chegando a falar com mais liberdade que sente falta de um volume maior das relações sexuais e queixa-se até do período de menstruação da esposa, gesticulando e contando nos dedos e tendo uma fala já sem hesitações *{ É! Quando não vem a menstruação é uma semana, aí vem problema é::: disso, problema daquilo, daí pousa com o pai duas semanas, é:::, dois dias, duas noites aliás, duas noites seguidas, aí vem problema de coluna, problema de coração, essas coisas ↓ (...) então é:::, não por ela né, eu não reclamo dela, mas que isso vem acontecendo. }*

Uma nova intervenção da entrevistadora 2 provoca uma nova retração na fala do casal, que passa a ser monossilábica. As perguntas parecem ser demasiado diretas e ameaçam a face de ambos, marido e esposa. *{Mas quando tem a possibilidade de ter o ato} {é satisfatório?}*. As respostas além de monossilábicas são sempre feitas com trocas de olhares entre o marido e a esposa, como se no olhar houvesse uma combinação prévia do que vai ser falado. A repetição da pergunta direta pela entrevistadora 2 *{O ato em si é satisfatório?}* causa uma intensificação dos FTAs a ponto do marido responder desviando o olhar da entrevistadora 2 e em seguida dirigindo o olhar para a entrevistadora 1, como se estivesse desconsiderando a presença da entrevistadora 2 que lhe fez a pergunta. Parece que ao sentir-se muito ameaçado, o marido recorre também a uma estratégia de polidez negativa, minimizando a ameaça e simultaneamente não dando mais a opção da entrevistadora 2 de interagir na conversação. A entrevistadora 1 reafirma a aliança de idade novamente suavizando o processo comunicacional e escolhendo palavras indiretas para referir-se ao ato sexual *{[...] Não era confortável estar com ele? [...]}*.

Então a entrevistadora 1 contorna de uma maneira extremamente suave a tensão que se acumulava na dissecação da intimidade conjugal e inicia a exploração do contexto. Volta a dirigir-se para a esposa, como fornecendo uma trégua às perguntas dirigidas ao marido pela sua colega entrevistadora. Uma estratégia de polidez que desvia a atenção do elemento central, sem deixar de comentar o mesmo. *{E esta questão de:::, de não ter visto nunca teus pais trocarem um carinho, uma carícia, um beijo, tu não viu isso nos pais?}*. Isso produz um relaxamento geral a ponto do marido sorrir entrecortando a fala da entrevistadora *{E como que é isso pra vocês? Porque tem o ato sexual que é o ápice, né, do encontro, então, mas antes do ápice tem todo um [...]}* - marido sorrindo: *{[...] preparo [...]}*. A entrevistadora pode observar a descontração causada com a utilização de uma linguagem menos direta e

valorizando os elementos que o casal mesmo trouxe anteriormente à conversação como, por exemplo, a participação em cursos para casais (citado no recorte anterior) *{[...] um preparo né, vocês já devem ter visto isso no curso lá, né. Como que é esse:::, esse (hhh), esse namoro, essa corte entre vocês, antes do (hhh), de chegar a hora da noite onde vocês se encontram? Como que é?}*. Nota-se novamente o uso de atenuantes como “a hora da noite onde vocês se encontram” ao invés de “o momento de ter relações”.

O marido volta a interagir de maneira espontânea, gesticulando bastante e incluindo o tema da ternura dentro do relacionamento, inclusive admitindo suas limitações o processo de aprendizagem que teve de passar para chegar a ser um esposo carinhoso *{Eu:::, eu vim de uma geração, assim, quase não tinha pra ficar muito (hhh), eu era assim bem desligadão, e lá, ta, aprendi com ela. Ela vinha fazer um momento de carinho (hhh). Depois a gente começou a ir pra igreja e, né, tinha palestra, e (hhh), eu aprendi que tinha, né, que ser carinhoso desde a manhã, ao acordar, né, pra que à noite acontecesse, né?}*. Esta pequena mudança da fala centrada no ato sexual em si para uma conversação voltada mais para os outros elementos componentes do relacionamento íntimo proporciona um salto qualitativo na interação. A linguagem torna-se de ternura e as expressões não-verbais denunciam a cumplicidade conjugal, especialmente quando o marido afirma que não pode ser interesseiro e que precisa tratar bem a esposa e coloca as duas mãos sobre o próprio peito, num gesto que indica acolhimento *{Eu sei que, não é, não é assim questão interesseira, né, pode não acontecer (...) tudo bem. Eu tenho que tratar bem ela [\\] escolhi [\\] mas é::: se:::, eu tenho assim que se eu quero ter uma noite, né, espetacular, eu tenho que tratar ela bem, independente (XXX)}*.

A dissociação que a sociedade contemporânea faz entre sexo e afeto produz uma linguagem árida que impede o diálogo sobre a intimidade e gera muitos atos ameaçadores da face do outro. Lisboa (2008) indica que as mudanças sociais não trazem necessariamente uma melhora na qualidade de vida dos habitantes do planeta e que é necessário reencontrar um sentido mais amplo para as relações interpessoais, ao que acrescentaríamos, desenvolvendo uma linguagem que possa traduzir a fecundidade do encontro humano não em termos áridos, mas em palavras suaves que realcem a beleza deste momento de encontro humano.

A seqüência da conversação revela todo o cuidado da esposa em não ameaçar a face do marido, utilizando uma linguagem que demonstra ternura, na qual o relacionamento é valorizado e junto com o mesmo a figura do esposo. Quando a entrevistadora 1 repetidamente pergunta à esposa se ela se sente amada pelo marido *{Hum hum::: É assim? Ele é amável?*

[...] } {...] *Você se sente amada por ele?*}, a esposa responde com confiança e assertividade que sim, utilizando inclusive a quantificação e não somente a resposta afirmativa {...] *é muito [...]*}, chegando a causar um constrangimento no esposo que tenta minimizar esta intensificação da esposa {...] *eu não sei [...]*} e vira a cabeça para o lado e para baixo, em uma clara expressão não-verbal de estar envergonhado, ao que a esposa reafirma a intensificação {...] *mas ele é, nossa:::.*}.

Neste ponto a conversação chega a um clímax, onde a esposa vai revelar o motivo pelo qual buscaram ajuda terapêutica, e pode-se perceber como ela utiliza uma estratégia de polidez positiva, elogiando de forma aberta e intensa o marido, o que faz com que a queixa que ela traz dele seja bastante minimizada. O enaltecimento que ela faz das virtudes do esposo, acompanhadas de uma linguagem não-verbal que denotam tranqüilidade e serenidade, o que confirma que as afirmações dela **não são** somente um jogo de “alisar para depois bater”, mas expressam sentimentos profundos de ternura pelo cônjuge *{Eu posso dizer assim que quando eu tinha dezoito anos que eu casei, eu casei por casar, né, infelizmente não tinha nenhum preparo, nenhuma maturidade, mas hoje, se fosse pra eu, né, voltar, com a maturidade que eu tenho hoje, eu casaria com ele, com certeza. Porque ele é muito especial, é um homem assim:::, é:::, maravilhoso, sabe, muito carinhoso, muito dedicado, é:::, ele realmente, acabou o ato sexual ele já está preparando pro próximo, pra próxima noite, sabe, embora a próxima noite leve ali uma semana, quinze dias, mas ele ta, ta preparando, está cultivando ali, né, pra isso, pra que isso aconteça.}*. Mesmo ao falar sobre o que ela julga ser um “defeito” do marido, a esposa antes afirma que reconhece ter mais falhas que ele no relacionamento *{Então eu::: eu reconheço assim, que eu, sou muito mais falha com ele do que ele comigo, né.}*, e expressando através de atenuantes como *{assim}* e de sílabas com som prolongado *{eu:::}* uma cautelosa preparação das acusações que se seguem, evitando atacar diretamente a face do esposo e, ao mesmo tempo, ameaçando a sua própria face ao expor-se e admitir ser mais falha que o marido, inclusive com a utilização do intensificador *{muito mais falha}*.

O cuidado em proteger a face do esposo fica explícito quando ela utiliza uma expressão generalizante e inclusiva de primeira pessoa ao invés do pronome pessoal ‘eu’ *{A única questão que a gente tem}* e imediatamente após trazer a ameaça à face do marido revelando sua debilidade, ela procura novamente atenuar a situação falando com repetidos atenuantes *{assim}* e também de como ele já tem tido mudanças significativas, expressas nos percentuais que ela utiliza para demarcar claramente tais mudanças *{é que ele é compulsivo,*

assim, é:::, já, nossa:::, mudou noventa por cento, mas assim, é:::, se ele tiver [///].}. E passa a utilizar a primeira pessoa do plural, tornando o discurso menos pessoal e incluindo o diretamente esposo como coadjuvante na escolha de buscar a terapia {*Por isso até que nós procuramos ajuda, porque:::, num momento assim de explosão, né, num momento que ele se enche mesmo, ele fala coisas que eu percebo que são de mágoas que estão lá no coração dele*}. Embora algumas destas estratégias sejam classificadas por Brown e Levinson (1987) como estratégias de polidez negativa – a indiretividade, a impessoalidade e a reparação – as mesmas não revelam um desejo de auto-afirmação ou de não querer receber imposições (Godoi, 2007), mas, antes, entendidas dentro do contexto específico, podem ser entendidas como estratégias de cuidado e de ternura para com o outro.

Pode-se então levantar a hipótese que as estratégias de polidez, tais como descritas por Brown e Levinson (1987), não estariam fixas dentro de um sistema classificatório, como sendo positivas, negativas ou encobertas, porém uma mesma estratégia – como por exemplo a indiretividade - poderia em um determinado contexto ser uma estratégia negativa e em outro contexto tornar-se positiva. Ao se propor uma taxonomia, o pesquisador corre um risco, pois tal proposta pode simultaneamente facilitar a identificação de um determinado fenômeno, mas pode também conduzir a uma rigidez que leve a um equívoco na interpretação do fato. A categorização dos comportamentos, no caso lingüísticos, deve sempre ser feita com bastante cuidado, pois a interpretação dos comportamentos muda a partir da ótica do intérprete e dos contextos nos quais tal comportamento está inserido, bem como dos elementos não-verbais que acompanham o mesmo. Dentro das ciências humanas, as taxonomias geralmente têm função maior de aliviar a ansiedade do não-saber do cientista do que descrever uma realidade. Em virtude do seu próprio caráter de não-exatidão, a conduta humana gera uma ansiedade para o pesquisador e este, no afã de adequar seus estudos aos parâmetros considerados científicos, procura congelar esta inexatidão dentro de parâmetros universais que podem ser perigosos e questionáveis. Um clássico exemplo deste fenômeno é o Manual Diagnóstico das Enfermidades Mentais – DSM-IV, que descreve as condutas consideradas disfuncionais e classifica os comportamentos das pessoas em termos de transtornos, neuroses, psicoses, etc. Tal classificação pode gerar um segurança ao profissional da área de saúde mental aliviando a sua ansiedade diante do desconhecido que é a conduta do outro, porém ao mesmo tempo generaliza e enquadra as pessoas em categorias, condicionando o olhar do observador a adequar os comportamentos dos observados dentro das descrições taxonômicas. A categorização erige também um sistema de ideológico de poder, pois os que classificam

também têm o domínio do saber e determinam o que o outro é – sua condição existencial e até sua identidade (“ele é esquizofrênico!”), tendo na taxonomia a validação social deste poder.

Observa-se que este recorte da conversação se conclui com uma nova interrupção brusca da entrevistadora 2, tomando o turno da palavra e voltando-se ao marido para explorar de forma direta os sentimentos de mágoa que a esposa pressupôs que ele tinha, em virtude dela não corresponder à intensidade dos desejos dele {[***] *Você concorda com isso? [***]*}. A interrupção aqui parece ser tão surpreendente para ambos a ponto da esposa continuar sua fala {[...] *porque é um instante, é um instante assim que ele [...]*} e não parar nem quando o marido tenta responder à questão levantada pela entrevistadora e continua até ter seu turno novamente interrompido pela entrevistadora {[...] *naquele momento [***]*} {[***] *essa é a tua percepção? [...]*}. Aqui vemos a situação na qual a entrevistadora ameaça explicitamente a face tanto da esposa quanto do marido, colocando em pauta uma divergência por parte do casal na percepção dos sentimentos do esposo, pois enquanto a esposa afirma que ele guarda mágoas dela, ele diz desconhecer este sentimento {[...] *Só se tiver muito escondido, né. Não faço essa dedução [...]*}. Esse tipo de estratégia lingüística é freqüentemente utilizada por terapeutas em contextos de entrevistas clínicas com a exata finalidade de aumentar a ansiedade do falante e/ou a tensão entre o casal para que eventuais problemas encobertos venham a emergir e serem mais facilmente trabalhados. Esta estratégia se contrapõe à idéia geral do princípio da Polidez Lingüística afirmado por Brown e Levinson (1987), no qual cada indivíduo faz um movimento para ser aceito e receber a aprovação de seu interlocutor. Neste caso específico o terapeuta não está preocupado em ser aprovado pela pessoa com a qual interage e deliberadamente ameaça a face do outro. Percebe-se que a conversação deixa de ter o tom ameno e de cuidado com a face do outro, como vinha sendo empregado pela esposa até então e se introduz uma nova problemática no contexto que é a forma que a esposa percebe as comunicações do esposo em outros contextos.

Um detalhe final a se observar aqui é que, mesmo sendo argüida pela Entrevistadora 2, a esposa busca, através do olhar, um apoio na Entrevistadora 1 para expor seu ponto de vista, o que pode indicar o reconhecimento, por parte da esposa, de um poder que o casal conferiu à Entrevistadora 1, tanto pela aliança de idade estabelecida com a mesma, quanto pelo estilo lingüístico que esta entrevistadora procurou conduzir toda a conversação, trazendo uma redução contínua na ameaça da face dos entrevistados e permitindo que as tensões fossem dissipadas através de estratégias de polidez positivas.

Ressalta-se aqui a importância do conhecimento das estratégias de polidez linguística por parte de terapeutas, a fim de proporcionarem uma redução da ansiedade e facilitarem uma fluidez na conversação, mesmo quando tratando de temas tão delicados como a intimidade sexual de um casal. No recorte analisado acima, a Entrevistadora 1 não possuía este conhecimento de forma acadêmica, mas sim o utilizava a partir de intuições pessoais e, em grande parte da experiência de vida – pessoal e profissional – adquirida. Ao analisarmos as cenas 4 e 5 verificamos que as estratégias de polidez quando bem empregadas possibilitam um aprofundamento em um tema bastante delicado, como o da intimidade sexual do casal e de como dados importantes para o processo terapêutico podem ser levantados quando escrutinados sob a ótica da teoria de Brown e Levinson, o que efetivamente nos conduz para o desenvolvimento de uma ciência cada dia mais transdisciplinar. A interpenetração possível, com a minimização das fronteiras, entre a Linguística – na perspectiva pragmática – e a Psicologia – na perspectiva clínica da Terapia de Casal, enriquecem efetivamente a análise do comportamento humano, conduzindo o pesquisador por caminhos dantes inimagináveis se observados pela ótica de qualquer das ciências mencionadas de forma isolada. Desta forma reafirma-se a importância do caminho transdisciplinar, especialmente dentro das ciências humanas, para a amplificação do conhecimento deste complexo ser que é o humano.

4.6 Cena 6

Os próximos dois recortes das entrevistas (Cena 6 e Cena 7) apresentam partes do diálogo do **casal C** sendo que o referido casal que tem as seguintes características: trata-se de um casal com 04 anos de casamento, mas que já viviam juntos 01 ano antes do casamento legal. Ele tem 22 anos de idade, segundo grau completo, trabalha como metalúrgico e é proveniente de classe social baixa. Ela tem 32 anos de idade, ensino fundamental completo e trabalha no lar cuidando dos filhos, sendo proveniente também de classe social baixa. Ela está em segundas núpcias, sendo que no primeiro casamento teve um relacionamento de 10 anos de onde tem dois filhos, um com 12 anos e outro com 07 anos. Do relacionamento atual o casal tem mais um filho com 04 anos de idade.

A entrevista da Cena 6 foi realizada no dia 25 de março e compunham o setting terapêutico, além do casal, uma entrevistadora mulher e um entrevistador homem, ambos com idades aproximadas das idades do casal entrevistado.



Figura 11: Casal C

CONTEXTO:

A entrevista inicia com o marido respondendo à pergunta do entrevistador sobre o motivo que os traz à terapia, sendo que ele discorre interagindo somente com os entrevistadores por 15 minutos, com a esposa permanecendo totalmente calada. Durante todo o tempo da entrevista, que teve duração de 55 minutos, o marido falou cerca de 40 minutos, enquanto a esposa falou apenas 12 minutos – isso somadas todas as falas de ambos.

Nestes primeiros quinze minutos o marido expõe que o motivo principal da procura por uma ajuda terapêutica foi um episódio de traição realizado pela esposa na virada do ano novo (02 meses e meio antes da realização desta entrevista).

Enquanto o marido fala a esposa mantém-se, ora olhando para baixo, ora olhando firmemente para o esposo e com a mão sobre seu ventre e em alguns momentos com movimentos circulares, como se estivesse massageando o mesmo, em um movimento que lembrava muito as mulheres grávidas quando começam a sentir os primeiros movimentos do bebê – na fase final da entrevista o casal revela que há uma suspeita que a esposa possa estar grávida por causa do atraso da menstruação, mas que não havia realizado ainda o teste de gravidez para a confirmação da suspeita. O marido demonstra uma fala que não se encaixa na norma culta, deixando patente que pertence a uma classe social menos escolarizada (nois nos convertimos / nois nos casemo), diz que lê bastante e que estudou em um seminário teológico, procurando sempre palavras mais eruditas em sua conversação. Após 11 minutos descrevendo

como aconteceu a traição o marido tem a seguinte interação com o entrevistador do sexo masculino.

LEGENDA	EM = esposo	EF = esposa	E1o= entrevistador 1	E2a = entrevistadora 2
---------	-------------	-------------	----------------------	------------------------

CENA 6 - duração = 1'19"

Linguagem verbal	Linguagem não-verbal
Fala preliminar do marido sobre o episódio da traição	
<p>EM: Então ela demonstrou um arrependimento, então eu resolvi perdoar esse::: acaso↓ (...) dela, né, ↑no momento, mas a questão é que:::, é:::, desde aquele momento então eu achava que simplesmente perdando, né, aquele problema, ele ia ficar tranquilo e tudo mais, mas (hhh), na verdade cada dia que passa, desde aquele dia, pelo menos, pra cá, apesar de ter diminuído muito, nós estamos firmes, estamos juntos, graças a Deus, mas é:::, o problema é que dentro de minha mente, me acusando a cada instante, né, então a cada dia que passa é uma luta dentro de mim mesmo, assim por causa do que aconteceu. E eu até sei, por exemplo, que pro homem é muito mais difícil do que pra mulher. Pra mulher (...) Pro homem pesa muito mais porque [***]</p> <p>E1o: [***] Por quê?</p> <p>EM: Não (...) eu:::, eu aprendi isso, assim, na escola, porque eu estudei teologia e nós vimos um pouquinho de psicologia, assim só um:::, para ter assim, uma noção, né, do que é, é:::, porque (hhh), é (hhh), creio que porque o homem é o chefe da casa, alguma coisa relacionada a isso, mas já ouvi falar que</p>	<p>Usando inicialmente um tom de voz bastante assertivo. Procura alternar o olhar para ambos os entrevistadores, enquanto a esposa olha para baixo e algumas vezes para o marido.</p> <p>Nesse momento ele olha para o entrevistador homem e aponta o próprio peito</p> <p>Olhando diretamente para o marido</p>

psicologicamente, pro homem pesa bem mais do que pra mulher, não sei, mas eu sei que	Olha para a entrevistadora
[***]	
E1o: [***] O que é que você acha disso? Pesa, não pesa?	Olhando para o marido e inclinando-se para frente
EM: Olha, eu acho que é mais pesado sim, para o homem do que para a mulher	Ajeita-se na cadeira
E1o: Por quê?	Dirigindo-se ao marido
EM: Por::: Porque, por exemplo (hhh) é (hhh), puxa, não (hhh), não saberia assim como explicar (hhh), mas parece que a mulher, ela (hhh) não (hhh), não (hhh), não se sente assim, talvez, tão abalada, e consegue, é (hhh) continuar o relacionamento, assim, de uma maneira bem mais fácil. Pro homem é muito mais difícil perdoar o que aconteceu e deixar, e esquecer e depois continuar o relacionamento (...)	Olha para a esposa, com um olhar como solicitando a intervenção dela.
mais ou menos isso↓	(todos ficam alguns segundos em silêncio e o marido sussurra o final.

Neste recorte depara-se novamente com um tema bastante delicado para uma conversação que é o tema da infidelidade conjugal. Depois de narrar sobre o episódio em que foi traído pela esposa, o marido comunica aos entrevistadores que ele resolveu perdoar a esposa pelo acontecido em virtude da mesma ter se arrependido {*Então ela demonstrou um arrependimento, então eu resolvi perdoar esse::: acaso↓ (...) dela, né, ↑no momento,*}. Observa-se que ele afirma que a esposa está arrependida, porém ela permanece calada e alternando o olhar entre o marido e o chão, não confirmando nem desconfirmando de forma não-verbal as colocações do marido. Ele está nitidamente tentando salvaguardar a própria face, ao afirmar que ele ‘resolveu perdoar’, ou seja, tomou a iniciativa, deixando transparecer toda sua virtude e esforço em prol da manutenção do relacionamento. O tom utilizado neste contexto é um tom quase heróico, como tentando demonstrar que ele foi capaz de fazer algo contrário ao senso comum e pelo qual deveria ser reconhecido. Da mesma forma que o noivo na Cena 1 analisada acima, o marido procura expressar sua posição de poder relativo através de sua dominação do campo da palavra e afirmando como verdadeira uma ‘mudança’ na

esposa {*ela demonstrou um arrependimento*} a partir de uma percepção pessoal dele – a qual a esposa não confirma. Paradoxalmente, na análise desta Cena 6, ele está numa posição de inferioridade na relação, pois foi traído e aceitou este fato – atribuindo-o a circunstâncias – o que socialmente pode ser interpretado como sinal de fraqueza dentro do relacionamento.

O imaginário social machista da cultura brasileira, especialmente entre a população de baixa renda, na maioria dos casos de traição, propõe que o marido rejeite incondicionalmente a esposa. Entretanto é de vital importância aqui o entendimento de que se trata de um casal com fortes ligações religiosas – ao menos o marido – e que vivencia o conflito entre seguir as diretrizes da cultura ou seguir as diretrizes da religião, que neste caso é contra-cultural e atribui o status de “bom cristão” ao que supera as emoções feridas e consegue exercer o perdão. Assim temos uma questão interessante que é do quanto a ostentação de um poder relativo – como interpretado pela dominação do campo da palavra – está realmente demonstrando um poder verdadeiro. O fato do marido, neste recorte, falar ininterruptamente dá a ele um poder real no relacionamento ou trata-se apenas uma forma de evitação do emergir a sua fraqueza?

Questiona-se assim a Teoria da Dominância que analisa as diferenças entre homens e mulheres no uso da linguagem e que afirma que numa sociedade com distribuição desigual de poder, os homens impõem as normas da relação social e a linguagem é uma das formas de manutenção do poder masculino sobre o feminino, pois neste caso o marido parece estar totalmente vulnerável e usando muito a linguagem para uma auto-justificação enquanto o silêncio da esposa parece refletir sua tranqüila posição de total controle e poder dentro do relacionamento.

Ele também evita nominar diretamente o episódio como sendo traição ou adultério, utilizando um amenizador {*esse::: acaso*}, inclusive prolongando a sílaba final do ‘*esse*’, como se estivesse procurando uma palavra menos ameaçadora. Isso pode ser interpretado como um receio do marido de, ao nominar com todas as letras o fato, ser estigmatizado por seus interlocutores como incompetente em sua função social conjugal. No contexto cultural brasileiro – assim como em várias culturas latino-americanas, o marido que é traído pela esposa é comumente alvo de chacotas, especialmente quando resolve seguir adiante no relacionamento. Fruto de condicionamentos machistas, a sociedade espera que um marido traído rompa imediatamente o relacionamento com a esposa, inclusive cerceando-a de direitos materiais da ruptura. Quando isso não ocorre, o marido é visto como um elemento fraco e incompetente e até apelidado com termos jocosos como: “corno manso” e similares. Talvez

por este motivo é que o marido não só evita a palavra traição ou adultério, como também usa a palavra ‘*acaso*’ em tom descendente.

A afirmação seguinte por parte do marido reafirma esta luta interna pela qual ele passa, entre atender o sentimento de afeto pela esposa e os ideais religiosos que professa ou seguir o preceito social de repudiá-la. Primeiro ele vai afirmar que tem dúvidas se agiu da forma certa, informando que achava que a resolução era simples *{mas a questão é que:::, é:::, desde aquele momento então eu achava que simplesmente perdando, né, aquele problema, ele ia ficar tranquilo e tudo mais}*, mas que tem encontrado mais dificuldades do que esperava para processar o ocorrido *{mas é:::, o problema é que dentro de minha mente, me acusando a cada instante, né, então a cada dia que passa é uma luta dentro de mim mesmo, assim por causa do que aconteceu.}*. Ele tenta validar a própria decisão tomada reafirmando que o mais importante é que o casal permaneceu junto *{nós estamos firmes, estamos juntos, graças a Deus,}*. Assim ele alterna a utilização de estratégias positivas, reafirmando o acordo entre ambos e evitando entrar em desacordos com a esposa, com estratégias de polidez negativas, ao ser pessimista em relação à decisão tomada de perdoar a esposa e manter-se no relacionamento.

Ao tentar mostrar o seu poder e força diante do ocorrido, o marido comete um lapso *{E eu até sei, por exemplo, que pro homem é muito mais difícil do que pra mulher. Pra mulher (...) Pro homem pesa muito mais porque [***]}*. Ele vai afirmar que a situação seria bem mais fácil se tivesse ocorrido no sentido inverso, mostrando estar consciente do ideário social, mas troca a afirmação iniciando a frase dizendo ‘*Prá mulher*’ quando tinha a intenção de dizer que para o homem a situação é mais pesada. Os lapsos não são estudados dentro da Teoria da Polidez por não se tratarem de atos de fala considerados volitivos. Já a teoria psicanalítica avalia os lapsos como sendo expressões de desejos reprimidos no inconsciente. Na análise do recorte em questão, tal equívoco lingüístico pode ser mais bem interpretado como sendo decorrente da ansiedade, que o marido tenta conter diante dos entrevistadores, de como ele vai ser aceito e validado diante das decisões que tomou, pois internamente ele estabeleceu um conflito entre duas escalas de valores muito importantes: o juízo social, que o empurra para uma ruptura, e seus valores religiosos, neste sentido contra-culturais, e que o empurram para a manutenção do relacionamento através do exercício do perdão. Este dado é importante, pois no momento seguinte é exatamente quando o marido é argüido em suas convicções pelo entrevistador masculino *{[***] Por quê?}*, e onde ele não sabe justificar de

forma clara, essa força que ele procura expor ao mostrar-se em oposição ao meio social através de sua postura.

Aqui o marido procura sustentação de sua postura em elementos que vão além da cultura e utiliza uma estratégia de polidez positiva buscando áreas de concordância com o entrevistador com quem interage afirmando que a psicologia – que ele estudou um pouquinho, demonstrando sua erudição – em formulações científicas que dão embasamento às afirmações dele {*Não (...) eu:::, eu aprendi isso, assim, na escola, porque eu estudei teologia e nós vimos um pouquinho de psicologia, assim só um:::, para ter assim, uma noção, né, do que é, é:::, porque (hhh), é (hhh), creio que porque o homem é o chefe da casa, alguma coisa relacionada a isso, mas já ouvi falar que psicologicamente, pro homem pesa bem mais do que pra mulher, não sei, mas eu sei que [***]*}. A busca de marcadores de identidade de grupo é uma estratégia de polidez positiva que aqui é utilizada pelo marido para sustentar o seu status de poder ou esconder parcialmente sua fragilidade. Como ele está se dirigindo a outro homem e psicólogo, acredita que tal afirmação irá encontrar eco no pensamento de seu interlocutor e, por conseguinte, validação de suas afirmativas. O rápido olhar para a entrevistadora mulher quando ele faz a afirmação que ouviu que psicologicamente pesa mais para o homem ser traído, indica que ele também busca nela uma identidade de grupo ao afirmar que estudou um pouco de psicologia em seu curso de teologia.

Para a surpresa do próprio esposo, o entrevistador masculino não lhe dá o suporte que ele esperava e lhe faz nova pergunta, ameaçando a face negativa do marido {[***] *O que é que você acha disso? Pesa, não pesa?*}, inclusive inclinando-se para a frente ao fazer a pergunta, num movimento ainda mais ameaçador, pois a aproximação corporal produz também uma aproximação do olhar e uma invasão do território (self) do interlocutor. Este, ao sentir a ameaça, retrai-se corporalmente ajeitando-se na poltrona e responde de forma bastante assertiva que não se trata apenas de uma concordância com o que a ciência diz, mas também se trata de sua opinião {*Olha, eu acho que é mais pesado sim, para o homem do que para a mulher*}. Um elemento interessante de ser analisado nesta interação é como a linguagem, verbal e não-verbal, produz reações em nível neurovegetativo. O marido buscava um apoio e uma identidade de gênero e de grupo para seus sentimentos, ao ter sua face negativa ameaçada reage com uma resposta bastante direta e com uma acomodação corporal, como se estivesse se preparando para um embate. A Teoria da Polidez nos remete à idéia que a linguagem não tem relação somente com nossas estruturas mentais, mas que o uso de atos ameaçadores na fala atinge todo o sistema nervoso, inclusive o autônomo, com o acionamento

da glândula supra-renal que produz descargas de adrenalina no organismo e tonificam a musculatura para uma ação de fuga imediata ou de agressão como resposta à invasão do seu espaço vital.

O entrevistador parece não assustar-se com a linguagem reativa do esposo e, continuando na mesma postura corporal “invasiva”, segue questionando as convicções do marido {*Por quê?*}. Diante do não recuo do entrevistador, o marido se desarma de sua postura de poder e dá uma resposta vacilante e vai progressivamente baixando o volume de sua voz, demonstrando toda sua fragilidade {*Por::: Porque, por exemplo (hhh) é (hhh), puxa, não (hhh), não saberia assim como explicar (hhh), mas parece que a mulher, ela (hhh) não (hhh), não (hhh), não se sente assim, talvez, tão abalada, e consegue, é (hhh) continuar o relacionamento, assim, de uma maneira bem mais fácil. Pro homem é muito mais difícil perdoar o que aconteceu e deixar, e esquecer e depois continuar o relacionamento (...)*}. Observa-se que este momento encerra-se com o marido com uma linguagem bastante distinta da qual ele iniciou a conversação, não falando mais de forma tão assertiva, mas falando de sua dificuldade de sintonizar seu discurso de perdão com uma atitude real de perdão. Neste ponto o marido revela toda sua fragilidade e exposição, as quais são demonstradas através de sua fala hesitante, ao utilizar muitas interrupções (hhh) e inúmeros amenizadores {*puxa; assim; parece que; talvez*}. Ao afirmar que não saberia explicar a razão de suas convicções ele se mostra totalmente vulnerável e sem nenhum poder, tendo que concluir sua fala confirmando que as mulheres têm, no entender dele, mais estrutura para suportar uma traição {*parece que a mulher, ela (hhh) não (hhh), não (hhh), não se sente assim, talvez, tão abalada, e consegue, é (hhh) continuar o relacionamento, assim, de uma maneira bem mais fácil.*}, o que indiretamente revela que a afirmação inicial dele que ‘decidiu perdoar’ estaria muito mais firmada em uma ritualização religiosa que brotando de um sentimento real interior, desfazendo a imagem da fortaleza inicial de alguém que pretensamente merecia ser admirado por sua atitude heróica.

Sua fala final sussurrada {*mais ou menos isso*↓} que ocorre logo após um silêncio de todos, dá indícios de ser um momento solene, que precisa ser respeitado. Trata-se de uma constatação nada fácil da dissintonia entre o discurso e o sentimento que gera uma reflexão e também certa dor, a qual não pode ser traduzida em palavras. Estes elementos não-verbais, que comunicam coisas profundas de difícil interpretação, como o silêncio expresso pelos interlocutores neste momento do recorte, têm sido pouco explorados pelo campo da Pragmática Lingüística e, no entender do autor do presente trabalho, deveriam ser incluídos

no quadro das estratégias de polidez elaborado por Brown e Levinson (1987), ampliando o mesmo. Os signos não-verbais entremeados em uma conversação não tem sido objeto de maior análise dentro do campo lingüístico, especialmente por este campo ter se estruturado principalmente sobre os elementos semânticos da linguagem, sendo que, mesmo os estudiosos do campo da pragmática lingüística estruturam o mesmo a partir de uma visão semanticista, buscando referenciais nos elementos de estrutura da oração, tempos verbais, uso de adjetivos ‘empáticos’, apêndices, limites, intensificações, hiper-correta gramática, etc. Reafirma-se desta forma a necessidade de uma perspectiva transdisciplinar na qual, além dos elementos sintático-semânticos e pragmáticos da linguagem, sejam observados também as manifestações não-verbais como formas de expressão comunicacional, sendo que neste campo a psicologia pode oferecer uma contribuição enriquecedora ao campo da pragmática lingüística, com o entendimento de que toda conduta é comunicação (Ruesch, 1984)!

O silêncio do final desta cena pode ser compreendido com o que Bateson e Bateson (1989) denominam de um indicador que nos diz que estamos aproximando a um terreno santo e que existem muitos assuntos e muitas circunstâncias nas quais a consciência é indesejável e onde o silêncio é ouro. A comunicação é indesejável não porque seja temida, mas porque a comunicação, de alguma maneira, altera a natureza das idéias. Complementando isto, é a partir de Saussure que o signo representa o elemento estruturante que é necessário, conforme defende Beneviste (2005) e reiterado por Guimarães (1995), que trata o signo como contingente. Nesta abordagem o silêncio representa a ausência deste signo enunciado. Isso possibilita o emergir de outros significados que estão imersos na limitação da codificação humana de signos enunciados. O silêncio passa a ser então o exterior absoluto da linguagem, que a faz significar (Guimarães, 1995) e completa a linguagem. Orlandi (1997) afirma que o silêncio na linguagem é a marca da incompletude, a qual é fundamental no dizer, produzindo a possibilidade do múltiplo: “quanto mais falta, mais silêncio se instala, mais possibilidade de sentidos se apresenta” (Orlandi, 1997, p.49). Desta forma o silêncio tem a força de produzir, em alguns casos, efeitos muito mais intensos do que se algum signo lingüístico enunciado fosse colocado neste lugar.

4.7 Cena 7

Esta entrevista foi realizada no dia 23 de março e compunham o setting terapêutico, além do casal, uma entrevistadora mulher e um entrevistador homem, ambos com idades

aproximadas das idades do casal entrevistado, sendo um recorte da mesma entrevista descrita na Cena 6.

CONTEXTO:

Neste recorte o tema abordado segue sendo o da quebra da fidelidade conjugal através do episódio de traição da esposa. O diálogo que envolve a interação de todos os participantes do setting terapêutico traz para dentro da conversação um elemento novo, que são os efeitos favoráveis para o desenvolvimento do relacionamento que o episódio de traição trouxe para o desenvolvimento do relacionamento do casal, especialmente para a esposa, a qual neste momento sente-se mais livre e interage com os entrevistadores de forma mais solta e espontânea, inclusive em toda sua postura corporal, que antes se limitava a olhar para o marido ou para baixo. Esta interação ocorre aos 48'16" da entrevista, ou seja, já bem no final da mesma, e parece ser a oportunidade que a esposa estava esperando durante toda a entrevista para se expressar.

LEGENDA	EM = esposo	EF = esposa	E1o = entrevistador 1	E2a = entrevistadora 2
---------	-------------	-------------	-----------------------	------------------------

CENA 7 - duração = 4'55"

Linguagem verbal	Linguagem não-verbal
E2a: No momento, assim, em que você esquece. Ok, esqueceu, não ta lembrando, nada te faz lembrar, pra você é fácil tocá-la? Beijar, abraçar? Ou você mantém uma distância física ainda dela?	Olhando para o marido
EM: Não, na verdade depois que::: que ela confessou pra mim e (hhh). Depois a gente teve conselho com o pastor e com a irmã da nossa igreja e tudo. Que a gente foi tentando se estabelecer, eu acho que nosso [///]. A gente tem tendo muito mais contatos físicos do que, né, do que antes, vamos dizer assim, não sei por quê.	O marido se ajeita na cadeira enquanto a esposa olha para baixo.

E1o: Você está dizendo que a relação sexual, a atividade sexual de vocês ficou melhor?	Com uma expressão de espanto
EM: É::: mais freqüente, né?	Olha para a esposa como que pedindo confirmação
E1o: Mais freqüente? E::: qualidade? Melhor?	Virando um pouco o rosto e olhando com expressão desconfiada
Marido e esposa assentem afirmativamente com a cabeça	
E1o: Então não foi tão ruim tudo isso?	Com um tom de voz irônico
@@@	Marido, esposa e E2 riem
EM: Não↑ @, aí @, você ta dobrado a dizer que isso foi bom. Na verdade é:::, acho que a gen/, acho que nós dois nos sentimos assim, tão machucados que agora a gente quer consertar tudo, a gente quer ficar mais perto [...]	
E1o: [...] cuidam um do outro [...]	
EM: [...] tanto que a gente até tem saído mais juntos também. Porque eu creio que sair juntos é uma coisa que ajuda bastante! Então a gente ir numa churrascaria, [...]	
EF: [...] convida pra sair, me leva pra jantar, agora ele me leva pra sair [...]	Contando nos dedos
EM: [...] pra jantar juntos.	
E1o: Desculpe, deixe eu ouvir isso direito [...]	Dirigindo-se à esposa
E2: [...] Opa!	
E1o: [...] agora↑ ele leva você para sair [...]	Continua com tom irônico
EF: [...] agora↑, agora↑[...]	
E1o: [...] pra jantar?	
EF: Agora ele me leva pra sair, agora ele me leva pra jantar em restaurantes, se der pra ir todo	

<p>final de semana ele leva, se não der ele [...]</p> <p>EM: [...] fui</p> <p>na casa da mãe dela! [...]</p> <p>EF: [...] me leva na semana seguinte, ele foi na casa da minha mãe.</p> <p>E1o: Você conseguiu ir na casa da sua sogra?</p> <p>EM: Consegui, almocei lá! [...]</p> <p>EF: [...] ele almoçou com meus parentes. Faz cinco anos que estamos juntos e foi o primeiro almoço que ele teve com os parentes sentados todos na mesa [...]</p> <p>E2: [...] Com expressão irônica de assombro</p> <p>No::ssa:::, afinal de contas [***]</p> <p>E1o: [***] Vocês estão Com certo deboche</p> <p>quase me convencendo que não foi tão ruim assim [...]</p> <p>E2: [...] não foi ruim</p> <p>EM: Não, a gente ta [...] (XXXX)</p>	<p>Olhando para o entrevistador 1</p> <p>Volta-se para o marido</p> <p>Com expressão irônica de assombro</p> <p>Com certo deboche</p>
@@@@@@@@	Todos riem
<p>E2: Então o problema é a solução! Porque agora, de repente (...), Vocês estavam indo assim [...]</p> <p>E1: [...] e</p> <p>vocês estão [...]</p> <p>EF: [...] pra</p> <p>sair, pra juntar assim [...]</p> <p>E2: [...] Vocês estavam indo em Junta as mãos em um movimento</p> <p>caminhos opostos, né, e agora vocês estão convergente com os braços</p> <p>assim, indo em direção ao outro. Casando efetivamente!</p> <p>EF: Uma vez, né, uma irmã disse pra ele (XXX),em Gesticula com liberdade</p> <p>todos os casos ela falou que (...) falou num caso assim que (///), porque ela não sabe o que</p>	<p>Estica os braços para frente e faz um movimento de abertura dos mesmos</p> <p>Junta as mãos em um movimento convergente com os braços</p> <p>Gesticula com liberdade</p>

aconteceu comigo e com ele, mas as palavras que ela falou, que depois de uma luta, uma dor, uma coisa forte, você chega mais perto, perto de Deus, né, e isso vem na minha mente, perto de Deus. Eu me sinto assim, mais perto dele também. Logicamente perto de Deus porque eu, assim, lia a Bíblia, sinceramente, de vez em quando e ele me cobrava isso, eu não orava, não estudava e::: eu não estudava a lição¹³ e ele me cobrava isso. Então muitas coisas que eu não fazia, atualmente eu faço agora.

Aqui ela aponta para o esposo

E2: Por tua causa ou porque ele vai te cobrar?

EF: Não! Faço isso por mim, entende? Não sei explicar porque, não consigo explicar, né. Aí esses tempos atrás, a mulher que ele contou, que foi a que contou por primeiro, perguntou pra mim e eu não tive como explicar isso. Mas por quê? Eu não sei. Parece que eu consigo ler mais a Bíblia e, se eu leio uma página eu já leio duas, se eu vejo duas já quero ler três. E eu fico perto das crianças mais, eu não ficava, não tinha paciência com meus filhos. Eu sou sincera, o (nome do filho mais novo) chorava e eu queria empurrar o (nome do filho mais novo) longe de mim. O (nome do filho mais velho) vinha, O (nome do filho do meio) vinha, eu não tinha paciência com meus filhos. Deus que me perdoe dizer isso deles, eu não suportava meus filhos ficarem perto de mim.

E1o: Vocês estão dizendo pra gente que essa situação, ahnn, foi uma situação que é difícil de

Com um tom de voz mais solene e pausadamente

¹³ Lição da revista estudada aos domingos na igreja à qual pertencem

lidar [...]

EF: [...] Foi!

E1o: [...] mas trouxe um movimento diferente
pra relação de vocês [...]

EF: [...] é isso [...]

E1o: [...] e vocês estão
aprendendo com esta relação (...) ou com esta
situação [...]

EF: [...] com esta situação [...]

E1o: [...] a se relacionar diferente?

EM: [...] Creio que é isso!

Este recorte se inicia com uma pergunta direta, feita pela entrevistadora do sexo feminino e ameaçadora à face do marido, pois aborda a questão da intimidade física entre o casal após um momento de traição. *{No momento, assim, em que você esquece. Ok, esqueceu, não tá lembrando, nada te faz lembrar, pra você é fácil tocá-la? Beijar, abraçar? Ou você mantém uma distância física ainda dela?}*. Este tipo de pergunta ameaça a face do marido, que reage corporalmente ajeitando-se na cadeira antes de responder. Apesar do uso de amenizadores *{assim}* *{Ok}* no meio da primeira frase, e de palavras condensadas *{tá}* *{prá}*, que procuram gerar maior proximidade entre os interlocutores, a entrevistadora conclui com uma pergunta bastante direta *{Ou você mantém uma distância física ainda dela?}*, provocando uma reação natural de defesa por parte do marido, que sente sua face ameaçada. Esta pergunta está classificada dentro do que Brown e Levinson qualificam como ‘perguntas indiscretas’ (cf. Dias e Godoi, 2007), que são atos que ameaçam a face negativa do destinatário.

Assimilado o golpe da pergunta bastante direta e incisiva, o marido procura responder de forma a salvaguardar a sua própria face, bem como a face da esposa, afirmando que a quantidade de contatos físicos se ampliou após o episódio. *{Não, na verdade depois que::: que ela confessou pra mim e (hhh). Depois a gente teve conselho com o pastor e com a irmã da nossa igreja e tudo. Que a gente foi tentando se estabelecer, eu acho que nosso [///]. A gente tem tendo muito mais contatos físicos do que, né, do que antes, vamos dizer assim, não sei por quê.}*. O primeiro movimento que se percebe que o marido faz para salvaguardar a face da esposa é na escolha lexical que utiliza para referir-se ao ocorrido, prolongando o som

da última sílaba de algumas palavras *{depois que::}* e pela fala hesitante *{ela confessou pra mim e (hhh)}* e sem a utilização do objeto *{depois que::}*, ou seja a referência direta ao adultério. Em seguida ele faz um movimento lexicalmente agressivo *{que ela confessou pra mim e (hhh)}*, promovendo uma distância entre marido e esposa através da diretividade: ela confessou pra mim. Por fim ele reafirma que o aumento do contato físico não é algo pontual, mas ocorre num processo crescente, demarcado na fala do marido pelo uso de uma forma verbal com um “gerúndio” *{tem tendo}*, a qual expressa essa idéia de continuidade. O marido finaliza sua fala utilizando novamente elementos suavizadores *{mais contatos físicos do que, né, do que antes, vamos dizer assim}*, evitando mencionar diretamente o fato ocorrido – adultério – como a referência temporal demarcadora da mudança de conduta do casal: aumento de contatos físicos. Assim ele está salvaguardando tanto a sua própria face bem como a face da esposa. Na interação com o entrevistador, o marido utiliza a partícula *{né}*, a qual pressupõe um conhecimento comum. Esse uso pode ser interpretado como uma tentativa de conluio entre entrevistador e o marido, para não se verbalizar literalmente a expressão ‘adultério’, aproximando ambos em um ‘não-dito’ que salvaguarda a face do esposo. A partícula é seguida de vários amenizadores *{vamos dizer assim}*, e envolve marido e entrevistador em uma proximidade não ameaçadora.

Percebe-se que o marido utiliza intensificadores que demarcam claramente o aumento dos contatos físicos entre o casal *{muito mais}*, e ao afirmar isso, pode-se inferir que o marido, de forma indireta, pode estar igualmente tentando desarmar outro mito cultural: de que um marido que é traído pela esposa não é suficientemente competente do ponto de vista sexual. Expressões populares como: “o marido não deu no coro”, refletem o imaginário que povoa a mentalidade dos brasileiros em geral e dos brasileiros de classes menos favorecidas em especial, os quais, devidos a pouca instrução, são mais crédulos a estes ditos e mitos populares. Desta forma a afirmativa do esposo de que o nível de contato físico incrementou-se após o adultério é uma forma de deixar demarcado nas entrelinhas que ele não se enquadra no estereótipo do marido que não foi competente o suficiente na cama e por isso teve como ‘punição’ por parte da esposa uma traição.

Neste momento o entrevistador masculino faz várias perguntas *{Você está dizendo que a relação sexual, a atividade sexual de vocês ficou melhor?}* *{Mais freqüente? E::: qualidade? Melhor?}* *{Então não foi tão ruim tudo isso?}*, as quais, analisadas exclusivamente do ponto de vista lexical, são uma ameaça direta à face do marido (FTAs), mas, ao serem observadas em conjunto com as expressões não verbais de tom de voz e

expressões de ironia, deixam ambígua sua intenção. Do ponto de vista da Teoria da Polidez, estas estratégias poderiam ser classificadas como estratégias de polidez negativas por produzirem explicitamente FTAs (Face Threatening Acts) – quando a análise é somente lexical. Todavia ao avaliarmos a linguagem não-verbal que acompanha o enunciado, podemos interpretar estas estratégias como sendo encobertas. Nas estratégias de polidez encobertas não é possível atribuir só uma intenção comunicativa e o falante fica fora de cena, proporcionando várias possíveis interpretações. Essa estratégia provoca um desconcerto no marido que não consegue definir onde o entrevistador está querendo chegar com tais indagações e afirmações e responde à primeira pergunta de forma vacilante, utilizando-se do prolongamento da sílaba e da partícula negativa interrogativa *{É::: mais freqüente, né?}*, equiparando a idéia de *{melhor}* com *{mais freqüente}* e utilizando novamente a pressuposição de um conhecimento comum entre ele e o entrevistador sobre o que seria a melhora em um relacionamento sexual, ao empregar a partícula *{né}*. O entrevistador parece rejeitar essa tentativa de conluio e desfaz a equivalência (melhor = mais freqüente) com uma nova pergunta acerca da qualidade. A resposta do marido se dá através de uma expressão não-verbal de concordância, apenas assentindo com a cabeça – denotando um momento de total fragilidade e vulnerabilidade. Cria-se um momento de tensão a partir da dubiedade da intenção das perguntas e afirmações do entrevistador, que culmina em um riso generalizado, como espécie de alívio das tensões provocadas.

O riso age aqui como elemento reorganizador do pensamento, garantido uma continuidade da conversação de forma menos tensa e dando liberdade ao marido de contrapor-se à idéia, implícita na ambigüidade das perguntas do entrevistador de que o adultério teria sido uma coisa positiva para o casal. O marido delimita claramente que discorda desta idéia através do aumento inicial de volume de sua fala e do uso claro de um advérbio de negação *{Não↑}*. Entre risos ele informa que percebeu claramente a intenção do entrevistador *{@, aí @, você ta dobrado a dizer que isso foi bom.}* e novamente tenta salvaguardar a própria face, ao afirmar que ele *{a gente}* está no controle e fazendo o movimento de reorganizar o relacionamento que havia sido bagunçado pela esposa *{Na verdade é:::, acho que a gen/, acho que nós dois nos sentimos assim, tão machucados que agora a gente quer consertar tudo, a gente quer ficar mais perto [...]}*.

O entrevistador entrecorta a fala do marido resumindo e ressignificando o sentido de sua estratégia encoberta *{[...] cuidam um do outro [...]}*, de uma intenção negativa para algo positivo. Zimmerman e West (1975) afirmam que homens produzem mais interrupções na

conversação com mulheres e explicam estas interrupções como uma relação de dominância social-estrutural de homens sobre as mulheres, porém a interrupção feita por homens na fala de outros homens não é analisada na perspectiva desta teoria. O uso da interrupção neste momento parece menos uma disputa de poder e mais uma afirmação de solidariedade, conforme o observado por Reid et al (2003).

O marido segue justificando o seu pensamento de que ele quer consertar tudo ao utilizar repetidamente a palavra *{a gente}*, que é o equivalente ao uso da primeira pessoa *{[...] tanto que a gente até tem saído mais juntos também. Porque eu creio que sair juntos é uma coisa que ajuda bastante! Então a gente ir numa churrascaria, [...]}* e a esposa então, que vinha sendo monossilábica durante todo o decorrer da entrevista reage e causa uma interrupção na fala do marido e passa a interagir de forma mais dinâmica com os entrevistadores. Essa interrupção não é nem solidária e nem causada pelo homem na posição de dominador, o que reforça a idéia que as mulheres usam também as interrupções no processo da interação para o exercício do poder e da dominância, como já destacado na análise de cenas anteriores. A interrupção da esposa, além da verbalização, é acompanhada por uma gesticulação (contar nos dedos), denotando para ela a importância desta mudança de conduta na relação do casal *{[...] convida pra sair, me leva pra jantar, agora ele me leva pra sair [...]}*. Ela toma a palavra e conduz quase todo o restante da entrevista, deixando pouco espaço para as intervenções do marido, confirmando inclusive a hipótese levantada pelo Entrevistador 1 de que o episódio do adultério teve uma conotação positiva para o relacionamento do casal, destacando os vários elementos de mudança.

Quando os entrevistadores confirmam com a esposa que ela está constatando que o episódio do adultério teve um efeito positivo no relacionamento conjugal *{Desculpe, deixe eu ouvir isso direito [...]}* *{[...] Opa!}* *{[...] agora↑ ele leva você para sair [...]}*, ela aumenta o volume da voz e repete a frase, realçando sua afirmação *{[...] agora↑, agora↑[...]}* e indicando que há uma relação direta entre o ocorrido e a mudança de comportamento, desqualificando a fala anterior do marido que procurava não estabelecer esta relação e colocando em risco a face do esposo através destas críticas indiretas. De forma bastante sutil, ela está confirmando o mito da incompetência do marido no relacionamento – não necessariamente incompetência sexual – que somente após um fato tão ameaçador para o matrimônio é que passa a ter uma conduta de atenção e cuidado às demandas dela.

Ao contrário do esposo que fazia um movimento constante, utilizando estratégias de polidez a fim de salvaguardar a própria face, mas sem ameaçar diretamente a face da esposa,

esta é bastante direta e ameaçadora ao marido, sendo ao mesmo tempo solidária aos entrevistadores, especialmente quando repetidamente utiliza a palavra “agora” e num tom ascendente a cada emprego. *{Agora ele me leva pra sair, agora ele me leva pra jantar em restaurantes, de ser pra ir todo final de semana ele leva, se não der ele [...] } { [...] me leva na semana seguinte, ele foi na casa da minha mãe.} { [...] ele almoçou com meus parentes. Faz cinco anos que estamos juntos e foi o primeiro almoço que ele teve com os parentes sentados todos na mesa [...]}*. Interessante observar que o marido, apesar de ter sua face ameaçada pela esposa, não tem uma atitude reativa, mas concordante *{ [...] fui na casa da mãe dela! [...]}*. Esse concordar parece aqui ter a conotação de passividade, atitude esta que estaria de acordo com os mitos populares que o marido vem tentando desqualificar em momentos anteriores.

O Entrevistador 1 volta a usar a ironia e é apoiado pela Entrevistadora 2 que utiliza da mesma estratégia ao prolongar o som da sílaba ‘o’ no vocábulo ‘nossa’ *{No:::ssa:::, afinal de contas [***]}*. Entretanto esse tom irônico da entrevistadora feminina parece ser menos agressivo que o utilizado anteriormente pelo entrevistador masculino, pois ela emprega vários amenizadores *{quase – tão – assim}* em sua fala, suavizando a mesma *{[***] Vocês estão quase me convencendo que não foi tão ruim assim [...]}*, mas não evitando novamente o aumento da tensão da conversação, que irrompe novamente em risos. Ao analisarmos o uso de uma mesma estratégia – ironia – pelo entrevistador masculino e pela entrevistadora feminina, percebemos que a segunda utiliza mais amenizadores que o primeiro, procurando suavizar a ameaça à face que tal estratégia pode gerar. Isso vem de encontro ao achados de Tannen (1990) que afirma que o estilo de linguagem das mulheres é voltado para promover relações, em contraposição com o estilo de linguagem dos homens que dá importância aos fatos.

O marido esboça uma resposta, mas a tensão que provoca o riso é mais forte fazendo com que ele interrompa a idéia *{Não, a gente ta [...] (XXXX)}*. Desta vez a tensão é aliviada pela Entrevistadora 2 que dá uma explicação lógica ao ocorrido e procura dar um sentido à ironia utilizada, evidenciando que a mesma estava fundamentada em uma possibilidade real relacional *{Então o problema é a solução! Porque agora, de repente {...}, Vocês estavam indo assim [...] } { [...] Vocês estavam indo em caminhos opostos, né, e agora vocês estão assim, indo em direção ao outro. Casando efetivamente!}*. A fala da Entrevistadora 2 é acompanhada de uma gesticulação de abertura e fechamento dos braços, dando um tom bastante didático à sua fala. A explicação dada pela entrevistadora de forma bastante didática, além de auxiliar no alívio das tensões, também reafirma os entrevistadores no papel de ‘experts’ e justifica, de certa forma, o uso da ironia na conversação como sendo uma forma de antecipação do

conhecimento. A postura adotada pela entrevistadora desnivela o conhecimento na conversação e estabelece uma diferença de status entre os integrantes. Esta diferença de status aqui não é causada por um estilo mais masculino ou mais feminino na fala, uma vez que é exatamente a entrevistadora do sexo feminino e não o entrevistador do sexo masculino que utiliza de tal estratégia. A finalidade desta diferenciação de status na expressão didática da conversação é possivelmente para reafirmar a condição de detentores de um saber dos entrevistadores, justificando assim o tom irônico utilizado, como se estivessem afirmando que eles sabiam que o resultado do episódio do adultério tinha implicações mais profundas anteriores ao mesmo e, portanto teria um fim positivo para o relacionamento. Neste caso, esta estratégia lingüística seria contrária ao que afirma Tannen (1990) de que são os homens que utilizam a linguagem para a manutenção de status social, pois a estratégia foi utilizada pela entrevistadora de sexo feminino. Antes pode ser compreendida dentro do que teóricos dos estudos da Polidez afirmam quando se referem ao uso de estratégias para manter a distância social nos relacionamentos. A ameaça da face dos entrevistados – o casal – é levada em menor consideração pelos entrevistadores por estes estarem em uma posição de poder superior ao dos primeiros. O seu papel de ‘experts’ e daqueles que são procurados para oferecerem ajuda, lhes conferem uma maior liberdade na interação e uma conseqüente possibilidade maior de utilizar FTAs. As formas lingüísticas condicionam a percepção do falante sobre uma situação de comunicação, como a diferença de status entre o falante e o ouvinte. (Fukada e Asato, 2004)

Segue-se um longo período de fala da esposa indicando que, ao ter seu papel no relacionamento invertido pelos entrevistadores, que a tiram de uma posição de ‘culpada’ e a colocam no papel de reorganizadora do relacionamento através de uma conduta socialmente censurável, re-explica a exposição didática da entrevistadora em uma linguagem de conotação religiosa, condizente com o contexto sócio-cultural de onde provém o casal. *{Uma vez, né, uma irmã disse pra ele (XXX), em todos os casos ela falou que (...) falou num caso assim que (///), porque ela não sabe o que aconteceu comigo e com ele, mas as palavras que ela falou, que depois de uma luta, uma dor, uma coisa forte, você chega mais perto, perto de Deus, né, e isso vem na minha mente, perto de Deus. Eu me sinto assim, mais perto dele também. Logicamente perto de Deus porque eu, assim, lia a Bíblia, sinceramente, de vez em quando e ele me cobrava isso, eu não orava, não estudava e::: eu não estudava a lição e ele me cobrava isso. Então muitas coisas que eu não fazia, atualmente eu faço agora.}* Esta explicação positiva de um fato negativo vai sendo exposta pela esposa sempre com

atenuantes, refletidos na utilização repetida da expressão “*assim*” e utilizando-se dos verbos no tempo passado {*lia; cobrava; orava; estudava*} que refletem a conduta negativa em contraposição com a atitude positiva dela no presente {*eu faço agora*}, preparando o campo da conversação para mais uma ameaça direta à face do marido, ao revelar que ele utilizava cobranças como forma de manutenção de um status superior em relação à esposa. Ele, um operário que foi fazer um curso básico de teologia (seminário) e que tinha um conhecimento maior da religião condenava a esposa por ser relapsa nos seus ritos e assim a mantinha em uma posição de inferioridade permanente no relacionamento. Ela afirma duas vezes que o marido cobrava dela uma maior participação religiosa, utilizando a expressão “*me cobrava*” para intensificar a situação, realçando que havia elementos desestabilizadores do relacionamento que antecederam o episódio do adultério.

A entrevistadora 2 então levanta a questão se houve realmente uma mudança na conduta da esposa. {*Por tua causa ou porque ele vai te cobrar?*}. Este tipo de pergunta direta produz FTAs e é ameaçadora à face da esposa que, entretanto, repele enfaticamente esta ameaça {*Não! Faço isso por mim, entende?*}, mas, ao mesmo tempo mostra-se vulnerável, colocando em exposição sua própria face {*Não sei explicar porque, não consigo explicar, né.*} {*eu não tive como explicar isso. Mas por quê? Eu não sei.*}, e solicitando implicitamente a concordância da entrevistadora nesta incapacidade de explicar a situação {*né*}, como se, ao se expor, pedisse que sua face fosse preservada. Segue então dando vários exemplos de que a sua conduta hoje é bastante diferente da conduta que tinha antes do adultério, sempre contrapondo verbos no tempo passado com verbos no tempo presente {*ficava x fico*}; e que esta mudança foi para melhor {*Parece que eu consigo ler mais a Bíblia e, se eu leio uma página eu já leio duas, se eu vejo duas já quero ler três. E eu fico perto das crianças mais, eu não ficava, não tinha paciência com meus filhos. Eu sou sincera, o (nome do filho mais novo) chorava e eu queria empurrar o (nome do filho mais novo) longe de mim. O (nome do filho mais velho) vinha, O (nome do filho do meio) vinha, eu não tinha paciência com meus filhos. Deus que me perdoe dizer isso deles, eu não suportava meus filhos ficarem perto de mim.*}. Desta forma ela reafirma seu novo papel dentro do relacionamento: do que era apontado pelo marido como sendo de um status inferior quando ela era displicente em relação aos ritos religiosos sugeridos pela igreja que congregam, para um status de igualdade ou, até podendo ser interpretado como um status de superioridade, quando a esposa declara sua ‘voracidade’ na prática de tais ritos atualmente {*Parece que eu consigo ler mais a Bíblia e, se eu leio uma página eu já leio duas, se eu vejo duas já quero ler três.*}. Ela também destaca que seu papel

de maternagem ganhou em qualidade e assim, além dela igualar-se ao marido no cumprimento dos ritos religiosos, ela passa a esmerar-se como mãe e, por conseguinte atinge uma posição especial no relacionamento: boa amante (melhoraram a qualidade das relações sexuais); boa mãe (cuida mais dos filhos) e boa cumpridora dos ritos religiosos (lendo mais a Bíblia). Embora, neste primeiro momento, utilizando termos condicionais e não de afirmativas diretas *{Parece que}*, ela se coloca em um papel de – pelo menos – igualdade com a religiosidade do marido e assim apontando sua mudança de status naquilo que é valorizado dentro da família. Adiante ela reafirma isso de modo bem direto, o que será analisado na seqüência.

O entrevistador 1, faz uma pergunta, não de forma direta, mas intercalada com várias pausas, evidenciando que procura escolher bem as palavras a serem empregadas e a cada pausa aguardando a confirmação da esposa para prosseguir, como se ela estivesse sinalizando ao entrevistador que ele estava chegando às conclusões corretas, segundo o ponto de vista dela. *{Vocês estão dizendo pra gente que essa situação, ahnn, foi uma situação que é difícil de lidar [...]}* *{[...] mas trouxe um movimento diferente pra relação de vocês [...]}* *{[...] e vocês estão aprendendo com esta relação (...) ou com esta situação [...]}* *{[...] a se relacionar diferente?}*. A pergunta se inicia como se o entrevistador estivesse pedindo um feed-back, uma confirmação de que o entendimento dele sobre as conseqüências do adultério está correto. Entretanto para tal, ele utiliza várias estratégias de polidez negativa, através da hesitação, através de certas expressões como ‘ahnn’ e evitando nominar o episódio (adultério), substituindo por ‘uma situação’ e, através da pergunta, dando a opção dos ouvintes não concordarem com ele. Note-se que em essência a proposição que o entrevistador faz em forma de questão é idêntica às proposições que ele havia feito minutos antes para o esposo *{Então não foi tão ruim tudo isso?}* *{[***] Vocês estão quase me convencendo que não foi tão ruim assim [...]}*, porém a forma menos incisiva como a questão é colocada aqui, mesmo tendo todas as características de um FTA, não provoca uma reação defensiva dos ouvintes. Isso indica que, na análise dos elementos da Polidez, se deve considerar sempre os elementos contextuais e não somente os lexicais, pois estes podem apontar em uma direção, enquanto o contexto conduz a outra bem distinta, aprofundando assim a importância do contexto para a compreensão do enunciado.

O casal, tanto a esposa quanto o marido, aceitam a explicação do entrevistador 1, confirmando suas colocações com expressões assertivas *{[...] é isso [...]}* *{[...] Creio que é isso!}*. Nesse momento acontece o efeito terapêutico da entrevista. Há uma re-significação do

ocorrido. O episódio do adultério, que era visto como o elemento central negativo desestruturador do relacionamento, passa agora a cumprir uma função educativa *{vocês estão aprendendo com esta situação}*. As estratégias lingüísticas empregadas pelos entrevistadores atingem sua finalidade: levar o casal a uma nova compreensão de sua realidade relacional, deixando as explicações simplistas e dicotômicas da realidade (um é bom e o outro é mau – um é o certo e o outro o errado) para trás e revelando que há uma realidade complexa por trás dos fatos aparentes. Esta realidade complexa é revelada através do emprego de uma “nova” linguagem (uma linguagem diferente). Os entrevistadores descobrem, empiricamente, que somente quando desativam as defesas protetoras da face dos entrevistados, escolhendo as palavras adequadas que não produzem FTAs, é que são ouvidos plenamente. Nas várias tentativas anteriores de trazer à mente dos entrevistados esta nova realidade, houve sempre um incremento de tensões, as quais na maioria das vezes foram atenuadas com risos, mas que não proporcionaram as mudanças terapêuticas, pois produziram FTAs e provocaram reações defensivas. Agora os entrevistadores descobrem que podem utilizar estratégias e formulações que não incrementam reações defensivas e não ameaçam a face dos entrevistados – isso torna a conversação terapêutica.

O principal trabalho do entrevistador psicológico é exatamente o de tornar uma conversação terapêutica, essa entendida como uma conversação que produz uma reorganização mental no indivíduo e objetiva uma melhora em seu estado psíquico geral.

Com a análise desta última cena pudemos verificar a importância do trabalho transdisciplinar, aqui expresso na interface da psicologia com a lingüística. O enriquecimento do trabalho terapêutico da psicologia a partir de um domínio maior do campo da Lingüística, em especial da pragmática, proporciona ao terapeuta otimizar o processo comunicativo do setting terapêutico para o fim almejado. Isso pode ser verificado quando, na medida em que o entrevistador que atua no trabalho clínico terapêutico foi se apropriando da habilidade, todavia sem ter a conscientização lingüística – o que poderia ser maximizado com os conhecimentos sistematizados transdisciplinares – a sua percepção sobre o processo que ocorre no setting terapêutico foi se refinando e sua capacidade de promover mudanças se ampliou. Transporta-se da condição de mero aplicador de técnicas terapêuticas para um agente interlocutor que é capaz de sintonizar com a dor e o sofrimento do outro a partir do letramento de estratégias lingüísticas de abordagem em setting terapêutico, ao reconhecer a necessidade de manejo cuidadoso com a face do outro. Isso pode proporcionar ao ator terapêutico não somente uma escolha melhor das expressões verbais, mas igualmente todo um

reposicionamento dentro do espaço terapêutico, criando disposições e espaços físicos que comuniquem maior ou menor distância social e maior ou menor grau de hierarquia de acordo com o exigido em cada momento único do processo.

Conclui-se então que o domínio das estratégias de polidez, nas suas mais amplas expressões verbais (e inclusive as não-verbais – não incluídas na Teoria de Brown e Levinson), é imprescindível para aquele que busca uma efetividade em seu trabalho de alívio do sofrimento humano através do uso da linguagem. O isolamento disciplinar reduz as possibilidades de efetividade, em especial na área de ajuda e, portanto, o incremento da transdisciplinaridade se faz imperativo para a construção de uma ciência em prol do ser humano.

5.0 CONCLUSÕES FINAIS, CONSIDERAÇÕES E RECOMENDAÇÕES

“Podemos então considerar uma família como um sistema auto-regulado que se governa por meio de regras”.
(Geberowickz, 1992, p. 2)

Após a análise dos recortes acima, podemos concordar com Rose (2002, p. 525) quando afirma que “a relação entre psicoterapia e linguagem é íntima e complexa”. Decorre desta complexidade a proposta de uma pesquisa transdisciplinar, que alia postulados de ambos saberes, Linguística e Psicologia, e produz um novo conhecimento, ainda mais ampliado e refinado.

Entende-se que a prática psicoterápica pode ser muito enriquecida quando o profissional que a exercita possuir um conhecimento ampliado do campo da Linguística e, em especial, da pragmática linguística, gerando resultados mais efetivos na ajuda àqueles que vêm em busca de alento para seu sofrimento emocional. Conhecer as enriquecedoras teorias do uso da linguagem pode facilitar ao profissional da psicologia clínica uma análise mais acurada do que expressam os pacientes que buscam a terapia e, por conseguinte tornar mais efetivas as intervenções que promovam reais mudanças na vida das pessoas. Como se pode constatar a partir da análise destes recortes de entrevistas, muito do que foi conversado poderia ter sido elaborado de maneira mais eficaz se os entrevistadores tivessem um domínio maior do conceito de face de Goffman e da Teoria da Polidez.

A partir do presente estudo pode se verificar que a Teoria da Polidez tem grande relevância para a compreensão da interação face a face, em um contexto específico como é o contexto do setting terapêutico quando este envolve o tratamento de casais. Todavia esta teoria, tal como proposta por Brown e Levinson, deixa lacunas na explicação dos fenômenos envolvidos em tais interações. Um primeiro elemento a ser mais aprofundado pela Teoria da Polidez seriam as estratégias de polidez utilizadas na linguagem triangulada, ou seja, quando se dirige a uma pessoa falando-se a respeito de uma terceira na presença desta terceira pessoa. Abre-se aqui um campo de investigação e de possíveis novas construções teóricas e, ao mesmo tempo, reafirma-se que a aplicação da referida teoria é, antes de tudo, contexto dependente.

Na tríade linguística, quando a conversação ocorre entre três ou mais pessoas simultaneamente, a polidez precisa ser avaliada na perspectiva de se estar falando ‘acerca de’ e não diretamente ‘para’ o outro. Ou seja, existem as estratégias de polidez em relação ao interlocutor direto – a quem se dirige a palavra, e existem as estratégias de polidez em relação

ao terceiro elemento presente na conversação, que geralmente é sobre quem se está falando. Os processos de coalizão que se formam nestas triangulações são um campo fértil de exploração da pragmática lingüística, pois demarcam o aumento de poder do falante em determinados momentos, as alterações nas relações hierárquicas em outro momento e a variação do risco de ter a face ameaçada de acordo com as alianças que se estabelecem nesta triangulação.

Essa triangulação traz à tona o problema de interpretação, a partir da Teoria da Polidez, das pequenas intervenções do terceiro elemento da tríade, algumas vezes sussurradas como no caso da noiva na Cena 1, onde ela faz pequenas observações em um tom de voz baixo, não chegando a interromper a fala do noivo, mas tendo um conteúdo ameaçador da face dele, e que simultaneamente aparentam uma polidez, por não quebrarem diretamente o turno da conversação de quem está falando, mas cujo conteúdo literal é ameaçador à face deste, que o autor deste presente trabalho procurou interpretar como uma estratégia “ameaçadoramente polida”. Esta estratégia provoca pequenas destabilizações no processo interacional e resulta numa alternância constante de poder. Nos recortes das cenas 1, 2 e 3, quando o noivo impõe atitudes de prevalência sobre a noiva, ela se afasta emocionalmente dele (maior distância) e se utiliza das estratégias “ameaçadoramente polidas”, então ele diminui a atitude dominante para produzir a reaproximação, o que a conduz a um controle maior da situação (maior poder), numa coreografia inconsciente de aproximação/distanciamento regulada pela troca de poder e mediada pela interação lingüística, revelando uma circularidade no processo. Especialmente o levantado nas entrevistas, dentro deste contexto, não confirma a idéia que mulheres são mais polidas que os homens, que é defendida por autores como Holmes (1995), Weatherall (1998), Rose (2002), Laplante e Nalini (2003) e Ladegaard, (2004).

Outro elemento que merece uma análise mais acurada no processo de uma conversação triangulada é a expressão não-verbal dos participantes, em especial daqueles que em determinados momentos não estão utilizando a palavra. A Teoria da Polidez, na forma como proposta por Brown e Levinson (1987), ao não incluir os elementos não verbais nas estratégias de polidez, deixa de lado elementos importantes na interpretação do comportamento lingüístico. Laplante e Ambady (2003, p. 440) já afirmavam que “a expressão da polidez é complexa e dinâmica e influenciada por múltiplos canais de comunicação. Teorias acerca da polidez precisarão incluir o papel das interações não-verbais”. Entende-se no presente trabalho que estes fatores não-verbais são os fatores que tornam a interação face a

face um assunto complexo. Observa-se que em vários dos recortes analisados, a interpretação de um enunciado poderia ser bastante diferente se avaliada simplesmente da perspectiva verbal, como na Cena 6, por exemplo, quando a mudança da postura corporal do entrevistador ao inclinar-se para a frente, produz uma invasão do 'self' do marido que reage tanto de forma verbal (com respostas diretas), como de forma não-verbal (ajeitando-se na cadeira). Este movimento traz à discussão o caráter essencialmente reversível da interação face a face, a qual produz uma tensão permanente entre a necessidade de ser compreendido pelos demais (identidade social) e simultaneamente a necessidade de ter a sua face e o seu 'self' (identidade pessoal) preservados.

A reversibilidade do processo de interação face a face pode desenvolver um caráter simétrico ou podem desenvolver um caráter complementar. No caráter simétrico as escolhas lingüísticas procuram se adequar ao comportamento do outro, numa busca especular de reciprocidade (interação 'pró-ativa') e no caráter complementar, a pessoa faz suas escolhas lingüísticas em função das ações/ reações do outro (interação 'reativa'). A ameaça à face do outro é reduzida na interação pró-ativa e incrementada na interação reativa, pois nesta há mais risco de ter a sua individualidade invadida e disto decorre a utilização de estratégias de polidez negativas para a proteção de seu 'self', enquanto que naquela a utilização de estratégias de polidez positiva é estimulada, por haver menos risco de invasão pelo outro em interação.

A partir das manifestações não-verbais do processo comunicacional pode-se perceber mais claramente como a linguagem produz reações em nível neurovegetativo, atuando não somente sobre os componentes mentais volitivos, mas atingindo inclusive o sistema autônomo ao acionar, por exemplo, a glândula supra-renal, a partir de um FTA, e desencadear um derrame de adrenalina na corrente sangüínea, tonificando a musculatura, alterando a abertura das pupilas, modificando a respiração e a circulação sangüínea, preparando todo o organismo para uma ação de fuga e/ou agressão. De onde se conclui que a linguagem não é apenas um processo mental, mas envolve todo o organismo humano, sendo capaz de produzir até mudanças moleculares – gerando a produção de neurotransmissores que reabilitam a pessoa que se encontra em depressão.

Um último elemento não-verbal que emergiu na análise das cenas, mas ainda não explorado plenamente pela Teoria da Polidez é o silêncio, como o expresso em um momento do diálogo entre os interlocutores na Cena 6, no momento em que o marido não consegue dar uma explicação do porque uma traição seria mais difícil de ser superada por um homem que

por uma mulher e termina sua idéia com um sussurro e um silêncio toma conta do ambiente. A Teoria da Polidez propõe estratégias que são classificadas em quatro grandes níveis: as registradas explicitamente (*bald-on-record*); as de polidez positiva; as de polidez negativa e as encobertas (*off-record*), as quais se dividem em super-estratégias, e estas, por sua vez geram as estratégias finais. Todavia, todas estas estratégias estão estruturadas a partir do enunciado e não há uma proposta de interpretar que tipo de estratégia está presente na ausência do enunciado, tal ausência pode produzir profundos efeitos no comportamento humano. Assim o silêncio pode possibilitar, muitas vezes, o emergir de significados que estão imersos na limitação da codificação da linguagem, passando a ser o exterior absoluto da linguagem, demarcando a própria incompletude da mesma. Um espaço privado ou, numa linguagem mais poética, um terreno sagrado, que por sua essência não deve ser violado, mas apenas contemplado. Um silêncio que não reflete apenas uma estratégia lingüística, mas algo compreendido na dimensão do mistério – que conecta os interlocutores numa dimensão comunicacional não decifrável através dos esquemas convencionais de interpretação.

Goffman fazia (...) uma distinção entre o que é conscientemente apresentado (*given*) e o que é apenas “emitido” (*given off*), ou apresentado sem a consciência dos sujeitos numa interação social; é preciso levar em conta o que as pessoas dizem nos encontros, mas também o que elas não dizem. (Nunes, 2007, p. 263)

Da mesma forma, o fato da Teoria da Polidez estruturar-se sobre o enunciado do falante, limita a mesma a análises lineares e causais, perdendo assim a possibilidade da análise de realidades compostas de opostos não-excludentes - princípio da complementaridade dos opostos - que constituem de um todo, que pode ser ao mesmo tempo antagônico e complementar, como no observado na Cena 2, ao analisar as frases com força ilocucionária que ameaçam a face do outro e a entonação descendente, das intervenções sussurradas da noiva, quando esta fala com expressão tímida e com conteúdo ameaçador à face do noivo.

Outro dado importante levantado é o tempo de duração da interação e o efeito do mesmo sobre a utilização de estratégias de polidez entre os atores sociais. A redução da distância social, que é adquirida dentro do setting terapêutico na medida em que o tempo passa, possibilita uma interação menos formal decorrente de um natural aumento da confiança, como o verificado na Cena 3 entre a noiva e as entrevistadoras, pois inicialmente a noiva interage pouco na conversação, mas à medida que o diálogo evoluiu, ela vai familiarizando-se com suas interlocutoras e torna-se mais participativa. Ressaltando-se sempre que se trata de uma possibilidade real, não uma correspondência direta, pois é

dependente do contexto onde ocorrem as interações. Isso nos leva à idéia da determinação do comportamento pela avaliação que o ator social faz do contexto – conforme o escrutinado por Goffman (1999). O setting terapêutico apresenta-se como um contexto de conversas bem pessoais, onde a face pode ser bastante ameaçada através de perguntas muito íntimas, como o ocorrido nas Cenas 6 e 7, quando um dos entrevistadores faz perguntas diretas que ameaçam a face do marido, ou protegida, através de uma linguagem que alivia a ansiedade e permite uma investigação mais profunda, quando um dos entrevistadores escolhe cuidadosamente os recursos lingüísticos a serem empregados, evitando esta ameaça. Na Cena 4, por exemplo, a intimidade do casal é explorada através de uma linguagem que transforma o setting terapêutico num local “sagrado”, onde o casal pode se sentir à vontade para falar de temas bastante delicados – como sua intimidade sexual – sem se sentirem ameaçados, antes estimulando o diálogo e se permitindo uma ‘penetração não-violenta’ a partir do uso de recursos lingüísticos não-ameaçadores. O contexto de escuta respeitosa produz uma reorganização interna na percepção da realidade e, por conseguinte, uma mudança gradual na conduta.

Verifica-se também que, nas estratégias utilizadas pelos atores sociais em interação em algumas entrevistas, ocorrem momentos nos quais o uso de estratégias polidas ou impolidas baseia-se também no apoio que a pessoa tem dos referenciais histórico-culturais ou míticos, como no momento em que o noivo, na Cena 3, explicitamente agride a face das três mulheres com as quais interagiu ao afirmar que o papel da mulher é de ser esposa, mãe e dona de casa. Isso sugere que outros fatores, além dos elementos verbais conscientes e os elementos não-verbais, podem estar presentes em momentos do processo interacional, como no caso estes elementos míticos de apoio imaginário.

Um elemento sempre presente nas interações dentro deste contexto específico de setting terapêutico é a ansiedade. Em alguns momentos o que se pode verificar é que os entrevistadores deliberadamente utilizam estratégias de ameaça de face dos entrevistados com vistas a um aumento da ansiedade e que em outros momentos provocam situações de risos visando exatamente o oposto. O psicólogo clínico deve ser habilitado para manejar com os elementos de ansiedade dentro do setting terapêutico a fim de obter resultados eficazes no processo. Se tal profissional agir somente visando a redução da ansiedade de seus pacientes, pode gerar uma dependência do tratamento, tal qual a dependência de um psicofármaco. Por outro lado, o incremento desmedido da ansiedade pode causar uma dor emocional ao paciente e uma piora no processo ao invés da melhora. No final da interação da Cena 5, por exemplo,

vemos a entrevistadora utilizando estratégias de incrementar a ansiedade com o intuito de que o aumento da tensão entre o casal possibilitasse a emersão de problemas ocultos. Já na Cena 7 o riso provocado por uma pergunta aparentemente absurda do entrevistador gera um alívio nas tensões acumuladas na conversação e inerentes ao próprio tema. Desta forma reitera-se a idéia que, um terapeuta que possua um domínio maior do conhecimento das estratégias de polidez e que possa, através das mesmas, incrementar ou reduzir a tensão no setting terapêutico quando necessário, terá um aproveitamento maior no seu labor.

Finalmente pode-se verificar que alguns enunciados dos participantes no processo das entrevistas podem ser classificadas sob diferentes aspectos dentro do quadro de estratégias propostos por Brown e Levinson (1987), como ocorre na Cena 5 quando a esposa utiliza de impessoalidade e reparação, mas evidencia uma atitude de cuidado e ternura e não um receio de receber imposições. Depara-se com a limitação taxonômica da Teoria da Polidez, que, de igual forma que outras taxonomias, cristalizam a dinâmica da realidade, enrijecendo a sua interpretação. Esta taxonomia, como todas as demais classificações, ao propor a facilitação da identificação de um determinado fenômeno, corre o risco de criar uma rigidez que não permita a visão do novo. Depara-se aqui com a necessidade do domínio da realidade pela ciência e pelo cientista e a ansiedade causada pelo não-saber, sendo este todavia um tópico para uma exploração mais acurada.

Desta forma, para a compreensão da dinâmica que ocorre em uma conversação triangulada entre um casal e um terapeuta dentro de um setting terapêutico, torna-se necessária uma proposta que amplie, mas ao mesmo tempo inclua a teoria da Polidez de Brown e Levinson. Esta proposta, segundo o autor do presente trabalho, pode ser vislumbrada com a mudança de uma leitura epistemológica da realidade, ao se eliminar a compreensão binária da construção da realidade, também conhecida com o nome de “visão mecanicista” (Capra, 1982). Na visão mecanicista, para cada elemento constituído se necessita de seu oposto binário, o que, no estudo das diferenças do uso da linguagem por homens e por mulheres, condiciona a percepção de um ‘estilo lingüístico masculino’ em contraposição com um ‘estilo lingüístico feminino’, ou o uso de determinadas estratégias de polidez feitas caracteristicamente por homens e o uso de determinadas estratégias de polidez caracteristicamente feitas por mulheres, que resulta na idéia que estas últimas são mais polidas que os primeiros. Ao se mudar a perspectiva epistemológica pode-se buscar, utilizando-se o modelo da pesquisa transdisciplinar, apoiada na Teoria dos Sistemas e no

Paradigma da Complexidade de Morin, uma proposta integradora dos opostos, conforme o postulado de Bohr (1961) dos opostos não-excludentes.

Pautado no observado acima, é possível afirmar que a proposta do presente trabalho indica a demanda de uma releitura da Teoria da Polidez a partir de um novo marco epistemológico: o da complexidade, o que pode parecer bastante ousada, mas é possível denotar que a velocidade das mudanças em nossos dias justifica uma constante revisão nas teorias estabelecidas, mesmo aquelas que, com o decorrer do tempo se tornaram clássicas. Com tal questionamento ocorre sempre a possibilidade de uma abertura ao novo e ao inusitado, possibilitando assim o crescimento do conhecimento. Entendemos que as teorias podem sofrer defasagens com o decorrer do tempo e assim não conseguirem mais explicar alguns fenômenos dentro de um campo de investigação específico – o que, no entender do autor desta pesquisa, ocorreu com a Teoria da Polidez.

As teorias podem transformar-se em paradigmas que norteiam as ações humanas num dado momento histórico, porém se defasam quando seus instrumentos conceituais não mais explicam os fenômenos que emergem do desenrolar da vida no planeta. Portanto elas são sempre históricas, dinâmicas e provisórias. (Santos, 2008, p. 81)

Quando se adentra ao campo da linguagem, do que é essencialmente humano, precisa-se colocar em questão a transposição pura e simples da lógica mecanicista das ciências exatas. Torna-se imperativo buscar novos modelos de compreensão desta realidade mutante. Uma realidade complexa, onde a subjetividade do observador precisa necessariamente ser incluída e que articula o conhecimento não a partir da oposição de binários, mas como uma articulação de opostos não-excludentes e que exige do cientista uma atitude de abertura e compreensão algumas vezes mais contemplativa que dedutiva, conforme as palavras de Paul.

A organização do vivente, colocada em relação com os comportamentos individuais em particular possui natureza própria, que reclama das lógicas adaptadas. O « *pensamento único* » e o reducionismo ligados ao paradigma mecanicista dominante, muitas vezes, não é mais conveniente e pode-se observar o conhecimento como uma seqüência articulada de níveis diferentes, onde cada categoria de objeto, segundo seu modo organizacional, impõe ao espírito uma atitude particular e específica de compreensão. Longe de se excluírem, esses níveis se completam. (Paul, 2005, p. 90-91)

Desta forma entende-se que a Lingüística, como ciência, necessita rever alguns paradigmas lineares que nortearam a sua construção como ciência até o momento, e também de buscar novos modelos de exploração dos fenômenos lingüísticos, sob o risco de tornar-se apenas uma metodologia ou técnica de análise ao invés de uma ciência de descoberta e compreensão do ser humano - que é um ser essencialmente construído lingüisticamente.

Tal proposta não é algo novo ou exclusivo, antes parte de um verdadeiro processo de mutação que vem ocorrendo no campo científico nas últimas décadas, provocando uma verdadeira metamorfose na ciência, o que tão bem descreveu Kuhn (1975) como sendo uma revolução científica, pois rompe com as antigas formas de se pensar a ciência e se incluem novos esquemas para tentar se explicar uma realidade. Esta metamorfose não atinge somente o campo da Lingüística, muito menos está limitada à área das Ciências Humanas, mas tem abarcado praticamente todos os campos da ciência. Assim o paradigma cartesiano vai cedendo espaço para o novo e mais além, a produção de novos objetos de estudo, pertinentes a campos que se entrelaçam e criam novas interfaces. Ao invés de buscarmos novas fragmentações com o surgimento de novas matérias a partir do entrelaçamento de campos, podemos pensar uma mudança paradigmática abarcadora e inclusiva. No século passado quando duas áreas da ciência se sobrepunham, o artifício mais comum utilizado era a criação de uma nova disciplina para o estudo daquele objeto específico como, por exemplo: a psicolingüística (envolvendo um objeto pertinente à psicologia e à lingüística) ou a sociolingüística (envolvendo um objeto pertinente à sociologia e à lingüística). Na virada do século surge uma forma diferente de explorar estas sobreposições que busca evitar a fragmentação e a criação de novas disciplinas e é esta forma distinta de exploração que propomos neste trabalho.

Possivelmente a dificuldade de desenvolvimento de uma ciência transdisciplinar esteja mais em uma mudança de atitude mental do pesquisador que propriamente em uma dificuldade de se organizarem os temas que se sobrepõe. Este sujeito elaborador da pesquisa que muitas vezes atrela-se a seus dogmas e fica enrijecido dentro de sua visão, esfacelando assim o campo da pesquisa e dificultando o trabalho conjunto de ciências com interesses comuns.

Finalmente entendemos que a pesquisa em campos que envolvem mais de uma disciplina, como é o caso da Pragmática, desafia ao pesquisador a uma ampliação de sua visão de mundo e, nas palavras de Alvarenga, Sommerman e Alvarez (2005, p. 15) “descobrir as inter-relações possíveis existentes entre disciplinas próximas e disciplinas mais distantes, tendo em vista instituir práticas interdisciplinares – que signifiquem um chamado à ordem do humano – e alarguem o processo de conhecimento, nas diferentes áreas do saber”. Por isso, conforme Passos e Barros (2000, p. 77), “problematizar os limites de cada disciplina é argüí-la em seus pontos de congelamento e universalidade”.

6.0 REFERÊNCIAS

- ABU-LUGHOD, Lila, e LUTZ, Catherine A. (1990) “Introduction: Emotion, discourse, and the politics of everyday language”. In: ABU-LUGHOD, Lila & LUTZ, Catherine A. (Orgs.), *Language and the politics of emotion*. Cambridge: Cambridge University Press, p.1-22.
- ACUÑA-FERREIRA, Virginia e ALVAREZ-LÓPEZ, Sonia (2003) An interdisciplinary perspective on language and gender, *Estudios de Sociolingüística*, 4 (2), p.i-xvi.
- ALEIXO, Ailin, (2007, 9 de abril), “Alemão, o tosco com alma gay”. *Revista Época*, edição 464, pp. 16-17.
- ALMEIDA, Alcinéia Emmerick de. (2002) *O ritual comunicativo na aprendizagem de uma língua estrangeira*, Tese de Mestrado, USP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Letras Modernas.
- ALMEIDA, Maria da Conceição de (2006) Complexidade, do casulo à borboleta, In: CASTRO, Gustavo de; CARVALHO, Edgard de Assis & ALMEIDA, Maria da Conceição de (orgs.), *Ensaio de Complexidade*, Porto Alegre: Meridional/Sulina, 4ª ed., p. 21-41.
- ALMEIDA FILHO, Naomar, (2005) Transdisciplinaridade e o paradigma pós-disciplinar na saúde, *Saúde e Sociedade*, v. 16, n.3, set-dez.2005, p. 30-50
- ALVARENGA, Augusta Thereza de, SOMMERMAN, Américo e ALVAREZ, Aparecida Magali de Souza (2005), Congressos internacionais sobre transdisciplinaridade: reflexões sobre emergências e convergências de idéias e ideais na direção de uma nova ciência moderna, *Saúde e Sociedade*, v. 14, n.3, p. 9-29, set-dez. 2005.
- ANDOLFI, Maurizio, (1996) *A linguagem do encontro terapêutico*, tradução de Rosana Severino Di Leone, Porto Alegre: Artes Médicas.
- ARAÚJO, Rafael e LIMA, Ricardo Pinheiro, (2002), Contribuições da etologia comparada para uma nova percepção da comunicação humana, *Margem*, n. 15, p. 223-226.
- ARMENGAUD, Françoise (2006) *A Pragmática*, tradução Marcos Marcionilo, São Paulo: Parábola Editorial
- ATLAN, Henri (1992) *Entre o cristal e a fumaça: ensaios sobre a organização do ser vivo*, Rio de Janeiro: Zahar
- BAKHTIN, Mikhail, (1982) *Para una reelaboración del libro sobre Dostoievsky. Estética de la creación verbal*, México: Siglo XXI.
- BAKHTIN, Mikhail (1992) *Estética da criação verbal*, São Paulo: Martins Fontes.

- BANISTER, P. et al (1995.) *Qualitative methods in psychology: a research guide*. Buckingham: OUP.
- BARROS, Diana Luz Pessoa de, (2007) Contribuições de Bakhtin às teorias do texto e do discurso, In: FARACO , Carlos Alberto, TEZZA, Cristóvão & CASTRO, Gilberto de, (orgs), *Diálogos com Bakhtin*, 4ª.ed., Curitiba: Editora UFPR, p. 21-38.
- BATESON, Gregory (1978), The birth of a double bind, in Berger, M. (org.), *Beyond the double bind*, New York: Brunner/Mazel.
- BATESON, Gregory (1987), *Mente e natureza a unidade necessária*, tradução de Claudia Gerpe, Rio de Janeiro: Francisco Alves
- BATESON, Gregory (1996) *Metadiálogos*, trad. Carlos Henrique de Jesus, Lisboa: Gradiva Publicações, 3ª ed.
- BATESON, Gregory e BATESON, Mary Catherine, (1989) Introducción, In: BATESON, Gregory e BATESON, Mary Catherine, *El temor de los Ángeles – epistemología de lo sagrado*, Barcelona: Editorial Gedisa, p. 15-28.
- BEAUVOIR, Simone. (1980) *O Segundo Sexo*, vol I., tradução de Sérgio Milliet, Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- BENVENISTE, Émile, (2005) *Problemas de Lingüística Geral I*. Trad. Mária da Glória Novak e Maria Luisa Néri, 5ª ed., Campinas: Pontes.
- BENVENISTE, Émile, (2005) *Problemas de Lingüística Geral II*. Trad. Mária da Glória Novak e Maria Luisa Néri, 5ª ed., Campinas: Pontes.
- BERGVALL, Victoria L. (1999) An agenda for language an gender research for the start of the new millennium, *Linguistik online* 2, 1/1999. Disponível em: http://www.linguistik-online.de/heft1_99/bergvall.htm . Acesso em 10 de maio de 2006.
- BERTALANFFY, Ludwig von; RAPOPORT, Anatol; THOMPSON, James D.; MACKENZIE, W.J.M.; ANOHIN, P.K., (1968), *Teoria dos sistemas*, tradução de Maria da Graça Lustosa Becskeházy, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- BERTALANFFY, Ludwig Von (1977) *Teoria geral dos sistemas*, tradução de Francisco M.Guimarães, 3ª. ed. Petrópolis, Vozes.
- BETTO, Frei (2006) Indeterminação e complementaridade, In: CASTRO, Gustavo de; CARVALHO, Edgard de Assis & ALMEIDA, Maria da Conceição de (orgs.), *Ensaio de Complexidade*, Porto Alegre: Meridional/Sulina, 4ª ed., p. 42-48.
- BÍBLIA, (2000), A.T. Gênesis. Português, Bíblia Sagrada. Tradução: Nova Versão Internacional, São Paulo: Editora Vida, Cap. 2, vers. 23-24

- BISCHOF-KÖHLER, Dora. (2006) Geschlechtsunterschiede: von vatur aus anders. Disponível em: http://www.bischof.com/d_forschung2.html . Acesso em 15 de julho de 2006.
- BOHM, David (1980), *Wholeness and the implicate order*, London: Routledge & Kegan Paul.
- BOHR, Niels (1961), *Atomics physics and human knowledge*, New York: Science Editions Inc.
- BRAGNOSIS (2006) Psicoterapia psicanalítica, Disponível em: http://www.bragnosis.pt/valencias/psicoterapia_psinalitica/?cid=34. Acesso em 28 de maio de 2008.
- BRAIT, Beth (1997) Bakhtin e a natureza constitutivamente dialógica da linguagem, In: BRAIT, Beth (org) *Bakhtin, dialogismo e construção do sentido*. Campinas: Editora da Unicamp, p.91-102.
- BROWN, Penelope e LEVINSON, Stephen C. (1987) *Politeness – some universals in language use*. Cambridge: University Press.
- BUBER, Martin, (1977), *Eu e tu*, tradução de Newton Aquiles von Zuben, São Paulo, Editora Moraes, 2ª ed..
- BUTLER, Judith. (2003) *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*, tradução de Renato Aguiar, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- CAON, José. Luis (1998), Da existência analfabética à existência analfabetizada, *Revista do GEEMPA*, 6, p. 37-70.
- CAPRA, Fritzjof, (1982) *O ponto de mutação*, São Paulo: Cultrix.
- CARLOS, Jairo Gonçalves (2009), Interdisciplinaridade no ensino médio: desafios e potencialidades, Disponível em: http://www.unb.br/ppgec/dissertacoes/proposicoes/proposicao_jairocarlos.pdf. Acesso em 03 de julho de 2009.
- CARVALHO, Edgar Assis e ASPIS, Paulo (2006) *Morin – o homem e sua obra*, vídeo, São Paulo: Paulus
- CIURANA, E. R. (2003) Complexidade: elementos para uma definição. In: CARVALHO, E. de A.; MENDONÇA, T. (Org.). *Ensaio de complexidade 2*. Porto Alegre: Sulina, p. 48-63
- CLAES, Marie-Thérèse. (1999) Mujeres, hombres y estilos de dirección, *Revista Internacional del Trabajo*, vol. 118, n.4, p. 483-500.
- COSTA, Claudia de Lima. (1994) O leito de Procusto: gênero, linguagem e as teorias feministas. *Cadernos Pagu*, (2), p. 141-174.

- COULTHARD, Malcom (1991) *Linguagem e sexo*, tradução de Carmen Rosa Caldas-Coulthard, São Paulo: Ática.
- COZBY, Paul C. (2003), *Métodos de pesquisa em ciências do comportamento*, tradução Paula Inez Cunha Gomide e Emma Otta, São Paulo: Atlas.
- CRESSWELL, Mark. (2003) Sex/Gender: which is which? A rejoinder to Mary Riege Laner, *Sociological Inquiry*, Vol. 73, Nº 1, February 2003, p. 138-151
- CULPEPER, J. (1996), Towards an anatomy of impoliteness, *Journal of Pragmatics*, 25, p. 349-367.
- DASCAL, Marcelo (2006), *Interpretação e compreensão*, tradução de Marcia Heloisa Lima da Rocha, São Leopoldo: UNISINOS.
- DESCARTES, René (1979) Discurso do método. In: *René Descartes*, tradução: J. Grinsburg e Bento Prado Júnior, São Paulo: Abril Cultural, p.27-71 (Coleção Os Pensadores).
- DIAS, Luzia Schalkoski e GODOI, Elena (2007) Pragmaticamente falando de (des)entendimentos na comunicação verbal, *Expectativa*, Campus de Toledo, Volume VI – Nº 6 – 2007 p. 125-137.
- DICIONÁRIO PENSAMENTO SOCIAL DO SÉCULO XX. (1996) Editores William Outwaite e Tom Bottomore. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Edições.
- ECHEVERRIA, R. (2002) *Ontologia del lenguaje*, Santiago do Chile: Dolmen Ediciones, 6ªed.
- ECKERT, P., McCONNEL-GINET, S. (1992) Think practically and look locally: Language and gender as community-based practice, *Annual Review of Anthropology*, v.21, p. 461-490.
- EELLEN, Gino. (2001) *A critique of Politeness Theories*, St. Jerome Publishers, Manchester.
- ERVIN-TRIPP, Susan (1976) Is Sybil there? The structure of some American English directives. *Language in Society*, 5 (1), p. 25-66.
- EISNER, Elliot W. (1991), *The enlightened eye*, New York, Macmillan.
- ESTEVES DE VASCONCELOS, Maria José (1995), *Terapia familiar – bases cibernéticas*, Campinas: Workshopsy
- FALBO, Toni e PEPLAU, Letitia A. (1980) Power strategies in intimate relationships, *Journal of Personality and Social Psychology*, 38, p. 618-628.
- FARACO, Carlos Alberto (2007) *O dialogismo como chave de uma antropologia filosófica*, In: FARACO, Carlos Alberto, TEZZA, Cristóvão e CASTRO, Gilberto de, (orgs), *Diálogos com Bakhtin*, 4ª ed., Curitiba: Editora UFPR, p. 97-108

- FOCAULT, Michel. (1980) *Herculine Barbin: being the recently discovered memories of a nineteenth-century french hermafrodite*, Brighton: The Harvester Press.
- FRAHM, Gertrud F. (2006) *Metodologia científica*, texto não publicado que originalmente fazia parte do trabalho Marte, Vênus ou Terra? Gênero e linguagem: diferenças e aproximações na perspectiva da pragmática lingüística – estudo de caso, apresentado no 7º CELSUL em 19/10/2006 – Comunicação 28.
- FRANCELIN, Marivalde Moacir., (2003), A epistemologia da complexidade e a ciência da informação, *Ciência da Informação*, Brasília, v. 32, n.2, p.64-68, maio/ago.
- FRASER, B. e NOLEN, W., (1981) The association of deference with linguistic form. *International Journal of the Sociology of Language*, n. 27, p. 93-109.
- FRASER, Bruce (1990) Perspective on politeness, *Journal of Pragmatics*, 14, p. 219-236.
- FRIEDMAN, Edwin H. (1996), *Generación a generación: el proceso de las familias en la iglesia y la sinagoga*, Nueva Creación/ Eerdmans: Buenos Aires/ Michigan.
- FRIESEN, Albert e GRZYBOWSKI, Carlos Tadeu (2006) *Modelo sistêmico, conceitos e potencialidades*, In: FRIESEN, Albert; GRZYBOWSKI, Carlos T. & KUNRICH, Roseli M. de Oliveira, *De bênçãos e traições*. Curitiba/ Viçosa: Esperança/ Ultimato, p. 21-39
- FUKADA, Atsushi e ASATO, Noriko (2004), Universal politeness theory: application to the use of Japanese honorifics, *Journal of Pragmatics*, 36, p. 1991-2002
- GEBEROWICKZ, Bernardo, (1992), A terapia com famílias de toxicômanos: avaliação de uma experiência de 10 anos, *ABEAD – Boletim da Associação Brasileira de Estudos do Alcool e Outras Drogas*, 13, p. 2-6.
- GIANORDOLI-NASCIMENTO, Ingrid Faria e TRINDADE, Zeidi Araujo. (2002) What to do when the heart presses? The marriage dynamics after infarct. *Psicologia: Teoria e Pesquisa* [online]. jan./abr., vol.18, no.1, p.107-115. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722002000100012&lng=es&nrm=iso . Acesso em 10 de maio de 2006.
- GODOI, Elena. (2007) Las estrategias pragmáticas de atenuación e imposición en algunas variantes de español y portugués, *VII Congreso Latinoamericano de Estudios del Discurso ALED 2007, Anais*, p. 1-7, Disponível em: <http://www.portaled.com/files/ponencias4.pdf>. Acesso em 22 de setembro de 2008.
- GOFFMAN, Erving (1957). Interpersonal persuasion, in: Bertram Schaffner (org.). *Group process. Transactions of the Third Conference*. New York: Josiah Macy Jr. Foundation, p. 117-193.
- GOFFMAN, Erving (1967) *Interaction ritual.- essays on face-to-face behavior*, Garden City: Anchor Books Doubleday

- GOFFMAN, Erving (1974a), *Frame Analysis: an essay on the organization of experience*, Massachusetts: Harvard University Press.
- GOFFMAN, Erving (1974b) *Manicômios, prisões e conventos*, São Paulo: Perspectiva.(trabalho original de 1961)
- GOFFMAN, Erving (1975) *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*, Rio de Janeiro: Zahar. (trabalho original de 1964)
- GOFFMAN, Erving (1977), *The arrangement between sexes*, *Theory and Society*, vol. 4, nº 3, p. 301-331.
- GOFFMAN, Erving (1999) *A representação do eu na vida cotidiana*, tradução de Maria Célia Santos Raposo, Petrópolis: Vozes, 8ª ed., 1ª edição em português em 1975 (trabalho original de 1959)
- GRAY, John. (1995) *Homens são de Marte, mulheres são de Vênus*, Rio de Janeiro: Editora Rocco.
- GRICE, H. Paul (1957). *Meaning.. Philosophical Review*, 67, p. 377-88.
- GRICE, H. Paul (1975) *Logic and conversation*. In Peter Cole & Jerry Morgan (org.), *Syntax and Semantics 3: speech acts*. New York: Academic Press, p. 41-58
- GRZYBOWSKI, Carlos Tadeu (2005), *O modelo sistêmico como referencial no cuidado pastoral familiar*, *Via Teológica*, 12, p.83-92.
- GRZYBOWSKI, Carlos Tadeu (2006), *O pensamento sistêmico e o estudo da teologia*, *Vox Scripturae*, XIV (1) p.98-104
- GUIMARÃES, Eduardo (1995) *Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem*, Campinas: Pontes.
- HALEY, Jay (1991), *Terapia não-convencional: as técnicas psiquiátricas de Milton H. Erickson*, São Paulo: Summus Editorial.
- HARDMAN, M. J. (1993) *Gender through the levels*, *Women and language*, v.16, n.2, p. 42-48.
- HEBERLE, Viviane Maria, OSTERMANN, Ana Cristina e FIGUEIREDO, Débora de Carvalho (2006) *Linguagem e gênero: uma introdução*. In: HEBERLE, Viviane Maria, OSTERMANN, Ana Cristina & FIGUEIREDO, Débora de Carvalho (org.), *Linguagem e gênero no trabalho, na mídia e em outros contextos*. Florianópolis: Editora da UFSC, p. 7-12
- HERNANDÉZ, Carlos José (2008) *Sexualidad, pareja & familia*, palestra proferida no Encontro de Psicología Pastoral, realizado em Buenos Aires, em 14 a 16 de maio de 2008, Apostila, p. 1-4.

- HOLMES, Janet (1995). *Women, men and politeness*, Singapore: Longman (Real Language Series)
- IDE, Sachiko (1989), Formal forms and discernment: two neglected aspects of universals of linguistic politeness, *Multilingua*, 8 (2/3), p. 223-248.
- IRIBARRY, Isac Nikos (2003), Aproximações sobre a transdisciplinaridade: algumas linhas históricas, fundamentos e princípios aplicados ao trabalho de equipe, *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 16 (3), p. 483-490
- IRIGARAY, Luce. (1984) *Éthique de la difference sexuelle*. Paris: De Minuit.
- JAPIASSU, Hilton (1976), *Interdisciplinaridade e patologia do saber*, Rio de Janeiro: Imago.
- JARY, Mark (1998). Relevance theory and the communication of politeness, *Journal of Pragmatics*, vol. 30, 1998, p. 1-19.
- JUNG, Neiva Maria (2006) Ecologia lingüística e social de uma comunidade multilíngüe: a relevância do gênero social. In: HEBERLE, Viviane Maria, OSTERMANN, Ana Cristina & FIGUEIREDO, Débora de Carvalho (org.), *Linguagem e gênero no trabalho, na mídia e em outros contextos*. Florianópolis: Editora da UFSC, p. 69-92
- KERBRART-ORECCHIONI, C. (1990) *Les interactions verbales*, Tome 1, Paris: Armand Colin.
- KUHN, Thomas. (1975), *A estrutura das revoluções científicas*, tradução de Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira, São Paulo, Editora Perspectiva.
- LABOV, William (1966) *The social stratification of English in New York city*. Washington: Center for Applied Linguistics.
- LABOV, William e FANSCHER, D. (1977) *Therapeutic Discourse: Psychotherapy as conversation*, New York: Academic Press.
- LACROIX, X. (2002) *Homem e mulher – a inapreensível diferença*, Petrópolis: Vozes.
- LADERGAARD, Hans J. (2004) Politeness in young children's speech: context, peer group influence and pragmatic competence, *Journal of Pragmatics*, vol. 36, p. 2003-2022.
- LAKOFF, Robin (1975) The logic of politeness: or, Minding your P's and Q's, *Papers from Ninth regional Meeting*, Chicago Linguistics Society.
- LAKOFF, Robin Tolmach, (1977) *Women's Language*, *Language and Style*, 10, p.222-247.
- LANER, Mary Riege, 2000, 'Sex' versus 'Gender': a renewed plea, *Sociological Inquiry*, Vol. 70, p. 464-474.

- LAPLANTE, Debi e AMBADY, Nalini. (2003) On how things are said – voice tone, voice intensity, verbal content, and perceptions of politeness, *Journal of Language and a Social Psychology*, vol 22, nº 4, p. 434-441.
- LEECH, G. (1983), *Principles of pragmatics*, London: Longman.
- LEVINSON, S. (2000). *Presumptive meanings: the theory of generalized conversational implicatures*, Cambridge: MIT Press.
- LEWIN, R. (1992), *Complexity: life at the edge of chãos*, New York: McMillan.
- LIMA, Antonio Adalberto de (2008), *Estruturalismo, segundo Saussure*, Recanto da Letras, disponível em <http://recantodasletras.uol.com.br/teorialiteraria/850866> , acesso em 24 de março de 2009.
- LIMA, Paulo Gomes (2001) Tendências paradigmáticas na pesquisa educacional, Tese de mestrado, UNICAMP, Faculdade de Educação, disponível em <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000222774> , acesso em 12 de junho 2008.
- LISBOA, Ageu Heringer (2008) Saúde, ciência e antropologia bíblica, *Psicoteologia*, ano XXI n. 43, II semestre de 2008, p. 5-6.
- LUPASCO, Stéphane. (1996), *Le principe d'antagonisme et la logique de l'énergie*. Paris: Albin Michel.
- LUSTIG, Myron W. e KING, Stephen W. (1980) The effect of communication apprehension and situation on communications strategy choices. *Human Communication Research*, 7, p. 74-82
- MALDONADO, Jorge (1984) Palestra proferida no II Simpósio Internacional Sobre o Modelo Sistêmico na Psicoterapia Familiar, Aconselhamento e Assessoramento Pastoral - Bogotá, Nov. /1984 e publicada em forma de apostila por EIRENE do Brasil.
- MALTZ, Daniel e BORKER, Ruth A. (1982) “A cultural approach to male-female miscommunication”, In: GUMPERZ, John J. (ed.), *Language and social identity*. Studies in International Sociolinguistics, n.2. Cambridge: Cambridge University Press.
- MARCEL, Gabriel (1952) *Geheimnis des seins*, Viena: Verlag Herold.
- MARTINÉZ, Inmaculada Garín (2007), *El efecto de la instrucción en el desarrollo de las estrategias de cortesía verbal en cartas de opinión a un periódico en el marco de la investigación en acción de una secuencia didáctica (alumnos de último cursote Escuela Oficial de Idiomas)*, tese de doutorado, Universitat Autònoma de Barcelona, disponível em http://www.tesisenxarxa.net/TESIS_UAB/AVAILABLE/TDX-0314108-155629//igmlde1.pdf . Acesso em 03 de setembro de 2008.
- MATSUMOTO, Yoshiko. (1988) Reexamination of the universality of face: politeness phenomena in Japanese, *Journal of Pragmatics*, 12, p. 403-426.

- MATURANA, Humberto e VARELA, Francisco (1995) *A árvore do conhecimento*, Campinas: Editoral Psy.
- MAUTNER, T. (org.) (1996). *Penguin Dictionary of Philosophy*, Londres: Penguin Books.
- MILES, M. B. e HUBERMAN, A. M. (1994) *Qualitative data analysis*. London: Sage.
- MILLS, Sara, (2000), Rethinking politeness, impoliteness and gender identity, disponível em <http://www.lboro.ac.uk/departamentos/ea/politeness/GenderandPoliteness.htm> . Acesso em 20 jan. de 2008.
- MILLS, Sara (2003) *Gender and Politeness*, Cambridge: Cambridge University Press.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE (1996) Conselho Nacional de Saúde. Normas de pesquisa envolvendo seres humanos. Res. CNS 196/96. Disponível em <http://e-legis.anvisa.gov.br/leisref/public/show Act.php> . Acesso em 20 de fevereiro de 2009.
- MITCHELL, J. (1988) *Psicanálise da sexualidade feminina*, Rio de Janeiro: Campus.
- MONTENEGRO, Thereza. (2003) Diferenças de gênero e desenvolvimento moral das mulheres. *Revista de Estudos Feministas* [online]. jul./dez., vol.11, no.2, p.493-508. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2003000200008&lng=pt&nrm=iso . Acesso em 04 mai 2006.
- MORAES, Maria Cândida e VALENTE, José Armando (2008) *Como pesquisar em educação a partir da complexidade e da transdisciplinaridade?* São Paulo: Paulus.
- MORIN, Edgar (1983) *O problema epistemológico da complexidade*, Lisboa: Publicações Europa-América
- MORIN, Edgar. (1987a) *O método: a natureza da natureza* (Tomo I). Mem Martins: Publicações Europa-América
- MORIN, Edgar. (1987b) *O método: o conhecimento do conhecimento* (Tomo III). Mem Martins: Publicações Europa-América
- MORIN, Edgar. (1996a) Epistemologia da complexidade, In: Dora E. Schnitman (org.), *Novos paradigmas, cultura e subjetividade*, Porto Alegre: ARTMED.
- MORIN, Edgar, (1996b), Por uma reforma do pensamento, Revista O Correio da UNESCO, ano IV, nº 24, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, p. 10-14.
- MORIN, Edgar, (1999) Por uma reforma do pensamento, In: PENA-VEJA Alfredo e NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do (orgs.), *O pensamento complexo: Edgar Morin e a crise da modernidade*, Rio de Janeiro: Garamond.
- MORIN, Edgar (2006), *Introdução ao pensamento complexo*, tradução de Eliane Lisboa, Porto Alegre: Meridional/Sulina

- MORIN, Edgar (2006b) Complexidade e a ética da solidariedade, In: CASTRO, Gustavo de; CARVALHO, Edgard de Assis & ALMEIDA, Maria da Conceição de (orgs.), *Ensaio de Complexidade*, Porto Alegre: Meridional/Sulina, 4ª ed., p.11-20.
- NICOLESCU, Barsab (1999) O manifesto da transdisciplinaridade, São Paulo: TRIOM
- NICOLESCU, Barsab (2000), Um novo tipo de Conhecimento – transdisciplinaridade, In: NICOLESCU, Barsab, PINEAU, Gaston, MATURANA, Humberto, RONDON, Michel e TAYLOR, Paul, *Educação e transdisciplinaridade*, tradução de Judite Vero, Maria F. de Mello e Américo Sommerman, Brasília: Edições UNESCO, p. 13-29.
- NICOLESCU, Barsab (2005) Transdisciplinarity: past, present and future. In: II CONGRESSO MUNDIAL DE TRANSDISCIPLINARIDADE, Vila Velha/Vitória. Disponível em: <http://www.cetrans.com.br/generico7494.html?iPageId=274> . Acesso em: 22 de julho de 2008
- NUNES, Jordão Horta (2007), A sociolinguística de Goffman e a comunicação mediada, *Tempo social, revista de sociologia da USP*, v. 19, n.2, p. 253-286.
- OLIVEIRA, Taísa Peres de, (2004) Polidez e Linguagem: perspectivas, *Signótica*, vol. 16, n.2, p. 271-288, jul-dez. 2004.
- ORLANDI, Eni P. (1997) *As formas do silêncio: No movimento dos sentidos*. Campinas: Pontes.
- OSTERMANN, Ana Cristina (2006) Comunidades de prática: gênero, trabalho e face. In: HEBERLE, Viviane Maria, OSTERMANN, Ana Cristina & FIGUEIREDO, Débora de Carvalho (org.), *Linguagem e gênero no trabalho, na mídia e em outros contextos*. Florianópolis: Editora da UFSC, p. 15-47
- PASSOS, Eduardo e BARROS, Regina Benevides (2000) A construção do plano da clínica e o conceito de transdisciplinaridade, *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, vol. 16, n.1, jan-abr 2000, p. 71-79.
- PAUL, Patrick (2003) *Formation du sujet et transdisciplinarité: histoire de vie professionnelle et imaginaire*. Paris: Hartmann
- PAUL, Patrick (2005) Transdisciplinaridade e antropofomação: sua importância nas pesquisas em saúde, *Saúde e Sociedade*, v. 14, n.3, p. 72-92, set-dez 2005.
- PETERSEN, Aurea Tomatis. (1999) “Discutindo o uso da categoria de gênero e as teorias que respaldam os estudo de gênero”, In: ROSSO, Adriane; MATTOS, Flora Bojunga; WERBA, Graziela & STREY, Marlene Neves (Orgs.), *Gênero por escrito – saúde, identidade e trabalho*, Porto Alegre: EDIPUCRS, p. 15-39.
- PLACENCIA, Maria Elena e GARCIA, Carmen, (2007) Introduction. In: PLACENCIA, Maria Elena e GARCIA, Carmen (org.), *Research on Politeness in the Spanish-Speaking World*, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates Publishers, p.1-33.

- PIAGET, Jean (1967), *Biologie et connaissance*, Paris: Gallimard.
- PIAGET, Jean (1976), *O nascimento da inteligência na criança*, tradução de Álvaro Cabral, Rio de Janeiro, Ed. Guanabara, 4ª ed..
- PINEAU, Gaston (2005), Emergência de um paradigma antropofomador de pesquisa-ação-formação transdisciplinar, *Saúde e Sociedade*, v.14, n.3, p. 102-110, set-dez.2005.
- POMBO, Olga (2009), Contribuição para um vocabulário sobre interdisciplinaridade, Disponível em: <http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/opombo/mathesis/vocabulario-interd.pdf>. Acesso em 06 de julho de 2009.
- PRICE, Derek de Solla, (1976) *A ciência desde a Babilônia*, Belo Horizonte: Itatiaia.
- PRIGOGINE, Ilya e STENGERS, Isabelle. (1984), *A nova aliança – a metamorfose da ciência*, Brasília: Editora Universidade de Brasília
- PRIGOGINE, Ilya (1996) *O fim das certezas: tempo caos e as leis da natureza*, São Paulo: UNESP.
- RAJAGOPALAN, Kanavillil (1999). Os caminhos da pragmática no Brasil, *DELTA*, vol. 15, nº especial, p. 323-338.
- RECANATI, François, (2004) *Literal Meaning*, Cambridge: Cambridge University Press
- REID, Scott A., KEERIE, Natascha e PALOMARES, Nicholas A. (2003) Language, gender salience and social influence, *Journal of Language and Social Psychology*, Vol. 22, nº 2, p. 210-233.
- REGHIN, Luiza Revoredo de Oliveira (2006) Transferência erótica na psicoterapia corporal, *CorpoMente*. Disponível em: <http://www.corpomente.cjb.net> . Acesso em 28 maio 2008
- REMLINGER, Kathryn (1999) Widening the lens of language and gender research: interacting critical discourse analysis and cultural practice theory, *Linguistik online*, 2, 1/99. Disponível em: http://www.linguistik-online.de/heft1_99/remlinger.htm . Acesso em 25 de agosto de 2006
- ROSE, Chris. (2002) Talking gender in the group, *Group Analysis*, Vol. 35 (4), p. 525-539.
- RUESCH, Jürgen. (1984) *Comunicación: la matriz social de la psiquiatría*, Buenos Aires: Paidós.
- SALGADO, Maria das Graças Santana de. (2003) Subjetividade, gênero e poder: a expressão cultural da emoção na integração médico-paciente, *Revista Mal-Estar e Subjetividade*, Volume III, nº 2, p. 311-352, Fortaleza.
- SANTAELLA, Lucia, 2001 *Comunicação e pesquisa: projetos para mestrado e doutorado*, São Paulo: Hacker Editores

- SANTOS, Akiko. (2008), Complexidade e transdisciplinaridade em educação: cinco princípios para resgatar o elo perdido, *Revista Brasileira de Educação*, v. 13, n. 37, jan/abr. 2008, p. 71-83.
- SANTOS, Boaventura de Souza (1995) *Um discurso sobre as ciências*. Porto: Ed. Afrontamento.
- SATIR, Vrigínia (1976) *Terapia do grupo familiar*, Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 3ª. ed.
- SCOLLON, R. e SCOLLON, S.W. (2001) *Intercultural Communication*, Oxford: Blackwell Publishing, 2ª. ed.
- SCOTT, Joan (1990) Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*. Porto Alegre: 16 (2), p. 5-22.
- SEARLE, J, (1969). *Speech Acts. An Essay in the Philosophy of Language*, Cambridge: Cambridge University Press.
- SEARLE, J. R. (2002) *Expressão e significado*, São Paulo: Martins Fontes.
- SILVA, Elizabeth Bortolaia. (1998) *Dês-construindo gênero em ciência e tecnologia*, Cadernos Pagu (10), p.7-20.
- SILVA, Gustavo Adolfo. (2009) Teoria dos Atos de Fala. Disponível em <http://www.filologia.org.br/viiiifelin/41.htm> , acesso em 06 de março de 2009.
- SIMIÃO, Daniel Schroeter. (2000) O pulo do sapo: gênero e a conquista da cidadania em grupos populares, Curitiba: Expoente.
- SLUZKI, Carlos. (1978), Marital therapy from a systems theory perspective, in PAOLINO, T., *Marriage and Marital Therapy*, New York: Brunner/Mazel.
- SOBRAL, Adail (2005), Ético e estético: na vida, na arte e na pesquisa em ciências humanas, in BRAIT, Beth (org.), *Bakhtin conceitos-chave*, São Paulo: Contexto, p. 103-121.
- SPAGNUOLO, Regina Stella e GUERRINI, Ivan Amaral (2004), A construção de um modelo de saúde complexo e transdisciplinar, *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, v.9, n.16, set. 2004/fev. 2005, p. 191-194.
- SPENCER-OATEY, H. (2002), Managing rapport in talk: using rapport-sensitive incidents to explore the motivational concerns underlying the management of relations. *Journal of Pragmatics*, 34, 529-545.
- STREY, Marlene Neves. (1999) “Introdução”, In: ROSSO, Adriane; MATTOS, Flora Bojunga; WERBA, Graziela & STREY, Marlene Neves (Orgs.), *Gênero por escrito – saúde, identidade e trabalho*, Porto Alegre: EDIPUCRS, p. 11-13.

- TANNEN, Deborah. (1990) *You just don't understand: women and men in conversation*. New York: Ballantine Books
- TEIXEIRA, Renata Plaza e OTTA, Emma. (1998) Grafitos de banheiro: um estudo de diferenças de gênero. *Estudos de psicologia (Natal)*. [online]. jul./dez., vol.3, no.2, p.229-250. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sciarttext&pid=S1413-294X1998000200004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 04 de maio 2006.
- TELFENER, U., (1991) “La terapia individuale sistêmica”, in Malagoli Togliatti, *Dall'individuo al sistema*, Torino: Boringhieri.
- TOURNIER, P. (2005) *A missão da mulher*, tradução de Renira Cirelli Appa, Viçosa: Ultimato, original de 1988.
- TREICHER, Paula e KRAMARAE, Cheri. (1983) Women's talk in the Ivory Tower, *Communication Quarterly*, 31 (2), p. 118-132.
- TURNER, J. C. (1987) A self-categorization theory. In: TURNER, J. C; HOGG, M. A.; OAKES P. J.; REICHER, S. D. & WETHERELL, M. S. (eds.), *Rediscovering the social group: a self-categorization theory*, pp. 42-67, Oxford: Basil Blackwell.
- VOTRE, Sebastião Josué. (2002) *Linguagem, identidade, representação e imaginação*. In: FERREIRA, Lucia M. A. & ORRICO, Evelyn G. D., (orgs), *Linguagem, Identidade e Memória Social – novas fronteiras, novas articulações*, Rio de Janeiro: DP8 Editora.
- WATTS, Richard J., (1989), Relevance and relational work: linguistic politeness as politeness behaviour, *Multilingua*, 8 (2/3), p. 131-166.
- WATTS, Richard J. (2003) *Politeness*, Cambridge: Cambridge University Press.
- WATZLAWICK, Paul, HELMICK, Beavin e JACKSON, Don D., (1967), *Pragmática da comunicação humana*, tradução de Alvaro Cabral, São Paulo, Editora Cultrix, 8ª ed., 1996.
- WEATHERALL, Ann (1998) Re-visioning gender and language research. *Women and language*. Spring 1998, v.21, n.1, p. 1-11.
- WIKIPÉDIA (2008), Teorema da incompletude de Gödel, disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/Teorema_da_Incompletude_de_G%C3%B6del, acesso em 26 de agosto de 2008.
- WINKIN, Yves (1998) *A nova comunicação*, tradução Roberto Leal Ferreira, Campinas: Papirus.
- WITTGENSTEIN, Ludwig, (1951), *Tractatus logico-philosophicus*, New York, Humanities Press.

- ZIMMERMAN, Don H. e WEST, Candance. (1975) Sex roles, interruptions and silences in conversation. In: THORNE, B. & HENLEY, N. (eds.), *Language and sex: difference and dominance*. Rowley, MA: Newbury House, p. 105-129.
- ZOPPI-FONTANA, Mônica Graciela (1997) O outro da personagem enunciação, exterioridade e discurso, In: BRAIT, Beth (org) *Bakhtin, dialogismo e construção do sentido*. Campinas: Editora da Unicamp, p.115-127.

7.0 APÊNDICES

APÊNDICE 1 – Convenções utilizadas nas transcrições das entrevistas

APÊNDICE 2 – Modelo de autorização das filmagens

APÊNDICE 1 – CONVENÇÕES UTILIZADAS NAS TRANSCRIÇÕES DAS ENTREVISTAS

CONVENÇÕES UTILIZADAS NA TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS

::: - sílaba ou som prolongado

() – tempo durante o qual não há produção de fala

[...] – momento de fala do falante atual que ocorre simultaneamente com a fala (também entre colchetes) do falante seguinte

[***] - momento de fala onde o falante atual é interrompido com a fala de um outro interlocutor de forma mais ou menos abrupta.

[///] – momento de entonação descendente com troca de assunto, sem a interrupção do falante seguinte

Abc/ - palavra ou som não completados

MAIÚSCULA – volume aumentado

@ – risos

(XXXX) – fala não compreensível

(hhh) – fala hesitante com pequenas interrupções a cada enunciado

↓ - entonação descendente

↑ - entonação ascendente

APÊNDICE 2 – MODELO DE AUTORIZAÇÃO DAS FILMAGENS



EIRENE
do Brasil

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ASSESORAMENTO
E PASTORAL DA FAMÍLIA

AUTORIZAÇÃO

Eu, _____ ,
autorizo a filmagem das sessões de terapia de casal, nas quais estive presente, realizadas no período de fevereiro a junho de 2006, desde que as mesmas sejam utilizadas **exclusivamente** para fins didático/educativos e respeitem as normas do Conselho Nacional de Saúde na Resolução nº 196 de 10 de outubro de 1996, que discorre sobre as diretrizes sobre pesquisas que envolvem seres humanos.

Curitiba, 18 de fevereiro de 2006.
